



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Antonio Valdir Monteiro Duarte

**ÓRFÃS E DESVALIDAS: A FORMAÇÃO DE MENINAS NO ORPHANATO
MUNICIPAL DE BELÉM DO PARÁ (1893 – 1931)**

UBERLÂNDIA/MG

2013

Antonio Valdir Monteiro Duarte

**ÓRFÃS E DESVALIDAS: A FORMAÇÃO DE MENINAS NO ORPHANATO
MUNICIPAL DE BELÉM DO PARÁ (1893 – 1931)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da educação

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

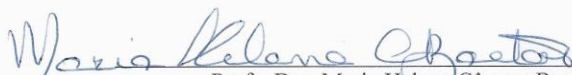
UBERLÂNDIA/MG

2013

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Profa. Dra. Maria Helena Câmara Bastos
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS



Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo
Universidade Federal do Pará- UFPA



Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- D812o Duarte, Antonio Valdir Monteiro, 1969-
2013 Órfãs e desvalidas: a formação de meninas no Orphanato Municipal
 de Belém do Pará (1893 – 1931) / Antonio Valdir Monteiro Duarte. --
 2013.
 277 p. : il.
- Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de
 Pós-Graduação em Educação.
 Inclui bibliografia.
1. Educação - Teses. 2. Órfãos - Teses. 3. Orfanatos. I. Gonçalves
 Neto, Wenceslau. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
 Pós- Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Este estudo é dedicado às centenas de órfãs que passaram grande parte de suas vidas em orfanatos, sendo impedidas de viver intensamente seus sonhos e desejos.

AGRADECIMENTOS

A concretização deste estudo só foi possível porque somou esforços de muitos atores que como eu, “arregaçaram as mangas” para que a história da educação de centenas de meninas que viveram confinadas viesse à tona. Assim, quero agradecer...

Primeiramente ao meu orientador professor Wenceslau Gonçalves Neto que do alto de seu conhecimento soube conduzir de forma tranquila e serena todo o processo de pesquisa.

Aos professores Carlos Henrique de Carvalho e José Carlos Souza Araújo que no momento da qualificação indicaram novos caminhos e possibilidades.

À professora Maria Helena Câmara Bastos por sua generosidade acadêmica dispensada durante a banca de defesa.

Às irmãs e professoras do Instituto de Educação da UFPA Laura Alves e Sônia Maria, a primeira por me acompanhar como orientadora desde o mestrado e ser fundamental para a minha formação e a segunda por me “adotar” durante toda minha trajetória.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFU, especialmente os da Linha de Pesquisa História e Historiografia Sandra Cristina, Humberto Guido, Sônia Maria, Geraldo Filho, Décio Gatti e à professora Selva Guimarães pela acolhida no momento de minha chegada à Instituição.

Aos meus companheiros de turma e outros que de alguma forma estiveram comigo nessa caminhada, especialmente Astrogildo, Antoniette, Geraldo, Sandro, Bruno.

À Gizelda e Rebeca Simonini por serem tão solidárias comigo no momento da entrega do texto ao Programa de Pós-Graduação.

Aos colegas da secretaria do PPGE da UFU James e Gianni pelas constantes orientações referentes aos aspectos legais do Curso.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos públicos das diversas instituições que percorri durante esses quatro anos de pesquisa, especialmente à Mariazinha, da biblioteca do Colégio Antonio Lemos, à Carmelinda Cruz, funcionária do Setor de Obras Raras do CENTUR, à Glayce Pinheiro, da biblioteca “Rosa Gattorno” do Colégio Gentil Bittencourt, à Nazaré Goés, da biblioteca “Fran Paxeco”, do Grêmio Literário e Recreativo Português.

Aos amigos que descobri nas “esquinas por que passei” tanto na vida acadêmica quanto na vida pessoal e que de alguma forma fazem parte desta construção, Joselene Mota, Lina Gláucia, Roseane Reis, Tatiana Charone, Fátima Macapá, Zaira Dantas, Marcos Paulo das Neves, José Pedro (Lino), Mônica Ronise, Gilda Pessoa, Edilene Pessoa, Emivaldo Aguiar, Vanderson Furtado (Pepé), Jeferson Carlos, Denison, Djan, Vitor.

Por fim, o agradecimento final vai para os meus familiares, irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, que alimentaram o meu desejo de chegar a este momento de forma lúcida e serena. Ao meu pai Antonio Duarte e em particular à minha mãe, Olivarina Monteiro Duarte, que até os dias de hoje luta incessantemente por uma sociedade mais justa e fraterna.

“As luzes que descobriram as liberdades
inventaram também as disciplinas”

Michel Foucault

RESUMO

Este estudo, intitulado “*Órfãs e desvalidas: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893 – 1931)*”, procurou analisar algumas práticas educativas aplicadas a centenas de meninas que viveram em condição asilar em um período marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais na capital paraense. Inicialmente, foi traçada a trajetória da própria instituição desde sua origem até sua mudança para a zona rural do Município, trazendo à tona algumas questões como, saneamento, higiene, imigração e assistência em paralelo ao projeto de reordenamento urbano da capital, que foi impulsionado na primeira década do século XX – em virtude do bom momento econômico, proporcionado pela exportação da borracha –, tendo a educação como uma de suas principais metas. Foi dado destaque também para a relação estabelecida entre as instituições filantrópicas e o Orphanato Municipal, primeiramente no momento de sua fundação e da sua transferência para a municipalidade e, logo depois, no final dos anos 1920, quando o Estado se encontrava em dificuldades financeiras. O estudo revelou que, mesmo se tratando de uma instituição de natureza filantrópica, pelo menos no seu início, os regulamentos programas e compêndios de ensino da educanda órfã foram direcionados, em grande medida, em consonância com os estabelecidos para as demais escolas públicas. No entanto, ficou evidenciado que as disciplinas que envolviam as habilidades práticas como trabalhos manuais, trabalhos de agulha, e mesmo as prendas domésticas, tinham prioridade e ocupavam grande parte do tempo das educandas órfãs, que viviam sob constante vigilância e disciplina, sendo dirigidas internamente pelas missionárias da ordem religiosa italiana “Filhas de Sant’Anna”, que chegam ao Pará no final do século XIX e passam a assumir outras importantes instituições de natureza assistencialista, hospitalar e educativa, sendo fundamentais para os planos dos diversos governos que buscavam afirmar o projeto de reordenamento da capital paraense e, sobretudo, de formação de seus moradores, com destaque para meninas internas. O estudo teve como principais fontes documentais, os relatórios e mensagens governamentais, contando também com alguns periódicos, livro de matrícula e livro contendo atas de exames da instituição, além de registros iconográficos da época.

Palavras-chave: Órfãs e desvalidas. Formação de meninas. Instrução. Orphanato Municipal de Belém/Pará.

ABSTRACT

This study entitled “Orphans and invalids: the formation of girls in the *Municipal de Belém do Pará Orphanage (1893 – 1931)*” aimed to analyze some educational practices applied to hundreds of girls who lived isolated in a period marked by great political, economic and social transformations in the paraense capital (Belém, Pará). First, the trajectory of the Institution was described since its origins until its move to the rural zone of the city which made some issues come up, such as: sanitation, hygiene, immigration and assistance. At the same time, there was an urban reorganization of the capital which happened in the first decade of the 20th century due to the good economic moment provoked by the rubber exportation and it had education as one of its main goals. The research also stressed the relationship established between the philanthropic institutions and the Municipal Orphanage, first, in the moment of its foundation and in its transference to the city and then, in the late 1920s, when the State went through some financial difficulties. The study revealed that even philanthropic institutions, at least in its beginning, the regulations, programs and compendiums designed to teach the orphan girls were directed, mostly, related to issues established for the other public schools. However, it was noticed that the subjects that involving handicraft, sewing and housework had priority and kept the orphans occupied for most of the time. These girls were constantly under vigilance and discipline. The activities were led internally by the missionaries of the Italian order “Filhas de Sant’Anna” who arrived in the late 19th century and started to direct some other philanthropic institutions which involved health care and education which were important for many plans of different governments that wanted to affirm the reorganization of the paraense capital and, above all, the formation of its inhabitants, especially the boarders. The research used reports and governmental messages as its main documental sources. It also used some periodicals, the students’ enrollment registered in a book and other books containing the minutes of some meetings, some exams of the institution as well as some ichnographic registration of that time.

Key-words: Orphans and invalids. Girls’ formation. Instruction. The Municipal de Belém/Pará orphanage.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 –	Primeira página da Revista “CARIDADE”	32
FIGURA 02 –	Edifício do Orphelinato, localizado à Avenida São Jeronymo entre Generalissimo Deodoro e Quatorze de Março	38
FIGURA 03 –	Planta da fachada do novo edifício do Orphanato Municipal de Belém	49
FIGURA 04 –	Construção do novo edifício do Orphanato Antonio Lemos na Vila de Santa Izabel	52
FIGURA 05 –	Aspecto da construção da parte exterior do refeitório do Orphanato AntonioLemos	56
FIGURA 06 –	Avenida independência, ao fundo a chegada de um Bonde que transportava passageiros pela cidade	78
FIGURA 07 –	Imigrantes na hospedaria do Outeiro	90
FIGURA 08 –	Crianças passeando de bicicleta na Estrada de Bragança – atual Almirante Barroso	93
FIGURA 09 –	Serviço de limpeza pública da capital	94
FIGURA 10 –	Laboratório de higiene implantado pelo governo do Estado	96
FIGURA 11 –	Posto policial construído ao lado do Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa	112
FIGURA 12 –	6º Grupo Escolar da capital paraense	142
FIGURA 13 –	Alunas de escolas municipais que fazem parte do Canto Coral	144
FIGURA 14 –	Certidão de nascimento de uma órfã do ano de 1893, oriunda da Capital Federal	167
FIGURA 15 –	Texto de abertura do livro de atas com temas de exames do Orphanato Antonio Lemos	215

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 –	Relação da origem e do número de meninas internas existentes no Orphelinato Paraense no ano de 1900	36
TABELA 02 –	Destino das meninas matriculadas no Orphanato entre os anos de 1893 e 1900	42
TABELA 03 –	Evolução da produção da borracha no estado do Pará até o ano 1911	70
TABELA 04 –	Origem das pessoas (brasileiros e estrangeiros) que habitavam nas colônias do Pará segundo o recenseamento realizado no mês de julho de 1902	88
TABELA 05 –	Hospitais administrados e mantidos pela Santa Casa de Misericórdia do Pará	97
TABELA 06 –	Instituições dirigidas pela ordem religiosa “ <i>Filhas de Sant’Anna</i> ” no estado do Pará	120
TABELA 07 –	Religiosas que assumiram a direção do Orphanato Municipal nas primeiras décadas	125
TABELA 08 –	Demonstrativo de matrícula e frequência média nas escolas municipais no ano de 1904	138
TABELA 09 –	Distribuição de escolas pelas localidades pertencentes ao município de Belém	141
TABELA 10 –	Órfãs que deram entrada no Orphanato Municipal no dia 15 de agosto de 1893	159
TABELA 11 –	Naturalidade, quantidade e faixa etária de internas entre os anos de 1893 e 1931	161
TABELA 12 –	Quantidade e faixa etária de estrangeiras matriculadas no Orphanato Municipal entre os anos de 1893 e 1931	162
TABELA 13 –	Nomes de alguns dos protetores/tutores das órfãs	173
TABELA 14 –	Educandas matriculadas nas quatro classes por faixa etária no ano 1903	179
TABELA 15 –	Resultado dos exames das educandas do Orphanato Municipal no ano 1903	210
TABELA 16 –	Anotação avaliativa referente ao aproveitamento e ao comportamento das educandas do curso complementar	218

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 –	Valores pagos pela Prefeitura Municipal de Belém pela desapropriação de áreas no entorno do novo edifício	53
QUADRO 02 –	Instituições criadas no Estado para atendimento de crianças órfãs e desvalidas	80
QUADRO 03 –	Colônias emancipadas pelo Governo de acordo com o recenseamento realizado no mês de julho de 1902	87
QUADRO 04 –	Óbito por febre amarela no período de julho de 1904 e junho de 1905 <i>entre brasileiros</i>	99
QUADRO 05 –	Óbito por febre amarela no período de julho de 1904 e junho de 1905 <i>entre os estrangeiros</i>	100
QUADRO 6 –	Situação das pessoas acometidas de varíola atendidas no Hospital São Sebastião entre julho de 1904 e junho de 1905	101
QUADRO 07 –	Pacientes com tuberculose, atendidos no Hospital Domingos Freire entre os meses de julho de 1904 e junho de 1905	102
QUADRO 08 –	Pessoas acometidas da peste bubônica entre os meses de dezembro de 1904 e maio de 1905	103
QUADRO 09 –	<i>Mortalidade infantil</i> no município de Belém do Pará entre os anos de 1907 e 1908	104
QUADRO 10 –	Instituições dirigidas pela ordem Filhas de Sant’Anna em <i>outros estados brasileiros</i>	121
QUADRO 11 –	Relatório da movimentação financeira da Fundação Mac-Dowell referente ao ano de 1927	130
QUADRO 12 –	Formação dos professores, turnos e categorias das escolas municipais	139
QUADRO 13 –	Vencimentos dos professores e demais funcionários do ensino público municipal	140
QUADRO 14 –	Registros de saída/desligamento das órfãs do Orphanato Municipal entre os anos de 1893 e 1931	163
QUADRO 15 –	Tempo de permanência e quantidade de órfãs matriculadas na instituição no ano de 1917	168
QUADRO 16 –	Disciplinas e conteúdos ensinados no Curso Elementar do Ensino	192

Primário segundo a Lei 1.190 de 1903

QUADRO 17 –	Disciplinas e conteúdos ensinados no Curso Complementar do Ensino Primário segundo a Lei 1.190 de 1903	193
QUADRO 18 –	Conteúdos da disciplina “Trabalhos manuais e de agulha” ensinados somente para meninas do Ensino Primário	197
QUADRO 19 –	Móveis e materiais pertencentes ao Orphanato Municipal	198
QUADRO 20 –	Algumas peças produzidas pelas órfãs de acordo com sua capacidade nas aulas manuais e de prendas	224
QUADRO 21 –	Nomes de alguns compradores das peças produzidas pelas órfãs	225

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 O ORPHANATO MUNICIPAL DE BELÉM: A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE UMA INSTITUIÇÃO CARITATIVO-EDUCATIVA	29
1.1 PRIMEIRAS INICIATIVAS	30
1.2 ORPHELINATO PARAENSE: A TRANSFERÊNCIA PARA A MUNICIPALIDADE	34
1.3 DO INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DO NOVO ORPHANATO AO FIM DO GOVERNO ANTONIO LEMOS	47
1.4 ENTRE A REALIDADE E O SONHO: A DIFÍCIL TRAJETÓRIA DO ORPHANATO ATÉ SUA TRANSFERÊNCIA PARA A VILA DE SANTA IZABEL	58
2 DO PROJETO REFORMADOR À CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ	67
2.1 PANORAMA SÓCIOECONÔMICO E POLÍTICO DA CAPITAL PARAENSE ENTRE OS SÉCULOS XIX e XX	67
2.2 A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO E O AUMENTO DO CONTINGENTE DE DESAMPARADOS NA CAPITAL PARAENSE	84
2.3 HIGIENE E MORTALIDADE	91
2.4 CÓDIGO DE POSTURA: DISPOSITIVO DE PODER E CONSTROLE	106
3 LEIS, NORMAS E REGULAMENTAÇÕES: A RELAÇÃO DO ESTADO E DAS ENTIDADES COM O ORPHANATO MUNICIPAL	114
3.1 UM PERCURSO DA ASSISTÊNCIA NO PARÁ	114
3.2 A ORDEM RELIGIOSA “FILHAS DE SANT’ANNA”: PRESENÇA E TRABALHO NO ESTADO DO PARÁ	118
3.3 AS ENTIDADES ASSOCIATIVAS E O APOIO AO ORPHANATO MUNICIPAL	127
3.4 EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO NO MUNICÍPIO DE BELÉM: ALGUNS	131

	PRESSUPOSTOS LEGAIS	
4	SABERES E PRÁTICAS: O PROJETO EDUCATIVO PARA AS EDUCANDAS – ÓRFÃS DO ORPHANATO MUNICIPAL	158
4.1	ORIGENS, PERMANÊNCIAS E SAÍDAS DAS ÓRFÃS	158
4.2	PRÁTICAS EDUCATIVAS E SABERES APLICADOS ÀS EDUCANDAS ÓRFÃS	174
4.2.1	O ensino de primeiras letras e a formação literária	189
4.2.2	Higiene escolar: Ensinar para prevenir	202
4.2.3	Formas e práticas avaliativas da aprendizagem das educandas órfãs	209
4.2.4	Trabalhos manuais e prendas domésticas: Saberes essenciais à preparação da órfã	227
	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	228
	REFERÊNCIAS	234
	ANEXOS	244
	Anexo A – Lei nº 386, de 1904 que reorganiza o Ensino Municipal	245
	Anexo B – Regulamento do Canticos Escolares	254
	Anexo C – Revista “Caridade”	267

INTRODUÇÃO

Este estudo foi o resultado de uma longa caminhada que começou a partir de um simples depoimento, no ano de 2008, de uma senhora que tinha à época 80 (oitenta) anos que atendia pelo nome de Rosa Ferreira do Carmo, que morava em um centro de recolhimento de velhos, mantido pelo poder público, localizado próximo ao Asilo Dom Macedo Costa na capital paraense.

Na ocasião, eu estava em busca de pessoas que viveram na cidade de Belém na primeira metade do século XX e que pudessem reconstruir, a partir de suas lembranças, algumas passagens de suas infâncias no período. Dona Rosa foi uma das escolhidas para narrar sua história. Em meio à nossa “conversa”, a idosa revela que desde os seus dois anos de idade viveu no Asilo de Mendicidade juntamente com velhos e mendigos.

Inicialmente, não levei muito em conta essa informação, no entanto, diante da riqueza de detalhes narrados, não tive mais nenhuma dúvida a esse respeito, porém muitas questões surgiram a partir de então, especialmente relacionadas às condições de convivência entre crianças e velhos naquele espaço que, inclusive, já havia trabalhado entre os anos de 1984 a 1987.

Com a finalização do Curso de Mestrado na Universidade Federal do Pará/UFPA, parti para a construção do projeto para o ingresso no Curso de Doutorado na Universidade Federal de Uberlândia/UFU, onde pudesse discutir a realidade de meninas que viveram em situação asilar no estado do Pará, no início do século passado.

Nesse percurso, me deparei com importantes fontes documentais que não só registravam a situação vivida por Dona Rosa, como também apontavam para outros caminhos relacionados ao contexto da instrução e da assistência de crianças órfãs na região, especialmente a partir do final do século XIX.

Diante de tantas possibilidades, a intenção do projeto de pesquisa foi aos poucos se delineando até se conformar neste estudo que tentou discutir as *práticas educativas* em uma instituição com viés assistencialista que acolhia meninas órfãs e desvalidas na capital paraense a partir do final do século XIX.

A trama acontece em um contexto de grandes transformações sociais e políticas no país, que desencadeou no reordenamento de importantes centros urbanos de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e, sobretudo, da capital paraense, através de políticas de saneamento e racionalização destes espaços.

O clima de prosperidade aliado à política de imigração dos governos, praticada desde o século XIX, para absorver mão de obra para atuar na agricultura, assim como povoar o vasto território paraense, foram elementos importantes para desencadear uma corrida à região por trabalhadores oriundos de vários países e de diferentes partes do Brasil, sobretudo da região nordestina, que de acordo com Sarges (2002a) será a principal fornecedora de trabalhadores a partir de 1877, momento em que a seca do sertão cearense forçou a saída de milhares de pessoas em busca de melhoria de vida, tendo como um dos destinos, a região amazônica.

Assim, diante de uma situação favorável do ponto de vista econômico, em virtude da economia gomífera, as autoridades públicas paraenses, no afã de inserir a capital entre as mais modernas do país, projetam importantes obras ligadas a todos os setores da vida urbana como, hospitais, escolas, abrigos, praças, ruas, assim como redefinir as relações pessoais e sociais dos habitantes através de um novo código de posturas municipal.

A nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. (SARGES, 2002a).

Em grande medida, essa ação exitosa só foi possível na primeira década do século passado, em consequência do pacto estabelecido entre os governos estadual e municipal, que somaram esforços para inserir a cidade de Belém entre as mais prósperas e desenvolvidas capitais brasileiras, do início do século passado, atraindo grandes investimentos de empresas financeiras nacionais e estrangeiras e tornando-se também um importante centro comercial e cultural da região.

Diante dessa nova realidade política, econômica e social da região e, especialmente da cidade de Belém, começam a se tornar mais visíveis questões relacionadas às condições sociais da população. À medida que os espaços iam assumindo novos contornos e feições, especialmente na área central, os subúrbios, onde habitava a maioria da população, tornavam-se cada vez mais degradantes e sujos, destoando da paisagem europeia que se tentava imprimir na cidade.

A cada dia crescia significativamente o número de habitantes dessas áreas da cidade, obrigando o poder público municipal a tomar sérias medidas para impedir que esses moradores, considerados indesejáveis, viessem a causar transtornos para a emergente

elite cidadina. É diante dessa contradição social e dessa nova “desordem” que irão se afirmar “disciplinas para enfrentar o fenômeno urbano: a medicina social, o higienismo, a sociologia, a psicologia, a estatística, novas práticas de intervenção”. (LOBO, 2008, p. 302).

Na composição desse segmento social, não estavam somente mendigos, meliantes, prostitutas ou velhos, essa classe era formada também, e principalmente, por meninas órfãs e desvalidas que tinham na filantropia e/ou no poder público o principal meio de sobrevivência.

E nesse controvertido cenário urbano que surge no ano de 1893, por iniciativa de uma associação formada por importantes famílias da sociedade paraense, chamada *Associação Protectora dos Orphãos*, instituição filantrópica que tinha como objetivo abrigar meninas órfãs e desvalidas. Porém, poucos anos depois, em virtude das dificuldades enfrentadas pela associação, o Governo Municipal resolve assumi-la, transformando-a, a partir de então, em um dos mais importantes e polêmicos projetos da municipalidade, confiando à ordem religiosa “*Filhas de Sant’Anna*”, a sua direção interna.

Certamente que para a continuidade dos trabalhos oferecidos pelo abrigo essa decisão fora fundamental e para as pretensões políticas do Governo Municipal, mais ainda, considerando as reformas que estavam em curso na cidade não só no campo urbanístico, mas também na área da instrução e da assistência.

A instituição denominada de *Orphelinato Paraense*¹ passa a ser vista pelas autoridades públicas não apenas como um espaço de acolhimento de órfãs, mas como um importante templo de formação e instrução de centenas de meninas que ali eram internadas e preparadas para enfrentar, segundo palavras das autoridades da época, “as vicissitudes da vida”.

À medida que o tempo passa, o educandário ia assumindo novas feições, seja em função das mudanças políticas e sociais – em detrimento do novo regime –, seja no campo de sua administração interna e da regulamentação de seus processos educativos. Para Rizzini (2008), esses espaços destinados ao acolhimento e ao cuidado de meninas órfãs e abandonadas sofreram mudanças ideológicas, especialmente no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, onde as práticas em relação à assistência são incorporadas ao

¹ Como forma de estabelecer um padrão e a identificação desta instituição ao longo do texto, optamos pela utilização da nomenclatura ORPHANATO MUNICIPAL.

discurso e a ação dos higienistas, provocando o esmorecimento do velho caráter da misericórdia em atuar nesses espaços com vista à sua missão de cunho científico e social.

Podemos considerar que a partir de sua criação e no decorrer das três primeiras décadas do século XX, a instituição vivenciou três momentos distintos, em detrimento dos acontecimentos políticos e econômicos que incidiram frontalmente em sua constituição sócio-histórica. O primeiro deles influenciado pela administração de Antonio Lemos, homem de grande poder político, conquistado mediante sua atuação junto ao Senado e enquanto Intendente Municipal. Nesta fase, o Orphanato obteve notoriedade perante a sociedade e muitas de suas regulamentações foram aprovadas e implantadas.

O segundo momento é demarcado pela queda de Lemos da administração da cidade, no ano de 1911. A partir daí, a instituição passa a sobreviver de doações e donativos oferecidos pela sociedade, assim como pela venda dos trabalhos confeccionados pelas próprias internas. Os sucessivos intendentes que governaram a cidade na segunda década do século pouco puderam fazer pelo educandário em virtude da crise econômica que se instaurou, em consequência da queda das exportações do látex e pelos exorbitantes gastos do Governo anterior.

O terceiro momento se caracteriza pela retomada de projetos e medidas a partir do ano de 1927, para favorecer o funcionamento da instituição e a continuidade das obras de um novo prédio, na zona rural do Município, iniciado no início dos anos 1900.

Diante da importância e do papel desempenhado por esta instituição, no acolhimento e na formação de centenas de órfãs, oriundas de vários países e regiões do Brasil, é que se configurou este estudo, intitulado: ***“Orfãs e desvalidas: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém (1893 – 1931)”***.

Inicialmente, pretendíamos caminhar priorizando a instituição em si, a partir de seus pressupostos históricos e sociais, construindo interfaces com a dinâmica política a qual estava imersa. No entanto, diante de algumas possibilidades evidenciadas nas fontes manuseadas, partimos para a tentativa de compreender as práticas educativas direcionadas às educandas órfãs, não como mera ação assistencialista – mesmo considerando esta variável inerente a instituições dessa natureza – e sim como processo pedagógico de ensino, subsidiado pelos regulamentos governamentais e pelas possíveis orientações normativas da direção interna da instituição.

Essa investida foi bastante árdua, considerando a dificuldade de encontrar fontes para traçar esse percurso. Fomos induzidos a trabalhar basicamente com a legislação

educacional oficial, publicada nos relatórios governamentais e, apesar de várias tentativas, não conseguimos trazer à tona, fontes preciosas que, segundo informações de terceiros, existiam guardadas nos aposentos particulares das religiosas da ordem “Filhas de Sant’Anna”, que habitam até os dias de hoje na instituição.

Diante destas questões iniciais, consideramos que analisar as práticas de ensino dirigidas a meninas órfãs, exigiu um grande esforço no sentido de tentar definir e caracterizar o conjunto de saberes que eram aplicados naquele contexto socioeducativo, considerando que mesmo havendo alguma distinção e/ou orientação em relação aos conteúdos comuns às demais escolas, como, por exemplo: o *ensino de primeiras letras*, com ênfase à *leitura e escrita* (Decreto Lei Estadual nº 1.191/1903), no Orphanato, apesar de estes serem também enfocados, a centralidade do programa de ensino era dirigida às *práticas manuais e às aprendizagens domésticas*. (Lei Municipal nº 370).

Evidentemente, que no transcorrer da investigação foram observadas mudanças no que se refere aos conteúdos e aos métodos de ensino não só nas escolas públicas, mas também nas turmas que funcionavam no interior do Orphanato, tendo em vista que estas obedeciam também aos regulamentos oficiais de ensino, aprovados tanto em esfera municipal, quanto estadual.

A definição do recorte temporal da pesquisa foi, certamente, um dos elementos mais controvertidos deste estudo, especialmente pela importância que a instituição assumiu ao longo do tempo. No entanto, diante da temática e do objeto de pesquisa amadurecidos, definimos que ele seria delimitado entre os anos de 1893, ano em que a instituição é criada pela Associação Protectora dos Orphãos e 1931, momento em que deixa de vigorar o Regulamento Geral de Ensino Primário (Decreto Lei de nº 3.356/1918), que àquela altura tinha uma influência maior no ensino da instituição em tela. Este ano também demarca a transferência da instituição para o Poder Público Estadual, constituído através de uma Interventoria Federal no Estado.

Portanto, é submerso neste espaço temporal (1893-1931), que foram analisadas as práticas de ensino no Orphanato Municipal de Belém que, inclusive, coincide também com a chamada Primeira República (1889-1930), período demarcado por profundas mudanças na estrutura social, política e educacional do País.

No bojo dessas transformações marcadas inicialmente pelo ambiente de prosperidade e mais tarde, a partir da segunda década do século passado, pelo recrudescimento econômico, os projetos voltados para a educação e instrução da população

assumirão um papel fundamental, tendo em vista que para o pensamento republicano esta seria a condição necessária para o desenvolvimento e progresso que tanto se almejava naquele momento.

No campo da educação, Nagle (1976), destaca que haverá a crença de que com a multiplicação de instituições escolares e, conseqüentemente, da disseminação da educação seria possível incorporar as camadas mais populares da população na senda do progresso e da civilização.

No estado do Pará, a emergência da República proporcionará muitos conflitos com repercussões e desdobramento de grandes proporções, em virtude das disputas políticas envolvendo os diversos grupos da velha oligarquia que disputavam o poder e a liderança política na região, que incidiram diretamente no Orphanato Municipal, em virtude deste simbolizar um dos projetos políticos de Antonio José de Lemos, considerado seu idealizador.

No entanto, em seu começo, diante da possibilidade de ver transformado o então Orphanato Municipal também em um espaço de *civilização*, o poder público passaria a investir fortemente na instituição, pois, se por um lado, resolvia um problema social ao acolher e cuidar das meninas desvalidas, por outro, podia projetá-lo, com o apoio e a competência das religiosas italianas, em uma instituição reconhecida também no aspecto educativo.

De certo que a proposta educativa da instituição transitava entre os preceitos da assistência e da instrução, no entanto estes princípios se enquadravam nos planos do Governo Municipal e estavam em acordo com o movimento em torno da educação que ganhava corpo em todo o País e se constituía, segundo Carvalho, em uma “questão nacional por excelência”.

Promover a reforma da escola ajustando os “homens às novas condições e valores de vida” implicava promover uma mudança de mentalidade no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de impacto na opinião pública. Tais estratégias se ajustavam perfeitamente aos intentos políticos dos governos estaduais, que capitalizavam politicamente o apelo modernizador da intensa mobilização cívica em torno das campanhas de regeneração nacional pela educação. (2000, p. 233).

Apesar do marco inicial da investigação ser o ano de 1893, para uma melhor apreensão e fundamentação da temática investigada, assim como das categorias de análises e das variáveis da pesquisa, se tornou imprescindível o recuo temporal à historiografia da

região, sobretudo, em relação à ocupação do espaço territorial, à constituição dos preceitos e do papel da caridade e da igreja durante o período monárquico.

A esse respeito, Nagle (1976) ressalta que mesmo com o *decreto nº 119-A*, de 07 de janeiro de 1890, que determinou a separação entre Igreja e Estado, confirmada pela Constituição de 1891, tornando o Estado laico e anunciando o fim das regalias da Igreja Católica durante o período monárquico, evidentemente que a bagagem pedagógica construída por esta instituição desde a Idade Média, não haveria de ser menosprezada pelos republicanos e muito menos pela sociedade brasileira.

Assim, diante de todas essas questões é que trago à luz a história de centenas de meninas que habitaram na instituição em tela, sendo formadas a partir do ideário e das representações que cercavam a condição da mulher à época. Nesse percurso pude observar que para tecer a trama a partir de fontes documentais, não podemos perder de vista nenhum detalhe sequer do documento manuseado, pois, como observa Bacellar (2010, p. 25) “eles não representam fontes de verdade, testemunhos neutros do passado”.

Para Certeau (1982, p.74), “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Essa nova distribuição cultural consiste em *produzir* documentos para preencher lacunas de um conjunto proposto *a priori*, sendo que o papel do pesquisador é trazer, através de uma *operação historiográfica*, novas evidências para “o não dito”.

Foi seguindo essa orientação que parti em busca dessa “matéria prima”, mesmo com todas as dúvidas de um pesquisador que não tem em sua formação acadêmica inicial, o arcabouço e os pressupostos teóricos e metodológicos do campo da história. Talvez, possa até ter caído na armadilha de produzir uma pesquisa histórica aos moldes daquilo que Aróstegui (2006, p. 466) assinala quando diz que “até hoje, a pesquisa histórica é comumente uma aventura muito mais confiada à improvisação, à intuição e ao bom senso do pesquisador que uma preparação técnica rigorosa”.

Essa afirmação provoca em todos aqueles que se arriscam neste campo, como é o meu caso, sentimentos de insegurança e incerteza. No entanto logo em seguida, esse mesmo autor, como forma de relativizar sua fala, destaca que apesar disso, grande parte das pesquisas históricas é construída “sobre a base de um trabalho detido que vai muito mais além da mera exploração e transição de determinadas *fontes*, para construir definitivamente um relato”. (p. 466).

Assim, faz-se necessário que o pesquisador busque uma forma de estabelecer em sua escrita, critérios de cientificidade, que supõe o aprendizado de uma técnica, a busca de provas particulares, mesmo sabendo que, qualquer que seja a sua forma de escrita, esta pertencerá sempre à categoria dos relatos e/ou da narrativa. “Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza”. (CHARTIER, 1990, p.17).

Nesse sentido, foi com base nessas orientações que tentei caminhar com um olhar mais atento para as questões metodológicas deste estudo, ciente dos possíveis equívocos que, por ventura, viesse a cometer no percurso.

Sendo assim, a busca por fontes documentais nos arquivos da cidade que se iniciou durante a construção do projeto de pesquisa foi, sem dúvida nenhuma, um trabalho árduo, especialmente por ter que visitar vários espaços da cidade que acreditava existir material acerca da temática pré-definida. Uma das primeiras repartições escolhidas foi exatamente o arquivo do Orphanato Municipal, atual Escola Estadual Antonio Lemos.

Minha visita à instituição não objetivava inicialmente colher material e sim conversar com pessoas que, por ventura, dessem informações sobre a instituição e acima de tudo, sentir “*in loco*” a magia e o clima que cercava aquele ambiente histórico, com sua estrutura ainda imponente e com uma importante história cravada em suas enormes paredes.

A história das instituições educativas cumpre este triplo registro de conhecimento do passado, problematização do presente, perspectivação do futuro. Organismos vivos, as instituições educativas como os grupos sociais e como as pessoas angustiam-se, pensam, tomam decisões, analisando o presente na sua complexidade e no jogo de probabilidades de desenvolvimento, perspectivando o futuro e inquirindo, fazendo balanço, atualizando seu próprio passado. É uma história material, social, cultural, biográfica, reflexiva, que procura uma objetividade e um sentido no inquérito, na conceitualização, descrição, narrativa, compreendendo e explicando o presente-passado por referência ao destino dos sujeitos e à evolução da realidade. (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

Após retorna da visita, mais convicto de minha opção de pesquisa e com informações preciosas colhidas, tracei um roteiro para coletar os documentos que serviam como pelas de investigação. O primeiro arquivo público visitado foi o setor de Obras Raras da Biblioteca Arthur Vianna, pertencente à Fundação Centro Cultural Tancredo Neves/CENTUR, instituição pertencente ao Governo do Estado.

Nessa instituição pude fotografar grande parte dos documentos utilizados na pesquisa, como: Os *Relatórios e Mensagens* de diversos governos municipais, enviados ao Conselho; *Relatórios e Mensagens* de governos estaduais, enviados ao Poder Legislativo; *Fontes Iconográficas* publicadas em álbuns de governos estaduais e municipais; *Relatório do Diretor da Instrução Pública* José Veríssimo, dirigido ao Governo do Estado; *Relatórios* de outras instituições públicas estaduais como: Santa Casa de Misericórdia do Pará, Instituto Orfanológico do Outeiro, Colégio do Amparo, Instituto do Prata; *Leis e Decretos* de diversas reformas da instrução pública; *Revistas Oficiais de Ensino*, entre outros.

Ainda nessa instituição – CENTUR –, desta vez no setor de microfilmagem, foi encontrada uma revista denominada “*Caridade*”, lançada no ano de 1893, por uma tipografia da época, para promover o Orphanato.

A partir da segunda e de outras visitas realizadas ao Orphanato, encontrei em seus arquivos empoeirados documentos importantes relativos ao período da pesquisa, como: *Livro de Matrículas*; *Certidões de nascimentos das órfãs*; *Livro contendo atas de exames escolares*. Infelizmente, não há na instituição e nem por parte do Estado, nenhum projeto de conservação deste acervo documental que se encontra em total estado de deterioração.

Além dessas instituições, foram também visitados os arquivos de outras repartições públicas, que foram indicadas por algumas pessoas e através de pistas extraídas das próprias fontes analisadas. Entre elas estão: Arquivo Público do Estado do Pará/APEP, Arquivo e Biblioteca da Santa Casa de Misericórdia do Pará; Biblioteca da Companhia de Desenvolvimento da área Metropolitana/CODEM; Biblioteca do Museu do Estado; Biblioteca e Arquivo do Grêmio Literário Português; Biblioteca do Instituto Gentil Bittencourt; Biblioteca do Colégio Santa Rosa.

Nesses espaços foram selecionados os seguintes documentos: *Documentos sobre imigração e núcleos coloniais*; *Relatórios institucionais*; *Fontes Iconográficas*; *revistas sobre a ordem religiosa “Filhas de Sant’Anna”*.

A utilização de fontes disponibilizadas na internet, especificamente *Mensagens e Relatórios* governamentais, contribuíram significativamente para a concretização do estudo.

Assim, diante da realidade vivida pelo Orphanato Municipal no período demarcado por este estudo e lançando o olhar para as práticas educativas, dirigidas a

centenas de meninas órfãs oriundas de vários estados e países, é que se situa e se define a problemática desta investigação.

A reflexão se dá a partir das prescrições dos processos pedagógicos regulamentados pelos departamentos de instrução oficiais, tentando caminhar nas entrelinhas desses documentos e confrontando o que cada um deles prescreve nos diversos períodos administrativos em que situavam e, utilizando também, outros documentos que oferecem indícios do contraditório, assim como das continuidades e das rupturas desses procedimentos de ensino.

Nesse sentido, com intuito de adentrar e nortear o universo investigativo tendo como lócus da pesquisa o Orphanato Municipal no contexto sócio político da cidade de Belém do Pará formulamos a seguinte questão-problema: ***Em que bases estavam assentadas as práticas pedagógicas dirigidas às educandas-órfãs no Orphanato Municipal da cidade de Belém do Pará entre os anos de 1893 e 1931?***

Em decorrência desta indagação central e à medida que os estudos iam avançando, a partir do descobrimento de novas fontes, outras questões foram sendo formuladas e por entender e compactuar com o pensamento de Aróstegui (2006), quando diz que:

A pesquisa histórica surge de ‘achados’ – de novas fontes, de novas conexões entre as coisas, de comparações – ou surge de insatisfações com os acontecimentos existentes, insatisfações que, por sua vez, são provocadas pelo surgimento de novos pontos de vista [...]. (p. 470).

Diante disso, na tentativa de melhor entendimento do fenômeno estudado, as demais questões tiveram a seguinte formulação: ***Como se organizavam os conteúdos e as disciplinas nos programas educativos da instituição? Quais saberes eram priorizados nos programas de ensino? Como era encaminhado o processo avaliativo? Quem eram, de onde vinham e quais os destinos das órfãs ao serem desligadas da instituição? Qual o papel das organizações civis, da Igreja e do Estado junto à instituição? Qual ou quais as influências da legislação municipal e estadual no processo de ensino da instituição?***

Em resposta a esses questionamentos iniciais, foram construídos alguns objetivos que serviram para nortear a investigação, alguns deles sendo definidos, inclusive, em consonância com o desenvolvimento da pesquisa, o amadurecimento da temática e da própria questão-problema. Assim, diante da ânsia de compreender aquele contexto, mas ciente dos desafios impostos durante o percurso, definimos como objetivo geral da

pesquisa: *Contextualizar e analisar através dos regulamentos oficiais de ensino e de outras fontes documentais as práticas pedagógicas prescritas no Orphanato Municipal entre os anos de 1893 e 1931.*

No sentido de fomentar um melhor encaminhamento do processo investigativo, foram eleitos os objetivos específicos que se organizaram da seguinte forma: *Identificar e analisar as reformas da instrução e sua relação com o processo de formação das órfãs; Caracterizar o perfil social das órfãs que habitavam a instituição; Contextualizar e analisar a configuração sócio-histórica do Orphanato Municipal no cenário político e econômico da época; Refletir acerca dos saberes e das práticas pedagógicas no interior da instituição; Discutir a relação e a influência dos diversos setores que mantiveram e dirigiram a instituição.*

Acreditamos que diante dessas problematizações e desses objetivos traçados, conseguimos construir, com base nas fontes documentais, uma história que não tem a pretensão de ser definitiva e nem tão pouco universal, sendo, portanto, priorizado o seu *processo social*, localizado devidamente em um espaço físico e em um lapso cronológico bem definido. Para Aróstegui (2006), o importante na pesquisa historiográfica argumentativa é poder contar o seu processo, estabelecendo suficientemente suas razões, tendo em vista que, se por um lado, emergirão novas respostas, por outro, é bem verdade que surgirão contínuos *por quês*.

No sentido que contribuir com a fundamentação teórica deste estudo, recorreremos a importantes obras que foram selecionadas de acordo cada seção construída. Em relação ao do cenário social, político e econômico da região paraense, elegemos: Sarges (2002a e 2002b), Rocque (1996), Souza (1994), Andrade (2004), Penteado (1968).

No que tange às questões educativas e às instituições escolares destacamos: Nascimento (1997), Nagle (1976), Veiga (2007), Machado (2002), Souza (2007), Gondra (2000), Magalhães (2004). Em relação ao debate envolvendo os preceitos religiosos, aos fundamentos da assistência e da caridade, dialogamos com: Rizzini (2008 e 2009), Bordalo (2000), Vianna (1992), Manoel (2010). Os pressupostos de Foucault (2012, 1999, 2002) em relação aos métodos e dispositivos coercitivos, bem como os relacionados aos dispositivos de controle e poder foram também selecionados.

Entre esses autores destacados, os estudos de Lobo (2008), acerca das condições sociais em que viveram os pobres, escravos e deficientes no Brasil, classificados

como sujeitos “infames” e sem valor, foram fundamentais para a compreensão da condição também da interna que habitou o Orphanato Municipal de Belém.

Diante destas ponderações iniciais, acreditamos que este estudo se justifica por trazer à luz, a história das práticas pedagógicas, bem como de outros processos vivenciados no interior do Orphanato Municipal de Belém, levando-se em consideração a riqueza histórica que permeia o debate em instituições desta natureza, entendendo que ainda existem muitas lacunas a respeito desse tema, não só em nossa região, mais em outros estudos dessa natureza pelo Brasil.

Diante disso, este estudo foi organizado em quatro capítulos, além da introdução, onde já foram anunciados a temática da pesquisa, o problema e os objetivos, as fontes utilizadas, o referencial teórico e o percurso metodológico utilizado, e das considerações finais onde destacamos, de forma concisa, os resultados e as conclusões do estudo.

No primeiro capítulo, apresento a instituição em tela, destacando a sua constituição histórica desde a fundação no ano de 1893 até sua chegada à Vila de Santa Isabel, que na ocasião ainda fazia parte do Município de Belém. Nesse momento, destaco os desdobramentos econômicos e políticos que transformaram o então educandário em uma das mais importantes e polêmicas instituições da municipalidade no período. A análise ocorreu paralelamente, observando as duas realidades impostas à instituição do ponto de vista estrutural. Uma enfocando a instituição em funcionamento na cidade e a outra com o olhar para o edifício que estava sendo projetado.

No segundo capítulo, analiso o panorama da cidade de Belém e do Estado, estabelecendo interfaces entre os aspectos econômicos, sociais e político. Nele destaco o processo produtivo da região e os programas governamentais direcionados para a imigração, no entanto, a ênfase gira em torno do grandioso projeto de embelezamento e reordenação do espaço urbano da capital. É a partir desse projeto que serão implantadas ações saneadoras que interferiram nos hábitos e nos costumes da população, através de leis de posturas, racionalização e adequação de espaços públicos e medidas higiênicas.

No terceiro capítulo, faço uma discussão a respeito da legislação educacional do período, enfocando as relações existentes entre os programas de instrução pública, tanto na esfera estadual, quanto na municipal, tentando estabelecer nexos com o ensino ministrado no Orphanato. Nesta ocasião, construímos de forma breve, um itinerário da assistência e da caridade, enfatizando neste percurso instituições como a Santa Casa de Misericórdia que

historicamente estiveram ligadas a esses modelos de atendimento. Mais adiante, apresento a história da ordem religiosa “Filhas de Sant’Anna” desde sua chegada, o trabalho desenvolvido no Orphanato Municipal e sua atuação em outras regiões do País. Neste tópico destaco ainda as associações que atuaram, cada uma em seu tempo, na criação e manutenção da instituição nos momentos em que o poder público esteve ausente.

No quarto capítulo discutimos finalmente as práticas e os saberes aplicados no Orphanato, atentando inicialmente para alguns aspectos relacionados às internas, como: matrícula, origem, tempo de permanência na instituição, desligamentos, entre outros. Porém, a discussão tem como foco a concepção de formação da educanda, ao serem analisados os tipos de conteúdos e das disciplinas ministradas, processos avaliativos, horários e outras questões que fizeram parte da dinâmica interna da instituição.

1 O ORPHANATO MUNICIPAL DE BELÉM: A CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DE UMA INSTITUIÇÃO CARITATIVO-EDUCATIVA

A institucionalização da instrução e da escola pública, gratuita e obrigatória, foi, segundo Veiga (2007), uma das principais bandeiras levantadas pelas autoridades brasileiras em finais do século XVIII, ganhando força no transcorrer do XIX. A ideia seria dar coesão à nova sociedade nacional e civilizar o povo, considerado pelas elites política e intelectual “[...] como indolente, descuidado e atrasado” (p. 132).

Ainda, de acordo com essa autora:

Foram inúmeras as falas que retrataram um país indolente, de povo preguiçoso, sem cultura, de hábitos suspeitos, atrasado, indiferente, impulsivo, enfim, uma infinidade de adjetivos desqualificadores. Nesse sentido, a população se tornou objeto da ciência através das práticas dos médicos, higienistas, dos discursos eugênicos, das novas ideias pedagógicas. (2003, p. 56).

Nesse sentido, os governos dos diversos estados da Federação, assim como dos municípios² aprovaram diversas leis para assegurar e ampliar o direito à instrução a grande parte dos habitantes que vivia na ignorância. No entanto, o modelo de escola e educação que se tentou implantar para as classes populares, no transcorrer da República, ia de encontro a algumas formas herdadas do império brasileiro, como os orfanatos, internatos e asilos. De acordo com Gondra e Schueler (2008), muitos debates foram promovidos no século XIX em relação aos internatos, seja por aqueles que os defendiam ou por aqueles que os consideravam como um meio de corrupção, excesso e má formação.

Ainda de acordo com esses mesmos autores,

A rigor, a experiência dos internatos no Brasil pode ser pensada a partir da experiência colonial, que se encontrou nessa fórmula uma tecnologia escolar para educar e disciplinar, de modos distintos, os segmentos da sociedade que a instituição educativa criada e mantida pela Igreja Católica ajudava a distinguir e hierarquizar. (p. 112).

Essas instituições de caridade³ de natureza filantrópica, que num primeiro momento tinham um caráter meramente assistencialista, passam a assumir também a

² Segundo Gonçalves Neto (2012), a maioria dos estudos relacionados à educação brasileira na Primeira República, enfatiza que as iniciativas para a organização da instrução pública foram dos governos estaduais e que houve certa omissão por parte do Estado brasileiro. Esta constatação fica mais evidente nas poucas referências que a ela – a educação – são feitas na Constituição de 1891.

³ De acordo com Rizzini (2008), a palavra caridade tem origem na expressão grega *charitas* ou *caritas* – muito embora esse conceito seja anterior aos gregos –, que significava amor ao próximo, com sentido de

missão instruir seus internos, oferecendo, no caso das meninas, conhecimentos rudimentares em primeiras letras, práticas manuais e aprendizagens domésticas. Esta estratégia serviu também para afastar das ruas muitas crianças que começavam a causar transtornos e má impressão aos moradores dos emergentes centros urbanos das principais cidades brasileiras que se encontravam em processo de formação.

É nesse contexto que surge, em maio de 1893, na promissora capital paraense, uma instituição que inicialmente foi chamada de *Orphelinato Paraense*, que no decorrer dos anos assumiu a missão de amparar, cuidar e educar centenas de meninas órfãs e desvalidas da sorte.

Desde sua fundação até pelo menos nas três primeiras décadas do século XX, o então Orphelinato se torna objeto de várias iniciativas e intervenções por parte da sociedade civil organizada e das autoridades públicas, sobretudo, durante a gestão de Antonio José de Lemos⁴, que o assume como parte de seu ambicioso projeto de modernização e reordenação da cidade, obrigando seus sucessores a dar continuidade ao seu propósito de ver o “educandário” transformado em um importante templo civilizatório.

1.1 Primeiras iniciativas

O sentimento humanitário de algumas famílias da elite paraense, organizadas em uma entidade filantrópica chamada *Associação Protectora dos Orphãos*, fez nascer no ano de 1893, com o apoio do então governador do Estado *Lauro Nina Sodré*⁵, o

virtude social, fundamentada no amor ao gênero humano. Mais tarde, depois de São Paulo, o sentido da palavra ficou intimamente associado ao ato de amar a Deus, ou seja, amar ao próximo para merecer a compaixão e o amor de Deus. A partir do século XVIII, já no ambiente laicizado, o conceito de caridade passa a assumir a conotação de virtude de cunho humanitário, relacionada a um sentimento de fraternidade, interesse maior pelo infortúnio alheio, desdobrando-se em várias designações, tais como: compaixão, misericórdia, beneficência, benevolência e filantropia. O surgimento desse tipo de caridade surge no contexto das sociedades modernas, como resultado da formação das classes sociais, onde o sentimento de compaixão à miséria humana começa a se tornar realidade.

⁴ Antonio José de Lemos, Maranhense, considerado o grande responsável pela feição de *belle époque* que se instaurou em Belém, foi intendente municipal durante quatorze anos, tendo sido eleito pela primeira vez em 1887 e renunciado ao mandato, após várias eleições, em junho de 1911. Lemos cursou o Liceu Maranhense, onde estudou Humanidades, tendo como um de seus mestres o filósofo Sotero dos Reis. Em Belém, depois de servir a Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Pará, casou-se com dona Ignez que desempenhou obedientemente o papel hierárquico a que lhe cabia enquanto esposa e mãe. Essa imagem de dona Ignez, enquanto esposa recatada, a “protetora do lar”, representava o papel que o positivismo, inspirador da República brasileira, reforçou na figura da mulher; ela seria a responsável pela reprodução dos valores morais da humanidade. (SARGES, 2002b).

⁵ Lauro Nina Sodré e Silva foi um dos principais nomes da política paraense, tendo projeção nacional durante a República Velha. Governou o Estado por duas vezes entre 1891 a 1897 e 1917 a 1921, sendo um dos principais opositores de Antonio Lemos. Lauro Sodré ajudou a fundar o Clube Republicano do Pará e

Orphelinato Paraense para amparar a algumas dezenas de meninas órfãs que viviam pelas ruas da capital, esmolando e correndo todos os riscos de uma cidade que se encontrava em transformação.

Em seu começo, o humilde estabelecimento inicia sua missão atendendo a um pequeno número de meninas desvalidas – apenas nove – e recebia cotidianamente o apoio e a simpatia da sociedade e, no mesmo ano de sua fundação, recebe o apoio da *Corporação Artística das oficinas dos Srs. Tavares Cardoso e C^a*. – importante *typographia* da época –, que lança, em edição especial, uma revista em homenagem ao Orphelinato, cuja renda obtida com a venda de seus exemplares seria revestida em benefício da referida instituição.

Com o nome de “*Caridade*”⁶, a revista trazia em suas páginas diversos depoimentos em forma de poemas e versos escritos por personalidades do campo intelectual e político paraense – entre eles o governador Lauro Sodré, anunciado na capa como criador do Orphelinato –, exaltando a importância e o valor da instituição. Desta forma, caridade, orfandade e pobreza estavam entre os principais temas tratados e em seu editorial a revista trazia a seguinte matéria:

CARIDADE

BELEM, junho de 1893.

Com o nobre intuito de concorrermos com o nosso fraco contingente, nós, humildes operários das oficinas dos Srs. Tavares Cardoso e C.^a, resolvemos dar á luz da publicidade esta pequena gazeta, cujo produto aplicar-se-á em favor do *Orphelinato Paraense*.

Fracos de recursos intellectuaes foi-nos necessario recorrer a varios cidadãos habilitados, e nesse sentido dirigimos algumas cartas solicitando coadjuvação.

Dos quarenta conspícuos cavalheiros a quem tomamos a honra de dirigirmo-nos, somente um terço, talvez, se dignasse acolher-nos, os mais, supomos que julgaram-se aviltados collaborando com pobres artistas na propagação de uma idéa que nós pensamos grandiosa.

Esse justo pedido que em nada aproveita ás nossas humildes individualidades, parece-nos, n’um momento de illusão, que teria a aprovação tanto do nobre como do plebeu.

Quanto nos enganamos!

Houve alguém que, á vista do nosso quasi esmorecimento, nos aconselhasse a reiterar o mesmo pedido reforçando-o com uma assignatura notavel. Despresamos horrorisados semelhante alvitre, visto como do bom exito (caso haja) só aproveitamos a gloria de termos conduzido umas insignificantes pedrinhas para junto do alicerce d’essa obra monumental.

Á todos, emfim, o nosso agradecimento.

também o jornal “A República”, que circulou no período de setembro de 1886 a maio de 1887. A educação foi uma das principais bandeiras levantadas durante o seu governo, sendo responsável por diversas reformas educacionais. (CASTRO, 2002).

⁶ A revista “Caridade”, lançada pela corporação artística, teve apenas uma edição e, entre as personalidades que assinaram as matérias, estavam: *Álvares da Costa, Rosendo Moniz, Bertoldo Nunes, Octavio Pires, Euclides Faria, Theodoro Rodrigues, Quirino Garcia, Leon Gillet, Luiz Juvenal Tavares, Castro Alves, Vilhena Alves*. A referida revista está disponibilizada na íntegra nos anexos deste estudo.

Apesar do tom de descontentamento dos editores da *Tipografia Tavares Cardoso* em relação a pouca importância dispensada pelos homens letrados que foram convidados a escrever os textos para a edição especial da referida gazeta, a iniciativa chamou atenção da sociedade belenense e a instituição em tela obteve nos primeiros meses de sua instalação, o apoio de vários setores, inclusive da imprensa local.

FIGURA 01: Primeira página da Revista “CARIDADE”



FONTE: Setor de microfilmagem do Centro Cultural “Tancredo Neves” Belém – CENTUR.

Em vista disto, em poucos meses, a *Associação Protectora dos Orphãos*, atinge a marca de 535 sócios⁷, sendo que destes, 405 eram cavalheiros e os demais composto por damas da sociedade. De acordo com um relatório da referida associação, enviado ao Intendente Municipal de Belém⁸, três anos após a implantação da instituição, houve uma significativa diminuição no número de sócios efetivos, chegando a apenas 102, fato que gerou muitas dificuldades, considerando-se que no decorrer dos anos, em virtude do crescente número de órfãs acolhidas, as despesas se avolumavam, comprometendo o já precário atendimento na instituição.

Para tornar a situação do internato ainda mais difícil, nesse mesmo período, as receitas provenientes das mensalidades dos sócios efetivos deixaram de ser recolhidas por decisão da diretoria da Associação – composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro –, não sendo evidenciados no relatório os motivos dessa decisão. Porém, ao que tudo indica, os sócios restantes quiseram dar uma resposta à sociedade pelo descaso por que passava a instituição.

Diante deste fato, a instituição teve que sobreviver de outras fontes de receitas, especialmente daquelas oriundas da ação beneficente como as quermesses, dos trabalhos feitos pelas próprias meninas internas, rendas extras da venda de bens como joias e terrenos⁹, de donativos e pequenos auxílios concedidos esporadicamente pelo governo do Estado.

Em relação ao poder público assumir legalmente instituições dessa natureza, Lobo (2008) destaca que, ainda no século XIX, na transição da Monarquia para a

⁷ Deste total 535 sócios, 43 obtinham títulos remidos, pagando uma importância total de 4:300\$ e dos sócios efetivos, que até fevereiro de 1896 ficaram reduzidos a um total de 102, recebeu-se joias e mensalidades chegando à soma de 4:018\$. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902).

⁸ É importante destacar que não tivemos acesso direto ao relatório da associação, as informações referentes ao seu conteúdo foram obtidas através do primeiro relatório municipal enviado por Antonio Lemos ao Conselho Municipal no ano de 1902, onde este presta constas dos seus primeiros cinco anos de governo.

⁹ Desde sua fundação em maio de 1893 e de sua instalação em agosto deste mesmo ano, o então *Orphelinato Paraense* acumulou alguns bens como terrenos, um açougue e um título de oito apólices ofertado pelo comércio local no valor de mil contos de réis cada. A discriminação dos bens e das receitas foi devidamente registrada nas atas e no livro-caixa da associação a partir de sua fundação, possibilitando mais tarde, no momento de sua transferência para a administração municipal, ter uma visão geral das condições em que se encontrava. Assim, durante o ano de 1893 e 1900, o asilo somou um total de 217:153\$620 e as despesas no período giraram em torno desse valor, algo em torno de 212:000\$000, sendo incluída neste montante, a compra de um terreno no ano de 1895 para a construção de um novo prédio para abrigar as órfãs. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902).

República, o Brasil ainda não participava diretamente do atendimento às populações pobres, ficando essa atribuição às irmandades e/ou a associações caritativas organizadas pela sociedade civil. Nesse sentido, a autora conclui que “na verdade, o Estado Brasileiro sempre deixou ao encargo de particulares, a assistência aos necessitados [...]” (LOBO, 2008, pp. 325-326).

Ainda a respeito da assistência aos enjeitados Moncorvo Filho (1924) *apud* Rizzini (2008) observa que:

Durante o século XVIII e parte do século XIX, predominava a prática essencialmente caritativa de zelar pelas crianças pobres, que se materializava no ato de recolher crianças órfãs e expostas. O melhor exemplo desse modelo foi a “*Roda dos Expostos*” – instituição que acolhia crianças através de um mecanismo que impedia a identificação de quem ali se abandonava. Estas instituições espalharam-se pelos países católicos, sendo implantadas no Brasil por volta de 1730, através da Santa Casa de Misericórdia. Por mais de 150 anos os asilos de expostos com suas rodas cumpriram seu papel de abrigar os enjeitados da sociedade. (p. 111)

No caso do Orphelinato Paraense, sua realidade irá mudar a partir de 1900, após ser transformado em uma instituição pública, mediante acordo assinado entre a Associação Protectora dos Orphãos e Antonio José de Lemos, então Intendente Municipal de Belém. É neste instante que os recursos provenientes do erário municipal passam a ser oficiais, tornando o educandário um dos projetos mais importantes da comuna, especialmente durante a gestão daquele que foi considerado seu maior “protetor” e provedor, Antonio Lemos.

1.2 Orphelinato Paraense: A transferência para a municipalidade

Através da *Lei de nº 283*, de 27 de dezembro de 1900, aprovada pelo Conselho Municipal de Belém, a Intendência é autorizada a receber, da *Associação Protectora dos Orphãos*, o Orphelinato Paraense. Fruto do sentimento republicano e, acima de tudo, da benevolência de Antonio Lemos, o “*simpático estabelecimento*”, como foi chamado por ele, inicia um período de prosperidade e decadência em sua longa trajetória, sendo objeto de grandes investidas, especialmente durante as três primeiras décadas do século XX.

Essa iniciativa política tomada em relação à instituição, não se resumirá apenas na ideia de garantir abrigo ou cuidado às meninas desamparadas e desvalidas, ela se alinhará ao grandioso projeto reformista, iniciado na capital paraense, tendo a assistência, e

especialmente, a instrução como área estratégica do governo republicano, que objetiva civilizar a população, indo ao encontro do que estava em curso no país. Para Yazbeck (2012), O pensamento republicano reiterava a necessidade de se modernizar o país, tendo a escola como um dos principais caminhos para formar o cidadão e torná-lo apto a participar da ordem republicana liberal.

É seguindo esse princípio que o poder público municipal toma para a municipalidade o Orphanato, através da *Lei de nº 283*, aprovada pelo Conselho Municipal.

Art. 1º - Fica o Intendente auctorizado a receber da Associação Protectora do Orphãos o instituto de caridade denominado “Orphelinato Paraense”, que passará a ser mantido e custeado pelo Governo Municipal.

§ 1º - O Intendente regulamentará immediatamente os fins do instituto, numero maximo de orphãs que poderão ser nelle admittidas, sua *educação e instrucção*, bem como a administração interna do estabelecimento, marcando o pessoal necessario para todos os trabalhos enumerados.

§ 2º - A regulamentação de que trata o § anterior entrará em execução provisoria, até que o Conselho, a cuja aprovação será immediatamente submetida, resolva definitivamente.

Art. 2º - O Intendente receberá da directoria da Associação Protectora dos Orphãos os bens, moveis, immoveis e dinheiro ou titulos que representem o patrimonio do Orphelinato e das orphãs neste asyladas, afim de que a Municipalidade possa responsabilisar-se pelas dividas relativas ao mencionado instituto, tudo mediante as cautellas previstas em direito.

Art. 3º - Recebido o Orphelinato, o Intendente procederá aos meios de localisal-o convenientemente, de modo mais economico possivel, tendo em vista a hygiene e conforto exigidos em estabelecimentos de tal ordem.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todos os habitantes do Municipio que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Dada e passada nesta cidade de Belém, aos 27 de Dezembro de 1900. (BELÉM, Conselho Municipal de./Leis e Resoluções, 1900, pp. 76-77).

Certamente, que para o gestor municipal, essa iniciativa representou, como já destacamos anteriormente, uma importante conquista para o seu audacioso projeto de reestruturação e modernização da cidade, pois, amparar uma instituição desta natureza, além de ser uma maneira de racionalizar o espaço público, tornando-o mais adequado, inclusive do ponto de vista da ciência higiênica, somava muitos pontos a seu favor em relação às suas pretensões políticas.

Contudo, é importante destacar que a ideia de tomar uma instituição como o Orphanato para a comuna municipal seria, de certa forma, uma atitude que reafirmava a trajetória e personalidade do velho intendente, uma vez que tempos atrás Lemos mantinha uma proximidade com instituições de caráter “filantrópico”, pois enquanto esteve no Senado Federal, exercia também o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia do Pará, o que lhe possibilitou um maior contato com várias instituições de caridade e

hospitalares, dirigidas em sua grande maioria por congregações religiosas, especialmente pelas Filhas de Sant'Anna¹⁰.

No momento da assinatura do contrato de transferência, a direção do Orphelinato, representada pelos senhores *José H. Cordeiro de Castro, Manoel Ignacio da Cunha e Euclydes Faria*, entrega ao Intendente Municipal um relatório datado de 17 de abril de 1900, contendo algumas informações das atividades desenvolvidas na instituição desde sua fundação, vários títulos patrimoniais, o balanço financeiro e a relação nominal das asiladas existentes na instituição.

De acordo com os dados do relatório, moravam na instituição 46 meninas órfãs, de diferentes naturalidades e nacionalidades, como se pode perceber na tabela a seguir:

TABELA 01: Relação da origem e do número de meninas internas existentes no Orphelinato Paraense no ano de 1900

NATURALIDADE/NACIONALIDADE	QUANT.
Paraenses	32
Cearenses	03
Amazonenses	02
Pernambucana	01
Fluminense	01
Maranhense	01
Portuguesas	02
Hespanholas	02
Peruana	01
Americana do Norte	01
TOTAL	46

FONTE: Relatório da intendência Municipal de Belém, 1902.

¹⁰ O terceiro capítulo deste estudo traz outras anotações acerca das instituições hospitalares, assistenciais e educativas dirigidas pelas Filhas de Sant'Anna.

Apesar do número reduzido de meninas, a administração acreditava que a instituição poderia rapidamente prosperar e ampliar sua capacidade de atendimento, com mais qualidade e competência. Em seu primeiro relatório publicado no ano de 1902, enviando aos vogais do Conselho Municipal de Belém, Antonio Lemos registra seus primeiros cinco anos à frente da administração e enfatiza as condições em que se encontrava o internato.

Como participei ao Conselho oportunamente, encontrei nas peores condições o predio onde estava installado o Orphelinato: a carencia de recursos não permittira á Associação Protectora dos Orphãos remediar tão sérios inconvenientes. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 245).

No entanto, o Gestor Municipal soube reconhecer os méritos da Associação Protectora dos Orphãos no cumprimento de seu papel filantrópico junto aos mais necessitados, apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas.

N'essa ocasião, tive mais uma vez o grato ensejo de externar merecidos louvores á directoria da Protectora dos Orphãos, e mais especialmente á actividade e dedicação do sr. dr. Cordeiro de Castro, o infatigável paladino d'aquelle instituto, que a elle, sobretudo, deve sete anos de existencia em luta de todos os momentos com as mais sérias difficuldades. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, pp. 244-245).

Mesmo diante das realizações que se processavam na cidade, especialmente no âmbito do saneamento, Antonio Lemos não se furtou em recorrer aos Conselheiros Municipais para tentar garantir mais recursos para investir na instituição. No entanto, para colocar em prática o novo projeto, seriam necessários vultosos recursos para melhorar as instalações ou alugar um novo edifício, uma vez que o proprietário do atual, ao ser consultado, deixou transparecer que aumentaria substancialmente o valor do aluguel.

O interesse público em assumir e garantir recursos para uma instituição surgida sob os cânones da caridade e da filantrópica na passagem do XIX para o século XX no Brasil vem a reboque das premissas republicanas, momento em que algumas leis e políticas mais assentadas de assistência a crianças e adolescentes começam a refletir no seio da sociedade, pois, anteriormente, durante o Brasil Império, a preocupação com a infância, segundo Rizzini (2009), girava em torno de uma ação de recolhimento de crianças órfãs e expostas e se pautava na ideologia cristã, de caráter puramente assistencialista, lideradas pela iniciativa privada de cunho religioso e caritativo.

Assim, imbuído do espírito republicano e modernizador, o intendente municipal convence mais uma vez os conselheiros e consegue alugar um novo prédio, a custos mais baixos e com maior capacidade para atender aos inúmeros pedidos de internação de meninas órfãs oriundos de seus correligionários da capital e de outras regiões do Estado.

Devidamente auctorizado pelo art. 3º da citada Lei nº 283, recebido o Orphelinato, procedi aos meios de localizar convenientemente, do modo mais economico possivel, tendo em vista a hygiene e bem-estar exigidos em estabelecimentos de tal ordem. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 245).

De acordo com o intendente, apesar das boas condições do prédio, haveria necessidade de realizar várias reformas e adaptações para servirem de “puxadas” onde funcionariam como refeitório, cozinha, depósito e espaço para arrecadação¹¹. Segundo o gestor municipal, mesmo ainda não sendo o local ideal para a acomodação e formação das órfãs, “o edifício, dotado de ar e luz em quantidade, extremamente asseiado [...]” (BELÉM, 1902, p. 246), atendia aos objetivos mínimos de uma instituição asilar, com finalidades civilizatórias.

FIGURA O2: Edifício do Orphelinato, localizado à Avenida São Jeronymo entre Generalissimo Deodoro e Quatorze de Março



FONTE: Álbum de Belém Pará 1902.

¹¹ Apesar de não estar evidenciada, em nenhum dos documentos analisados, a finalidade do espaço de arrecadação, acredita-se que nele eram recebidas as doações e donativos ofertados pela sociedade, assim como o pagamento pelos trabalhos manuais feitos pelas órfãs.

A cerimônia de inauguração do novo prédio, situado à *Avenida São Jeronymo*¹², entre *Generalissimo Deodoro e Quatorze de Março*, foi evidentemente um ato político que contou com a presença de senadores, conselheiros, deputados, Governador do Estado, autoridades religiosas e cidadãos letrados. Lemos aproveitou a ocasião para elogiar publicamente a todos os cidadãos paraenses, especialmente aos Conselheiros Municipais e aos membros da Associação, que imbuídos do sentimento humanitário, tornaram realidade a existência da instituição.

A cerimonia de reinstallation do Orphelinato Municipal foi o que devêra ser: singela e expressiva. Festa simples, commovedora e gentil a que presenciastes, srs. Vogaes, foi ella a apologia tacita do Conselho Municipal de Belém, cujas vistas humanitarias me foi dado alcançar, como Intendente, com esforçado empenho.

Assistiram também á cerimonia o eminente e jovem estadista¹³ que preside com sabio patriotismo aos destinos do nosso querido Pará; o venerando bispo diocesano, que se dignou a santificar o recinto com a celebração do sacrificio da missa; conspicuos cavalheiros e ilustres senhoras. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 246).

Certamente, que o edifício alugado para servir ao internato, demonstrado na imagem anterior, estava longe de ser aquele que o executivo municipal vinha idealizando, no entanto havia todo um reconhecimento por parte da elite belenense por tão grandiosos e altruístico ato do gestor municipal.

Sendo bastante comum entre os governos no estado do Pará – entre eles Paes de Carvalho e Augusto Montenegro – no início da fase republicana a publicação de álbuns contendo imagens de repartições públicas e do trabalho realizado durante suas gestões, a administração municipal, seguindo esses exemplos, publica um álbum no ano de 1902¹⁴ para divulgar seus feitos. Entre as imagens das repartições destacadas no “*Álbum de Belém do Pará*” está a do Orphelinato Paraense, que vem acompanhada de um texto escrito, com certo tom poético, onde se podem perceber elementos que remetem às características

¹² Inicialmente conhecida por estrada do Pau D'Água, essa avenida passou a se chamar São Jerônimo, em homenagem ao conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, presidente e comandante das armas do Pará. Atualmente é denominada Avenida Governador José Malcher, em homenagem a José Carneiro da Gama Malcher que exerceu os cargos de governador do Estado entre os anos de 1935 a 1943 e de prefeito de Belém, como interventor, nomeado por Magalhães Barata em dois momentos, no ano de 1930 e mais tarde entre 1933 e 1934. (Cruz, 1992).

¹³ O jovem estadista citado no texto se trata de José Paes de Carvalho, que governou o Estado entre os anos de 1897 a 1901.

¹⁴ Segundo Fontes (2002), os diversos governos no início da República no Pará, especialmente Augusto Montenegro e mesmo Antonio Lemos, publicaram álbuns comemorativos que objetivavam, entre outros aspectos, divulgar Belém e o Pará no Brasil e no exterior, tentando desconstruir a imagem de que era impossível atingir a prosperidade e a civilização na região.

arquitetônicas do prédio, à rigidez da estrutura e à organização interna dos “equipamentos pedagógicos”.

A estrada de S. Jeronimo com as suas mangueiras copadas, a cuja sombra se alinham os graves palacetes sombrios e de onde em onde alguma vivenda alegre de portas e janellas abrindo sobre um jardim, tem um aspecto de velha aristocracia ou de dominio feudal, onde somente senhores e potentados vivessem.

É nesse refugio classico de *grand monde* que se encontra o Orphelinato Municipal, alinhado á sombra das arvores como as casas demais que se estendem para os dois lados, como que enfeixando num doce amplexo aquelle modesto ninho farto de crianças desamparadas.

É uma casa commum com uma escada simples e um jardinzinho burguez, onde nem mesmo as rosas desabrocham, convidando as trefegas revoadas a tribu volátil dos beija-flores.

Sente-se, no entanto, um ar de alegria communicativa quando se enfrenta esse claro refugio que a piedade ilumina como o seu immaculado esplendor. É que logo na sala, ao envez dos ridiculos *bibelots* pousados em moveis garridos, se encontra uma galeria de quadros austeros, representando na sua mudez eloquente a resignação heroica dos martyres da fé, a elevação pelo merito dos homens intemeratos e bons, que ainda em via se impõem ao respeito dos demais; e na alcova, de cuja porta pedem duas cortinas espessas, ao enves de um leito fofo e macio como um despenhadeiro para o peccado, alveja um altar coberto de flores e encimado por um nicho singello, onde a imagem maternal de Sant’Anna conduz pela maõsinha rosea a infantil e divina Maria, a rosa intemerata de Nazareth.

É a Capella do Orphelinato, doce fonte consoladora, onde as pequenas educandas vêm beber as primeiras luzes do espirito.

Um estreito corredor aberto na sala dá ingresso em um pequeno gabinete, onde se acha um *atelier* de costura, dirigido por uma das religiosas, que cuidam das reclusas. Passa-se d’ahi a duas salas lateras que ficam fronteiras e onde funcçionam as aulas elementares, que compõem o curso.

O corredor prolongando-se dessa linha forma um alpendre, que abre para uma área quadrangular. Ao lado esquerdo dessa área, sob o telheiro estão a rouparia, a dispensa e a cosinha. Ao lado direito fica o dormitório, num comprido salão que forma todo o flanco direito do prédio.

São 53 leitos de ferro, arrumados em pelotão com pequenos intervalos, por onde mal se passa de lado. Quatro janellas abertas ao alto de uma das paredes lateraes deixam passar macias faixas de luz, que dão um brilho quase metalico aos alvissimos lençóis, lisos e frescos sobre os colchões de paina, como que nivelados pela pachorra educada daquellas alegres e sisudas creanças.

Nos quatro angulos do dormitorio, erguem-se quatro leitos velados por humildes doceis de madapolão, tão simples, tão brancos e tão virginais que até parece retrahirem-se quando nelles se fita um olhar masculino, em cuja retina as lagrimas ainda não tenham apagado a imagem vã das cousas mundanas.

Na estremidade anterior deste compartimento encontra-se um pequenino gabinete, que é o atelier de pintura de uma das religiosas, que compõem o corpo docente e administrativo do Orphelinato.

Numa tella rectangular, pousada sobre um rude cavalete estava esboçada uma effigie de Jesus.

O meigo redemptor do mundo, ainda de rosto imperfeito, parecia fitar os tristes olhos na harmonia da natureza, que se desdobrava em frente, através de uma janella aberta, como que num intimo desconsolo por aquelle pincel tardio, que lhe deixara informe a santificada veronica. (PARÁ. Álbum de Belém do, 1902, pp. 59-60).

Como podemos perceber, o texto é recheado de um sentimento de benevolência e compaixão em relação às meninas desvalidas. Nele se reafirma o sentido da formação para este segmento da população, que deve ter suas bases fundamentadas na disciplina e na obediência quando, por exemplo, descreve rigidamente a disposição de cada elemento da casa. Nota-se ainda, que os elementos religiosos dispostos no ambiente, opõem-se a tudo o que é mundano e nefasto ao mesmo tempo em que simbolizam a pureza, condição que as órfãs deveriam preservar até o matrimônio, para não serem desprezadas e nem condenadas pela sociedade da época.

Em vista das melhores condições do estabelecimento e das intensas campanhas de divulgação, os pedidos para matrícula se intensificaram, obrigando o executivo municipal a estabelecer normas para o ingresso de novas órfãs na instituição. No entanto, diante do intenso fluxo de meninas que chegavam à capital, acompanhadas ou não de suas famílias, em decorrência dos programas de imigração ou mesmo aquelas que vinham do interior do Estado, forçavam a direção interna da instituição e o poder público a aceitar novas matrículas. Certamente que estes fatores tornavam o desejo do Intendente Municipal de construir futuramente um moderno edifício, mais aparelhado e melhor localizado para atender a essa parcela da população.

Logo após a inauguração do novo orphanato à *Avenida São Jeronymo*, o número de internas rapidamente passa de 46 para 56 órfãs, número ainda aceitável, considerando os “53 leitos de ferro, arrumados em pelotão, com pequenos intervalos, por onde mal se passa de lado”, revelado na citação anterior. (PARÁ. Álbum de Belém do, 1902, p. 60).

Provavelmente, esse déficit de leitos, com o passar dos anos só aumentava, pois de acordo com dados oficiais divulgados nos relatórios municipais, a quantidade de órfãs que ingressavam na instituição era, na maioria das vezes, superior aos desligamentos, o que nos leva a crer que ano após ano muitas meninas eram obrigadas a viver em condições desfavoráveis no internato.

Certamente que muitas eram as razões que concorriam para os constantes pedidos de desligamentos de órfãs. No entanto, essas razões em geral, não eram evidenciadas nos registros, sendo informado apenas o destino tomado pela interna que ao serem desligadas da instituição eram, em geral, entregues aos seus parentes, que poderia ser o pai, a mãe, o tio, o padrinho, a avó, a madrinha, a irmã, o irmão ou a seus tutores.

Em algumas ocasiões, registrava-se que a menina era simplesmente desligada e em outras, indicava-se apenas o grau de parentesco e o nome do tutor, que obtinha a guarda da interna. Em muitos casos, as órfãs viviam sob a guarda e tutela de pessoas importantes e ilustres da cidade e que de alguma forma tinham ligação com a instituição, como o *Sr. Loyola*, o *Dr. Cordeiro*, o *Dr. Amaral* e o *Sr. Martins Pinheiro*, e muitos outros.

Na tabela a seguir, estão registrados os destinos, os motivos, o grau de parentesco e o responsável pelas internas matriculadas entre os anos de 1893 e 1900.

TABELA 02: Destino das meninas matriculadas no Orphanato entre os anos de 1893 e 1900

ANO DE SAÍDA	QUANT. DESLIG.	MOTIVO/DESTINO DA SAÍDA DA ÓRFÃ
1898	01	Entregue à irmã
1900	08	Entregue ao pai / Desligada / Entregue à tia
1901	02	Desligada / Entregue à mãe
1902	04	Entregue à madrinha / Desligada / Entregue à avó e à mãe
1904	01	Entregue à mãe
1905	03	Entregue à mãe
1906	08	Desligada / Entregue ao tio / Falecimento / Entregue à mãe / Entregue à madrinha
1907	11	Entregue à mãe / Entregue à avó / Entregue ao tutor / Desligada / Entregue à madrinha / Entregue ao tio / Entregue ao pai
1908	04	Entregue ao tutor / Entregue à mãe
1910	03	Entregue ao pai / Entregue à mãe
1911	07	Entregue à irmã / Desligada / Entregue à mãe / Entregue ao padrinho / Entregue ao pai
1912	05	Entregue ao tutor / Entregue à mãe / Falecida
1914	01	Desligada
1916	02	Desligada
1917	01	Entregue ao pai

FONTE: Livro de matrícula do Orphanato Antonio Lemos, s/d.

Diante do novo momento propiciado pela administração municipal, na figura de Antonio Lemos, o *Orphelinato Municipal*¹⁵, como passou a ser chamado pelo seu benfeitor, assume definitivamente grande importância no projeto de modernização de capital. O grande entusiasmo do intendente pela instituição, aliada à sua força política, lhe darão cacife junto ao poder legislativo para garantir vultosos recursos para investir na melhoria do atendimento às órfãs e, fundamentalmente, no projeto de construção do novo edifício para servir ao educandário.

O discurso pela necessidade de investir na reordenação e modernização da cidade fomentará o apoio não só da elite local, mas também do poder público estadual, que estabelece metas conjuntas com o município para impulsionar a grande reforma urbana. Esse espírito colaborativo entre essas duas esferas de governo perdurará pelo menos durante a primeira década do século XX¹⁶.

Assim, mesmo enfrentando algumas oposições, durante o início de seu governo, Lemos não tomava conhecimento e coloca em prática o seu ambicioso projeto, mesmo tendo que passar por cima de seus opositores. No Legislativo Municipal, contava com a grande maioria dos conselheiros e os seus projetos eram sempre aprovados, mesmo aqueles considerados megalomaníacos, como o projeto do novo orfanato que Lemos deseja construir às margens da estrada de ferro de Bragança, na Vila de Santa Izabel.

O entusiasmo de Lemos pelo então Orphanato era tamanha, que em todos os seus relatórios, enviados ao Conselho Municipal de Belém, havia uma sessão especial, em que prestava conta do cotidiano da instituição, assim como do andamento do projeto do novo edifício que estava em obras. Diante disto, após sua renúncia, no ano de 1911, não havia alternativa para seus sucessos, se não a continuação do projeto, mesmo contra a vontade de alguns deles.

Comprimindo o que havia sido estabelecido, no contrato de transferência do orphanato através da *Lei de nº 283*, do ano de 1900, o executivo municipal publica no mês de dezembro do ano de 1903 a *Lei nº 370*, onde dá nova organização e estabelece

¹⁵ Os documentos não revelam se esta mudança – Orphelinato Paraense para Orphelinato Municipal – se deu por força de alguma Lei. No entanto, acredita-se que tenha ocorrido no ano de 1900, por ocasião de sua reinstalação, estando, inclusive, destacado em sua fachada, como se pode perceber na imagem anterior.

¹⁶ Antonio Lemos enquanto intendente municipal de Belém e Augusto Montenegro enquanto governador do Estado exercem seus mandatos praticamente no mesmo período. O primeiro entre 1897 a 1911 e o segundo entre 1901 e 1909 e por serem integrantes do Partido Republicano, fizeram muitos acordos para o desenvolvimento do Estado e especialmente da capital paraense.

orientações para a instituição, principalmente no que se refere à *instrução, à administração interna, ao custeio, à nova denominação do orphanato e à construção do novo prédio*.

Art. 1º - Fica o Intendente auctorizado a reorganizar, como indica em seu relatório de I do corrente, o Orphelinato Municipal, que passa a ser denominado, desde já, Orphanato Municipal de Belém, imprimindo-lhe novos moldes, no que concerne á educação e instrução das orphãs.

Art. 2º - Para o fim de que trata o artigo anterior, fará o Intendente aquisição de terras de campos sufficientes, servidas por aguas abundantes, nas quaes levantará os commodos precisos, não só á residencia e diversos mesteres das orfhãs e pessoal administrativo, como também aos variados serviços em que têm de ser preparadas e empregadas as mesmas orphãs.

Art. 3º - Além da instrucção letteraria indispensavel e rudimentos da agronomia, as orphãs serão educadas em prendas domesticas até bordado a branco e nos diversos trabalhos agrarios a que são destinadas, sem prejuízo da educação physica que devem ter.

§ unico – também será ministrado ás orphãs o ensino de musica, quanto necessário para o canto coral.

Art. 4º - A administração do orphanato será da escolha do Intendente, o qual incumbirá de similhante missão pessoas de reconhecida aptidão e moralidade, preferindo religiosas que estejam dispostas e preparadas para tal mistér.

Art. 5º - O Intendente regulamentará a presente lei, submettendo o regulamento que promulgar á aprovação do Conselho, ssem prejuizo de sua immediata execução.

Art. 6º - Todas as despesas com o Orphanato correrão por conta do credito que fôr votado nos orçamentos annuaes para o custeio d'essa instituição, podendo ser augmentado, conforme as necessidades da installação e desenvolvimento do estabelecimento.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

(BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente – anexo II: ORPHANATO, 1903, pp. 258-259).

O artigo 2º da referida Lei aprovada pelo Conselho Municipal seria o dispositivo que faltava para o executivo municipal materializar o seu intento de construir um novo educandário que, naquele instante, de acordo com o artigo 1º, passaria a se chamar *Orphanato Municipal de Belém*. Assim, fazendo uso deste instrumento legal, Antonio Lemos, imediatamente convoca alguns engenheiros para dar início ao seu novo projeto, uma vez que não faltavam argumentos para tal investida, sendo constantemente reafirmados por ele em seus relatórios, como: Espaços mais amplos e mais ventilados; áreas mais adequadas para os serviços de cozinha, refeitório, trabalhos manuais, dormitórios; área verde para a realização das aulas de agronomia e de ginástica; entre outros.

Toda essa estrutura anunciada para o novo empreendimento educativo fazia com que a opinião pública e a sociedade paraense fossem cotidianamente convencidas dessa necessidade e diante disso se consolidava, cada vez mais no cenário político

paraense, a figura do intendente como grande estadista e maior reformador de toda a história da capital paraense.

Assim, ciente de seu prestígio junto a seus correligionários, Lemos em seu relatório parcial do ano de 1903 faz a seguinte declaração aos vogais do Conselho Municipal:

Penso que a Municipalidade deve dotar o Orphanato com um edificio proprio. O mais afastado possivel da capital e seus suburbios, em local vasto e disposto a dar ás orphãs uma educação apropriada ás suas condições, preparando-as para varios generos de trabalho, proporcionando-lhes desenvolvimento physico, fortificando-as com os elementos da sã hygiene e garantindo-lhes, finalmente, o futuro de modo mais efficaz e proveitoso.

Nesse sentido, ficaria bem localizado o Orphanato em lugar situado á margem da estrada de Bragança, com serviço para extensa área de terra, provida de agua em abundancia e participando ao mesmo tempo de faceis meios de transporte e communicacão com a cidade.

Cogito presentemente d'este grande melhoramento. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 253).

Fica evidenciado nessa mensagem dirigida aos conselheiros que o motivo da construção do novo educandário não estava apenas no fato de se ter uma melhor e mais imponente estrutura arquitetônica, a ideia seria proporcionar boas condições sanitárias e higiênicas às educandas, por serem consideradas questões fundamentais na região, tendo em vista as condições insalubres e degradantes vivenciadas na região.

Esta estratégia, de certo, estava diretamente ligada ao processo de reordenamento do espaço urbano da capital paraense, que comungou os ideários constituídos pelo pensamento médico-higiênico em voga. Todas as ações, de certa forma, coligiam para uma redistribuição dos segmentos sociais e institucionais por parte das autoridades políticas e sanitárias, onde se tinha como premissa, o distanciamento e o isolamento das populações pobres, que representavam ameaças tanto do ponto de vista social quanto da saúde.

A esse respeito, é possível perceber no segundo capítulo deste estudo que grande parte dos hospitais, abrigos, asilos e orfanatos da capital e de outras regiões do Estado foram remanejados ou construídos em áreas afastadas dos centros urbanos.

José Veríssimo, considerado por alguns estudiosos um eugenista e defensor dos princípios da medicina higiênica, em relatório¹⁷ enviado ao Governo do estado do Pará, no

¹⁷ O relatório intitulado "*A Instrucção Publica*" de 1891, enviado ao Governado do Estado Dr. Justo Leite Chermont, impresso pela Typ. De Tavares Cardoso e Comp., trata da instrução pública em geral, destacando os vários setores da Diretoria Geral da Instrução, como: Direcção e administração, Inspecção e fiscalisação

curto período em que ocupou o cargo de *Diretor Geral da Instrução Pública*, foi bastante enfático ao tratar da questão da higiene em uma instituição pública.

Em um dos tópicos do referido documento, são descritas as condições apresentadas no “*Collegio do Amparo*” – instituição congênere ao Orphanato Municipal, sob a responsabilidade do Estado. Na oportunidade, Veríssimo lança muitas críticas ao presenciar a maneira como as órfãs eram tratadas na instituição e demonstra sua incredulidade e insatisfação nesse modelo de atendimento público e faz o seguinte comentário relacionado à estrutura física considerada por ele ideal, segundo padrão europeu.

Em 1882, o Ministro da Instrução Publica em França, instituiu uma comissão de hygiene escolar, da qual faziam parte o eminente pedagogista Sr. Gréard, o diretor do Museu Pedagogico, Sr. Berger, o famoso hygienista Bouchardat, e muitos outros, medicos, hygienistas, pedagogos, membros do ensino, engenheiros, architectos. O Relatorio geral d’essa grande comissão, redigido pelo Dr. Javal, e resumidos os relatórios das comissões parciaes em que Ella se subdividio traz, entre muitas outras, as seguintes conclusões:

Os internatos devem ser, tanto quanto possivel collocados fóra das cidades.

Nas salas de classe, estudos e dormitorios, é necessaria uma renovação de ar de 15 metros cubicos pelo menos por alumno e por hora.

Nos dormitorios deve-se requerer 25 metros cubicos de ar por alumno e por hora, não sendo nunca inferior a cubagem de 16 metros.

A superficie dos refeitórios será calculada no minimo á razão de 1 metro por alumno.

As materias porosas devem ser evitadas na construcção de um refeitório; o melhor é empregar exclusivamente para o solo, Lages ou mosaicos, para as mesas, a pedra, o marmore ou o vidro, para as paredes a escariola (*stuc*) e os azulejos.

(*Ministère de l’instr. Pub. – hygiène des écoles primaires, etc. Paris. Imprimerie Nationale, 1884*). (PARÁ, Estado do./A Instrução Publica, 1891, p. 171).

Para Veríssimo, essas deveriam ser as normas, do ponto de vista arquitetônico, que deveriam ser seguidas, tendo com exemplo o *modelo francês*. Para ele, diante das atuais circunstâncias encontradas no Colégio do Amparo, nenhuma forma de instrução poderia prosperar e, que mesmo a pretexto de qualquer ação de caridade, seria um crime manter meninas em situações tão degradantes. Em uma das passagens do relatório, José Veríssimo, ao se referir ao estado higiênico da instituição, faz a seguinte descrição:

N’esse vasto edificio do Collegio do Amparo, alias pequeno para o numero de educandas que tem, os dormitorios de dia, ás janellas e portas abertas abafavam, os refeitórios embora varridos e lavados tresandavam um fatum nauseabundo de comidas fermentadas, as latrinas confinadas em um quarto escuro, infecto

lobrego, onde não entrava uma restea de luz nem um bafejo de ar, eram uns caixões furados, sem esgoto, nem syphões; a cosinha, confiada á direcção de uma negra boçal, suja, auxiliada por um grupo de educandas que, certo, n'esse contacto só teriam a perder, era tambem, como a latrina adrede á qual ficava, infecta e repulsiva e o preparo da comida feito em um fogão desmantelado, do tamanho dos que usamos em nossas casas de familia; banheiros, não existiam, de sorte que, n'este clima em que as abluções geraes são uma necessidade imperiosa, essas pobres educandas passavam dias e dias, quem sabe si mezes, sem tomar um banho! (PARÁ, Estado do./ A Instrucção Publica, 1891, p. 170).

Ainda de acordo com o Diretor da Instrução Pública, face à realidade encontrada, o Estado deveria dispor de espaços mais civilizados e condizentes com o ambiente republicano, pois daquela situação, não haveria nenhuma possibilidade de se praticar qualquer forma de educação e, muito menos, de instrução.

Compreenderíamos talvez, então, que encerrar alhi duzentas meninas, sem espaço, é, a pretexto de beneficencia e caridade, um crime; é conscientemente debilitar-as, encerrar-as, anemical-as e longe de educarmos e prepararmos para as durezas da vida domestica que naturalmente espera as raparigas pobres, desvalidas, sem familia algumas, para os trabalhos do lar do operario, do artesão, do jornaleiro, do modesto funcconario, mulheres sans, vigorosas e robustas, entregamol-as á sociedade enfezadas, estioladas, hystericas, inuteis. (PARÁ, Estado do./ A Instrucção Publica , 1891, p. 172).

Assim, diante do clima de transformação por que passava Brasil e particularmente a capital paraense, reafirmado pelos modelos europeus de escola e educação, os republicanos, liderados no Estado pelo então Intendente Municipal, não mediam esforços para projetar e manter instituições educativas, como o Orphanato Municipal, que àquela altura também representava o progresso, além de ser o meio de se chegar à condição de cidade, estado e nação civilizada.

1.3 Do início da construção do novo Orphanato ao fim do governo Antonio Lemos

O crescente número de órfãs e as condições físicas do Orphanato, que já não atendiam aos seus objetivos, foram os dois principais argumentos da intendência municipal de Belém para finalmente convencer os conselheiros e a opinião pública da necessidade de construção do novo edifício. Em vista disso, se tornou inevitável a compra de um terreno na Vila de Santa Izabel, distante a 30 quilômetros do centro da capital, às margens da estrada de ferro de Bragança.

A área escolhida, segundo o gestor municipal, apresentava todas as características necessárias para a construção do educandário, principalmente por estar localizada na zona rural da cidade,

“[...] sendo assim, a zona indicada é, como voz expuz, a que maiores vantagens proporciona, não só pela salubridade do seu clima, como pela feracidade e extensão de terrenos que ainda n’ella se encontram inexplorados”. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 254).

Imediatamente após a aquisição do terreno, foi definida, através de licitação pública, a empresa de engenharia responsável pela criação do projeto do novo edifício. Na oportunidade, a firma pertencente aos engenheiros civis *Joaquim Lalôr* e *Palma Muniz* fora a contratada para projetar e executar a obra, apresentando em poucos dias a planta do novo edifício à intendência municipal.

O projeto apresentado pelos engenheiros estava de acordo com os anseios do gestor municipal que, por sua vez, desejava ver no futuro edifício uma estética na arquitetura externa imponente, assim como todos os requisitos e condições de comodidade interna, “[...] nada deixando a desejar sobre a mais rigorosa hygiene” (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1905, p. 270).

De acordo com Souza (2007), essa tendência, de projetar e construir imponentes prédios escolares foi uma prática que já há algum tempo vinha sendo exercida em alguns países da Europa, porém, no Brasil, esse ideário surge com mais veemência durante o século XIX. Essa mesma autora observa ainda que:

[...] a construção de prédios escolares, o surgimento de moderno mobiliário escolar e novos materiais de ensino proliferaram de forma considerável articulando-se com a moderna pedagogia, o processo de escolarização em massa e a expansão do mercado industrial. (2007, p. 163).

Conjugado a estes fatores, o pensamento republicano via na arquitetura dos prédios uma das maneiras de se estabelecer a ruptura com o velho e o atrasado, ao instaurar no imaginário da sociedade, através destes elementos o signo da prosperidade e do progresso. Ainda a esse respeito, Buffa e Pinto (2007) ao analisarem a matriz pedagógico-espacial das escolas ao longo dos tempos em diversos contextos, relatam que:

[...] a instituição escolar do século XX teve sua matriz pedagógico-espacial nos colégios humanistas. Foi nesse momento histórico preciso que a escola deixou de ser apenas um agrupamento de mestre e discípulo e tornou-se um prédio específico, um lugar. Para bem caracterizar tais colégios foi preciso considerar, também, as escolas que os antecederam: monásticas, episcopais, universidades e colégios do século XIII. (p. 159).

Para esses autores, alguns conceitos como escola, classe, seriação, disciplinas escolares, programas, exames, prêmios, castigos, edifício próprio e adequado ao ensino, entre outros, constituíram-se em novidades postas em prática nos colégios humanistas do século XVI e que se configuram como realidades vivenciadas nos projetos republicanos de escolarização no final do século XIX e durante o século XX no Brasil. Assim, segundo os autores, somos herdeiros diretos dos colégios humanistas do século XVI e rupturas e continuidades estiveram sempre presentes nos projetos educativos brasileiros.

FIGURA 03: Planta da fachada do novo edifício do Orphanato Municipal de Belém



FONTE: Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1905.

Após o início da construção do novo prédio na vila de Santa Izabel, as dúvidas quanto à sua viabilidade foram aparecendo, devido à sua localização e, especialmente pelo alto custo que a obra iria consumir dos cofres públicos. Desta forma, o clima de desconfiança, sobretudo, dos opositores de Antonio Lemos começa a ter eco, inclusive na imprensa, liderado pelo Jornal “*A Folha do Norte*”.¹⁸

Somando-se a estes fatos, a economia da região começava a entrar em decadência, em razão da queda do preço da borracha no exterior, devido à concorrência da produção asiática. Nesse sentido, de acordo com Souza:

Trinta anos antes do apogeu do ciclo da borracha, numa operação de contrabando à qual a lenda empresta lances de ação de espionagem, o aventureiro inglês *Henry Alexander Wickham* conseguiu uma partida de setenta mil sementes de seringueira e enviou-as para Londres. Plantadas experimentalmente em *Kew Garden*, as mudas foram transferidas, mais tarde, para o sudeste da Ásia, região da faixa equatorial e com clima semelhante ao amazônico, transformaram-se em seringais ordenados como um bosque europeu e começaram a produzir. O monopólio estava quebrado por plantações racionalizadas e, a partir de 1910, elas começariam a provocar dificuldades aos coronéis brasileiros, até dar-lhes o golpe de misericórdia, que viria com o fim da I Guerra Mundial. Os coronéis de barranco, que acreditaram na exclusividade, sentiram-se, de repente, traídos pela natureza infiel. A borracha, matéria prima de interesse dos mercados industriais altamente desenvolvidos, era agora dominada pelos plantadores do Ceilão, que ofereciam, em abundância, um produto final livre de impurezas, e estavam no negócio com extensão dos mercados mundiais. O seringalista brasileiro, ainda no regime extrativista, não podia concorrer com os capitalistas da Malásia, porque o anacrônico extrativismo jamais concorre com capitalismo. Os mercados mundiais transferiram sua preferência para o látex do Oriente, de preço e custo operacional mais baixo. A Amazônia ficava sem seus compradores, assistindo à cotação de preço cair e dependendo de um país essencialmente agrário, que mal despertava para a indústria. (1994, p. 146)

Todavia, nada abalava a fama e o ímpeto de realizador conferido a Lemos, que continuava sua “gastança” ao contratar cada vez mais obras, além das que estavam em curso, não só na zona urbana da cidade, mas também na zona rural.

Apesar de certo desgaste e das dificuldades já sentidas pelo “Velho Intendente”, seu desejo de construir o educandário ia aos poucos se concretizando, no entanto, ele não

¹⁸ O jornal “*Folha do Norte*”, inicialmente comandado por Enéas Martins e Cipriano Santos teve sua primeira edição publicada no dia 1º de janeiro de 1896. O jornal que surge com o propósito de lutar pelo desenvolvimento sócio-político da região assume de imediato forte oposição ao então governo de Antonio Lemos, a partir de 1897. Assim, sendo implacável em suas críticas ao governo, o jornal sofrerá também com as várias investidas por parte do intendente. Em 1974, após várias mudanças em sua direção, encerra suas atividades na cena jornalística da região. (FERNANDES e SEIXAS, 2011).

imaginava que esta obra se transformaria em uma de suas mais controvertidas realizações. Mesmo assim, o intendente fazia questão de divulgar em seus relatórios administrativos todos os passos da obra, para anunciar à opinião pública a suntuosidade e a imponência do edifício em construção.

Àquela altura, diante do ritmo desacelerado das obras do novo edifício – fato que muito desagradava ao velho intendente – e tendo que garantir recursos também para a manutenção e resolução dos problemas do orphanato em funcionamento, a administração municipal se via obrigada a tomar várias medidas para manter a ordem pública e o bom funcionamento da instituição.

Em meados do anno, infelizmente, não foi bom o estado sanitario, do estabelecimento: desenvolvêra-se ahi forte epidemia de sarampo, que, sem embargo dos rigores prophylaticos observados, accommetteu a maior parte das alumnas. Comtudo, não tivemos o desgosto de constatar um só caso fatal. Ao ter alta a ultima doente, fôram as orfãs removidas para o edificio do Asylo de Mendicidade, onde permaneceram enquanto o Orfanato passava por uma completa desinfecção. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1905, p. 306).

Excesso de lotação e crises epidemiológicas estavam entre os problemas mais corriqueiros e que obrigavam a direção interna do abrigo, em conjunto com o governo municipal, a tomar sérias decisões para imediatamente saná-los. A transferência das órfãs para o *Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa*¹⁹ era uma das alternativas, porém por lá, as internas eram forçadas a conviver com velhos, mendigos e outras pessoas que viviam à margem da sociedade,²⁰ até que o departamento sanitário providenciasse a imediata desinfecção do prédio.

Em um desses momentos em que as órfãs foram transferidas para o Asilo de Mendicidade, existiam no Orphanato, segundo dados do Governo, 23 meninas, número considerado elevado e que demandava uma grande ação, por parte da direção interna do Asilo, para favorecer a convivência entre os antigos e os novos abrigados da instituição. Certamente que diante dessas circunstâncias, o executivo municipal obtinha novos argumentos para garantir mais recursos públicos para dar celeridade às obras do novo educandário.

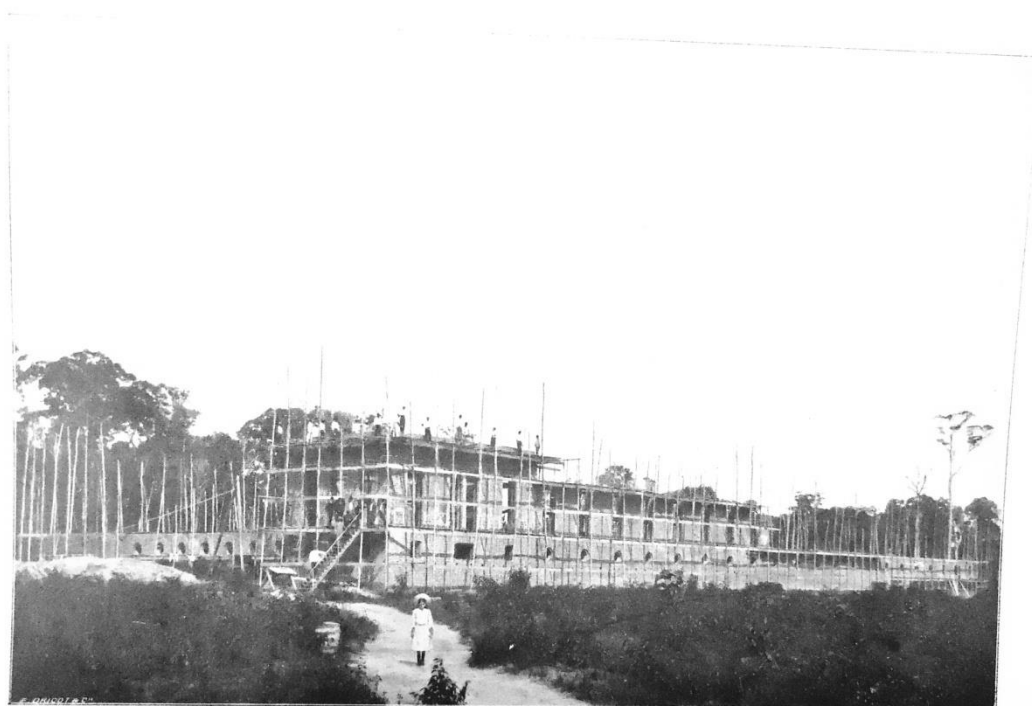
¹⁹ O *Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa* foi também construído no período pelo Governo Municipal e que tinha a missão de abrigar e cuidar dos velhos e mendigos desamparados. No segundo capítulo deste estudo, a instituição será melhor enfocada.

²⁰ Em um dos relatórios da Intendência Municipal, enviado aos conselheiros municipais, foi detectado que prostitutas e delinquentes também eram enviados para a instituição. O trecho está destacado no segundo capítulo deste estudo.

A partir de meados da primeira década do século passado, apesar da evidente desaceleração das obras, o Governo Municipal propagandeava que tudo estava de acordo com previsto e que recebia muitos apoios dos munícipes e de vários setores da sociedade, que reconheciam a importância da instituição para a comuna. Como reflexo disso, a prefeitura recebe no ano de 1905, como doação do senhor *tenente-coronel Antonio Pontes Tavares*, um lote de terras agrícolas para ampliar ainda mais o vasto terreno do educandário, que seria transformado em breve, segundo pretensões do gestor, em uma instituição destinada também a ensinar conhecimentos da área agro-técnica.

Destinado a ser em breve uma casa de educação profissional, segundo proposta minha, aceita pelo Conselho Municipal de Belém, que votou a Lei n. 370, de 28 de dezembro de 1903, o Orfanato ficará, dentro em poucos annos, instalado no amplo edificio que estou mandando construir proximo á Villa Santa Isabel, á margem da Estrada de Ferro de Bragança. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1905, p. 306).

FIGURA 04: Construção do novo edifício do Orphanato Antonio Lemos na Vila de Santa Izabel



ORFANATO ANTONIO LEMOS
(Estado das obras de edificação, em dezembro de 1905)

FONTE: Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1906.

Assim, visando garantir uma área ainda mais extensa e adequada não só para o aprendizado técnico-agrícola, mas também para a prática da educação física e outras atividades externas, o governo resolve desapropriar alguns terrenos ao redor da área adquirida. Esta medida objetivava proteger os mananciais aquíferos que serviriam para o abastecimento do Orphanato. Os proprietários dos terrenos adquiridos foram devidamente indenizados de acordo com os valores a seguir:

QUADRO 01: Valores pagos pela Prefeitura Municipal de Belém pela desapropriação de áreas no entorno do novo edifício

FOREIROS	QUANTIAS PAGAS
Tenente Cincinato Ferreira de Souza e sua mulher	1:500 \$
Dona Casemira Rebello de Souza	1:500 \$
Manoel Lopes Damasceno e sua mulher	7:000 \$
Os mesmos	4:000 \$
Manoel Lopes de Almeida	700 \$
Francisco Antonio Lopes Mais	1:000 \$
Dona Raymunda Bandeira Santiago	200 \$
TOTAL	15:900 \$

FONTE: Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1906.

Os gastos com as desapropriações de terrenos somados à importação e transporte de materiais e equipamentos elevavam significativamente o custo da obra, uma vez que a vila de Santa Izabel, a 50 quilômetros da capital, lugar escolhido para a construção do educandário, não oferecia condições adequadas de acesso, tendo em vista que a estrada de ferro de Bragança seria, naquela ocasião, a única alternativa para transportar todo o material necessário para a obra.

Em um de seus relatórios, Antonio Lemos, para impressionar os Vogais da Câmara Municipal, resolve divulgar o projeto original do educandário que passaria a atender a 300 meninas, inclusive as de idades avançadas, apropriado para “o ensino primario, canto coral, agronomia pratica, trabalhos domesticos, inclusive os de agulha até costuras brancas” (BELÉM, O Município de./Relatório enviado ao Conselho Municipal,

1905, p. 270). O intendente fazia questão de reafirmar que esta seria uma das mais importantes obras da Comuna Municipal.

As dimensões tão vastas do terreno explicam-se pela necessidade de utilizar os trabalhos das *educandas já púberes, que se não casarem*, e ahi permaneçam á espera de contractos para dirigirem serviços de sua competencia profissional.

Terá o edificio dois pavimentos com a altura total de 15 metros. Sua lotação será para 300 meninas, além do pessoal dirigente, docente e subalterno. O primeiro pavimento possuirá uma superelevação do solo de 2m50, dando logar a vastos porões, cujo solo será revestido de cimento concreto.

Entre o soalho do primeiro pavimento e o segundo haverá uma diferença de 6m, altura estabelecida também entre o soalho do segundo andar e o respectivo fôrro. Estas alturas offerecerão ao edificio todas as garantias de luz, ar e ventilação.

Projectado em tres alas ligadas anterior e posteriormente, o edificio occupará uma área de 7.028m², isto é 68m50 de frente por 102m60 de fundos. Caracteriza-se a fachada por tres corpos salientes ligados entre si, formando um corpo architetónico de typo moderno, sem excesso de ornamentação. A vista lateral offerece também o aspecto de dois corpos ligados por uma linha recta unica no conjuncto.

Far-se-á a ventilação por meio de 23 janellas de frente e 24 lateraes, abrindo para jardins e pomares circumstantes.

Dará acesso ao estabelecimento magestosa escadaria, com balaustrada em curva, tendo na parte superior uma largura igual á do corpo central da fachada (9m60). Do portico ou vestibulo (8m X 3m) póde-se passar para um salão de entrada (8m X 8m) ou para os dois terraços eguaes (20m X 2m80). Dos terraços, armados em ferro, com gradil e arcadas, será livre a entrada, do lado direito para o gabinete do medico, (8m X 6m) e para a pharmacia (8m X 8m), duas dependencias que se communicarão interiormente por uma escada em dois lances, dupla no primeiro lance, a qual offerecerá acesso para o segundo pavimento e que occupará uma área de 5m80 X 8m, finalmente para o salão da directoria do Orfanato (8m X 12m), localizado no corpo saliente do lado direito do edificio. O terraço do lado esquerdo offerecerá entrada para a administração municipal (5m80 X 8m), secretaria (7m60 X 8m), archivo (5m80 X 8m) e para o salão de honra (12m X 8m), locado no corpo saliente do lado esquerdo.

Será a ala direita dividida em sete salões de aulas com 12m X 8m cada um, podendo comportar em conjuncto bancas para 400 alumnas. Estes salões communicam-se entre si, com sahidas para um corredor interno, ao longo da ala, com 2m de largura.

A ala central será dividida em dois salões com 35m X 8m cada um, destinados á exposição de trabalhos e bibliotheca, – salões que se communicam com corredores em ambos os lados da ala.

A ala esquerda será dividida em tres vastos salões de estudo para as tres divisões do Orfanato, – grandes, médias, e menores, – medindo cada um 29m X 8m e podendo comportar até 400 alumnas.

Os corredores que circulam interiormente em torno das tres alas fornecerão luz ar e ventilação por uma arcada de alvenaria. A ligação posterior das tres alas será feita por um corpo dividido em cinco partes: uma sala para trabalhos, com 14m X 8m; gabinete meteorologico (5m62 X 8m), e um compartimento para escada (8m X 8m), permittindo também ampla passagem para um formosissimo châlet de ferro, o refeitório, ligado ao edificio por um passadiço de 8m X 2m50.

No châlet de ferro (22m X 20m X 6m), em fôrma de rectangulo, com os humbraes em torre cylindrica, estão localizados os refeitórios das orphãs (15m X 20m), a cosinha (20m X 5m), o refeitório da superiora e das irmãs, a copa e a despensa, fornecendo estas duas dependencias entradas livres para o exterior.

O segundo pavimento será occupado por tres dormitorios, situado cada um em uma ala do edificio, medindo egualmente 80m X 6m6, com capacidade folgada para cem camas, cada um. Na parte interior haverá tres salas de 6m X 8m para o

serviço das irmãs, dois compartimentos para a superiora, ocupando uma área de 8m60 X 7m20 e 8m60 X 5m; tres salas para as irmãs vigilantes dos dormitorios (8m60 X 6m), além da sala de rouparia (14m X 8m60). A parte posterior possuirá uma vasta enfermaria (14m X 8m60), gabinete da enfermeira (5m X 8m60) e mais duas salas (9m20 X 8m60 e 8m40 X 8m60), sendo uma para as irmãs e outra para a rouparia.

Os dormitorios possuem sahidas para os corredores de 2m ao longo dos quaes serão collocados em séries as bacias para lavatorios.

O serviço de *water-closets* far-se-á por meio de dois torreões quadrados (4m X 4m), situados exteriormente no corpo do edificio, por dentro dos vãos que interiormente separam as diversas alas.

Sobre os terraços do primeiro pavimento haverá, no segundo, dois terraços descobertos, privativos das irmãs.

Haverá também no estabelecimento um observatorio astronomico e um serviço privativo de incendios, tudo desempenhado pelas orfãs. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1905, pp. 270-273).

O entusiasmo com que a administração tratava o empreendimento era demonstrado cotidianamente entre seus correligionários e mesmo entre aqueles que se mostraram incrédulos com o projeto, por ser audacioso demais para um contexto tão adverso nos campos econômico e geográfico, pelas razões que já mencionamos e, sobretudo, pelos embates políticos que vinham se formando em torno da figura centralizadora do então intendente municipal. Porém, nada disso tirava o ânimo e a confiança de Lemos, que continuava detalhando em seus relatórios, inclusive através de imagens²¹, o progresso das obras.

Seguido o mesmo padrão das construções projetadas na cidade²², grande parte dos materiais utilizados foi importada da Europa e dos Estados Unidos²³, o que tornava a obra ainda mais onerosa, causando cada vez mais desconfiança e revolta por parte da

²¹ Em alguns dos relatórios, o governo municipal organiza imagens do novo edifício com o intuito de captar os recursos necessários para o empreendimento. Em um deles, faz a seguinte declaração: “Appenso a este volume encontrareis, além da planta dos terrenos, uma fotogravura que vos dará idéa exacta da grandiosidade do edificio e do estado da construção no ultimo dia de 1905. Póde-se já pelo trabalho executado aquilatar do conjunto do palacio, que será um dos mais importantes da communa, tanto pelo seu fim altruistico, quanto pela propria natureza da execução material do projeto architectado”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 310).

²² As construções da cidade seguiam o estilo *Art Nouveau* e a grande parte dos materiais era trazida da Europa e Estados Unidos, para a construção dos quiosques, ruas, praças, prédios, mercado, etc.(SARGES, 2002a).

²³ Grande parte dos materiais utilizados na construção do prédio foi trazida da Europa como o ferro, utilizado nas fachadas e nas galerias de passagem da parte interna. Seguindo à risca todas as determinações do Intendente, o engenheiro municipal *Domingos Acataussú Nunes* era quem fiscalizava o andamento da obra. Em um de seus discursos, Antonio Lemos relata que o futuro orfanato deveria seguir o exemplo das escolas Belgas, que eram consideradas as obras mais importantes do *sr. Proost*, director geral da agricultura daquele país e que seu projeto estrutural e educativo, em particular do ensino agrícola feminino, deveriam servir de modelo para outros países. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906).

sociedade e, especialmente da oposição, que começava a duvidar de sua viabilidade, assim como de sua finalização, levando em consideração os seus altos custos e o tempo decorrido.

FIGURA 05: Aspecto da construção da parte exterior do refeitório do Orphanato Antonio Lemos



FONTE: Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1909.

Em meio a todas as adversidades enfrentadas pelo Orphanato até aquele momento, é aprovada pelo Conselho Municipal a *Lei de nº 433*, no dia 15 de março de 1906, que modifica novamente o nome da instituição. Assim, em homenagem ao valoroso trabalho do gestor municipal, o internato passaria a se chamar “*Orfanato Antonio Lemos*”.

Se por um lado, este reconhecimento exaltava ainda mais o lado personalista de Lemos, tentando lhe conferir mais poder político, por outro, aumentava o descontentamento da oposição, que a cada dia se fortalecia, combatendo os desmandos

cometidos pela atual administração. Diante da “justa” homenagem, Antonio lemos, em mensagem dirigida aos conselheiros, reconhece todo o empenho e patriotismo que vem sendo dispensados por este ao educandário e publica seguinte nota:

Parecia-me, srs. Vogais, ser esta ultima a denominação mais apropriada áquelle doce refugio de pobres creanças desamparadas da sorte, porque ella comprehendia também os cidadãos que laboram n’este Conselho e que, com tanto patriotismo e desvelo, ampararam, contra a ruina e o anniquilamento, a bella instituição.

No emtanto, fui obrigado a submeter-me á Lei e, aproveitando-me do ensejo, aqui registro todo o sentimento de minha gratidão á vossa generosidade cavalheiresca. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1907, p.218).

Enquanto o novo educandário estava longe de se tornar realidade, as meninas órfãs e a direção interna da instituição haviam de se conformar com as más condições oferecidas no orphanato que estava em funcionamento²⁴. Condições que eram, a cada dia, afetadas pelo inadequado estado de suas instalações físicas, tornando-o mais propício ao surgimento de doenças como a gripe, a febre amarela, a varíola e outras comuns à região e aos ambientes coletivos. Diante dessa situação, o intendente já admitia a transferência das internas para o novo edifício, bastando que fossem concluídas apenas parte das obras, “[...] de modo a permitir a instalação do estabelecimento e iniciar o novo regimen de educação e instrucção que já prescrevestes”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1907, p.219).

À medida que Lemos chegava ao final de sua gestão, seu entusiasmo ia diminuindo especialmente em relação à conclusão das obras do novo educandário. Em seus relatórios enviados ao Conselho Municipal, já não há tanto o que relatar a esse respeito e Lemos passa a, de certa forma, aceitar as dificuldades que enfrentará para concluir a obra.

Não me foi possível, por varios motivos faceis de comprehender e que decorrem dos onus de uma obra de tão grande vulto, imprimir aos trabalhos uma marcha accelerada, como, aliás, seria preferivel. Todavia, com a prudencia requerida pelas condições momentaneas do erario municipal, pude estabelecer um certo equilibrio de modo a evitar que esses trabalhos estacionem. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1909, p. 299).

²⁴ No ano de 1906 o Orphanato já abrigava a 118 órfãs, não sendo possível, segundo o Governo Municipal, a admissão de maior número. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1907).

Àquela altura parecia não haver mais dúvida quanto à conclusão das obras do novo educandário, pois diante da incapacidade orçamentária do município em virtude das grandes obras demandadas por Lemos para fazer frente ao seu projeto de modernização da cidade²⁵. De qualquer modo, para o Partido Republicano, todos os recursos investidos nas obras, incluindo os que foram direcionados ao novo *Orfanato Antonio Lemos*, na vila de Santa Izabel, eram justificados, levando-se em consideração a posição que a cidade passou a ter diante do cenário nacional.

Para a oposição, a crise instalada fora resultante, em grande medida, da política megalomaniaca do velho intendente que através de alguns de seus projetos, levou o município ao estado de crise financeira em que se encontra e, que após sua saída do governo, dificilmente se terá nos próximos anos o equilíbrio das contas públicas.

1.4 Entre a realidade e o sonho: a difícil trajetória do Orphanato até sua transferência para a vila de Santa Izabel

Todo o entusiasmo e dedicação dispensados à construção do novo prédio onde funcionaria o Orphanato, durante a gestão de Antonio Lemos, fora minimizado a partir de 1911, ano que demarca a saída do então gestor da administração municipal²⁶. Seu desejo de ver o educandário instalado no novo edifício não aconteceu, vindo a ocorrer somente 17 anos após o fim do governo.

Para a oposição, muitos foram os fatores que motivaram o fim do “reinado” lealista, entre eles, a política centralizadora e populista, os gastos desenfreios e os

²⁵ Para realizar as grandes obras de saneamento e urbanização da cidade, o Governo Municipal contraiu empréstimos de grande monta tanto de instituições nacionais quanto estrangeiras. No ano de 1905, somente do *Ethelburgs Syndicate* de Londres foram 1.200.000 libras, um ano depois, em 1906, recorreu a este mesmo banco solicitando uma quantia de 600.000 libras, para pagamento anual de juros e amortização no valor de 125.000 libras (SARGES, 2002b).

²⁶ De acordo com Sarges (2002b), o fim da era Lemos pode ser compreendida a partir da concatenação de vários fatos que culminaram no momento final de sua gestão em 1911. Esses fatos estão relacionados com o atentado sofrido por Lauro Sodré, um de seus maiores opositores na política paraense, após sua chegada à Belém após dez anos de ausência. Toda a bagagem política construída por Lemos não fora suficiente para que viesse a renunciar após quatorze anos à frente da administração municipal. Neste período, muitos foram os adeptos de sua política reformadora e centralizadora, mas também, muitos criticavam e denunciavam sua forma de administrar a capital paraense. Lemos conseguiu manobrar vários setores durante sua gestão, incluindo o próprio Conselho Municipal, tendo inclusive por muito tempo a seu lado, aquele que viera a ser seu sucessor mais tarde, o então vogal *Virgílio de Mendonça*, que não aceitando mais as vontades do intendente, resolve votar contra um projeto do executivo, encorajando assim todo o conselho a negar através do voto alguns projetos. O prestígio político de Lemos ia a cada dia ficando insustentável e em março de 1911 o sinal mais evidente de uma possível renúncia foi sua ausência na reabertura da sessão do Conselho Municipal. Mais tarde, no dia 13 de junho, aquele que construiu uma imagem pública invejável não resistiu às pressões e através de carta anuncia sua renúncia.

investimentos em obras e projetos como o educandário, na Vila de Izabel. Esta, certamente, foi entre todas – tanto as que foram concretizadas, quanto as que estavam em curso –, a mais criticada e a que mais contribui para a sua derrocada.

Logo ao assumir a intendência municipal, *Virgílio Martins Lopes de Mendonça*²⁷, o primeiro sucessor e um dos principais opositores de Lemos, não poupava palavras para criticá-lo. Diante da realidade encontrada, o então gestor municipal dizia que a construção de uma obra como a do Orphanato, representava mais uma das manias megalomânicas alimentadas pelo ex-intendente.

Em seu primeiro relatório enviado ao Conselho Municipal de Belém, Virgílio de Mendonça, lança suas primeiras críticas acerca do projeto da nova instituição e menciona os valores empregados na obra.

Iniciada na administração anterior a construção de um grande predio, na Villa de Santa Izabel, estrada de ferro de Bragança, em que já foram gastos mais de 800:000\$000, jaz incompleto e pedindo para a sua conclusão uma somma consideravel e superior talvez áquellas, com que não se coaduna o estado das finanças municipaes, sobretudo neste periodo de transformação administrativa em que a actual pensa restringir ao minimun as despesas da Communa. Deste modo, parece-me justificado permanecer, por mais algum tempo, nas actuaes condições, o Orphanato Municipal, até que se encontre o Municipio em condições de remodelal-o e desenvolvê-lo. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho municipal pelo intendente, 1912, p. 24).

Evidentemente que mesmo diante do grande desafio a ser enfrentado pelo atual gestor municipal não haveria alternativa se não assumir o projeto, mesmo sendo totalmente contrário à forma como foi concebido. Porém, como anunciado por Virgílio de Mendonça, pelo menos nos próximos anos não haveria possibilidade alguma de dar continuidade.

Nesse sentido, no desenrolar dos acontecimentos que demarcaram a longa trajetória da obra do orphanato, o sentimento era de impotência por não haver condições financeiras para dar continuidade. Não obstante, a administração tinha consciência da importância do projeto para o Município e para a sociedade, que apostava que este seria o instrumento capaz de oferecer às centenas de órfãs, melhores possibilidades instrucionais e de sobrevivência. Assim, para o executivo municipal a garantia do bom funcionamento da instituição localizada na cidade era o que se podia fazer naquele momento.

É de incontestavel proveito este recolhimento de meninas órfãs, mantido pela municipalidade, sob a direcção de irmãs de caridade, cuja dedicação tem

²⁷ *Virgílio de Mendonça* administra a cidade de Belém entre os anos de 1912 a 1913.

imprimido bastante desenvolvimento e credito ao ensino e aproveitamento das educandas. (BELÉM, Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1912, p. 23).

As representações construídas acerca da escola e da instrução da população estavam ligadas também à projeção de grandes e imponentes edifícios que demarcassem um novo sentido e significado ao processo de formação da sociedade. Assim, educação e progresso eram elementos basilares e difundidos pelos republicanos desde a instauração da República em nosso país. Nesse sentido, Souza (1998) observa que:

A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (co)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. (1998, pp. 26-27).

A reafirmação no poder da escola e da instrução enquanto estratégia de reedificação das camadas menos favorecidas da sociedade se fortalece com o passar do tempo e o Orphanato Municipal de Belém se configura para a sociedade paraense com uma peça fundamental nesse processo. Àquela altura, a instituição já não era concebida apenas como um depósito ou um espaço de acolhimento para meninas desvalidas e sim, como um ambiente de formação e de instrução de mulheres, capazes de atuar em diversos setores da vida social.

Embora os olhares ainda estivessem direcionados para o projeto inacabado na vila de Santa Izabel, as administrações municipais se viam às voltas com as dívidas astronômicas deixadas, não havendo qualquer possibilidade de alocar novos recursos para o empreendimento.

Com a súbita renúncia de Virgílio de Mendonça ao cargo de intendente, em março de 2013, assume interinamente o presidente do Conselho Municipal *Dionysio Ausier Bentes*, que imediatamente instaura uma “*Comissão de Inspeção e Estudo do Ensino Municipal*”, para avaliar as condições das escolas e do ensino administrados pelo Município.

Como não podia ser diferente, Dionysio Bentes, se mostra bastante preocupado com o estado precário em que se encontravam as escolas municipais e em se tratando do

Orphanato, observa que apesar do alto custo do aluguel mensal²⁸, o prédio em que habitavam as órfãs, segundo suas palavras, se mostrava “[...] improprio, inesthetico e sobretudo extraordinariamente caro.”(BELÉM, Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 28).

Muito embora, o governo de Dionysio Bentes tenha tido tempo para realizar um diagnóstico da realidade, quase nada pôde ser feito, uma vez que no ano seguinte, em 1914 é nomeado, para a Intendência Municipal, *Antonio Martins Pinheiro*, que permanecerá no cargo até 1921. Assim, em um de seus relatórios, enviado ao Conselho Municipal, no ano de 1916, Antonio Martins Pinheiro, como já era de costume, faz saber àquela casa legislativa que as finanças públicas não eram das mais favoráveis para a realização dos serviços e obras necessárias ao bom funcionamento da ordem pública e que naquele ano foram agravadas pelas reduções das taxas adotadas na Lei Orçamentária da Receita. Dizia ele:

O nosso mau estado financeiro corria parelha com o estado desolador de ruínas que materialmente attestava esta capital. Como já tivestes noticia, alguns proprios municipaes fui obrigado a reparar radicalmente sem verbas especiaes para isso, afim de que não tivessesmos a lamentar mais tarde a sua destruição, ou parte pelo menos; e são: o Orfanato Municipal, o Bosque Rodrigues Alves e o Asylo de Mendicidade. Deste meu acto peço a vossa aprovação, que, estou certo, me não será negada se attenderdes a que o edificio doado ao Orfanato não dava renda e tinha os baixos quasi transformados em espelunca, ao tempo em que se gastava para esse mistér 800\$000 mensaes com duas casas em ruínas. (BELÉM, Intendência Municipal de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal, 1916, p. 03).

Percebe-se nesta mensagem, que as instituições criadas por lemos, como o *Orphanato Municipal* – denominação que voltava a ser utilizada, certamente como forma de protesto – e o Asilo de Mendicidade²⁹, eram constantemente tomadas por críticas, que vinham acompanhadas de certo tom depreciativo. Isto demonstrava o alto grau de indignação e revolta que Antonio Lemos causou em seus adversários políticos, que por sua vez, cuidavam de desfazer junto à opinião pública, a imagem de grande estadista construída pelo ex-intendente.

Ainda, segundo o gestor municipal, apesar do Orphanato apresentar um bom estado higiênico, assim como boas condições de saúde das meninas internas, seriam

²⁸ O valor do aluguel, segundo relatório municipal estava em torno de 800\$000.

²⁹ De acordo com Antonio Martins Pinheiro, o Asilo de Mendicidade que custou uma soma fabulosa e que abrigava cerca de 300 pessoas, estava em risco de tornar-se inabitável, em virtude de terem se abatidos todos os seus serviços de esgoto, feitos anteriormente sem as regras da higiene e da ordem duradoura. (BELÉM, Intendência Municipal de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal, 1916).

necessárias medidas urgentes para diminuir os gastos com a instituição e, como prováveis alternativas que poderiam ser tomadas, vislumbrava-se sua transferência para outro local mais apropriado e/ou a diminuição de meninas atendidas. No entanto, esta última medida não seria fácil de ser tomada pelo Governo Municipal, em virtude do grande número de pedidos de internação que não parava de chegar de todas as partes, inclusive de imigrantes estrangeiros.

Diante da situação, o Governo se vê obrigado a restringir o tempo de permanência das órfãs na instituição, publicando uma Lei onde estabelecia alguns critérios e anunciando também que a educação oferecida no Orphanato não seria obrigatória. Dizia o texto da Lei:

Tendo em vista a urgencia de regularizar a idade em que as educandas podem receber educação nesse estabelecimento, baixei, a 29 de janeiro, o seguinte acto: “O intendente de Belem, considerando que a *educação facultada* pelo Municipio no Orfanato às menores desamparadas não póde ser mais de seis annos a cada uma, afim de que este benefício aproveite ao maior numero possivel de necessitadas, o que aliás não poderá conseguir, permanecendo alli educandas internadas desde o anno de 1904 manda que sejam desligadas estas e as dos annos de 1905, 1906, 1907 e 1908, e mais todas aquellas de annos posteriores que já tenham attingido a idade de 16 annos. De todas ellas, serão entregues aos seus paes tutores ou protectores, aquellas que os tiverem, sendo as demais apresentadas ao dr. Juiz de Orphãs que lhes dará destino. ((BELÉM, Intendência Municipal de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal, 1916, p. 14).

Certamente que as órfãs que seriam atingidas por esta medida, caso fosse implantada, devam ter ficado em difícil situação. Contudo, diante dos registros do *Livro de Matrículas*³⁰ da instituição, a referida Lei, de alguma forma, não foi efetivada, pois no referido documento é possível detectar muitos casos de longas permanências no Orphanato, inclusive após 1930.

Para Antonio Martins Pinheiro, estes problemas estavam diretamente relacionados à situação de total endividamento, oriundo dos empréstimos que foram tomados nos anos de 1905, 1906 e 1912, que somados chegariam a dois mil contos de réis, considerando que a receita anual do Município girava em torno de quatro mil contos de réis. Tudo isso, levava o Governo a fazer constantes negociações com os bancos europeus, para amortizar os juros e impedir o colapso das contas do Município que, segundo ele, encontrava-se negativada há mais de 10 anos, sendo afetada também pelo falta de

³⁰ Este documento será melhor analisado no capítulo IV deste estudo

pagamento de fornecedores, do funcionalismo público, de promissórias vencidas e de apólices de empréstimos internos³¹.

Na atual conjuntura, o contrato firmado entre a prefeitura de Belém, no início do século, e a firma dos engenheiros civis *Joaquim Lalôr* e *Palma Muniz*, idealizadores do projeto e responsáveis pelo início da construção do novo Orphanato, não era nem sequer mencionado nos relatórios anuais enviados ao Conselho Municipal, fato que evidenciava a ruptura em relação à continuidade da referida obra.

Assim, somente a partir do ano de 1926, durante a gestão de *Antonio Crespo de Castro*, apoiado por Dionysio Ausier Bentes, desta vez Governador do Estado, é que novos rumos irão ser dados para o Orphanato. Àquela altura, mesmo já localizado em um novo endereço³², o educandário passava pelas mesmas situações de outrora, ou seja, superlotação, problemas higiênicos e precariedade das instalações físicas.

Nesse sentido, Antonio Crespo de Castro, já não podendo mais ignorar a situação de descaso com a instituição, que há muito já vinha sendo protelada por seus antecessores, em mensagem enviada aos conselheiros municipais, alerta para a necessidade e urgência da retomada das obras do orphanato na vila de Santa Isabel.

Na ordem desses propositos ao lado das providencias que encontrei iniciadas pelo meu infortunado antecessor, dr. Rodrigues dos Santos, que incessantemente procurou uma formula para dar em outro local, um novo abrigo ás orphanzinhas, foi que me revesti de todas as energias para retomar a continuação da construção, abandonada ha vinte annos, do novo edificio que áquella época se projectara para tão alevantados fins, na villa de Santa Isabel. (BELÉM, O Município de./Mensagem enviada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1927, p. 32).

Assim, o poder legislativo, após ser sensibilizado pelo então gestor municipal, passa a apoiar a retomada das obras do edifício em Santa Isabel que, segundo Antonio Crespo, “já desaparecia no meio da mata”. Desta vez, a firma de engenharia do sr. *Freitas*

³¹ Ainda segundo o Intendente Municipal Antonio Martins Pinheiro, a municipalidade teve que dar como garantia aos credores todas as suas rendas para tentar garantir o custeio e a manutenção da ordem pública. “Assim muitas medidas foram tomadas para evitar o colapso e entre elas a revisão de contratos assinados anteriormente. Diante disso dizia ele: “estamos obrigados por isso mesmo a garantir o aumento dos nossos compromissos, advindos naturalmente da mora que nos era concedida. E como já vos disse, estando todas as nossas rendas já empenhadas, negocieei com a *Municipality of Pará Improvements* a transferência para a intendência da concessão para a construção e exploração do serviço de esgoto de Belém, que fora dada por privilegio de setenta e quatro annos, em contrato assinado em 1906 e renovado em 1912”. (BELÉM, Intendência Municipal de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1916, p. 05)

³² De acordo com o Relatório, o Orphanato encontrava-se na ocasião localizado no *Bairro do Bagé* em um prédio colonial à beira de um mangue, no extremo da cidade, sendo esta, a terceira mudança de endereço antes de sua transferência para a Vila de Santa Isabel. (BELÉM, O Município de./Mensagem enviada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1927).

Dias, seria a empresa contratada para dar prosseguimento à obra e por orientação do executivo municipal seria priorizada a conclusão de pelo uma parte do educandário para que pudesse brevemente “[...] dar alojamento ao Orphanato, onde novas condições de vida se abrem às protegidas do Município, fazendo-as viver em um meio onde não lhes falta a luz nem o ar, num dos pontos mais saudáveis do Estado...” (BELÉM, O Município de./Mensagem enviada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1927, p 33).

Diante de um clima mais ameno, do ponto de vista político, as autoridades públicas, tendo como lideranças Antonio Crespo e Dionysio Bentes e setores da sociedade civil chegam à conclusão de que a melhor saída seria a imediata transferência das órfãs para o novo edifício localizado na Vila de Santa Izabel e para gerenciar todas as ações ligadas à instituição, resolvem criar no ano de 1926 uma Fundação denominada *Samuel Mac Dowell*³³.

A partir daquele ano a referida Fundação, presidida por *Dolores do Rego Barros Mac-Dowell*, passa a promover grandes eventos para angariar recursos tanto para a manutenção do antigo, quanto para a construção do novo Orphanato. O trabalho incansável desta instituição através de campanhas de sensibilização e mobilização da sociedade, inclusive do novo intendente municipal, *José Maria Camisão*³⁴, chamado pelas irmãs de caridade, de o novo provedor do Orphanato, resultam finalmente na transferência das órfãs, no ano de 1928, para o prédio mesmo inacabado, na vila de Santa Izabel.

Em reconhecimento ao trabalho do novo intendente, a ordem religiosa que dirige internamente a instituição, faz a seguinte declaração:

O senhor Intendente José Maria Camisão, ancião venerado e de coração generoso, facilitou o transloco; o mesmo fez o Senhor Director da Estrada de Ferro Dr. J. Siginesio Penna de Carvalho, modo que, depois de 12 dias de grande trabalho, com 63 meninas, sendo as outras em ferias, o instituto encontrava-se em Santa Isabel. No meio das duras provas não faltou o auxilio de Deus. (BRASIL, Bodas de Ouro das Filhas de Sant’Anna no, 1933, p. 85).

³³ A Fundação *Mac Dowell* era composta por senhoras da sociedade paraense e tinha como presidente a senhora *Dolores Mac Dowell*. Ao se referir a tal entidade, Antonio Faciola, então Intendente Municipal, faz a seguinte declaração: “Esta instituição formada por senhoras da nossa mais alta sociedade, sob cujos auspícios e protecção se encontra o Orphanato, muito já têm feito em seu beneficio; e é de esperar que continuando a fazer sentir os efeitos da sua generosa intervenção, constituindo-se os anjos tutelares d’aquella casa de caridade, auxiliem as boas intenções desta intendencia em tornal-a o que deve ser, dilatando em proveito das pobrezinhas desamparadas a orbita abençoada da sua ação”. (Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1930, pp. 117-118).

³⁴ *Antonio Camisão* governou o município de Belém entre os anos de 1928 a 1929.

Assim, diante da nova realidade encontrada, religiosas, Governo e sociedade iniciam uma nova etapa junto à instituição, tendo que, em pouco tempo, adequá-la para estar em condições mínimas de funcionalidade, não só para abrigar as órfãs, mas, sobretudo, para oferecer uma educação de qualidade e fundamenta em um novo modelo pedagógico.

Certamente, que a intenção de transferir a instituição para uma localidade afastada do centro urbano da capital poderia ser coerente com os preceitos da medicina higiênica, porém a carência de diversos materiais e as dificuldades de acesso seriam, certamente, os novos desafios impostos às autoridades públicas. No entanto, os cuidados com a higiene não deixaram de ser uma preocupação constante por parte dos serviços de vigilância sanitária.

*Antonio de Almeida Faciola*³⁵, último intendente municipal de Belém a administrar o Orphanato, em mensagem enviada aos conselheiros municipais, destaca a importância que a instituição adquiriu no transcorrer dos anos e que mesmo exigindo altos recursos do erário municipal, vinha comprimindo sua missão de acolher meninas desvalidas.

Bem podeis calcular o que, na phase actual, representa o custeio d'uma casa d'aquella ordem, em cujos lineamentos esquecemos as nossas difficuldades para attender unicamente aos impulsos do coração; apesar porem, do grande sacrificio que ella impõe, – sacrificio que dou por bem empregado, – nada lhe tem faltado e nada lhe tem sido regateado, afim de proporcionar ás educandas conforto, vestuario e alimentação sadia e abundante.

Se é verdade que a transferencia do educandario para a localidade destituida de recursos, como é Santa Izabel, deu em resultado uma manutenção mais dispendiosa, esse inconveniente é assás compensado pela excellencia do novo edificio e pela salubridade do logar, que transparece no aspecto physico de todas as meninas. Entretanto, apesar d'uma construção moderna, onde foram observados todos os preceitos de hygiene, ainda ha ali muito que fazer, sem falar no acabamento do edificio, que lhe daria a symetria de que o priva a ausencia da outra ala. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, 1930, p. 117).

Àquela altura, diante da nova realidade, o Orphanato começa a ser visto não mais como uma instituição pertencente à Prefeitura Municipal de Belém. As novas condições de sua localização e as mudanças políticas ocorridas no ano de 1930 foram determinantes para que as autoridades públicas tomassem a decisão de transferi-lo para a alçada estadual.

³⁵ *Antonio Faciola* foi nomeado no ano de 1929, governou o Município até 1930. Foi o último Intendente Municipal antes do governo interventor de 1930.

O que parecia inevitável torna-se realidade no ano de 1931, quando é celebrado um acordo, entre os Governos Municipal e Estadual³⁶, de transferência do educandário para o Governo Estadual, integrando-o à *Secretaria de Educação e Saúde Pública*, passando a ser chamado de “*Orfanato Estadual Antonio Lemos*”³⁷. Naquela ocasião, o então internato, juntamente com *Instituto Gentil Bittencourt*, seriam, segundo o então interventor Federal no Estado, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata³⁸, as instituições de “ensino e assistência destinadas à educação de moças pobres e sua preparação para a vida domestica”. (PARÁ, Governo do./Relatório apresentado pelo interventor Federal, 1944, p. 167).

³⁶ Não foi encontrada, nos registros analisados, a lei que celebrou a transferência do Orphanato para o governo estadual.

³⁷ Em 1931, o Orphanato Municipal é transferido para o governo do Estado, que segundo o seu relatório, a partir daquele momento: “Destina-se a amparar as nossas órfãs do interior, instruí-las e educá-las em serviços domésticos e agrícolas. Pretendo ampliar o Curso normal Rural, que o orfanato mantém, para a formação de professoras ruralistas que, uma vez diplomadas, voltam às suas paragens de origem a exercer o magistério no próprio meio em que nasceram”. (Relatório do Interventor Federal, 1944, p. 167).

³⁸ Segundo Castro (2011), Magalhães Barata exerceu a interventoria do Estado até 1935. Após quase oito anos, volta a assumir o Governo, nomeado por Getúlio Vargas e, em 1956 retorna ao cargo, desta vez através do voto popular, vindo a falecer em maio de 1959, antes de concluir o seu mandato.

2 DO PROJETO REFORMADOR À CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ

2.1 Panorama socioeconômico e político da capital paraense entre os séculos XIX e XX

A passagem do século XIX para o XX representou um marco na história do Brasil que diante do estabelecimento de uma nova fase, impôs grandes desafios para a sociedade que impulsionada pela conquista da independência (1822) e, mais tarde, pelo direito de se tornar um país republicano (1889), acalentara o desejo de transformar a grande parte de sua população, que até então era formada por analfabetos, em cidadãos letrados e civilizados, capazes de participar ativamente do processo de mudança, que haveria de ocorrer em todos os setores da sociedade.

Na tentativa de se atingir o desenvolvimento e a prosperidade, alguns centros urbanos de importantes cidades do país dão início as seus projetos de remodelação para imprimir uma nova imagem condizente com o espírito civilizatório tão desejado à época.

Diante dos grandes desafios impostos, não bastava tão somente modificar a paisagem urbana das cidades construindo praças, avenidas ou prédios modernos e imponentes para abrigar teatros, cinemas, cafés ou livrarias, o mais importante, certamente, seria transformar as pessoas – especialmente aquelas que representavam o atraso e a ignorância.

Na próspera cidade de Belém, muito havia de ser feito para civilizar o seu povo nativo que causava tanto incômodo à exigente elite da época. Entre esses indesejáveis estavam os velhos, mendigos, aleijados, órfãos e outros desvalidos da sorte, que eram cada vez mais comuns serem vistos perambulando pelo centro urbano e comercial da cidade.

Sendo assim, às autoridades públicas, não restava alternativa se não a de pensar ações que viessem a atender esses segmentos sociais para que fossem devidamente adequados e transformados em cidadãos capazes de conviver no novo cenário urbano que se desejava imprimir na capital paraense.

Diante do clima euforia, a cidade passa a receber diariamente centenas de novos moradores vindos de várias de diferentes regiões do Brasil e de outros países. Muitos destes novos moradores passam a viver na cidade e, juntamente com os nativos sem trabalho e nem moradia adequada, começam a se aglomerar nos subúrbios da cidade, em

busca de melhores condições de sobrevivência. Fazendo uma analogia aos estudos de Lilia Lobo³⁹ onde esta analisa a forma como eram tratados os pobres, escravos e deficientes no Brasil, podemos encontrar similitudes que indicam a maneira como os chamados “sujeitos indesejáveis” foram tratados também durante a reconfiguração do espaço urbano belenense.

Essa parcela da população será alvo das autoridades políticas que criam vários dispositivos para afastá-los do centro urbano da cidade ou mesmo confiná-los hospitais e em espaços de recolhimentos. Esses reformadores tinham com meta transformar a capital paraense aos moldes de cidades europeias e para isso, são obrigados a implantar ações, especialmente de cunho educacional e assistencialista, para evitar que se estas pessoas viessem a se tornar ameaças e inviabilizar o projeto de reforma que se pretendia.

Consoante a essas ações, os governantes também investem fortemente nas áreas de saneamento e higienização dos espaços públicos e privados, aprovando várias leis para adequar a população ao novo padrão de convivência, condizente com o espírito modernizador que estava em curso. Para Sarges (2002a), a transformação do espaço urbano acontecia simultaneamente à propagação de uma nova moral que visava o controle das classes populares e o enaltecimento da classe abastada.

Essa mesma autora destaca ainda que:

O processo de modernização da cidade de Belém, só foi possível em razão do enriquecimento que atingiu certos setores sociais da região a partir da segunda metade do século XIX. Reforçando o processo de inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial, toda a atividade econômica da região passou a girar em torno da borracha a partir de 1840. (2000a, p. 14).

Certamente que é no momento de transição entre o século XIX e XX que a região amazônica passa a vivenciar um momento de grande efervescência econômica em virtude da produção e exportação em larga escala da borracha, produto que garantiu a cidades como Belém e Manaus, viver um ciclo de significativa prosperidade e progresso.

No caso de Belém, capital do Pará, muitas investidas foram tomadas – tanto em esfera municipal quanto estadual – para construir no imaginário de seu povo, visto como atrasado, indolente e sem educação –, uma nova postura, condizente com o ambiente civilizado, vivido por cidades europeias como Paris na França.

³⁹ Trata-se do livro *“Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil”*, lançado no ano de 2008 pela Editora Lamparina.

A nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida na República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade aos padrões da civilização europeia. Desse modo, a destruição da imagem da cidade desordenada, feia, promíscua, imunda, insalubre e insegura, fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado (entenda-se a Europa), que a cidade de Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou na “obsessão coletiva da nova burguesia”. (SARGES, 2002a, p.14).

A busca incessante pela mudança, a partir desse grandioso projeto reformador seria, de certa forma, outro golpe aplicado à população que vivia especialmente nos subúrbios e que transitava pelo pequeno centro urbano da cidade, causando certo desconforto às elites que por ali habitavam.

Importante destacar que apesar de somente a partir da segunda metade do século XIX (por volta de 1860) venha a se viver o período áureo de comercialização da borracha na região, sua produção se inicia a partir dos anos 1820. De acordo com Penteado (1968, p.127), “[...] os 93.000 quilos saídos em 1825-1826 eram largamente ultrapassados pelos 978.360 quilos exportados em 1849-1850”. Esse mesmo autor observa que “[...] esse total, dez anos depois, iria atingir a casa dos 2.463.525 quilos”.

A partir de então, o Estado, assim como toda a região Amazônica, viu suas rendas anuais crescerem substancialmente, chegando a exceder a um milhão de libras, transformando a capital “[...] num centro exportador de borracha e importador e redistribuidor de grande quantidade de produtos variados, desde os alimentares até utensílios e equipamentos diversos”. (PENTEADO, 1968, p. 127).

A tabela a seguir demonstra no decorrer de alguns anos (1865 – 1911) a significativa evolução que a borracha obteve, consolidando a região como uma das mais atrativas e importantes do país até o final da primeira década do século XX, sendo exportada pra vários países.

TABELA 03: Evolução da produção da borracha no estado do Pará até o ano 1911

ANOS	QUILOS/ANO
1865	3.545.850
1870	5.241.051
1875	5.565.663
1880	5.317.009
1885	6.237.216
1890	4.644.187
1895	8.209.885
1901	13.467.413
1906	16.554.620
1911	15. 306.132

Fonte: Penteado/Belém do Pará – Estudo de geografia urbana, 1968.

Como se pode perceber, em dois momentos do século XIX (em 1880 e 1890), há retração na produção, no entanto, é a partir do ano de 1911 que se iniciará a fase de decadência do produto, o que causará, mais tarde, uma série de entraves econômicos aos governantes que viriam assumir após esse período⁴⁰. Porém, enquanto se vivia na abundância, Belém se consolidava no cenário nacional, sendo uma capital bastante atraente aos vários ramos de negócios⁴¹.

Com o passar dos anos, o cenário econômico ainda se mostrava bastante promissor e alimentava o desejo daqueles que queriam transformar a cidade e deixar no

⁴⁰ De acordo com Penteado (1968), Belém ia sofrer as consequências diretas com o fim da fase áurea da borracha, deixando inclusive profundas marcas na sua paisagem urbana.

⁴¹ Belém se firmara não só como uma cidade comercial e de animada vida noturna, mas também como um centro político de grande importância regional, porém tudo isso resultava de uma situação de artificialidade, provocada pela riqueza advinda da borracha. (PENTEADO, 1968).

passado o atraso e a vida degradante de sua gente sem hábitos refinados e sem qualquer possibilidade para viver no novo modelo de sociedade que se queria implantar.

Assim, na composição do ambiente urbano em construção, o que não agradava à emergente elite paraense⁴² era a aparência do povo nativo, herdada de seus antepassados, que ao olhar e nas descrições do viajante estrangeiro, destacado abaixo, já há muito, desvirtuava a paisagem que se pretendia construir na cidade, a partir das representações dos costumes cultivados em países da Europa – especialmente na França. Essas descrições, publicadas por Lemos em seu relatório do ano de 1908, tinha também a pretensão de negar essas origens.

Os Tupinambás são homens de mediana estatura, cor baça, bem figurados, refeitos, semblante alegre, bem assombrados, com bons dentes, miúdos e brancos, pés pequenos, cabellos curtos na cabeça (sendo esta a unica parte do corpo em que os conservam, arrancando todo o mais).

Cousa não menos extranha, nos diz *Lery*⁴³, quam difficil de crer para aquelles que não o viram, é que homens e mulheres e meninos vivem e andam uzualmente nús como sahiram do ventre materno, não só sem occultar parte alguma do corpo como tambem sem mostrar signal de pejo ou de vergonha.

Como os homens, as mulheres andam ordinariamente nús; agora convém acrescentar que ellas arrancam todo o pello que lhes aparece, inclusive pestanas e sobrancelhas. É verdade que a respeito dos cabelos ellas não os ungem, pois ao passo que os homens os tosquam na frente e os apáram na núca, as mulheres ao contrario não só deixam crescer e ficar compridos, mas tambem os penteiam e lavam mui cuidadosamente, os entrançam algumas vezes com um cordão de algodão tinto de vermelho, todavia andam quasi sempre desgrenhadas deixando-os mais comumente fluctuarem sobre os hombros. Mas entre as cousas duplamente anormaes e verdadeiramente maravilhosas que observei, continua *Lery*, nessas mulheres brasileiras é que não obstante não pintarem o corpo, os braços, as côxas e as pernas como fazem os homens, nem cobrirem se de pennas, nem de outras cousas proprias de sua terra, todavia nunca podemos conseguir fazer com que se vestissem, embora por muitas vezes lhes dessemos vestidos de chita e camisas.

A respeito dos meninos, acima de 3 ou 4 annos, os quaes são nadegudos, gorduchos e fornidos, apresentavam-se enfeitados com os seus ponteiros de osso branco nos beijos furados, com os cabellos tosquiados ao seu modo e algumas vezes com o corpo pintado.

Quanto ao nariz, quando as nossas parteiras de cá na ocasião do nascimento das crianças apertam as ventas com os dedos para tornal-os mais bonitos, os nossos americanos, ao contrario, fazem o nariz chato, esmagando e achatando as ventas.

⁴² Essa emergente elite paraense era composta por comerciantes, seringalistas, financistas, com destaque para os profissionais liberais que estudaram em universidades europeias e que, em geral, eram oriundos de famílias ricas. É este grupo que irá definir, juntamente com o poder público, a remodelação da cidade, imprimindo-lhe o brilho da *belle-époque*. (SARGES, 2002a).

⁴³ Segundo Paiva (2008) *Jean de Lery* foi um pastor calvinista, nascido na França que além de missionário foi também escritor. Seus relatos acerca do povo indígena do Brasil foram feitos a partir de sua viagem a convite de Calvino com o objetivo de auxiliar *Villegagnon* na empresa da França antártica.

(BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Anexo 21, 1908).

As impressões descritas a respeito do povo nativo e selvagem, representadas a partir do olhar de *Jean de Lery*⁴⁴, certamente incidirão alguns anos mais tarde, com o advento da República, em muitas ações que terão como objetivo, forjar a melhoria e a regeneração da raça – através da imigração, que poderia ser também usada como forma de cruzamento entre as raças e a partir da *eugenia*⁴⁵, por exemplo.

Nesse sentido, os debates acerca da condição do povo nativo, especialmente em relação à melhoria da sua composição física e biológica, acontecem em consonância com o processo de reestruturação e higienização dos espaços urbanos não só da capital paraense, mas de outras importantes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Bezerra Neto (2002), ao analisar o processo de formação do povo amazônico a partir da colonização portuguesa no século XVII, observa que José Veríssimo, em ensaio publicado em 1878 intitulado “*As populações indígenas e mestiças da Amazônia: Sua linguagem, suas crenças e seus costumes*”, faz algumas análises relativas às raças indígena, negra e branca que influenciaram radicalmente à formação do povo amazônico do final do século XIX e início do XX.

Para o autor, na concepção de José Veríssimo, esses povos constituíram na região um “vasto laboratório de mestiçagem” aproximando, por exemplo, o mameluco – filho do branco com o índio –, da raça branca.

No caso da Amazônia, Veríssimo escreveu que houve uma forte presença do elemento indígena associado ao branco colonizador, em detrimento da pouca importância da raça negra: “Essa região, com efeito, foi das menos povoadas por negros, e hoje é raríssimo encontrar africanos nas duas províncias (Pará e Amazonas), principalmente fora das capitais (Belém e Manaus)”. (BEZERRA NETO, 2002, p.54).

O fato de o índio ter uma aproximação física com o homem branco lhe conferia certo grau de civilidade, muito embora, nas ideias de Veríssimo, essa ligeira semelhança

⁴⁴ Jean de Lery – *Historie d'un Voyage fait en La terre Du Brésil, autrement dite Amérique*. A La Rochelle, 1578. Descrição feita por Lery acerca dos costumes dos indígenas. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Anexo 21 – A fundação de Belém, 1908).

⁴⁵ Francis Galton, naturalista e geógrafo inglês, foi o primeiro a utilizar o termo *eugenia* (*eu=boa; genia=geração*), em 1883. Galton defende a tese de que o desenvolvimento da capacidade humana seria decorrência da hereditariedade e não da educação. Por essa razão, as diversas populações deveriam passar por uma triagem com o objetivo de se identificar os tipos sociais indesejáveis, para que se evitasse o cruzamento genético dessas populações, pois, assim se atingiria o aprimoramento da humanidade através do controle biológico dos nascimentos. (SCHWARCZ, 1993).

não seria capaz de torná-lo cidadão civilizado, havendo necessidade de um intenso trabalho de instrução e educação ao lado de uma política de povoamento para elevar esses nativos amazônicos à condição de raça civilizada, cidadãos alinhados ao desenvolvimento e ao progresso.

Educação e povoamento constituiriam, portanto, as bases para o aprimoramento das raças cruzadas da Amazônia, possibilitando-lhes sair do seu estado de letargia e abatimento, na medida em que os *tapuios* e *mamelucos* demonstravam um grau de inteligência mais desenvolvido comparativamente aos próprios indígenas, considerados por Veríssimo como inferiores intelectualmente. (BEZERRA NETO, 2002, p. 60).

Debate como este (melhoria da raça), juntamente com outros (imigração, instrução, saneamento), estavam na pauta das discussões republicanas, ganhando destaque na virada do século pelos vários setores, especialmente àqueles ligados ao pensamento médico-higienista, que será determinante para a construção do modelo educativo implantando no início do século XX no Brasil.

Assim, o ideário reformista e modernizador imposto à cidade de Belém terá grande impulso com a chegada do republicano Antonio Lemos à intendência municipal no ano de 1897. Homem predestinado que durante sua gestão, transformou radicalmente a cidade, sendo considerado por alguns historiadores locais como Carlos Rocque, o maior administrador que Belém já teve em toda sua história.

Nos primeiros anos de sua administração, Belém rapidamente se transforma e passa a se consolidar no cenário brasileiro como uma das mais prósperas e modernas capitais do país, ocupando lugar de destaque entre as principais cidades, incluindo a capital federal, sendo, inclusive, elogiado pelos seus feitos por Pereira Passos⁴⁶ e por outras personalidades⁴⁷ que visitavam a cidade e se admiravam com o progresso da cidade. No entanto, segundo Rocque, para realizar as reformas e modernizar a cidade, Lemos ultrapassou todos os limites orçamentários possíveis.

⁴⁶ Segundo Rocque (1996), a fama de Lemos, enquanto administrador de Belém mereceu o reconhecimento de Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro. Em 1904, em passagem pela capital federal, Lemos foi recebido pelo Prefeito da capital federal e este lhe fez a seguinte declaração: “Eu começo a fazer na minha cidade o que V. Ex^a já fez na sua”.

⁴⁷ Em carta enviada por Euclides da Cunha a seu pai, quando realizou uma viagem à Amazônia, no ano de 1904, ao se referir à cidade de Belém, faz a seguinte declaração: “No Pará tive uma lancha especial oferecida pelo Senador Lemos e alguns rapazes de talento. Passei ali duas horas inolvidáveis e nunca esquecerei a surpresa que me causou aquela cidade. Nunca São Paulo e Rio terão as suas avenidas monumentais, largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina no resto do Brasil o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmensurados, as suas praças incomparáveis e com a sua gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem”. (VENÂNCIO FILHO, 1938, p. 141).

[...] para fazer de Belém a mais bela capital nortista, ou a terceira cidade brasileira, contraiu ele muitas dívidas. Inicialmente, mais de 20 mil contos de réis, tomados de empréstimos, aqui no Brasil. Depois, para resgatá-los, fez dois externos: um de um milhão e outro de 600 mil libras esterlinas, com o estabelecimento londrino *Ethelburg Syndicate*. A verdade é que, sem esses levantamentos bancários, não poderia realizar tanto quanto realizou, já que a receita anual na Intendência não atingia a 7 mil contos de réis. (1996, p. 32).

Lemos pouco se preocupou com essas dívidas, contraídas em longo prazo⁴⁸. “Dizia mesmo que as gerações futuras deveriam também, contribuir com os melhoramentos, pois deles iriam gozar” (ROCQUE, 1996, p. 32). Assim, seguiu usufruindo também das riquezas oriundas da produção e exportação da borracha para realização de seu projeto frente ao executivo municipal, podendo inclusive contar, nos primeiros anos de sua gestão, com o apoio do Conselho Municipal e do Governo Estadual que, tendo a frente Augusto Montenegro⁴⁹, estabeleceram vários acordos para a realização dos projetos de modernização do Estado e, em especial, da capital.

Antonio Lemos também gozava da simpatia da sociedade civil que já o via como um homem de grande influência tendo em vista sua atuação como Senador da República, editor-chefe do Jornal “*A Província do Pará*” e Diretor da Santa Casa de Misericórdia do Pará⁵⁰, cargo que lhe proporcionou maior aproximação com várias instituições caritativas existentes na capital paraense, especialmente o Orphanato Municipal que será um de seus maiores investimentos durante sua gestão.

Na visão de Lemos, diante do ambiente de prosperidade, não havia mais razão para a cidade conviver com tantas mazelas e desordens sociais vivenciadas durante a

⁴⁸ Segundo Rocque (1996), em um depoimento concedido a ele por Abelardo Conduru em 1972, este lhe fez a seguinte declaração: “Fui eu quem terminou de pagar o Mercado de São Brás. Paguei exatamente 500 contos, que na época era muito dinheiro. O velho ficou com a fama de realizador, mas muita coisa que ele fez eu terminei de pagar.” Após ter sido prefeito de Belém entre 1932 e 1933, nomeado pelo então interventor federal Magalhães Barata, Abelardo Conduru voltou ao cargo executivo entre 1936 e 1943, desta vez sendo eleito pela Câmara Municipal.

⁴⁹ Augusto Montenegro governou o estado do Pará entre 1901 e 1909, contando com o apoio de Antonio Lemos. Durante as duas gestões, muitos acordos foram firmados tanto no campo político quanto no campo administrativo. Esse pacto deu mais poder a Lemos e a seu partido republicano, ampliando seus domínios e solidificando sua oligarquia, reduzindo a oposição a um partido federal, sem muita influência na política regional. (ROCQUE, 1996).

⁵⁰ No ano de 1876, com o fim do jornal “*O Pelicano*”, Antonio Lemos é convidado para atuar como jornalista no recém-criado jornal “*A Província do Pará*”, dividindo também a redação com o seu proprietário, Joaquim José de Assis. Enquanto responsável pela administração, Lemos imprimiu uma nova dinâmica ao jornal ao levar a público sempre as notícias mais interessantes do momento. Mais tarde, Lemos associa-se a Pedro e Antonio Chermont, representantes de uma das oligarquias do Pará, transformando o jornal no veículo de comunicação mais importante da região norte e nordeste do país, passando a ser impresso numa rotativa importada da Europa. No campo da filantropia, Lemos também construiu sua imagem ao exercer desde 1883 o cargo de procurador geral da santa Casa de Misericórdia do Pará, posição tão bem vista e prestigiada naquele momento, que, aliás, era prática comum desde o Império para ganhar prestígio e simpatia em todas as camadas da sociedade. (SARGES, 2002b).

colônia e a monarquia e passa a investir fortemente, especialmente durante os primeiros anos de sua gestão em políticas de racionalização e moralização dos espaços públicos e privados, para virar a página do atraso.

Assim, diante de um panorama favorável, do ponto de vista econômico e político, dá-se início ao ambicioso projeto reformador estabelecendo aí uma ruptura com o velho, ou seja, tudo aquilo que representava a decadência dos tempos passados, como: saneamento público, higiene, assistência, saúde, instrução, etc. Não é exagero reconhecer que Antonio Lemos, em virtude do sucesso de sua administração, impinge uma marca indelével no cenário político da região ao consolidar o desejo de todos aqueles que lutaram pelo sonho de ver na prática os pressupostos da sociedade republicana.

Passados cinco anos de sua administração, o intendente envia em novembro de 1902 ao Conselho Municipal de Belém seu primeiro relatório, redigido sempre em primeira pessoa⁵¹, onde descreve detalhadamente as realizações executadas na cidade e compartilha com os conselheiros municipais os avanços alcançados em tão pouco tempo à frente do executivo municipal.

Senhores Vogaes,
Reunido o Conselho Municipal de Belém, n'esta sessão selenne commemorativa da proclamação da República em nossa patria, eu penso que o modo mais adequado de congratular-me convosco é oferecer-vos o presente Relatorio, em cujas paginas tive a honra de consignar o registro historico da colaboração simultanea do Conselho com a Intendencia, durante cinco anos. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p.05).

E no mesmo relatório, ele continua:

Vou procurar fazer a enumeração dos factos mais importantes da vida municipal de Belém, a contar da data 15 de novembro de 1897, deste modo, por honrosa investidura electiva, me acho em exercício. Assim tereis contas exatas dos meus actos, já aliás prestigiados com a vossa approvação, nas anteriores reuniões periodicas do esforçado conselho. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p.05).

Homem de personalidade extremamente excêntrica, o Intendente Municipal divulgava, minuciosamente, nos relatórios administrativos enviados ao Conselho

⁵¹ Como forma de divulgar todos os passos de sua administração, Antonio Lemos mandava publicar todos os relatórios enviados ao Conselho Municipal de Belém. Estes eram confeccionados com luxo e rigor e distribuídos para autoridades locais, instituições científicas, jornais, representantes de embaixadas estrangeiras sediadas na capital e até para monarcas europeus. Esta ação, além de divulgar a imagem da cidade na Europa, atribuía também mais credibilidade e confiança ao então Gestor Municipal. (SARGES, 2002b).

Municipal, os avanços obtidos durante sua gestão e no primeiro deles descreve o estado em que encontrou o município de Belém e impõe-lhe a árdua tarefa de moralizá-lo, de acordo com os métodos e leis que deveriam fundamentar o Estado Republicano⁵².

Mais adiante, no mesmo documento, o gestor municipal, em sessão solene comemorativa ao aniversário da Proclamação da República, faz alusão aos atos e obras relevantes de sua administração durante os primeiros cinco anos realizados na cidade, conjuntamente com o próprio Conselho Municipal. Os eloquentes depoimentos descritos por Lemos no relatório destacam que antes de sua administração, havia uma total falta de ordem pública e que estas, agiam em desacordo e desobediência às leis que regem e normatizam um país e uma cidade que tem a pretensão de ser republicana.

Com efeito, por motivos que não vêm a propósito esmerilhar agora, os serviços municipaes achavam-se em desordem, sendo que alguns até regidos por disposições em antagonismo com as leis fundamentais do Estado e da República. Em muitas estações havia até verdadeira balburdia na execução das leis: em grande parte na engrenagem municipal, era a falta de methodo e de ordem a nota característica do governo que me precedêra. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 06).

A moralização dos serviços públicos municipais representava, naquele contexto, um dos grandes desafios a ser enfrentado e projetos reformistas tornavam-se urgentes. Diante disso, os poderes municipal e estadual, passam a criar leis para tentar impor novas configurações ao cenário urbano da cidade. A ideia seria tornar as repartições públicas mais eficientes e racionalizar os espaços públicos e também privados, interferindo inclusive no cotidiano da população.

Uma das primeiras ações do novo Governo Municipal foi, usando suas próprias palavras, disciplinar os serviços e os servidores públicos para garantir, de imediato, o bom funcionamento das instituições que, àquela altura, se mostravam totalmente desmoralizadas pelos desmandos cometidos pelas autoridades durante a Colônia.

[...] tratei de disciplinar na administração elementos entibiados e, se pelo interesse do serviço público, me foi dado o dissabor de dispensar a cooperação de alguns auxiliares poucos devotados aos seus deveres, tenho o desvanecimento de proclamar a felicidade com que fui guiado na escolha de outros funccecionarios, cujo concurso dedicado ao municipio eu aproveito esta solenne

⁵² A política paraense viveu nos primeiros anos do regime republicano dias de muita tranquilidade. Não houve punições, ameaças e nem perseguições aos monarquistas. Antonio Lemos administrou Belém nos primeiros anos de sua gestão sem muita oposição, tendo o apoio irrestrito do Conselho Municipal e de toda sociedade. (ROCQUE, 1996).

ocasião para enaltecer. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 06).

A narrativa republicana imprimiu nos dirigentes governamentais uma visão transformadora, de futuro, levando-os a tomar decisões firmes, para estabelecer as diretrizes para a consolidação de uma sociedade, idealizada a partir dos cânones da política europeia, tão difundida entre as elites brasileiras. Belém, mesmo enfrentando todos os problemas oriundos de sua condição social e localização geográfica, tinha a pretensão de virar a página do atraso e figurar como uma cidade que respirava ares civilizatórios.

A transformação completa que soffria a capital no asseio de suas ruas e no calçamento gradual em diversas vias publicas, por onde era quase impossivel transitar antes, coadjuvava grandemente as precauções higienicas tomadas pelo corpo medico municipal, em prol do saneamento urbano. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 104).

A despeito das atitudes e realizações levadas a cabo por Lemos, a oposição fazia suas críticas e o acusava de ser megalomaniaco e não ter limites e critérios com os gastos públicos. Segundo Sarges (2002b, p. 153), “[...] em 1907, ‘*A Folha do Norte*’ acusava o intendente de gastar dinheiro quando o funcionalismo estava com seus salários atrasados e o Município em apertadas condições financeiras”.

Como não podia ser diferente, um intenso programa assistencialista também passa a ser executado com a construção de espaços destinados a abrigar idosos, mendigos e crianças órfãs e desvalidas. Essa ação se tornaria uma marca do gestor municipal assim como das administrações Brasil afora e, mais que cumprir com suas obrigações sociais, fazia parte, na verdade, do projeto de saneamento e embelezamento da cidade, pois para os reformadores já não se podia admitir que se vissem nas ruas centrais da cidade pessoas esmolando ou se prostituindo com aparências tão degradantes e em condições tão insalubres.

Assim como as demais ações, os investimentos nas áreas da instrução e da assistência eram também minuciosamente descritos nos relatórios trimestrais enviados ao Conselho Municipal, especialmente durante a Administração Lemista e vinham intencionalmente, na mesma seção em que eram relatadas as melhorias realizadas nos setores de saneamento e saúde.

Ao que tudo indica, esta estratégia funcionava de certa forma como uma das maneiras de demonstrar que a limpeza e higienização da área central da capital não estavam restritas à construção de prédios, vias, praças ou à padronização de ruas públicas.

A racionalização espacial passava principalmente pelo remanejamento e acomodação de pessoas indesejáveis que transitavam, moravam ou pediam esmolas nas ruas, causando transtornos à ordem pública e incomodando as famílias que habitavam na área central da cidade.

Famílias que cultivavam hábitos e costumes europeus e que cotidianamente, como demonstração de poder e elegância, transitavam pelo centro da cidade, vestidas elegantemente com roupas compradas em grifes europeias, ostentando não somente elegância, mas principalmente poder.

FIGURA 06: Avenida independência, ao fundo a chegada de um Bonde que transportava passageiros pela cidade



FONTE: Álbum de Belém do Pará, 1902.

Na cidade de Belém do século XIX, mulheres das classes abastadas tinham um zelo especial pela indumentária, tanto que mandavam buscar seus vestidos em Londres e/ou Paris. Para resolver essa questão, estabelecimentos comerciais se instalaram para atender o requinte das damas e cavalheiros. Entre essas casas

destacamos a *Paris N'Amérique*, o *Bom Marché* e casas exclusivamente de modas e chapéus como a *Maison Française*, de *Mme. Russo*, entre tantas outras, além de lojas ambulantes que vendiam, em carros e tabuleiros, fazendas francesas, inglesas e diversas miudezas.⁵³ (Sarges, 2002a, p. 29).

A imponência e o luxo ostentados pelas famílias da classe alta funcionavam também como uma das estratégias utilizadas para se contrapor ao ambiente insalubre e degradante que ainda era uma realidade na cidade de Belém. Os costumes, o modo de se portar, os gostos revelavam-se na elegância das indumentárias produzidas na Europa, pois mesmo que a história ainda guardasse as marcas do passado colonial representada nos costumes, nas tradições, na maneira de falar, na alimentação e, principalmente, na maneira de vestir do povo nativo, aquela representação europeia criava no imaginário da elite belenense um forte elo entre a civilização e a modernidade.

Essa elite formada em grande parte pelos barões da borracha, segundo Sarges (2002a), tinha uma composição diversificada e que exercia grande pressão junto ao poder público para que fossem tomadas medidas moralizadoras para racionalizar o espaço urbano.

A cidade se orgulhava de ser uma das primeiras a ter como transporte público os bondes elétricos, que naquele momento era um dos maiores símbolos da modernidade, porém esse meio de transporte também era motivo de segregação social, pois para a elite havia os bondes de primeira classe, que eram luxuosos e bem equipados, e os de segunda classe, que serviam para transportar cargas e a população pobre que morava nos subúrbios da cidade.

Cidade Velha e Campina eram, à época, os dois mais importantes bairros da cidade, constituindo-se como o principal reduto dessas famílias. No primeiro, estavam localizados os bancos, teatros, cafés, cinemas e o comércio em geral e no segundo, situavam-se os chalés e mansões que serviam de moradia.

Estes bairros foram a cada dia se tornando ambientes propícios para aqueles que viviam da mendicância e que a cada dia só aumentava na capital, em virtude do acelerado crescimento demográfico, que tinha como uma de suas causas, os programas de imigração

⁵³ Para proporcionar o entretenimento da elite, eram contratadas companhias artísticas da França, de Portugal e do Rio de Janeiro, que faziam temporadas no Teatro da Paz. Estima-se que somente no ano de 1878, foram apresentados aproximadamente 126 espetáculos. Em decorrência desse *vaudeville*, surgem várias casas de diversões, como o *Café Chic*, Café da Paz (local preferido para as reuniões políticas), *Moulin Rouge*, *Chat Boir*, *Café Madri*. Em 1902, foi inaugurado o Cinema Olímpia, que contava com amplo salão de projeção e outro para concerto. Os coronéis da borracha davam-se ao prazer de ter suas *cocotes*, que eram assim chamadas as prostitutas de luxo, muitas de nacionalidade europeia, frequentadoras das sessões das sextas - feiras. (Sarges, 2002a)

do governo estadual. Esta população de pedintes e desocupados trazia cada vez mais transtorno e incômodo às elites, ao comércio e ao visitante estrangeiro que transitava pelo próspero e elegante cenário urbano da capital paraense.

Nesse sentido, a construção, reforma e adequação de hospitais, abrigos, asilos e orfanatos – como o *Orphanato Municipal* – ganharam destaque e se transformaram em prioridades nos projetos dos governos, tanto municipal, quanto estadual que, após a implantação da República, combinaram muitas ações especialmente nas áreas de assistência, instrução e educação a velhos, mendigos, crianças e adolescentes desvalidos.

Entre esses espaços destinados ao atendimento a crianças e adolescentes órfãos e desvalidos existentes no município de Belém e em outras regiões do Estado, podemos destacar:

QUADRO 02: Instituições criadas no Estado para atendimento de crianças órfãs e desvalidas

INSTITUIÇÃO	PÚBLICO ATENDIDO	RESPONS.	NATUREZA/ANO DE CRIAÇÃO
Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa ⁵⁴	Velhos, mendigos, prostitutas e crianças.	Governo Municipal	Criado através da Lei de nº 238 de 1899, a instituição foi inaugurada no ano de 1902
Instituto da Infância Desvalida Santo Antônio do Prata	Meninos e meninas desvalidas	Governo Estadual	Criado através de decreto nº 1263, de dezembro de 1903, localizado no alto Maracanã
Instituto Orfanológico do Outeiro	Meninos órfãos entre 5 a 12 anos	Governo Estadual	Fundado em julho de 1904 através de decreto nº 1320, no prédio da antiga hospedaria de Outeiro
Colégio Nossa Senhora do Amparo	Meninas órfãs	Governo Estadual	Criado em 1804 pelo Bispo D. Manoel de Almeida. Atualmente Colégio Gentil Bittencourt
Instituto Lauro Sodré	Meninos desvalidos	Governo Estadual	Originário do Instituto Paraense de Educandos Artífices idealizado por João Oliveira no ano de 1870
Instituto de Ourem	Meninos e meninas desvalidas	Governo Estadual	Criado através da Lei de nº 924 de outubro de 1904

FONTE: Elaborada pelo autor a partir de diversos Relatórios e Mensagens oficiais.

⁵⁴ Essa instituição se tornará essencial para as pretensões do Governo Municipal em sua ação saneadora junto a esses segmentos sociais. Juntamente com o Orphanato Municipal, ela será objeto de muitas investidas por parte da administração municipal.

Essas repartições construídas no período de transição da República, para abrigar mendigos, velhos, enfermos e crianças foram estrategicamente construídas ou remanejadas para regiões afastadas do centro cidade, tendo como justificativa oficial, a necessidade de ser em locais arejados, arborizados e longe de fábricas e indústrias. A ideia seria não somente dar um “destino adequado” a estas pessoas, mas, sobretudo, impedir, a todo custo, que essas pessoas perambulasse pelas áreas centrais da cidade, pedindo esmola, prostituindo-se, causando desordem e incomodando as famílias que ali moravam.

Como a ordenação da cidade passava pelo processo disciplinar traduzido não somente em discurso, mas, sobretudo, em ações para o ajustamento ou “regeneração social”, como gostava de enfatizar o intendente, um conjunto de intervenções na vida social atravessou o cotidiano de Belém. (SARGES, 2002b, p. 155).

Ainda de acordo com Sarges, essa estratégia fazia parte de uma grande ação política pautada no discurso da filantropia, que funcionava não só como higienização dos espaços, mas também como uma espécie de confinamento e vigilância impostos a esses indivíduos que representavam um estorvo no ambiente citadino, muito embora, a partir deles – dos indivíduos indesejáveis – Lemos tivesse obtido, talvez, a melhor porção de seu prestígio junto à sociedade.

Nos últimos momentos de seu já desgastado governo, sendo obrigado a renunciar em virtude das pressões da fortalecida oposição, o velho intendente fez questão de fazer uma última visita de despedida ao Asilo de Mendicidade, local construído no início de sua administração, que abrigava alguns dos segmentos sociais mais reprimidos na emergente sociedade republicana.

No dia 17, Lemos foi despedir-se do Asilo de Mendicidade aonde chegou às 10 horas. Introduzindo pelas religiosas na sala de recepção, ali demorou-se algum tempo, fazendo as suas despedidas; depois passou-se ao salão de estudo das órfãs e outras crianças asiladas, em número total de 92. Uma das órfãs, colocando-se à frente de suas companheiras, leu entre soluços, uma mensagem de adeus ao “querido benfeitor”. Em meio a tantas ofensas e achincalhamentos decorrentes das extremadas lutas políticas [...]. (ROCQUE, 1996, p.315).

O clima de comoção tomou conta do asilo ao ser lida a carta por uma das internas que habitavam o abrigo. Dizia a carta:

“Não foi sem uma viva pena que recebemos a vossa resolução de renunciar ao cargo de intendente de Belém.”

“Esta triste notícia, surpreendendo-nos, veio entristecer as nossas almas e mergulhar os nossos corações na mais legítima das dores. O que fizestes para nós! Criastes este abrigo e nos arrancastes à necessidade e aos perigos do mundo. Entregastes-nos aos desvelos destas mãos extremosas, que são as irmãs de caridade”.

“Para nós preparastes este jardim e nele transportastes estas flores que crescem acariciadas de luz e de orvalho. E eis que agora Deus é servido perdermos este benfeitor. A providência não podia nos mandar maior provação. Seja feita a sua vontade! Porém, o que nós queremos dizer, querido benfeitor, é que na tristeza da hora presente, os nossos sentimentos para convosco não mudaram, antes redobram de intensidade e temos certeza de que nunca mudarão. Possa esta gratidão e esta afeição de seres fracos mas sinceros, ser para vós um conforto e uma consolação nas tristezas de que está cheia a vida do homem. E já que estás para vós afastar de nós, pedimo-vos para nunca esquecerdes das pobres órfãs deste asilo, a quem tanta afeição e carinho dedicastes. No coração delas, amado benfeitor, vós vivereis por uma saudade que o tempo não apagará jamais.” (ROCQUE, 1996, p. 316)

Após 1911, com o fim da longa Administração Lemista⁵⁵, os problemas que já vinham ocorrendo, sobretudo, nos campos financeiros e político, se agravaram. Aos intendentess que o sucederam, não restava muita coisa senão governar com uma receita bastante comprometida e com o agravamento da dívida pública contraída na primeira década do século XX.

Virgílio Martins Lopes de Mendonça, em seus relatórios enviados aos conselheiros municipais não media palavras para censurar e denunciar a administração anterior. As críticas eram direcionadas a todos os setores da administração municipal, especialmente a política de concessão de contratos firmados entre o Governo e as empresas privadas⁵⁶. Mendonça também fazia denúncias à obra iniciada na Vila de Santa Isabel, para abrigar as órfãs, onde já haviam sido gastos mais de 800:000\$000, quantia exorbitante e que representava mais um dos desejos megalomaniacos do antigo intendente.

Os serviços municipais no decorrer dos anos foram reestruturados pelos intendentess e a revisão de contratos foi certamente uma das principais iniciativas tomadas.

⁵⁵ *Virgílio de Mendonça*, senador estadual e vogal do Conselho Municipal, foi um dos que mais criticou a política e o Governo Lemista, mesmo sendo membro do Partido Republicano. Indignado com os contratos de concessão firmados entre Lemos e empresas privadas no ano de 1910, Mendonça resolve criar dificuldades para que alguns contratos não fossem aprovados. Este ato reforçou mais a tradicional oposição que vinha sendo esmagada pelo velho intendente. Segundo Rocque, “a atitude de Virgílio Mendonça, apoiada por dois vogais, era o maior sintoma de que já sentiam fraco o velho oligarca, a ponto de não temerem enfrentá-lo dentro do próprio Conselho, num problema em que ele fechara questão”. (1996, p. 290). Após ser eleito intendente municipal em 1912, Virgílio Martins Lopes de Mendonça, renuncia ao cargo, sendo substituído interinamente por Dionysio Ausier Bentes, por ser vice-presidente do Conselho Municipal.

⁵⁶ Na intendência de Antonio Martins Pinheiro (1916 – 1921), as negociações dos contratos firmados com os credores estrangeiros como a *Ethelburga Syndicate Limited* e o *Pará Improvements* foram retomadas no sentido de pagar os juros dos empréstimos tomados em anos anteriores. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1916).

O objetivo das administrações seria sanear as dívidas e tentar manter, na medida do possível, a prestação e a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos munícipes, em especial àqueles ligados à limpeza pública, ao corpo de bombeiros, ao saneamento, à assistência e ao ensino municipal, inclusive o particular.

Durante a gestão de *Antonio Martins Pinheiro* (1916 – 1921) essas medidas evidenciadas no âmbito do ensino particular foram tomadas para diminuir o índice de evasão escolar e garantir que mais crianças frequentassem a escola. Assim, mesmo diante da crise financeira, o Executivo Municipal “[...] distribui pequenos auxílios pecuniários por varias escolas particulares do interior, afim de nellas ser ministrado, gratuitamente, o ensino a um certo número de creanças desfavorecidas da fortuna”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1916, p. 38).

Permitir que crianças pudessem frequentar as aulas descalças nas escolas públicas foi outra medida posta em prática para minimizar os baixos índices de matrícula e frequência. Segundo o governo, esta medida produziu bons resultados, elevando como nunca antes o índice de crianças matriculadas.

Passados os anos, o legado deixado por Lemos na cidade, ainda era lembrado por todos, simpatizantes ou não. A verdade é que seu projeto serviu como exemplo e inspiração, sendo seguido por vários de seus sucessores e, a cidade, mesmo vivendo em recuperação, do ponto de vista econômico, podia usufruir do projeto modernizador intensificado em seu período áureo propiciado pelo ciclo da borracha, conhecido como a *belle époque* paraense.

O Orphanato Municipal no decurso dos anos passa a ser visto pelo Executivo Municipal como uma instituição fundamental para a cidade, demandando atenção especial por se constituir em duas realidades. A instituição que estava em funcionamento, abrigando centenas de órfãs e a obra que estava em construção na Vila de Santa Izabel, que por muito tempo ficou no esquecimento, por não haver recursos financeiros⁵⁷ e, de certo modo, interesse por parte de alguns gestores em concluí-la.

⁵⁷ Antonio Crespo de Castro durante sua gestão (1926 – 1929) resolve incluir em seu projeto de governo a continuidade da obra do novo Orphanato, abandonada há mais de 20 anos. Dizia o gestor: “Sem medir sacrificios, procurei integrar ao patrimonio do Municipio o acervo valioso que já desaparecia no meio da matta, ao mesmo tempo que solucionava um problema de importancia relevante com o novo educandario, cujo aspecto majestoso e cujo valor hão de provar as tradições philanthropicas da nossa Terra”. (BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal, 1927, p. 32).

Mesmo assim, essas duas realidades vividas pelo Orphanato Municipal eram sempre destacadas nos relatórios oficiais desde sua fundação no ano de 1893, até o momento de ser finalmente transferido para Santa Izabel no ano de 1928.

2.2 A política de imigração e o aumento do contingente de desamparados na capital paraense

A produção, beneficiamento e exportação da borracha na Amazônia, especialmente no Estado do Pará, tiveram no final do século XIX, como já demonstramos anteriormente, um crescimento exorbitante e toda a riqueza proporcionada por esse produto garantiu à capital paraense um alto nível de desenvolvimento que lhe conferiu o status de uma das mais importantes e desenvolvidas cidades brasileiras ao elevar rapidamente sua população de 61.997 para 236.402 entre os anos de 1872 e 1920. (Sarges, 2002a).

Os ganhos obtidos pela comercialização da borracha propiciaram que os governos criassem políticas de incentivo à instalação de muitas fábricas e indústrias na região, tornando o comércio dinâmico e pujante, que atraía cada vez mais famílias das mais diferentes regiões do país e também do exterior, que vinham através de um programa de introdução de imigrantes na região.

O processo de introdução de colonos imigrantes em terras paraenses é impulsionado com a *Lei nº 330*, de 21 de fevereiro de 1896, criada durante a gestão do governador *Lauro Nina Sodré*. A partir desta Lei, foi autorizada a entrada de 100.000 (cem mil) imigrantes, que poderiam permanecer no Estado por um período de 10 anos. No documento que definia os contratos assinados entre o Governo Estadual e os agentes de imigração *Francisco Cepeda, Emílio Castro Martins e William Brice*⁵⁸ eram garantidas além da hospedagem, indenizações de passagens, transporte para os locais de trabalho, alimentação, diárias e assistência médica nos núcleos coloniais. O Estado se comprometia também em ceder lotes de terras em terrenos férteis, assim como ferramentas e utensílios para o trabalho no campo.

⁵⁸ Mais tarde, já no governo de Paes de Carvalho, através de *decreto nº 556*, de quatro de maio de 1898 ficam estabelecidas novas instruções para a política de imigração do Estado. Segundo essas instruções, ficaria determinado que os contratantes de introdução de estrangeiros deveriam submeter ao visto dos agentes consulares brasileiros, nos portos de onde procediam os imigrantes, os passaportes e documentos obrigatórios para comprovar parentesco, conveniência, conduta e aptidão profissional. Os imigrantes seriam agricultores ou atuariam em outras profissões úteis. As famílias deveriam ser constituídas por marido e mulher, com ou sem filhos. Na ausência de um casal, o imigrante deveria ter acima de 45 anos de idade, podendo ser viúvo ou viúva com filhos ou enteados, desde que cumpridos os critérios exigidos. (CASTRO, 2002, p. 81).

O maior propósito seria atrair imigrantes das mais diversas nacionalidades, especialmente europeias, para que pudessem atuar no setor agrícola ou em qualquer ramo da indústria e do comércio, garantindo mais qualidade técnica à produção, além de ser uma possibilidade de melhorar a raça da população nativa.

De certo que a ocupação em massa do espaço paraense pelos imigrantes brasileiros e estrangeiros, especialmente os de origem europeia, representava não só a necessidade de contingência demográfica à região. Esta medida estava também relacionada à formação de um novo homem amazônico, atingindo frontalmente as suas condutas morais, seus processos educacionais e suas características biológicas. Todos esses elementos eram, sem dúvida, objetos de debates entre os políticos e intelectuais da época.

Bezerra Neto (2002) observa que para José Veríssimo, somente a educação não seria suficiente para enfrentar os graves problemas presentes na população nativa, que desde a chegada dos portugueses, viviam nas matas levando uma vida nômade e de forma “incivilizada”, sobrevivendo da prodigiosidade da natureza. O processo migratório, especialmente de famílias estrangeiras e de preferência europeias daria condições para que os nativos, inclusive os indígenas, percebessem em seus exemplos, os valores do mundo do trabalho, podendo vir a transformar-se em agentes produtivos, abandonando assim sua indolência e seus costumes, tão impróprios e indesejáveis.

Até o final do Governo Sodré, a política de imigração é impulsionada e os núcleos coloniais são disseminados por todo o estado do Pará, onerando consideravelmente os custos com o programa, em virtude dos contratos assinados. Diante disso, *José Paes de Carvalho*, ao assumir o governo do Estado no ano de 1897, irá estabelecer novas normas para desonerar essa política, mesmo considerando necessária a continuidade do programa.

Em uma de suas mensagens, dirigida ao Congresso Estadual, o então Governador dá o seguinte depoimento:

A colonização impõe-se-nos, pois como um dever de patriotismo, como uma medida necessária e racional, observada em todos os paizes novos, como o factor mais poderoso do engrandecimento da população, do fortalecimento da raça, do augmento da produção, da systematização do trabalho, da criação das industrias e da prosperidade em geral. (PARÁ, Governo do./Mensagem dirigida ao Congresso do Estado pelo governador, 1901, p. 71).

Para *José Paes de Carvalho*, os contratos celebrados pelo seu antecessor são dispendiosos demais e devem ser cancelados por não atingirem os objetivos esperados e por apresentarem uma serie de problemas, tais como: dificuldade de adaptação de

imigrantes; falha na fiscalização das famílias que chegam à região e não são dirigidas às colônias, permanecendo na capital; entre outros.

Na virada do século, a política de imigração estadual obriga o governador recém-eleito *Augusto Montenegro*⁵⁹, logo no início de sua gestão, em 1901, a tomar sérias medidas para conter os gastos. Assim, os serviços foram suspensos definitivamente e as últimas colônias de imigrantes existentes foram emancipadas e, a partir deste momento, houve uma significativa diminuição das despesas, possibilitando que o Governo iniciasse o saneamento das contas públicas que estavam bastante comprometidas com essa política.

Desta forma, ao responsabilizar seus antecessores pelos desmandos cometidos com o processo migratório no Estado, Augusto Montenegro faz a seguinte declaração:

A imigração estrangeira, do modo porque foi tentada entre nós, constitue o maior dos erros de quem a iniciou, por meio dos onerosíssimos contractos então assignados. D'ella pouco resta e com certeza cada vez mais se apagarão os seus vestígios, ficando somente para attestal-a os enormes dsependios do Thesouro. (PARÁ, Governo do./Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, 1902, p. 48).

Ainda de acordo com o atual Gestor Estadual, o programa migratório, instituído no governo Lauro Sodré, impactou sobremaneira as contas do Estado, tendo em vista o alto custo do imigrante e por não serem respeitados, em muitos casos, os contratos assinados. Para o Governo, a rescisão dos contratos se tornou algo inadiável e isso não significava o fim da política de introdução de colonos estrangeiros na região, bastava ao Estado lançar mão de outras estratégias menos onerosas que viabilizassem a entrada de novas famílias.

A seguir é possível visualizar no quadro a composição dos núcleos coloniais existentes no Estado do Pará após as medidas tomadas no ano de 1902, segundo dados oficiais.

⁵⁹ *Augusto Montenegro* governa o Estado entre os anos de 1901 a 1909.

QUADRO 03: Colônias emancipadas pelo Governo de acordo com o recenseamento realizado no mês de julho de 1902

NÚCLEOS COLONIAIS	SEXO		FAIXA ETÁRIA		Casados	Solteiros	Viúvos
	M	F	Maiores 12 anos	Menores 12 anos			
SANTA ROSA	367	354	310	411	296	363	62
FERREIRA PENA	262	220	287	195	152	319	11
JOSÉ ALENCAR	660	651	744	567	388	837	18
INHANGAPY	421	469	504	386	252	623	15
JANETAMA	274	261	314	221	154	374	07
BENJAMIN CONSTANT	1.143	1.408	1.589	962	1.018	1.533	-
GRANJA AMÉRICA	139	131	155	115	86	182	02
ANNITA GARIBALDI	356	371	434	293	236	484	07
MARAPANIM	486	439	542	383	266	646	13
JAMBÚ-ASSÚ	1.008	972	1.141	839	636	1.315	29
S.RITA DO CARANÁ	61	78	80	59	42	97	-
OUTEIRO	-	-	-	-	24	44	-
MONTE ALEGRE	226	306	418	114	178	353	01
ACARÁ	111	70	123	58	54	124	03
TOTAL	5.514	5.730	6.641	4.603	3.782	7.294	168

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de dados publicados em mensagem pelo Governo do Estado, 1902.

Como se pode perceber, as colônias denominadas de *Benjamin Constant* e *Jambú-assú*, situadas respectivamente em Bragança e às margens da Estrada de ferro de Bragança, por serem núcleos mais antigos, abrigavam maior quantidade de colonos, demandando, conseqüentemente, maiores gastos em virtude da construção de casas, preparos de terrenos, abertura de estradas e outros serviços. Em nota, a administração estadual observa ainda que os intendentess municipais de Óbidos, Curuçá, Alemquer e Soure⁶⁰ não enviaram as informações solicitadas em tempo, fato que inviabilizou a

⁶⁰ Não estão especificadas no texto as origens dos colonos assentados nestes núcleos, há uma pequena menção informando que a quantidade de imigrantes que viveram e trabalharam por lá, era bastante pequena.

publicação dos dados destas colônias. Nestas colônias, existiam seis engenhos movidos a vapor e um hidráulico e os principais gêneros de cultura produzidos eram: A cana-de-açúcar, a mandioca, o milho, o arroz e legumes.

Para o Governo do Estado, esse total de 11.244 pessoas que viviam nas colônias agrícolas, estava muito abaixo daqueles existentes há alguns anos atrás, onde somente de nacionalidade espanhola, existiam 12.029. Desse total de espanhóis só restam no ano de 1902 apenas 1.802, como se pode observar na tabela a seguir.

TABELA 04: Origem das pessoas (brasileiros e estrangeiros) que habitavam nas colônias do Pará segundo o recenseamento realizado no mês de julho de 1902

NACIONAIS	TOTAL	ESTRANGEIROS	TOTAL
PARÁ	912	ESPANHA	1.802
MARANHÃO	20	ITÁLIA	77
PIAUÍ	26	PORTUGAL	55
CEARÁ	6.732	SUECIA	01
R. G. DO NORTE	1.294	AM. DO NORTE	05
PARAIBA	177	CUBA	16
PERNABUCO	114	BÉLGICA	03
ALAGOAS e OUTROS	10		
TOTAL	9.285	TOTAL	1.959

Fonte: Elaborado a partir de dados publicados pelo Governo do Estado, 1902.

Uma das questões que merece destaque é a quantidade de crianças e adolescentes com idade abaixo de 12 anos que chegavam ao Estado, acompanhadas de suas famílias ou até mesmo sozinhas e sem nenhuma referência familiar. Este dado é relevante para esta investigação, pois ao observar os *livros de registros de entrada e saída* de meninas no então denominado Orphelinato Municipal, há uma grande quantidade de meninas oriundas dos mais diferentes estados brasileiros, assim também como um significativo número de estrangeiras com idades bastante diversificadas.

Soure, Alemquer e Óbidos foram municípios criados durante o século XVIII, e receberam esses nomes em homenagem a cidades portuguesas de mesmo nome.

As meninas de outras nacionalidades, matriculadas no Orfanato Municipal, tinham entre 02 a 18 anos o que nos leva a perceber que a imigração estrangeira teve uma forte relação com a instituição citada. Esta variável, certamente, é bastante significativa para se compreender a constituição histórico-social do Orfanato, assim como as relações estabelecidas entre o poder público, a direção interna da instituição e os diferentes processos educativos vivenciados entre as educandas, professoras, e demais funcionários que conviveram na instituição.

É possível observar também na tabela anterior uma quantidade significativa de imigrantes espanhóis que viviam nas diversas colônias. Segundo o recenseamento realizado, o núcleo colonial Benjamin Constant, considerado o mais populoso, abrigava a um total de 2.551 famílias de várias origens, sendo que deste total, 711 eram somente de espanhóis, seguidos por italianos e portugueses⁶¹. A quantidade de colonos de naturalidade cearense também era bastante expressiva, 6.732 trabalhadores, configurando-se como o maior contingente existente nos núcleos agrícolas⁶².

O número de menores existentes nos núcleos coloniais era bastante expressivo, se considerarmos que do total de colonos, quase 50% destes tinham menos de 12 anos. Certamente que estes pequenos trabalhadores que vinham acompanhados ou não de suas famílias eram também submetidos ao trabalho nas lavouras trabalhando nos campos agrícolas ou, no caso de algumas meninas, nos afazeres domésticos no interior das colônias.

Muitos destes menores, por não se adaptar ao trabalho estressante, eram enviados para os abrigos públicos ou fugiam para a cidade de Belém. Na capital, as meninas muitas das vezes, na melhor das hipóteses, eram obrigadas a trabalhar em casas de famílias ou se aglomerando nos subúrbios, pois, para algumas delas, a prostituição e os pequenos trabalhos nas ruas, eram as alternativas encontradas.

Em uma investigação intitulada *“Infância e imigração no Estado Do Pará, no final do século XIX e início do século XX”*, Lacerda destaca que a adaptação de crianças oriundas de outros países e até mesmo de outros estados do Brasil, como o sertão cearense,

⁶¹ De acordo com Marília Ferreira Emmi (2010), os imigrantes portugueses foram os que mais deram entrada no Pará. Entre os anos de 1872 e 1940 haviam sido registrados 26.599 entradas.

⁶² Para Souza (1994), o nordeste entre os anos de 1877 e 1879 será alvo de uma das piores secas já registradas em sua história. Neste período, somente do Estado do Ceará, foram mais de 65.000 pessoas que imigraram para a Amazônia. A crise agrária provocada pela seca na região será determinante para que esse grande contingente humano tenha sua mão de obra absorvida nos seringais amazônicos e em colônias agrícolas, especialmente no Estado do Pará.

não era tão simples. Segundo a autora, “as dificuldades eram muitas e iam desde uma nova língua que deveria ser aprendida até uma ocupação produtiva que com a urgência deveria ser arranjada pelo recém-chegado”. (LACERDA, 2002, p. 397). Mais adiante, essa mesma autora comenta que:

Numa cidade como Belém, que na virada do século estava em ritmo de certo crescimento em virtude da economia da borracha, as ocupações para crianças giravam em torno de trabalho no comércio local, destacando-se a tarefa de caixeiro em mercearias, padarias, lojas de fazenda. Esse trabalho quase sempre era muito mal remunerado, além de expor esses pequenos trabalhadores a toda sorte de arbitrariedades por parte dos adultos. (p. 397).

Além das crianças serem encaminhadas para os internatos localizados na capital e em outras regiões do Estado, o poder público estadual resolve transformar, a pedido da intendência municipal de Belém, através de um *Decreto de nº 1.320*, de 14 de julho de 1904, a hospedaria de imigrantes, que acolhia famílias recém-chegadas a Belém, localizada na *ilha de Caratateua*⁶³, próxima a Belém, em um espaço de acolhimento e instrução para meninos órfãos, denominado *Instituto Orphanologico do Outeiro*.

FIGURA 07: Imigrantes na hospedaria do Outeiro



FONTE: Álbum do Pará, 1899.

⁶³ Nome de origem Tupi que significa “lugar das grandes batatas”, por ter no passado produzido batata doce em grande abundância. Atualmente conhecida como *Ilha do Outeiro*, compõe o arquipélago do Município de Belém, compondo um de seus 08 (oito) distritos administrativos e está a vinte e cinco quilômetros do centro da cidade.

Assim, o espaço antes destinado principalmente para receber as famílias de imigrantes que se encontravam em trânsito – como nos mostra a imagem – passava a acolher e instruir meninos entre 05 e 12 anos de idade e, para absorver o número cada vez mais expressivo de meninas órfãs, os governos tinham a sua disponibilização o Orphanato Municipal e o Instituto Gentil Bittencourt, ambos localizados na capital.

A política de imigração da forma como foi implantada na região, impôs grandes desafios não só no campo econômico e político, mas, sobretudo, no campo social. Certamente que esse programa serviu para revelar mais fortemente as grandes contradições sociais que já vinham sendo evidenciadas anteriormente na cidade em consequência dos privilégios que eram dispensados à exigente elite paraense e da ausência de políticas direcionadas às classes menos favorecidas.

2.3 Higiene e mortalidade

Diante do acelerado desenvolvimento da região e, sobretudo, do projeto de reordenamento da capital paraense, muitas medidas tiveram que ser tomadas no âmbito da saúde e da higiene da população para diminuir os altos índices de mortalidade causados por diversas doenças epidêmicas na região. Aliado às constantes moléstias se considerava que um conjunto de fatores também contribuía para elevar essas taxas, tais como: condições geográficas e climáticas desfavoráveis, programa imigratório e falta de saneamento urbano. Desta forma, por muitos anos, o desafio das autoridades políticas e sanitárias foi criar mecanismos que pudessem garantir melhores condições de vida para a população.

Belém do Pará, a partir do final do século XIX era retratada nos relatórios e mensagens oficiais como sendo uma cidade que apresentava um aspecto altamente insalubre e degradante, com terrenos baldios e abandonados, muitos lixões espalhados pelas margens dos rios, esgotos sem drenagem e, o que mais indignava aos dirigentes públicos, a ignorância repugnante de grande parte da população.

O esforço para tentar reverter esse quadro desolador partiu, no final do século XIX, de uma ação conjunta entre os poder público municipal e o estadual, através de um acordo celebrado na *Lei de nº 187*, de março de 1898⁶⁴, tendo como uma de suas primeiras ações, a constituição de uma comissão de profissionais com alto

⁶⁴ A referida Lei foi firmada entres os governos de José Paes de Carvalho e Antonio Lemos.

conhecimento técnico para elaborar um plano geral de embelezamento e saneamento urbano.

No plano que houvesse de apresentar, a comissão teria em vista, entre outros serviços, o alargamento, nivelamento e alinhamento das ruas, travessas e praças da cidade; um plano completo para as futuras edificações públicas e particulares, que obedecesse à higiene e embelezamento da cidade e das construções; o estudo do saneamento das docas, do litoral e das obras do porto de Belém e o estudo da drenagem do solo e dessecação de pantanos. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 95).

Segundo o Gestor Municipal, a situação em que se encontrava a cidade anteriormente era de total abandono, necessitando urgentemente de medidas concretas, porém a carência de pessoal para realizar os serviços de limpeza de ruas, drenagem de rios, pavimentação, era insuficiente. No entanto, já nos primeiros meses de sua administração, Antonio Lemos, relata com orgulho todos os melhoramentos feitos não só na área urbana da cidade, mas em todos os distritos e vilas, sob a orientação de profissionais das áreas de engenharia urbana e medicina higiênica.

Os fundamentos da razão médica, para Gondra (2000), teve no período uma forte influência na reordenação das ações direcionadas para a solução dos problemas de ordem social. Esse agenciamento, segundo o autor, acontece simultaneamente com o processo de consolidação e legitimação da ciência médica ocidental, a qual se denominou Higiene, tendo como campo de ação a “*medicina do social*”.

Ancorada nesses pressupostos, a cidade de Belém ia sendo remodelada e o desejo de transformá-la em modelo de civilidade e progresso era cotidianamente propagandeado entre seus moradores, para demonstrar o clima de prosperidade que já se respirava nas ruas.

O Executivo Municipal não media esforços para virar a página do atraso vivido durante anos de monarquia e muitos acordos eram firmados através de leis e resoluções para que se avançassem as ações relacionadas especificamente aos setores de vigilância sanitária e de obras públicas⁶⁵. O ritmo frenético dos trabalhos propiciava uma série de serviços e melhorias que chamava a atenção de toda a população “[...] cuja enumeração

⁶⁵ Algumas das Leis e resoluções publicadas foram: *Lei nº 218*, que autoriza o intendente a regulamentar o serviço sanitário municipal; *Lei 225*, que autoriza o intendente a reorganizar a seção de obras municipais; *Lei nº 197* para o início da construção do necrotério; *Lei nº 173*, que abria concorrência pública para a construção de duas avenidas; *Lei nº 225*, para reorganização do serviço de engenharia e contratação de pessoal técnico e especializado nas áreas de higiene e de melhoramentos públicos; *Resolução de nº 37*, autorizando o intendente a alargar a avenida independência; *Resolução de nº 42*, dando diversas denominações a praças, ruas e travessas na Vila do Pinheiro.

seria excessivamente longa e demasiado fastidiosa”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 100).

FIGURA 08: Crianças passeando de bicicleta na Estrada de Bragança – atual Almirante Barroso



FONTE: Álbum do Pará, 1899.

Entre as obras de melhoramentos na cidade executadas no início do século XX, pode-se destacar:

- Adequação, conservação e construção de prédios;
- Melhoramentos de vias públicas com arborização, construção de calhas, valas, sarjetas;
- Construção de pontilhões e pontes sobre os igarapés que cortavam a cidade;
- Alargamento, nivelamento, e alinhamento das ruas, travessas e praças da cidade;

- Estudo do saneamento das docas, da drenagem do solo e dessecamento de pântanos;
- Construção de necrotério e forno crematório para lixo e animais mortos;
- Compra de equipamentos para serviço de limpeza urbana, entre outros.

FIGURA 09: Serviço de limpeza pública da capital



FONTE: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1905.

A questão da limpeza pública era sem dúvida, o grande desafio a ser enfrentado pelo governo e a necessidade de garantir serviços adequados ao lado de políticas de educação direcionada à população se tornava urgente para que os munícipes – especialmente os que moravam nos cortiços e subúrbios da cidade – não fossem obrigados a conviver cotidianamente com ameaças de epidemias, causadas por diversas doenças provocadas em parte pela sujeira urbana.

Assim, não restava outra opção aos gestores públicos se não a aplicação de vultosos recursos em ações e programas direcionados para o enfrentamento do problema.

Com este propósito, conjugado com o projeto de saneamento urbano, muitas medidas na área de vigilância sanitária e educação higiênica foram tomadas, atingindo não só ambientes ou repartições públicas da cidade, como também as casas e residências particulares.

O eixo fundamental para a implantação do progresso na cidade de Belém, como em qualquer cidade brasileira, norteava-se pela política de higienização do espaço público. A estratégia saneadora implementada pela nova administração municipal iniciou com a organização do serviço sanitário. A cidade foi dividida em distritos sanitários e os médicos incumbidos, entre outras coisas, da vacinação e revacinação da população. (SARGES, 2002b, p. 116)

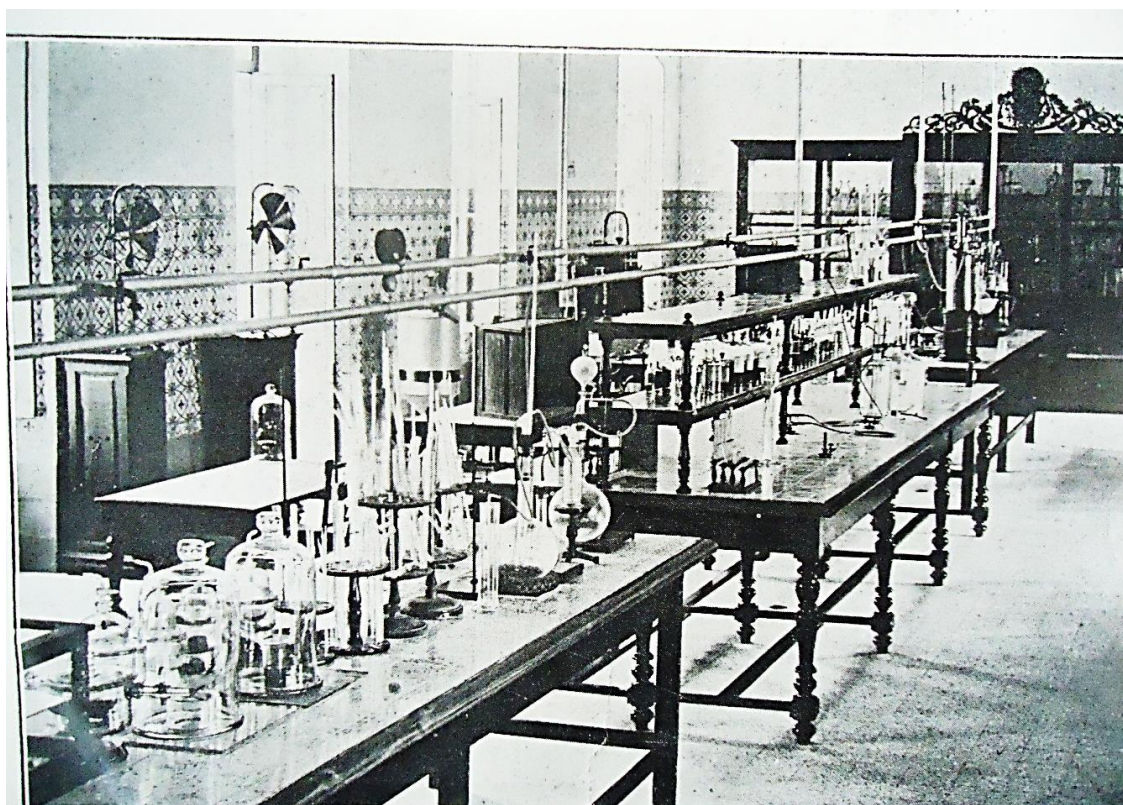
As políticas direcionadas à higiene, ao saneamento urbano e à saúde executadas, especialmente na capital, objetivavam não só a manutenção do equilíbrio sanitário da população. Elas tinham também como propósito forjar uma imagem positiva da região no exterior, garantindo com isso, a entrada de famílias de imigrantes, para trabalhar e povoar o extenso território paraense. No entanto, somando-se às inúmeras doenças típicas da região, muitas outras eram supostamente trazidas exatamente por essas famílias e essa contradição levou as autoridades estaduais a tomar medidas preventivas para proteger a população e tentar equacionar o problema.

Sobresaltos agudos trouxe à população de Belém o aparecimento da *peste bubônica* na cidade do Porto, por causa das comunicações numerosas e frequentes entre essa praça portuguesa e a nossa. Na iminência do perigo, tomei as mais energicas providencias, de modo a collocar Belém ao abrigo de uma invasão do mar oriental; e entre outras, importar o *serum Yersin*, e o *serum Haffkin*, reputados geralmente como meio curativo e prophylatico. (PARÁ, Estado do./Relatório apresentado ao Governador do Estado Augusto Montenegro por José Pares de Carvalho ao deixar a administração, 1901, p. 39-40).

Os migrantes cearenses estavam entre as famílias de brasileiros que mais migravam para o estado do Pará, o que despertava no governo total atenção. Em 1901, uma suspeita do aparecimento da *peste bubônica* naquele Estado obrigou as autoridades paraenses a enviar uma equipe médica comandada pelo Dr. Francisco da Silva Miranda acompanhado de seu auxiliar Dr. G. Martina, membros da *Inspectoria Geral do Serviço Sanitário*, para formular um diagnóstico seguro acerca da enfermidade que, segundo notícias de jornais, apavorava a população da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Estes e outros casos eram corriqueiros e as autoridades públicas iam, na medida do possível, tomando medidas para evitar que a população fosse dizimada pelas dezenas de doenças que circulavam na região.

Diante dos poucos recursos reclamados pelo Governo Estadual, muitas obras de construção, adequação e aparelhamento de hospitais, clínicas, laboratórios e centros de pesquisa especializados nas diversas doenças iam sendo executadas. O avanço da ciência médica se tornara um imperativo para a efetivação das reformas que se processavam no campo da saúde pública.

FIGURA 10: Laboratório de higiene implantado pelo Governo do Estado



FONTE: Álbum do Estado do Pará, 1908.

À *Santa Casa de Misericórdia do Pará*, ficava a incumbência de administrar todos os demais hospitais e asilos que eram mantidos ou subsidiados pelo Estado tendo o seu provedor, a responsabilidade de informar ao Governo, em relatórios periódicos, todos os procedimentos tomados, ou seja, o fluxo de pessoas atendidas, mortes, curas, doenças, entre outros.

Na tabela a seguir, estão destacadas algumas destas instituições gerenciadas pela Santa Casa no decorrer dos anos no Estado do Pará.

TABELA 05: Hospitais administrados e mantidos pela Santa Casa de Misericórdia do Pará

INSTITUIÇÕES	CARACTERÍSTICAS
Hospital de Caridade	Além de atender pessoas enfermas, este hospital socorria também pessoas desvalidas e que posteriormente eram atendidas em suas residências, recebendo gratuitamente algum tipo de medicamento.
Hospício dos Lázaros	Destinado a receber pessoas tidas como loucas que não tinham meios para subsidiar tratamento.
Asylo de Alienados	Também destinado a pessoas sem nenhum recurso.
Hospital S. Sebastião	Era caracterizado como hospital de isolamento para tratamento de pessoas acometidas de varíola.
Hospital Domingos Freire	Também se caracterizava como um hospital de isolamento que recebia pessoas acometidas de febre amarela.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de diversas mensagens governamentais.

Os dois hospitais de isolamento, situados na capital paraense, eram considerados vitais para o tratamento e o controle da febre amarela e da varíola, doenças de maior incidência na região e que por muitos anos levaram a óbito parte da população, o que exigia por parte da *Inspeção Geral do Serviço Sanitário*, controle e monitoramento constantes. Ter esses dois hospitais sob a guarda das religiosas da ordem “Filhas de Sant’Anna” já era um alento, pois para as autoridades públicas, elas “[...] se dedicavam zelosamente pela sorte dos doentes ali acolhidos”. (PARÁ, Estado do./Relatório apresentado ao Governador do Estado Augusto Montenegro por José Pares de Carvalho ao deixar a administração, 1901, p. 45).

Segundo Lobo (2008), encerrar os doentes para que não contaminassem o resto do povo da cidade foi uma prática muito comum durante a Colônia e que se estendeu por muitos anos da República. O sistema de asilo impunha ao confinamento obrigatório todos os doentes, usando muitas vezes da força física para mantê-los isolados, porém, na primeira oportunidade, preferiam fugir para viver com a família, quando existia ou o que era mais corriqueiro, viver pelas ruas da cidade perambulando e pedindo esmola.

Certamente que para a exigente elite paraense da época, quanto mais essas instituições ficassem afastadas do centro urbano da capital, para evitar o inconveniente e o infortúnio trazido por essa gente melhor. Esta seria uma das metas a ser alcançada pela racionalização do espaço urbano das cidades brasileiras no início da República.

Assim, apoiado no discurso de que a eficácia do tratamento estava relacionada com a qualidade do clima, as autoridades políticas e sanitárias iam cedendo aos constantes apelos da elite e tentavam isolar cada vez mais essas pessoas do convívio social, como se pode notar no trecho da mensagem abaixo.

Os *hospícios dos lazarentos e dos alienados* precisam ser quanto antes transferidos para outras localidades, e atendendo a esta urgente necessidade entrei em negociação para adquirir por compra a magnífica fazenda Cafesal que com pequenos dispendios e a uma hora de viagem da capital, presta-se admiravelmente a bem accomodar os dois hospícios, ficando no corpo e nas alas principaes do bello e bem construido edifício a administração centralisada e dispersos em pequenos chalets os lazarentos que assim constituirão uma especie de colonia agricola, e gosarão de certa liberdade relativa, na sua tristissima e dolorosa reclusão compulsoria. É dever nosso tratá-lo com humanidade até que a sciencia nos revele o desejado segredo de restituil-os curados á integridade da vida civil. (PARÁ, Estado do./Relatório apresentado ao Governador do Estado Augusto Montenegro por José Pares de Carvalho ao deixar a administração, 1901, p. 39).

Mesmo com todo o investimento no setor, as ações implantadas não eram suficientes para diminuir os índices de mortalidade divulgados pelo Governo que eram, por sua vez, agravados pelos programas de imigração, ocorridos especialmente entre as duas últimas décadas do século XIX e início do XX. Certamente, que se considerarmos os números não divulgados oficialmente, essa estatística poderia ser ainda maior.

Mesmo assim, o quantitativo de mortes ocorridas pelas diversas moléstias publicado nas estatísticas oficiais periodicamente, ainda causava espanto e crescia de forma diretamente proporcional ao desenvolvimento urbano. Os endereços eram quase sempre os mesmos, ou seja, nas áreas de subúrbio, que geralmente careciam dos programas de saneamento urbano, coleta de lixo e higiene.

Merece destaque um caso que “escapou” nos relatos oficiais, acontecido em um bairro de Belém em setembro de 1904. Na ocasião, os moradores de uma vila situada na Avenida Conselheiro Furtado ao se inquietaram com o forte odor vindo de uma casa abandonada, comunicam o fato ao serviço de vigilância sanitário. Ao ser arrombada a porta, fora encontrado um cadáver de um “*homem varioloso*”, já em estado de putrefação.

Segundo os agentes públicos, tratava-se de um passageiro de um dos últimos vapores vindos do sul que abandonado, segundo informações dos vizinhos, por uma mulher que havia fugido levando todas as roupas sem deixar vestígios, permaneceu por lá até ficar naquelas condições. (PARÁ, Governo do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo, 1905).

Acredita-se que estes fatos eram bastante comuns e que aconteciam com certa frequência na cidade em virtude da grande demanda que havia de ser coberta pelo serviço de inspeção sanitária que, por sua vez, quase sempre não atendia a todas as ocorrências.

Para ter uma noção dos casos de mortalidade, as tabelas a seguir demonstram alguns números de mortalidade entre nacionais e estrangeiros, em virtude do acometimento de algumas das principais doenças que mais receberam atenção dos setores competentes entre os anos de 1904 e 1905 em hospitais, asilos e casas de recolhimentos do Estado, de acordo com dados oficiais.

**QUADRO 04: Óbito por febre amarela no período de julho de 1904 e junho de 1905
entre brasileiros**

ESTADOS	PERÍODO/MESES											
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Pará	-	01	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-
R. de Janeiro	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-	-	-
São Paulo	-	-	-	01	-	-	-	-	-	-	-	-
R. G. do Sul	-	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-
Total	-	01	-	01	01	-	03	-	01	-	-	-

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de documentos publicados através de mensagens pelo Governo do Estado, 1905.

**QUADRO 05: Óbito por febre amarela no período de julho de 1904 e junho de 1905
entre os estrangeiros**

PAÍSES	PERÍODO/MESES											
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Portugal	10	19	05	09	15	26	15	08	07	11	07	04
Espanha	03	04	01	07	04	07	06	-	01	03	01	01
Itália	01	-	-	02	02	02	01	-	-	-	04	03
Turquia	01	02	-	02	-	-	-	-	-	-	01	-
Alemanha	-	-	-	-	-	02	-	01	-	-	-	01
Inglaterra	-	01	-	02	01	-	-	-	-	-	-	-
França	-	01	-	01	-	-	-	01	-	-	-	-
Rússia	-	-	-	-	-	01	-	01	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	02	-	01	01	-	-	03
Total	15	27	06	23	22	40	22	12	09	14	13	12

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de mensagens enviadas ao Congresso Legislativo do Pará, 1905.

Um dos fatores que merece destaque no quadro acima em que do total de 221 pacientes que vieram a óbito em consequência da *febre amarela*, é bastante elevado o índice entre os estrangeiros, sobretudo, portugueses e espanhóis. Para as autoridades, esse elevado número de mortes entre os imigrantes estrangeiros, estava relacionado às condições climáticas da região, que nem sempre eram favoráveis a eles, tornando-os mais vulneráveis a essas e a outras moléstias típicas dos trópicos.

Logo, é possível observar o número de pessoas que foram a óbito na capital paraense em virtude da *varíola* no mesmo período. Desta vez, o destaque é para o número bastante significativo de crianças que não tiveram suas idades anunciadas, porém, acredita-se ter até 12 anos.

QUADRO 06: Situação das pessoas acometidas de varíola atendidas no Hospital São Sebastião entre julho de 1904 e junho de 1905

PERÍODO	ENTRADAS SEXO		SAÍDAS				IDADES			
	M	F	CURADOS		MORTOS		MAIORES		MENORES	
			M	F	M	F	M	F	M	F
1904 a 1905	290	317	159	158	132	158	203	202	89	113
TOTAL	607		317		290		405		202	

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de mensagens enviadas ao Congresso Legislativo do Pará, 1905.

Segundo as autoridades sanitárias, deste total de 607 casos de doentes diagnosticados com varíola, 315 foram curados no próprio hospital e apenas dois continuaram seus tratamentos em seus próprios domicílios. O Governo destaca também que neste mesmo período foram vacinadas 8.272 pessoas e que o serviço de vigilância sanitária realizou 3.934 desinfecções domiciliares e que, mesmo diante das medidas preventivas, foram encontrados em domicílio 30 óbitos causados pela doença. (PARÁ, Governo do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo, 1905).

Quanto às origens desses doentes, apenas nove eram estrangeiros, sendo que destes, seis eram de nacionalidade portuguesa e os demais imigraram da Espanha, Bolívia e Itália – todos com um caso cada. No entanto, a grande maioria, segundo os dados, era composta por brasileiros de diversos estados da federação. Dentre eles: Rio Grande do Norte com 212 casos, Pará com 164, Ceará com 126, Maranhão com 32, Paraíba com 27, Piauí com 10, Alagoas com nove, Pernambuco com sete, Amazonas com seis, Bahia com dois e nos estados de Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande Sul, com um caso cada.

No quadro a seguir estão demonstrados, alguns casos de doentes com *tuberculose*, registrados no Hospital Domingos freire que, apesar de ser especializado no tratamento da febre amarela, passou a atender também pacientes tuberculosos.

**QUADRO 07: Pacientes com Tuberculose, atendidos no Hospital Domingos Freire
entre os meses de julho de 1904 e junho de 1905**

PERÍODO	ENTRADA		SAÍDA			
	M	F	NO MESMO ESTADO	MELHORADOS	FALECIDOS	EM TRATAMENTO
JULHO/1904 a JUNHO/1905	148	62	10	68	108	24

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de mensagens enviadas ao Congresso Legislativo do Pará, 1905.

Do total de 210 pessoas acometidas pela *tuberculose*, o que chama atenção é o alto índice de mortes, superior a 50%, sendo a maioria das vítimas, formada por brasileiros. Para as autoridades médicas, a doença era uma das mais difíceis de ser combatida, em virtude do longo tempo de tratamento, necessitando de um acompanhamento sistemático e contínuo. Assim, diante da situação desalentadora, o governo faz a seguinte declaração.

Os que se recolhem ao hospital Domingos Freire não são mais doentes, são condemnados á morte certa, que vêm encontrar na caridade do Governo um simples allivio para os seus ultimos dias. Os proprios que sahem melhorados, graças ao regimen da casa, são muitas vezes obrigados a voltar a ella, porque o mal, que por momentos parou em sua marcha devastadora, retoma alento por effeito das condições de vida social a que se dedica a quasi unanimidade dos que procuram o abrigo desse estabelecimento hospitalar. (PARÁ, Governo do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado, 1905, p. 39).

No próximo quadro, são demonstrados os casos de doentes diagnosticados com a *peste bubônica*, chamada popularmente de *peste negra* e que as autoridades sempre alertavam do perigo que rondava a região, em virtude da introdução de colonos que em alguns casos, transportavam a doença, ameaçando constantemente a população. Muitos dos casos surgidos no período foram, segundo o Governo, devidamente tratados, obtendo-se sucesso em muitos deles, graças ao acompanhamento dos médicos sanitaristas.

QUADRO 08: Pessoas acometidas da peste bubônica entre os meses de dezembro de 1904 e maio de 1905

NÚMERO DE DOENTES/SEXO						ORIGEM/ESTADOS/PAÍSES						
VERIFICADOS		CURADOS		MORTOS		BRASILEIRA					ESTRANGEIRA	
M	F	M	F	M	F	AM	PA	MA	CE	RN	PORTUGAL	ESPANHA
21	11	14	02	06	10	01	14	03	03	01	08	02

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de mensagens enviadas ao Congresso Legislativo do Pará, 1905.

Apesar de várias notícias que surgiam alardeando que a peste bubônica se encontrava em estado epidêmico, o fato é que a região não apresentou índices tão elevados de óbito por esta doença, pois, como forma de prevenção, os serviços de vigilância sanitária realizavam campanhas sistemáticas de vacinação e desinfecção dos espaços públicos e privados.

De acordo com os documentos oficiais publicados no ano 1905, foram realizadas 551 vacinações e 5.128 desinfecções, além de uma série de exames feitos em ratos para detectar se estes eram, segundo nomenclatura utilizada, *pestosos* ou *não pestosos*.

Certamente que as estatísticas oficiais não eram capazes de revelar com exatidão a quantidade de pessoas que padeciam e vinham a óbito em consequência destas doenças infectocontagiosas, que tanto pânico e terror causaram especialmente à população miserável e desinformada. No entanto, esses números são reveladores e causavam desconforto às autoridades que almejavam ver a cidade despontar entre uma das mais desenvolvidas do país.

O enfrentamento dessas e de outras moléstias que assombravam a população, obrigavam as autoridades a tomar medidas drásticas, sobretudo, no interior das instituições públicas, especialmente daquelas em que habitava grande número de pessoas como os orphanatos. Nestes ambientes, chamava atenção os altos índices de crianças e de adolescentes enfermas e que morriam, mesmo com todo acompanhamento dos setores médicos.

Algumas estatísticas do Serviço de Vigilância Sanitária Municipal de Belém, somente entre os anos de 1907 e 1908, 3.804 crianças com idade até 10 anos, vieram a falecer, acometidas pelas mais variadas moléstias. Mesmo com o avanço do saneamento urbano e com um razoável serviço de combate, controle e tratamento de doenças, os índices divulgados ainda eram considerados alarmantes. De acordo com os dados abaixo, esse segmento da população era, indubitavelmente, o mais atingido pelas doenças.

QUADRO 09: Mortalidade infantil no município de Belém do Pará entre os anos de 1907 e 1908

Nº DE MORTES POR FAIXA ETÁRIA		CONDIÇÃO SOCIAL		ENTERRAMENTO POR SEXO	
Até dois anos	Até dez anos	Indigentes	Não indigentes	Masculino	Feminino
1.954	1.850	1.679	2.125	2.109	1.695

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1909.

Certamente que estes números estavam muito acima do esperado pelas autoridades sanitárias, sem contar com os casos que não são registrados ou que são omitidos pelo Governo⁶⁶. Deste total de 3.804 óbitos, o que chama a atenção é o percentual de indigentes existentes, mais de 50 % dos casos. Este dado é bastante significativo e revela as condições em que grande parte das crianças ainda apresentava na cidade de Belém, mesmo já passados alguns anos de experiência republicana.

Mesmo sem anunciar os motivos e as doenças causadoras dos óbitos infantis, a tabela completa, apresentada pelo Executivo Municipal, que informava as mortes também entre pessoas adultas, destacava que entre as moléstias diagnosticadas estavam o *paludismo*, a *tuberculose*, a *febre amarela*, a *lepra*, a *varíola*, a *peste bubônica* e outras não informadas. Entre essas doenças, o paludismo foi a que mais levou a óbito os moradores, seguida pela tuberculose, febre amarela e varíola.

⁶⁶ Os documentos ainda registram ainda que no ano de 1908 havia no Asilo Dom Macedo Costa, 48 menores, apenas do sexo feminino e de nacionalidade brasileira e que destas crianças foram desligadas, por ordem superior, por transferência – certamente para o Orphanato Municipal –, por fuga e por óbito. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1909).

No ano de 1910, o renomado médico sanitaria Oswaldo Cruz, estando de passagem pela Região Amazônica chega a Belém a convite do então governador João Antonio Luiz Coelho. Este seria um momento importante para combater e extinguir a *febre amarela* na região.

Do auto de seu conhecimento e de sua experiência, Oswaldo Cruz declara em conferência que a cura e a possível extinção da febre amarela não seria um problema somente da Região Amazônica, mas sim de todo o Território Brasileiro, constituindo-se como um interesse nacional. Imediatamente, posto a par do plano estadual, traçado pelo departamento de vigilância sanitária, “*o eminente bacteriologista*”, – como foi chamado pelo então Governador – iniciou os trabalhos para combater o mosquito transmissor da doença.

Após visitar alguns bairros da cidade, Oswaldo Cruz propõe que para garantir as ações de prevenção, tratamento e extermínio da doença no prazo máximo de um ano, deveriam ser tomadas algumas medidas prioritárias, que estão destacadas a seguir, segundo documentos oficiais:

- Dispendio approximado de 3.000 contos de réis, durante a campanha;
- Adoção, no Estado, dos regulamentos sanitarios em vigor no Distrito Federal e dos que regem os serviços sanitarios dependentes da União;
- Creação da *Commissão Sanitaria de Prophylaxia da Febre Amarela*, sendo que esta commissão, inteiramente autônoma, entender-se-á por intermedio de seu chefe, ou de seu representante legal, com o Governador do Estado, e, quando necessario, com o Intendente Municipal;
- Execução das medidas coercitivas de que cogitam os alludidos regulamentos, por via administrativa e pela Commissão de saneamento, havendo recursos para o chefe da Commissão, ou seu representante, e, em ultima instancia, para o Governador do Estado;
- Concessão ao chefe da Commissão ou quem suas vezes fizer, da mais ampla autonomia technica e administrativa e do necessario apoio moral e material para que sejam levadas a effeito as medidas sanitarias precisas;
- A Commissão será constituída, além do chefe, - cujas condições de remuneração fi carão dependentes de prévio accôrdo, - do pessoal seguinte, que perceberá vencimentos constantes de tabella opportunamente organizada, e que será

contractado pelo chefe da comissão dentro e fóra do estado: 1 inspector geral; 6 inspectores sanitarios; 10 medicos auxiliares; 4 chefes de turma; capatazes, guardas, serventes, empregados da administração, etc. (PARÁ, Governo do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo, 1910, p. 86)

Após serem definidos os pontos estabelecidos no contrato, deu-se início à campanha de combate à febre amarela na capital. Assim, crédulos e certos de que o programa estabelecido pelo sanitarista à luz dos métodos científicos poderia minimizar o sofrimento da população, as autoridades públicas seguiam, ano após ano, tendo que lidar com a febre amarela, varíola, tuberculose e outras tantas doenças que surgiam.

Nesta cruzada, asilos, escolas, orphanatos e outros foram se tornando cada vez mais, espaços de intervenção de médicos e sanitaristas. Em alguns deles, além de conteúdos e/ou matérias relacionados à questão higiênica, foram criados departamentos e programas específicos como *Diretoria de Higiene Escolar*, *Comissão de Inspeção e Higiene Escolar*, *Inspetoria de Higiene Escolar*, *Programa de Educação Higiênica*, entre tantos outros, para atuar nas ações voltadas para este campo.

2.4 Código de Postura: dispositivo de poder e controle

Em nome do interesse público e com o intuito de reorganizar a vida social na capital paraense, o Executivo Municipal, aprova no ano de 1900 uma nova lei em substituição ao Código de Posturas em vigor desde 1897. O novo documento, denominado de *Código de Policia Municipal*, tinha como objetivo precípua, o disciplinamento dos hábitos e costumes de todos os munícipes, estabelecendo seus deveres e direitos, assim como de todos os serviços da comuna.

Àquela altura, diante de todos os problemas oriundos das áreas da saúde, higiene, saneamento e instrução a implantação do novo código se tornava urgente e imprescindível, para a afirmação do projeto do Governo que estava em curso.

Em seu primeiro relatório enviado ao Conselho Municipal, Lemos, ao se referir aos moradores da capital, determina que os programas voltados para a instrução deveriam ser direcionados às populações que moravam nos subúrbios, pois seriam os moradores destas áreas que também eram vistos pelo centro da capital. Nas palavras do Intendente era uma gente que apresenta “*hábitos bisonhos*”.

Incontestavelmente, no regimen democratico implantado em nossa patria em 1889, dever é dos Governos disseminarem por todas as camadas as noções que podem habilitar o cidadão ao exercicio consciente de seus direitos e deveres. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 236).

Formar o cidadão e cultivar bons hábitos estava diretamente ligado ao projeto maior de modernização da cidade, pois, para as autoridades e a emergente elite paraense, a afirmação de princípios civilizatórios, sobretudo, aqueles cultivados na Europa, anotados por Elias (1994), ao observar as mudanças de costumes da sociedade, desde o século XIII, momento que ficou conhecido como sociedade da corte e mais tarde, já no século XIX, com a fase da sociedade burguesa, onde se processam novas mudanças nos hábitos e costumes, o que servirá de modelo para outras partes do mundo, inclusive na capital paraense.

Dispositivos como o novo *Código de Polícia Municipal*⁶⁷, aprovado através da *Lei nº 276*, do ano de 1900, amparado pela *Lei nº 226*, de 06 de julho de 1894, trazia um conjunto de normas, infrações e punições que eram direcionadas aos vários setores da vida pública e, especialmente, da vida privada da população, entre eles: *Higiene e saúde públicas, comodidades e garantia da população, respeito à moral e aos bons costumes, repartições públicas e privadas, tratamento de animais, alimentação, saneamento, serviços, construção*. No título V, do novo código, aprovado em 1900 e que passou a vigorar no ano de 1901, denominado de “*Garantias Públicas*”, o artigo 108º traz as seguintes determinações:

Art. 108º – Aquellle que conservar sob guarda, ou em sua casa, qualquer louco, será obrigado a detel-o com a necessaria segurança e devido tratamento; e

⁶⁷ Especificamente, o novo Código era composto pelos seguintes elementos: **Título I: Disposições preliminares.** Capítulo Único – “infracções e seus efeitos”. **Título II: Higiene e saúde públicas.** Capítulo I – “Sobre gêneros destinados ao consumo”. Capítulo II – “Mercado, talhos e outros estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios”. Capítulo III – “Açougueiros ou talhadores, vendedores de leite e outros”. Capítulo IV – “Hotéis, casas de pensão, hospedarias, restaurantes, cafês, botequins, depósitos de gêneros e bebidas e congêneres”. Capítulo V – “Barbearias e congêneres”. Capítulo VI – “Farmácias, drogarias e boticas”. Capítulo VII – “Exercício da Medicina”. Capítulo VIII – “Hospitais, casas de saúde, maternidades, etc.”. Capítulo IX – “Inumações e exumações”. Capítulo X – “Moléstias contagiosas”. Capítulo XI – “Abrigo e depósito de animais”. Capítulo XII – “Pântanos, águas pluviais, lixos e imundícies”. **Título III: Comodidade e garantia dos habitantes.** Capítulo XIV – “Conservação e asseio dos lugares públicos”. Capítulo XV – “Dos cocheiros, boleiros, condutores de carros, carroças, bondes, etc.”. Capítulo XVII – “Regularidade da edificação dos prédios e higiene dos mesmos”. Capítulo VIII – “Conservação dos passeios, ruas, avenidas, jardins, parques e mais lugares públicos”. (BELÉM, Conselho Municipal de./Leis e Resoluções Municipais, 1900).

quando, por falta de meios, não possa assim contel-o, dará parte á Intendencia, para que o faça recolher a algum estabelecimento ou casa para tal fim destinada.
Pena: – Multa de 50\$. (BELÉM, Conselho Municipal de./Leis e Resoluções Municipais, 1900, p. 55).

Mais adiante, no artigo 110º, como forma de disciplinar as pessoas que ousassem atentar contra o sossego da população, o código trazia as seguintes proibições:

- I – Fazer bulha e algazarra e dar altos gritos sem necessidade;
- II – Apitar ou dar qualquer sinal de que usam as patrulhas e officiaes rondantes, excepto nos casos de pedir socorro;
- III – Fazer batuques ou sambas;
- IV – Tocar tambor, carimbó ou qualquer instrumento que perturbe o socego publico. (BELÉM, Conselho Municipal de./Leis e Resoluções Municipais, 1900, p.p. 55-56).

Continuando no título V, em seu artigo 111º, estava estabelecido que: “As pessoas que forem encontradas vagando embriagadas pela cidade serão detidas nas estações policiaes, até que cessem os effeitos da embriaguez, pagando a multa de 30\$”. (BELÉM, Conselho Municipal de./Leis e Resoluções Municipais, 1900, p 56).

Seguindo para o título VI, da referida Lei, onde trata “*Do respeito á moral e bons costumes*”, o legislativo municipal provou as seguintes determinações:

- Art. 128º. – A ninguém é permitido:
- I – Proferir palavras obscenas, nas ruas e logares publicos;
 - II – Escrever ou desenhar, nos muros e paredes dos edificios, phrases, palavras ou figuras obscenas e immoraes;
 - III – Distribuir jornaes ou qualquer impresso e gravuras de desenhos immoraes e indecentes;
 - IV – Praticar em publico actos ou gestos reputados offensivos á moral e á decencia;
 - V – Andar em publico em completa nudez ou com trajo indecente ou dilacerado;
 - VI – Tomar banho nos poços e fontes publicas, ou despido no littoral;
 - VII – Chegar á janella ou porta em trajo indecente ou em completa nudez, ou conservar-se em casa em taes condições, de maneira que seja visto pelos transeuntes.
- Pena: – Multa de 60\$. (BELÉM, Conselho Municipal de./Leis e Resoluções Municipais, 1900, p. 63).

Esses são apenas alguns exemplos do novo *Código de Polícia Municipal de Belém*, aprovado no de 1900, que veio substituir o anterior. A nova Lei, estruturada em 08 títulos, 27 capítulos e 156 artigos definiam, como já mencionamos, as diretrizes, normas para e as sanções para todos os setores da administração municipal. Porém, por determinação do gestor municipal ou por iniciativa dos vogais, com o passar dos anos, algumas alterações foram feitas no documento para garantir sua correta applicabilidade,

como no ano de 1905, em que, segundo Lemos, “fez-lhe o Conselho Municipal quatro modificações principaes, relacionadas todas mui intimamente com a edificação urbana [...]”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 91).

As autoridades municipais acreditavam que a partir de dispositivos repressivos e do novo instrumento disciplinador, se alcançariam as bases da sociedade republicana, já em curso em inúmeros países europeus. Assim, a exemplo destes, para disseminar as diretrizes definidas na lei em vigor, o líder do executivo municipal faz a seguinte declaração:

Estou certo de fazermos assim obra de benemerencia em favor dos nossos concidadãos. Quando formulado por vós o definitivo Código de Policia Municipal, tratarei de pôr em pratica uma antiga idéa minha, qual a de mandar imprimir esse trabalho em minúscula edição de algibeira, para a sua profusa distribuição entre todas as classes. É do perfeito conhecimento das leis que depende em grande parte o evitar-se não pequeno numero de transgressões involuntarias.

Os governos de certos paizes hispano-americanos, obrigando a leitura collectiva dos codigos fundamentaes do Estado e do Municipio nas escholas publicas primarias. Desde os primeiros annos, o cidadão se familiariza com a lettra da lei, com os espirito de seus direitos e deveres. Avigora-se-lhe a envergadura moral n'este perfeito conhecimento, pratico e util, e, como consequencia, quanta transgressão evitada, quanto prejuízo que se deixa de fazer á fazenda municipal! (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 92).

O processo de desenvolvimento econômico e social proporcionado pelos programas de urbanização, saneamento, saúde, assistência e educação tivessem um reflexo direto no progresso da cidade e os dispositivos reguladores e disciplinares tinham uma ação imediata nessa mudança e objetivavam racionalizar e enquadrar a população às novas regras de convivência, favorecendo as relações de trabalho, consumo e produção. Nesse sentido, os Códigos de Postura ou de Polícia Municipal – como passou a ser chamado – foram os instrumentos balizadores para difundir novas técnicas de controle e vigilância nos centros urbanos mais desenvolvidos da época.

Esses dispositivos, segundo Foucault (2002), respondiam a uma necessidade de enquadrar as populações que se aglomeravam nos centros urbanos e atendiam a uma urgência demográfica ou social e à própria necessidade política de urbanização, assim como a uma transformação econômica e acumulação de riqueza. No entanto, quando há o acúmulo de riquezas em forma de estoque, de mercadorias armazenadas, de máquinas, há necessidade de criar mecanismos de guardar, vigiar e garantir sua segurança.

Nesse sentido, os mecanismos e as ações de controle e vigilância sobre a população ao poucos vão ganhando contornos mais rígidos, invadindo cada vez mais os ambientes particulares e a vida pessoal dos habitantes. Desta forma, o poder disciplinar sobre os indivíduos passa a ser um exercício diário, porém não agindo individualmente sobre cada corpo, mas a partir de um estatuto geral que a cada um incide, transformando-se naquilo que Foucault denominou de biopoder⁶⁸.

Não se trata absolutamente de ficar ligado a um corpo individual, como faz a disciplina. Não se trata por conseguinte, em absoluto, de considerar o indivíduo no nível do detalhe, mas pelo contrário, mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação. (Foucault, 1999, p 294).

Ainda de acordo com esse autor, esses mecanismos disciplinares e regulamentadores não estão no mesmo nível, no entanto agem em conjuntos de séries que não se excluem, pelo contrário, articulam-se estabelecendo entre si uma complementaridade, onde aquele age sobre o corpo individual e este sobre a vida coletiva.

A reordenação do espaço urbano da capital paraense exigiu, especialmente nos primeiros momentos da República, das autoridades públicas competentes um trabalho harmonizado e competente. É bem provável que Antonio Lemos, como chefe do executivo municipal e Augusto Montenegro, enquanto Governador do Estado tenham alcançado durante a primeira década de seus mandatos, muitos avanços em decorrência da implantação das leis de posturas, especialmente na capital paraense.

Nesse período, especificamente, esses dispositivos de poder foram bastante eficazes. Qualquer cidadão que infringisse as normas estabelecidas recebia imediatamente as punições previstas, que poderiam ser simples advertência até as mais severas como a sua condenação. É bem verdade que no nascente modelo republicano de sociedade, não cabiam mais punições bárbaras como, por exemplo, a tortura⁶⁹, muito aplicada em tempos remotos, que de acordo com Foucault, configurava-se como uma das formas clássicas de castigar o

⁶⁸ Para Foucault (1999), o biopoder seria uma técnica de poder que não mais estaria centrada no homem-corpo, mas do homem-espécie e trata-se de um conjunto de processos que vão desde a regulamentação da proporção dos nascimentos e dos óbitos, a fecundidade de uma população, a taxa de reprodução, etc. estes aspectos vão para além da disciplina ou o poder disciplinar exercido sobre o indivíduo, agora eles irão incidir numa política para a regulamentação da espécie humana.

⁶⁹ A tortura como mecanismo de punição utilizado pelo soberano era na Época Clássica, uma forma padrão de punição. A lei representava a vontade do superior e aquele que a desrespeitasse era punido com as mais terríveis formas de tortura. Para os republicanos as punições impostas passavam a ter uma função social sendo levadas ao nível da legalidade e da política. (Foucault, 2012).

infrator. Porém, mesmo ancorados no espírito humanista, os republicanos não hesitavam no momento de demonstrar seu poder a todos os delituosos e delinquentes que ousassem desrespeitar a ordem estabelecida.

Construído no início do século XX pelo Governo Municipal, com o objetivo de atender velhos e indigentes, o *Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa* funcionou efetivamente como um instrumento de controle, punição e castigo, pelo menos durante as três primeiras décadas do século. Isto fora constatado em várias passagens registradas nos relatórios oficiais.

O Asilo não abrigou apenas a velhos e desamparados. Sob seu teto conviveram também meninos e meninas órfãos, delinquentes, prostitutas e imigrantes. Esta instituição certamente serviu com um dos instrumentos institucionais criados não só com a missão de dar assistência aos desamparados da sorte – como era propagandeado pelas autoridades – mas, sobretudo, como um meio castigar, punir e regenerar a todos que agissem em desacordo com as leis.

É bastante emblemática uma passagem descrita no relatório municipal em que o Intendente exalta “o *corpo de ficiais*” criado para atuar na cidade. Nas palavras de Lemos, trata-se de um corpo bem disciplinado graças ao comando do Inspetor geral e que é composto, em grande parte por “[...] zelosos servidores communaes, cuja dedicação me é grato louvar sempre [...]”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 93). Em uma das ações executadas na cidade por esse corpo de policiais, medidas foram imediatamente tomadas, tendo o aval do gestor municipal.

Constando a esta Intendencia que uma infeliz mulher, sem meios de locomoção, devido ao seu estado physico, andava a arrastar-se pelas ruas da cidade, assim como que um bando de mulheres, denominadas “Ciganas”, seguidas de numerosa prole, também transitavam pelas vias públicas, todas a esmolar á caridade da população, chamei para o facto a attencção dos agentes da fiscalização municipal, a quem cabe fazel-as apresentar á Repartição de Policia do Estado, a fim de serem remetidas ao Asylo de Mendicidade, na forma da lei. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 99 – 100).

FIGURA 11: Posto policial construído ao lado do Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa



FONTE: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, 1905.

Essas declarações comprovam que o Asilo de mendicidade⁷⁰ foi uma das estratégias criadas para absorver todos os indesejáveis que de alguma forma causavam transtornos à sociedade. No caso de crianças, especialmente do sexo feminino, serem enviadas ao asilo, evidenciou uma fórmula que fora bastante utilizada até o ano de 1928, quando da transferência do Orphanato Municipal para a vila de Santa Izabel⁷¹.

⁷⁰ Após a inauguração do Asilo no ano de 1902, em meio a protestos da oposição – pelo alto custo da obra –, ficou proibido esmolar nas ruas, praças, igrejas, edifícios públicos e privados, sob pena do indivíduo ser enquadrado no Código de Polícia Municipal. Lemos considerava a obra mais uma instituição civilizadora, porém seus efeitos revelam, é o expurgo social inerente ao projeto modernizador de Belém. A construção de um posto policial, anexo ao asilo, foi certamente uma medida a mais, para que fossem executadas as penas disciplinares impostas aos internos. (SARGES, 2002b).

⁷¹ No capítulo IV desta pesquisa são analisados os procedimentos e as razões que levavam o Executivo Municipal e a ordem religiosa “Filhas de Sant’Anna” que dirigia tanto o Orphanato Municipal, quanto o Asilo de Mendicidade, a manter órfãos nesta instituição.

Nesse sentido, podemos entender que, de certa forma, o Estado não estava preocupado somente com a possível regeneração dos desordeiros ou delinquentes e sim com a aplicação das normas, independentemente do segmento que se queira controlar ou punir.

Diante disso, corroboramos com o pensamento de Foucault (2002) quando este quando faz a seguinte observação:

O controle dos indivíduos, essa espécie de controle penal punitivo dos indivíduos ao nível de suas virtualidades não pode ser efetuado pela própria justiça, mas por uma série de outros poderes laterais, à margem da justiça, como a polícia e toda uma rede de instituições psicológicas e de correção – a polícia para a vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, medicas, pedagógicas para a correção. Tem a função não mais de punir as infrações dos indivíduos, mas de corrigir suas virtualidades. (p. 86).

A implantação de todos os instrumentos utilizados para atuar e estabelecer a ordem pública foi, certamente, uma ação política muito bem articulada entre as esferas governamentais na cidade de Belém no alvorecer da República. A criação do código de Polícia Municipal de 1900 – e todas as suas alterações – instituiu na cidade um ambiente aparentemente ordeiro e civilizado aos olhos da sociedade.

De certo que para grande parte da população, a quem as autoridades chamavam de “*incivilizados*”, assimilar a nova realidade não era tarefa simples, considerando-se todo o processo vivido durante a colonização, imigração e pelo pensamento eugenista, que preconizava a melhoria da raça nativa e alijava grande parte da população.

3 LEIS, NORMAS E REGULAMENTAÇÕES: A RELAÇÃO DO ESTADO E DAS ENTIDADES COM O ORPHANATO MUNICIPAL

As ações governamentais voltadas para o atendimento de crianças no Brasil no alvorecer da República, não se mostravam bem definidas. Essa falta de definição, segundo Rizzini (2008) permitiu que alguns dispositivos de intervenção fossem criados, sob a forma de normas jurídicas e procedimentos judiciais que garantiam ao Estado o poder de intervir sob a criança e sua família.

Estes dispositivos, que se constituíram em forma de leis de proteção e assistência ao menor, foram, na verdade, uma nova forma de controle desse segmento, em virtude do aumento da criminalidade envolvendo crianças e, mesmo do abandono, a que estas eram submetidas.

Na cidade de Belém, como em outras importantes cidades do país, lidar com estes problemas foi uma das principais metas das autoridades públicas no período e se aliar a entidades de caráter filantrópico ainda era uma das formas de estabelecer o controle sob este segmento e, conseqüentemente, a manutenção da ordem pública e da segurança da população.

Apesar de serem vistas com certa desconfiança por uma parte da sociedade paraense, essas instituições cumpriam uma missão importante nos projetos que eram implantados na cidade e, diante disso, as autoridades públicas não podiam ignorar o trabalho que esses estabelecimentos de recolhimento já vinham exercendo desde a segunda metade do século XIX.

Na constituição destes ambientes que prestavam serviços no âmbito da assistência e da instrução no Estado, as regulamentações iam se configurando de acordo com cada momento histórico-social por que passavam e, no que se refere ao então Orphanato Municipal, a sua longa trajetória neste capítulo, foi analisada a partir dos seguintes elementos: Os preceitos caritativos e as entidades associativas; o trabalho e a direção interna da Ordem Religiosa “Folhas de Sant’Anna”; as normatizações municipais e estaduais específicas à instituição e à instrução.

3.1 Um percurso da assistência no Pará

Historicamente, o território paraense sempre foi alvo dos interesses políticos e econômicos da coroa portuguesa, desde sua “ocupação” no século XVII quando ainda fazia parte da Província do Maranhão e Grão Pará.

Segundo Lobo (2008), é também nesse período que se instalam no Brasil as primeiras instituições que serão consideradas as primeiras a atuar com os preceitos da filantropia e da caridade, chamadas atualmente de Santas Casas de Misericórdia, que tiveram sua origem a partir da irmandade “*Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia*”⁷² de Lisboa em 1498. Após alguns anos, elas foram gradativamente se disseminando por vários países da América, especialmente o Brasil, e por todas as colônias portuguesas espalhadas pela Ásia e África.

Ainda de acordo com a mesma autora, no Brasil, essas instituições iam sendo fundadas à medida que surgiam as vilas no decorrer do século XVI. A cidade de Santos, na capitania de São Vicente, foi a primeira a receber uma Santa Casa no ano de 1543, seguida de Vitória e Olinda em 1551 e de Ilhéus em 1560. Em Belém, a fundação da Santa Casa de Misericórdia acontecerá no ano de 1650, alguns anos após a invasão portuguesa na região, muito embora existam alguns indícios de que esse fato tenha ocorrido no ano de 1619⁷³.

A maioria dos historiadores considera que a expansão do império português é a história da espada e da cruz. De um lado, soldados e marinheiros ocupando e dominando pela força da espada e, de outro, os missionários religiosos difundindo e implantando o cristianismo com a cruz de Cristo, destacando-se S. Francisco Xavier na Ásia e Pe. José de Anchieta no Brasil. (BORDALO, 2000, p. 21).

Este autor destaca ainda que na Província do Maranhão e Grão Pará, em meio às intensas disputas entre portugueses, ingleses, holandeses e franceses e à turbulência política e administrativa que se sucederam durante os anos 1600, se torna imperiosa a necessidade e a criação da Santa Casa de Misericórdia para o atendimento à população

⁷² Com os mesmos fundamentos da Santa Casa de Lisboa, fundada em 1498, inspirada, por sua vez, na Confraria “*Fraternità dela Virgine Maria dela Misericordia*” ou “*Compagnia dela Santa Misericordia*”, de Florença na Itália, (Bordalo, 2000), as Santas Casas na Colônia foram sendo erguidas.

⁷³ Para Vianna (1992), é pouco provável que a fundação desta instituição tenha ocorrido neste ano, pois desde a chegada dos portugueses à região, percorreu-se um longo caminho para a organização de outras instituições, especialmente religiosas, como: *Capella de Nossa Senhora da Graça* – construída por Castelo Branco e seus companheiros dentro do Forte do Presépio em 1616; *Hospício do Una* – pertencente aos religiosos capuchos de Santo Antonio em 1617; “*Primeira Igreja e Convento de Nossa Senhora das Mercês e Redenção dos Captivos*”, dos mercenários descalços em 1640. A fundação da Santa Casa de Misericórdia acontecerá mesmo no ano de 1650, em meio à desorganização da Colônia.

pobre, em sua maioria composta de mendigos, órfãos e velhos que não tinham recursos para manter sua sobrevivência.

As irmandades e confrarias que surgiram na Europa, durante os séculos XIV e XV, resultaram dum processo sócio-político que se chamou *laicização* da assistência, ou seja, a participação determinante dos *leigos*, sem distinção de classe ou categoria, a fim de praticarem as *obras de Misericórdia* enunciadas por Santo Tomás de Aquino, século XIII. Essas obras assim se classificam:

1- OBRAS ESPIRITUAIS DA MISERICÓRDIA: a) Ensinar os simples; b) Dar conselho a quem o pede; c) Castigar os que erram; d) Consolar os desconsolados; e) perdoar aos que nos ofenderem; f) Sofrer injúrias com paciência; g) Rezar pelos vivos e pelos mortos.

2- OBRAS CORPORAIS DA MISERICÓRDIA: a) Remir os cativos; b) Visitar os presos; c) Curar os enfermos; d) Cobrir os nus; e) Dar de comer aos famintos; f) Dar de beber a quem tem sede; g) Dar pouso ao peregrino e enterrar os mortos. (BORDALO, 2000, pp. 19-20).

Segundo, Vianna (1992), de certo, foi em meio à turbulência política da região, a ânsia de acumular riquezas e aos constantes ataques aos invasores ingleses, holandeses e franceses é que os colonizadores portugueses, trinta anos depois de sua chegada à região, decidiram pela criação de uma Santa Casa de Misericórdia com as mesmas características da matriz fundada na capital portuguesa. Assim, em decorrência desses fatores:

Fundou-se, portanto, em Belém uma associação similar da Misericórdia de Lisboa, a esse tempo uma verdadeira potencia, de um prestígio jamais atingido por outra qualquer sociedade da época. A humilde instituição representava no meio desorganizado da colônia o exemplo frisante do esforço de uma minoria esclarecida e não contaminada das ambiciosas e egoístas idéas de então; se attentarmos que a Misericórdia não tinha simplesmente por fim acolher em um hospital a pobreza enferma, cumprindo-lhe ainda defender os acusados perante juízes e tribunaes, para que a verdade inteira se fizesse sobre os crimes, para que a prepotência das autoridades não prosternasse os direitos dos fracos e desprotegidos, e mais socorrer os necessitados e amparar as orphãs, teremos de julgar o acto de sua criação como um tentamen incompativel com as theorias correntes entre os conquistadores, porque importava numa campanha de caridade e de moralidade. (VIANNA, 1992, p. 13).

Em face dos muitos desafios impostos à instituição, especialmente de ordem financeira, alguns anos depois, D. Affonso VI, declarou-se seu protetor, concedendo-lhe, desta forma, as mesmas isenções tributárias, graças e privilégios que eram garantidos pela Santa Casa de Lisboa⁷⁴. Mais tarde, no ano de 1690, D. Pedro II, ratifica o diploma e

⁷⁴ Entre os sucessivos alvarás e decretos, D. Affonso VI determinou que a justiça não poderia lançar mão dos bens imóveis dos sócios que fizessem parte da Meza; de não serem retidos nas cadeias os presos a quem a Misericórdia desse de comer e fossem degradados para as possessões colônias; entre outras. (VIANNA, 1992).

amplia as benesses concedidas por D. Affonso VI à instituição, mantendo a proteção régia e regalias concedidas anteriormente.

O fato é que todas as benesses garantidas à instituição não foram suficientes para o desenvolvimento dos seus trabalhos junto às populações mais carentes, que no decorrer dos anos só aumentava na região, obrigando o poder público a criar medidas para ampliação e especialização do atendimento prestado, inclusive no “*Hospital Senhor Bom Jesus dos Pobres*” que no início do século XIX, passou a pertencer ao patrimônio da Santa Casa de Misericórdia do Pará⁷⁵.

No decorrer do século XX, as epidemias assolavam a então Província do Grão Pará, elevando assustadoramente o índice de mortalidade entre a população. Entre as moléstias mais comuns estavam a varíola que, no ano de 1819, levou a óbito milhares de pessoas e a febre amarela, que no ano de 1850, por sua vez, vitimou grande parte da população, especialmente crianças.

Diante de todas as intempéries por que passou a instituição, muitos foram os ilustres cavalheiros que se tornaram seus provedores e que prestaram relevantes serviços junto á população. Para Bordalo (2000), um dos que merece destaque foi o senador Antonio Lemos, que no ano de 1883, é nomeado procurador geral da instituição e, mais tarde, provedor⁷⁶, realizando desde então muitas obras e reformas em sua estrutura física, assim como importantes modificações em seus estatutos.

Em dezembro de 1889, juntamente com Antonio Baena, elabora a reforma do antigo Compromisso que transformou a Irmandade em Associação Civil de Caridade – Santa Casa de Misericórdia do Pará. Eleito vice-provedor, 1897-1900, tudo fez a fim de concluir o atual Hospital de Caridade. Durante a primeira década deste século que se finda, o então Intendente Municipal Antonio Lemos, assume a provedoria da Misericórdia em 1901, quando sua dedicação, trabalho e criatividade firam marcadas de forma indelével. (Bordalo, 2000, p. 50).

Certamente, que o envolvimento de Antonio Lemos com a caridade e com assistência aos mais pobres foram determinantes para sua ascensão e legitimação no cenário político paraense, lhe credenciando a colocar em prática, enquanto prefeito, o seu

⁷⁵ No decorrer dos anos, outras instituições também foram administradas pela SCMP, algumas delas destacadas no capítulo II deste estudo.

⁷⁶ “Ao provedor competia a superintendencia de todos os negocios da Misericordia; deviam-lhe os irmãos obediencia, e as sua ordem não podiam soffrer contestação, nem deixarem de ser fielmente cumpridas. O compromisso, se por um lado dava grandes atribuições e poderes ao provedor, por outro tratava de exigir-lhe para a eleição do cargo, altas qualidades, entre ellas a de homem fidalgo, de autoridade, prudencia, virtude, reputação e idade’, de modo que os irmãos vissem nelle ‘a pessoa de cujo zelo, cuidado, diligencia e humildade haviam de tomar exemplo”. (VIANNA, 1992, p. 12-13).

projeto de modernização da capital, realizando profundas mudanças, especialmente no âmbito da assistência e da instrução na primeira década do século XX.

O cargo de provedor da SCMP foi também importante para Lemos estabelecer uma primeira aproximação com as irmãs da ordem religiosa Filhas de Sant'Anna, pois àquela altura, a referida ordem, já prestava serviço junto à instituição desde novembro de 1883, mediante contrato de trabalho assinado entre o então provedor José Joaquim Corrêa de Freitas e Rosa Gattorno, fundadora e superiora geral da ordem religiosa. No contrato, as irmãs de caridade passariam a dar assistência diária aos enfermos do hospital “Senhor Bom Jesus dos Pobres”.⁷⁷ (BORDALO, 2000).

3.2 A Ordem Religiosa “Filhas de Sant'Anna”: presença e trabalho no Estado do Pará

A presença da ordem religiosa italiana “*Filhas de Sant'Anna*” no Brasil e, especialmente no estado do Pará, está diretamente ligada à história da caridade, da assistência, da instrução e da educação do povo da região. É inegável a importância e o papel que esta organização religiosa teve para a efetivação dos projetos desenvolvidos pelos diversos governos no alvorecer da República.

Segundo Marcílio (2003), no início do século XX, restando poucas rodas de expostos, a caridade se confronta como uma nova realidade econômica e social e foi absorvendo os objetivos e as táticas da filantropia.

A filantropia surgia como modelo assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo de caridade. Nesses termos, à filantropia atribui-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais, que nascem com o início do século XX no Brasil. (MARCÍLIO, 2003, p. 78).

Fundamental no campo educativo, o trabalho desenvolvido por essa Congregação atravessou todo o século XX e está presente até hoje na região e além do Antigo Orphanato Municipal, dirigem também os *Colégios Gentil Bittencourt* e *Santa*

⁷⁷ No ano 1902, será celebrado um novo contrato de trabalho entre a ordem religiosa e administração municipal de Belém, estendendo os serviços para os hospitais e asilos mantidos pela Santa Casa de Misericórdia do Pará. Desta vez, o documento é assinado por Antonio Lemos, intendente municipal e provedor da instituição e A. *Ancilla Bricoli*, superiora geral da ordem. Os serviços prestados pelas irmãs a partir deste contrato se estenderiam aos hospitais e aos asilos mantidos pela Santa Casa.

Rosa, duas importantes instituições educativas do Estado, que serão destacadas no decorrer deste capítulo.

Desde a chegada ao Brasil, em outubro de 1884, a pedido do bispo de Belém do Pará *Dom Macedo Costa* e do então provedor da Santa Casa de Misericórdia *Ferreira de Freitas*, para assumir a direção interna do hospital *Hospital Senhor Bom Jesus dos Pobres*, as irmãs são solicitadas para dirigir outras instituições na região. Na ocasião, por conta da insalubridade climática, falta de recursos financeiros e pelas constantes epidemias que dizimavam grande parte da população, tornou-se difícil a adaptação das freiras italianas, porém aos poucos estas dificuldades foram sendo dirimidas, possibilitando não só a permanência da ordem, mas também a ampliação dos serviços prestados.

De acordo com Nunes (2006), a saída de congregações religiosas da Europa aconteceu de forma pacífica, foi, na verdade, em virtude da situação político-social desencadeada pela Revolução Francesa, que desencadeou sérios conflitos de ordem ideológica, impedindo a atuação de religiosos e religiosas nos diversos serviços de assistência prestados. Assim, diante das dificuldades impostas à Igreja, consequentemente, “as congregações encontram então na vinda para o Brasil uma solução para esse problema, mostrando-se motivadas para a ideia da “missão” em terra estrangeira e legitimando, oportuna e religiosamente, o êxodo da Europa.” (2006, p. 492).

Ainda segundo essa autora:

No Império, duas congregações femininas iniciam aqui suas atividades: as Filhas de Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir de 1891, intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras, em sua maioria, francesas e italianas. Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações europeias se estabelecem em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado dos doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades. (2006, p. 492.).

Assim, entre essas congregações que por aqui se estabeleceram estão as Filhas de Sant’Anna, que expandiram seus trabalhos missionários por várias regiões, sendo convidadas e contratadas pelas autoridades públicas para a direção de diversas instituições de caritativo-filantrópicas, especialmente no campo da saúde e educação. Na tabela e no quadro que seguem é possível identificar algumas das instituições fundadas e dirigidas pela referida Ordem no estado do Pará, assim como em outras regiões do Brasil.

TABELA 06: Instituições dirigidas pela ordem Religiosa “Filhas de Sant’Anna” no Estado do Pará

INSTITUIÇÃO	TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS RELIGIOSAS	PERÍODO DE ATUAÇÃO
Santa Casa de Misericórdia	Desenvolveram trabalho junto aos enfermos no tratamento de diversas epidemias e também na direção da maternidade a partir de 1914	1884 a 1991
Leprosário de Tucunduba	Atuaram na administração interna e viabilizaram várias reformas para melhorar a higiene dos enfermos	1887 a 1960
Hospício Juliano Moreira	Dedicaram-se à assistência dos doentes mentais desde sua fundação quando era chamado de Hospital dos Alienados	1887 até a década de 1960
Hospital Dom Luis/Beneficência Portuguesa	Cuidavam dos trabalhos nas enfermarias e administravam os apartamentos das pensionistas e as finanças da instituição	1897 a 1984
Hospital Domingos Freire	Cuidavam de doentes infectados por febre amarela e tuberculose.	1900 Até a década de 1960.
Hospital São Sebastião	Trabalhavam junto aos doentes infectados por doenças tropicais como a varíola e pelos acometidos da tuberculose	Final do século XIX e sem registros de saída
Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa	Atuavam junto aos asilados de ambos os sexos e também crianças desvalidas	1902 a 1997
Colégio Gentil Bittencourt	Assumiram a direção interna do educandário com 200 meninas pobres e desvalidas	1905 até os dias atuais
Colégio Santa Rosa	Fundado pela ordem própria ordem para atuar na educação de meninas.	1932 até os dias atuais
Colégio Estadual Antonio Lemos	Assumem a instituição em 1893 e depois em 1898 para atuar na formação de órfãs	1893 até os dias atuais

FONTE: Elaborada pelo autor a partir da Revista Jubileu/Papiro da Memória, 2009.

QUADRO 10: Instituições dirigidas pela ordem Filhas de Sant’Anna em *outros estados brasileiros*

NA ÁREA DA SAÚDE	NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA	NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
Santa Casa de Misericórdia/AM, Santa Casa de Misericórdia/MA, Hospital da Tamarineira/PE, Hospital Santo Amaro/PE, Hospital Oswaldo Cruz/PE, Hospital dos Lázaros/PE, Hospital Beneficência Portuguesa/AM, Real Hospital Português/PE, Hospital das Clínicas/RN, Santa Casa de Misericórdia/Sobral/CE, Hospital Santa Isabel/BA, Hospital Francisco Rosas/Pinhal/SP, Casa de Saúde e Maternidade São Raimundo/CE, Santa Casa de Misericórdia/Machado/MG, Policlínica Santa Elizabeth/PE, Maternidade Januário Cicco/RN, Hospital Barão de Lucena/PE, Hospital Vera Cruz/Campinas/SP, Hospital Dr. Luiz Antonio/RN, Casa de Saúde Dr. Eiras/RJ.	Casa dos Expostos e Orfanato/MA, Sede Provincial/PE, Instituto Pe. João Maria/RN, Casa Santa Inês/RJ, Patronato de Menores Mário Ramos/RJ, Asilo Infantil Nossa Senhora de Pompéia/RJ, Asilo São Luiz para a Velhice/RJ, Casa de Caridade São Vicente de Paula, Instituto Nossa Senhora da Misericórdia/BA, Asilo de Mendicidade da Assistência Vicentina/SP, Abrigo Sagrado Coração de Jesus/CE, Colônia Ulisses Pernambuco/PE, Retiro Sant’Ana/CE, Patronato Sant’Ana/CE, Retiro Sant’Ana/AM, Centro Social Madre Virgínia/PE, Centro Social Rosa Gattorno/CE.	Instituto Benjamim Constant/AM, Colégio e Orfanato Nossa Senhora das Dores/PE, Colégio Sant’Ana/Sobral/CE, Centro Educacional Rosa Gattorno/CE, Colégio Rosa Gattorno/PE, Centro Educacional Maristella/RN, Patronato Dona Zefinha Gomes/CE.

FONTE: Elaborada pelo autor a partir da Revista Jubileu/Papiro da Memória, 2009.

Assim, diante da forte presença dessas missionárias religiosas⁷⁸ em território nacional no final do século XIX, momento de transição do regime político no Brasil, as autoridades públicas não se furtaram em assinar acordos e oferecer trabalho nas diversas instituições. Estas alianças acontecem, contraditoriamente, em um momento de rejeição por parte dos republicanos em relação ao poder ainda exercido pela Igreja, que mesmo assim, soube ampliar suas ações, sobretudo, no campo da educação.

⁷⁸ Evidentemente que entre as atividades desenvolvidas, o maior propósito da Ordem Religiosa era o de evangelizar, inculcando nos doentes os sacramentos da confissão e da eucaristia. (REVISTA JUBILEU/Papiro da Memória, 2009).

[...] o interesse da Igreja no campo da educação e o apoio do governo tornaram possível às congregações estabelecerem seus colégios. Elas conquistaram espaços sociais cada vez maiores, seus efetivos se multiplicaram e, enfim, a vida religiosa feminina solidificou suas raízes em nosso país. Na segunda metade do século XIX, religiosas e religiosos detinham praticamente o monopólio da educação no Brasil: das 4.600 escolas secundárias existentes, 60% pertenciam à Igreja e gozavam de enorme prestígio. (NUNES, 2006, p. 494).

Segundo Manoel (2010), as boas relações construídas historicamente entre o Estado e a Igreja Católica durante o Império Brasileiro e se entendendo até mesmo a Proclamação da República, começam a ser estremecidas a partir das investidas dos liberais, positivistas e outros intelectuais que se auto definiam como “livres pensadores” na luta pela abolição da escravatura e, sobretudo, pela laicização do estado e da sociedade civil. Para eles, os acordos que vigoravam dificultavam o regime que se tentava implantar.

Do início da colonização, no século XVI, até a Constituição de 1891, a Igreja Católica Romana vivera sob a proteção e os privilégios estatuídos pelo Padroado Régio, de tal sorte que os serviços religiosos constituíram quase como um serviço prestado pelo Estado, e o clero católico, único existente em razão do monopólio, se constituía em uma espécie privilegiada de funcionalismo público. (MANOEL, 2010, p. 51).

Segundo Bruneau (1974), em face dos acordos estabelecidos, o Governo tinha o poder de recolher os dízimos, criar novas dioceses, assim como realizar pagamentos ao clero, tornando a igreja susceptível aos interesses estatais. Porém, com a República, é decretada oficialmente a separação entre o Estado e a Igreja Católica, tornando o Brasil uma noção laica, o que irá se reverter em uma nova forma de relacionamento entre o Estado e Igreja e, consequentemente entre a população e a religião.

Certamente que esta nova ordem não representou uma total ruptura entre esses dois segmentos e muito menos um desprestígio à Igreja. Pelo contrário, a laicização do Estado Brasileiro foi vista, por muitos setores do clero, como uma possibilidade de redefinição do papel da Igreja junto à sociedade e nesse sentido, Cantão (1986), observa que:

A República trouxe a separação entre a Igreja e o Estado no Brasil, para alívio de todos, dos políticos e dos eclesiásticos. Foi talvez o único caso em que a separação da Igreja decretada pelo Estado foi por ela acolhida como libertação. Os políticos, certos de que a religião estava ultrapassada na era positivista e do progresso, acreditavam estar escrevendo o epitáfio da igreja. Os eclesiásticos, podendo respirar em liberdade, sem a ‘proteção’ sufocante do Estado, viam renascer uma esperança de restauração. (1986, pp. 47-48).

Desta feita, a influência da Igreja Católica na região, especialmente no campo educativo, foi fortalecida e reafirmada exatamente a partir daquele momento e a chegada de várias congregações, especialmente das Filhas de Sant'Anna, possibilitou às autoridades públicas paraenses – e de outros estados da federação – alinhá-la ao seu grande projeto de modernização urbana, que se processava na capital à época, tendo como uma de seus alicerces, a construção de sujeitos civilizados, condizentes com o cenário urbano que se pretendia instaurar.

Assim, diante da reconfiguração das relações e das mudanças da estrutura jurídico-política imposta pela nova carta constituição, o Estado não interferia mais, por exemplo, na escolha do alto clero, no entanto, passava a legislar e assumir definitivamente as rédeas da educação pública e privada, no entanto, por sua vez,

Percebendo maiores possibilidades de atuação evangelizadora, a Igreja Católica incentiva aos eclesiásticos brasileiros um apostolado que seja marcado por vitalidade, comunhão, constância e zelo na propagação da fé. Para melhor atuar nesse novo contexto social, a Igreja promove ainda medidas como o aumento do número de bispos e total apoio às congregações religiosas europeias, que começaram a chegar ao Brasil, a partir de 1870.

As congregações religiosas que chegaram em missão com o intuito de expandir a fé, tendo por base o Concílio Vaticano I, caracterizavam-se por adotar um estilo de vida no qual aliavam os laços com o sagrado e o trabalho social ativo, ou seja, prestando serviços em hospitais, orfanatos, asilos de idosos e nas escolas. A missão apostólica dessas congregações, muitas vezes, passava por reveses, devido pressões daqueles que, adeptos do laicato, percebiam-nas como um peso para a sociedade. (Revista Jubileu/Papiro da memória, 2009, p.52).

Se por um lado, as condições climáticas e as doenças típicas da região fossem fatores desfavoráveis à adaptação das religiosas, por outro, o contexto político e social mostrava-se propício ao desenvolvimento do seu trabalho. Ao aportarem no Pará, no ano de 1884, as Filhas de Sant'Anna, logo iniciaram sua missão junto aos mais necessitados, sendo enviadas também para outras partes do País.

Segundo a revista comemorativa da Ordem, após 11 anos de intenso trabalho, passam ser organizadas em Províncias, sendo a primeira denominada “Santos Apóstolos Pedro e Paulo” fundada em 1895, tendo sua sede localizada na cidade de Recife. Esta província congregava os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo⁷⁹.

⁷⁹ A Província “Santos Apóstolos Pedro e Paulo” teve como provincial eleita a Irmã *Ana Vittoria Archetti* e até o ano de 1966 foi a única fundada no Brasil. Neste período, muitas freiras foram eleitas para assumir o cargo de provincial, entre elas: Ir. *A. Pierina Della Vale* (1900-1906); Ir. *A. Ancilla Bricoli* (1907-1917); Ir.

No Estado do Pará, o trabalho desenvolvido pelas religiosas em instituições municipais é constantemente elogiado nos relatórios dos Intendentes Municipais de Belém, especialmente aqueles que demarcam o período entre 1897 a 1910 – períodos da administração lealista. Nestes documentos, a missão de “cuidar, educar e instruir” os sujeitos considerados desprotegidos e enjeitados da sorte, é comumente mencionada pelas autoridades públicas.

É possível perceber que em um dado momento em que várias instituições públicas, como o Orphanato Municipal e o Asilo de Mendicidade, dirigidas pelas religiosas, passam a funcionar como uma espécie de “*rede de atendimento*”, onde se poderia, por exemplo, transferir ou remanejar o excedente de meninas do Orphanato, obrigando-as a conviver com os velhos que habitavam o Asilo.

Para o Intendente Municipal, essas duas instituições eram vistas como estratégicas para o seu projeto de reordenamento do espaço urbano ao mesmo tempo em que representava um marco na sua gestão. Aquelas iniciativas seriam fundamentais para o desenvolvimento da cidade e que deveria ser constantemente apoiadas por toda a sociedade.

Como o Asylo de Mendicidade, é o Orphanato uma das instituições a cargo da Intendencia que mais cuidados me merecem, pelos seus fins de alevantado altruísmo. Com effeito, que pratica mais meritoria do que essa de dar conforto e amparo a um punhado de pobres orphãzinhas, que sem a proteção do Municipio estariam amanhã perdidas para a sociedade? (BELÉM, O Município de/Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 254).

Talvez, o fato das duas instituições serem dirigidas pelas Filhas de Sant’Anna, fosse determinante para se tomar a decisão de juntar velhos, meninas órfãs e até mendigos no mesmo espaço de convivência privado. No entanto, essa determinação, certamente influenciava na formação das educandas podendo por em risco sua integridade física, moral e, até mesmo sexual.

Tabor Saldini (1917-1922); Ir. *Tita Sbrilli* (1922-1944); Ir. *A. Gelsomina Reminolf* (1944-1948). No ano de 1967, é decidido, através do capítulo XIV – Capítulo Geral do Instituto das Filhas de Sant’Anna – pelo desmembramento da Província do Brasil em duas, devido à extensão do território brasileiro. Mais tarde, no ano de 1975, acontece um novo desmembramento, passando a existir três províncias. Desta forma, geograficamente as províncias tiveram a seguinte demarcação: Província Santos Apóstolos Pedro e Paulo/NORTE, composta pelos estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará e Piauí; Província Madre Rosa Gattorno/NORDESTE, abrangendo os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia; Província Nossa Senhora Aparecida/SUL, constituída pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. (Revista Jubileu/Papiro da Memória, 2009).

A esse respeito, como já estava previsto, não encontramos nenhum vestígio documental que apontasse para casos sexuais envolvendo a órfã durante sua convivência com velhos e mendigos. Nesse ponto, Perrot (2005) destaca que há uma carência de trabalhos históricos que abordam esse assunto, seja pelo fato de ainda representar um tabu, ou mesmo pela dificuldade ou pelo difícil acesso às fontes.

De acordo com os registros da revista *“Papiro da Memória”*, houve uma interrupção na direção da referida Ordem no Orphanato Municipal. Este fato aconteceu no ano de 1893, ocasião em que é fundado o internato e antes de Lemos assumir a intendência Municipal de Belém. Na oportunidade, as duas irmãs que inicialmente prestavam serviço, abandonam a instituição em virtude das péssimas condições físicas que se encontrava o prédio e da escassez de recursos financeiros.

O retorno das freiras irá acontecer em definitivo no ano de 1898, ano em que é assinado o contrato entre a Prefeitura de Belém e a Ordem Religiosa, sinalizando em melhores dias para a instituição, mesmo tendo que enfrentar muitas dificuldades, especialmente no que diz respeito à higienização do internato.

Nesse sentido, diante das regulamentações municipais publicadas poucos anos depois, a instituição começa a ser novamente dirigida internamente pela congregação italiana, seguindo as normas e orientações da Igreja Católica, que no decorrer dos anos realiza várias transferências de religiosas e, sobretudo, mudanças na direção interna da instituição, como se pode perceber na tabela a seguir.

TABELA 07: Religiosas que assumiram a direção do Orphanato Municipal nas primeiras décadas

RELIGIOSAS QUE ASSUMIRAM A DIREÇÃO	ANO/PERÍODO
Sóror Ana Rosa Sampaio	1893 a 1898
Sóror A. Tita Armellini	1898 a 1904
Sóror Redempta Bongiovanni (interina)	1904 a 1905
Sóror Camilla Montenegro	1905 a 1912
Sóror Anna Gesolmina Reminolf	1912 a 1936

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de diversos Relatórios e Mensagens Oficiais.

Essa alternância na direção das instituições é vista pela Igreja como algo salutar para o seu funcionamento, assim como para as próprias religiosas, uma vez que possibilita que estas vivenciem outras experiências, e principalmente evitar que vínculos afetivos prejudiquem o trabalho junto às populações atendidas.

Algumas mudanças na direção da instituição se davam também por conta de enfermidades a que eram acometidas as freiras⁸⁰, como no caso da *Irmã Tita Armellini*, que no ano de 1904, em razão de uma doença, não informada no relatório, fora substituída provisoriamente pela *Irmã Redempta Bongiovanni*. Sem novamente indicar a moléstia, em fevereiro de 1905 a religiosa é transferida para a capital da República, onde realiza tratamento e em agosto daquele mesmo ano, segue para Gênova para dar continuidade ao tratamento. Nas palavras de Antonio Lemos, “em consequencia da melindrosa enfermidade da sóror Tita Armelini, assumiu a direcção do Orfanato sóror Camilla Montenegro, que tem preenchido zelosamente tão delicada incumbencia”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 301).

A trajetória da ordem religiosa Filhas de Sant’Anna frente ao Orphanato Municipal foi marcada por momentos bastante controversos, especialmente do ponto de vista político. O primeiro deles pode ser considerado como uma fase de avanços em virtude do apoio concedido por Antonio Lemos, enquanto esteve à frente do Governo Municipal.

O segundo, iniciado nos anos 1912, foi marcado por grandes dificuldades, sendo obrigadas a realizar vendas e muitos eventos beneficentes para manter minimamente o funcionamento da instituição. Finalmente, durante os anos de 1920, momento em que surgem novas esperanças através de um melhor apoio público e criação da Fundação MacDowell, que promove a transferência da instituição para Santa Izabel.

Porém, em nenhum momento, as autoridades públicas deixaram de elogiar e agradecer em seus relatórios, o trabalho desenvolvido pelas “abnegadas Irmãs de caridade”, desde o momento da chegada da Ordem, no final do século XIX, e no transcorrer do XX.

⁸⁰ Nos documentos produzidos pela Ordem religiosa, especificamente no livro lançado em 1933, há registros de mortes ocasionadas por epidemias. Em um deles, há a seguinte nota: “Graves doenças atormentaram irmãs e órfãs e em duas epidemias um bom número de meninas voaram para o céu”. (BODAS DE OURO DAS FILHAS DE SANT’ANNA, 1933, p. 84). Neste episódio, segundo o relato, algumas freiras tiveram que abandonar a instituição.

3.3 As entidades associativas e o apoio ao Orphanato Municipal

Fundadas em contextos diferentes, mas a partir de atitudes e interesses comuns da sociedade civil para amparar, educar e instruir meninas órfãs na capital paraense, a *Associação Protectora dos Orphãos* e a *Fundação Mac-Dowel* exerceram um papel fundamental na organização, manutenção e construção do Orphanato Municipal de Belém. Estas instituições representaram, especialmente no final do século XIX e no final dos anos 1920, a constituição e a formação de centenas de meninas desvalidas que habitaram a instituição.

A *Associação Protectora dos Órphãos*, entidade que acolhe as primeiras asiladas no momento em que é instalado o então Orphelinato Paraense em maio de 1893, mesmo contando com o apoio de muitas famílias da sociedade paraense, inicia sua missão tendo que enfrentar muitas dificuldades em virtude dos altos custos de manutenção da instituição.

O dinheiro arrecadado das diversas fontes de receitas provenientes de donativos, quermesses, remissões de sócios, joias, mensalidades dos sócios efetivos, trabalhos feitos pelas meninas, não cobria satisfatoriamente os gastos com a instituição, que no decorrer dos anos aumentava em virtude das diversas despesas com as internas obrigando a direção da Associação, recorrer ao poder público para garantir a continuidade do atendimento no Internato⁸¹.

Muito embora a Associação Protectora do Orphãos tenha assumido por apenas oito anos a administração do Orphanato Municipal, neste período desempenhou um importante papel também no âmbito da instrução ao ensinar primeiras letras às órfãs. Segundo relatório entregue ao Intendente Municipal pela diretoria da associação⁸², ao final de cada ano, as internas eram avaliadas por uma comissão de senhoras, momento em que era verificado o “grau de adiantamento” de cada uma delas.

A 15 de dezembro de 1893, quatro mezes exctamente depois da instalação do asylo, uma commissão de senhoras, presidida por dona Amalia Rosalina de

⁸¹ A receita recolhida pela Associação Protectora dos Órphãos eram originárias das seguintes fontes: Mensalidades de sócios; donativos; kermesses; benefícios; joias; trabalhos feitos pelas órfãs; venda de terrenos e açougue; auxílios cedidos pela Intendência Municipal de Belém e pelo Governo do Estado; apólices ofertadas pelo comércio paraense. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902).

⁸² Não tivemos acesso ao referido documento, alguns pontos de seu conteúdo, estão contidos no relatório oficial enviado pelo Governo ao Conselho Municipal de Belém no ano de 1902.

Faria, esposa do sr. Euclydes Faria, que era um dos directores da Associação, submetteu a exame escolar uma turma de 20 meninas, considerando merecerem algumas d'ellas, por sua applicação e bom procedimento, distincção e prêmios. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 243).

No ano de 1900, diante da insustentável situação financeira do Orphanato, a referida Associação, através de sua diretoria, composta por *H. José Cordeiro de Castro*, *Manoel Ignacio da Cunha* e *Euclydes Faria*, solicita ao Conselho Municipal de Belém uma audiência para tratar da possível transferência para a municipalidade. Diante da solicitação, apoiada inclusive por Antonio Lemos, os conselheiros reunidos na última sessão anual aprovam a transferência que é formalizada através da *Lei nº 283*, de 27 de dezembro de 1900. Para o Governo reformista de Antonio Lemos, aquele seria um passo importante para contribuir com o seu projeto e solidificar ainda mais sua imagem de homem público, preocupado com os pobres.

Certamente, que mesmo com o fim da associação, as relações que as famílias haviam construído com o Orphanato não foram encerradas, ao contrário, Governo e sociedade trabalhavam ainda mais unidos nas ações filantrópicas que existiam no Município, pois aquele era um momento de entusiasmo e transformação e a sociedade acreditava no projeto lemista.

Após passar por longos 16 anos em crise financeira, o Orphanato volta a ter maior apoio da Administração Municipal durante o governo de Antonio Crespo de Castro no ano de 1926. O então engenheiro e funcionário público a frente do cargo executivo, incentiva e autoriza a criação da *Fundação Mac-Dowell*, que teria a missão de gerenciar o Orphanato em funcionamento e, sobretudo, promover ações para angariar recursos a continuação das obras do novo edifício, na Vila de Santa Izabel.

Nesse sentido, em mensagem dirigida aos Conselheiros Municipais, Antonio Crespo de Castro, faz a seguinte declaração:

No intuito de interessar a sociedade e a família paraenses na obra de benemerencia que representa, indiscutivelmente, o Orphanato Municipal em construção desde 1905 na villa de Santa Izabel, baixei a 8 de dezembro ultimo, um acto iniciando a reorganização do mesmo instituto a que me autorizastes por Lei n. 1353 de 6 do mesmo mez, creando para isso uma associação destinada a tão generosos fins.

A essa organização, tendo por objetivo promover e assegurar á Municipalidade meios necessarios a ultimação das obras, denominei, sob as suggestões do eminente sr. dr. Governador, “Fundação Conselheiro Samuel Mac Dowell”, numa homenagem de carinhosa recordação ao notavel paraense que tantos serviços prestou á sua terra e á Nação, ao tempo do Imperio.

constituída por senhoras da nossa mais distinguida sociedade, a Fundação teve seu primeiro Conselho Director a 25 de dezembro, data em que tive a satisfação de promulgar os seus estatutos, hoje confiados á execução de sua administração própria, de que é presidente effectivo a exma. sra. Dolores do Rego Barros Mac-Dowell, esposa do ilustre advogado e professor dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell.

A Fundação teve seu escriptorio installado a 9 de fevereiro, no edificio do Banco do Pará, por gentileza dos directores deste estabelecimento de Credito, onde funciona com toda regularidade e muito exito no desempenho de seu programma. (Belém, O Município de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1927, p. 24).

Diante desse ato, o Governo Municipal, acreditava que o educandário teria um novo impulso, uma vez que sendo administrado pela referida Fundação, seriam pensadas novas estratégias de garantir recursos para sua manutenção. Outra decisão importante tomada pelo Gestor, relacionada à sua política de assistência, foi a revisão da *Lei nº 1074*, de 08 de junho de 1922, que trata do “imposto de caridade”.

De acordo com o intendente, apesar do imposto arrecadado pela municipalidade estar sendo bem utilizado nas ações que envolvem a política de assistência, da forma como se apresenta, se reveste, em certa medida, em ônus ao Município, por não ser repassado o percentual a que lhe é de direito. Ainda, seguindo essa linha de pensamento, Antonio Crespo completa:

Temos, relativamente a esse imposto, todos os serviços decorrentes de seu lançamento, de sua arrecadação, ficalisação, escripturação, com a responsabilidade de suas cifras nos nossos orçamentos e balancetes, mas não usufruimos delle a percentagem a que tinhamos justo direito, quando o Municipio matém instituições de caridade que deveriam ser melhor aquinhoadas com aa percentagens provindas da contribuição popular. (BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1927, p. 23).

Dessa forma, a revisão da *Lei do Imposto de Caridade* era fundamental para as ações no campo da assistência, uma vez que passados cinco anos de sua efetivação, haveria urgência em adequá-la à atual realidade da cidade. Assim, diante de o prazo ter sido expirado, o governo lança mão da *Lei nº 1.379*, de 10 de janeiro de 1927, para a redefinição do referido imposto.

Àquela altura, diante da realidade apresentada, principalmente no campo econômico, a sociedade e o Governo não podiam mais ignorar a existência do Orphanato Municipal e as esperanças depositadas na *Fundação Mac-Dowell*, que tinha sua sede funcionando no edificio do Banco do Pará, eram vistas pelas Filhas de Sant’Anna como uma nova alternativa para romper o longo período de sofrimento vivido na instituição.

Em um de seus relatórios enviado ao Executivo Municipal, a Fundação demonstra competência e eficiência em seu propósito junto ao Orphanato. Em assembleia geral convocada por sua diretoria, composta por senhoras da sociedade, estando à frente a senhora *Dolores Mac-Dowell*, foi apresentado aos associados o relatório do movimento financeiro referente ao ano de 1927, onde foi verificado, entre outros aspectos, o desenvolvimento das contas da instituição.

QUADRO 11: Relatório da movimentação financeira da Fundação Mac-Dowell referente ao ano de 1927

RECEITAS/DESPESAS	VALORES
Contribuições de associados	3:150\$000
Contribuições de cooperados	2:780\$000
Donativos	909\$000
Benefícios	1:500\$000
Lista de Subscriptores	7:970\$000
Rendas Diversas	34:384\$240
TOTAL	50:693\$340
Menos, despesas geraes	132\$000
LIQUIDO	50:561\$340

FONTE: BELÉM, Município de. Mensagem apresentada ao Conselho Municipal, 1928.

Apesar do apoio dado ao Orphanato em funcionamento, o principal objetivo da Fundação Mac-Dowell era mesmo o de dar continuidade às obras do edifício em construção na Vila de Santa Isabel e poder sanear as enormes despesas com as duas instituições. Ainda de acordo com o relatório, todo o recurso arrecadado era devidamente depositado nos *bancos do Pará, do Brasil, Ultramarino e Commercial do Pará*.

Não faltavam elogios por parte do gestor municipal ao excelente trabalho desenvolvido pelas respeitadas damas da elite paraense que faziam parte da direção da Fundação. Segundo Antonio Crespo, sem elas, os poucos recursos disponibilizados no orçamento municipal não seriam suficientes nem para manter o Orphanato em

funcionamento e, muito menos, dar continuidade às obras do edifício na estrada de ferro Belém-Bragança.

Diante do reconhecido trabalho da fundação e do esforço coletivo dos Governos Municipal e Estadual, no ano de 1928, é autorizada a transferência das religiosas e órfãs para o prédio ainda inacabado. No entanto, isso não significou o fim da Fundação, ao contrário, os trabalhos dirigidos por Dolores Mac-Dowell se intensificaram para garantir novos recursos para que fossem continuadas as obras e a execução de adaptações que seriam necessárias para o funcionamento da instituição.

3.4 Educação e instrução no Município de Belém: Alguns pressupostos legais

Proceder á renovação material de uma cidade, levando a todos os seus ambitos a presença dos agentes da Intendencia e o esforço dos operarios especiaes, para o embelezamento das ruas, avenidas e praças, é, certo, dever importante e inilludível de todo governo muncipal consciencioso e conhecedor do ramo. Este empenho progressista, no emtanto, ficaria deficiente e tolhido em seus efeitos civilisadores, se não o acompanhasse de modo condigno o cuidado de offerecer aos munícipes as maiores facilidades para a instrucção publica primaria e secundaria. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 232).

As mudanças ocorridas no Brasil a partir do final do século XIX, ocasionadas por intensos debates entre os diversos setores da sociedade, impuseram enormes desafios às autoridades públicas, que diante dos últimos acontecimentos – Proclamação da República, abolição da escravatura, Laicização do Estado – foram levados a repensar suas ações no âmbito da educação do povo.

Nesse sentido, diante do grande desafio de garantir escola e instrução para a grande massa de analfabetos, os governos haveriam de viabilizar não só recursos, mas também novos projetos que indicassem um caminho a ser seguido rumo à formação de “concidadãos”.

Para os republicanos, a educação seria, indubitavelmente, o instrumento capaz de reverter o quadro caótico em que se encontrava a população e não bastaria apenas embelezar e modernizar a cidade, seria necessário, sobretudo, civilizar a população para compor o novo cenário urbano.

Na cidade de Belém, este projeto também foi desenvolvido e teve como um de seus maiores expoentes, o senador e intendente municipal, Antonio Lemos, republicano convicto, teve uma participação decisiva na redefinição das políticas na área da educação.

Em suas mensagens enviadas aos vogais da Câmara, sempre alertava para esta necessidade.

“[...] não podia eu deixar que a cidade prosperasse, ficando em abandono o espirito das creanças e dos moços, no municipio”. Desde os primeiros dias de meu governo, tenho feito quanto possível para desenvolver, dilatar e melhorar a instrução publica municipal. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902 p. 232).

Com esse pensamento, a partir do final do século XIX, a escolarização ocupou um lugar de destaque nas ações dos sucessivos gestores municipais, especialmente nos quatorze anos da administração lemist. Em seus relatórios enviados ao Conselho Municipal de Belém, Antonio Lemos sempre prestou contas desta área, destacando em um tópico intitulado *Instrução Publica Municipal*, as dificuldades e os avanços obtidos pelo seu Governo, publicando também as Leis, Decretos e Resoluções aprovadas durante o seus mandatos.

Como primeira medida tomada, o Governo Municipal, em fevereiro do ano de 1898, baixa um regulamento provisório que é aprovado no mês seguinte do mesmo ano pelo Conselho Municipal através da *Lei nº 183*, que trata do aluguel de casas para servirem de escolas.

Na regulamentação das escholas municipaes julguei conveniente incumbir o professor das despesas com o custeio, inclusive o aluguel de casas para as mesmas, elevando de pouco os vencimentos dos do sexo masculino e mantendo os que percebiam os do feminino e cuja desproporção, comparados com os d'aquelle, era sensivel. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, 1902, p. 233).

É possível perceber na mensagem que aos professores e às professoras das escolas, particularmente daquelas situadas nos Distritos e Vilas do Município, eram conferidas muitas responsabilidades não só no aspecto pedagógico, mas também em relação à administração e manutenção das escolas, pois a estes ficava a tarefa de arcar inclusive com o seu custeio. Em muitos casos, quando a escola não funcionava na casa do próprio professor ou professora, estes também se responsabilizavam pelo pagamento do aluguel. Nas palavras do Gestor Municipal, esses gastos seriam compensados com o aumento dos vencimentos dos professores, enquanto que as professoras não seriam beneficiadas por tal medida.

A justificativa anunciada pela Administração Municipal seria de que se “evitaria trabalho inútil”, resultante da discriminação de despesas com o mesmo serviço. Evidentemente que estas questões estavam relacionadas com os papéis desempenhados por esses sujeitos naquele contexto sócio histórico, no qual a mulher não gozava dos mesmos direitos e regalias que eram garantidos aos homens.

Ressentindo-se ainda dos poucos recursos públicos e por medida de saneamento dos gastos, a Administração Municipal resolve, ao final do ano de 1902, dispensar do serviço todos os professores de ambos os sexos que funcionavam nas mesmas escolas, aplicando medidas disciplinares aos referidos servidores, que por algum motivo continuavam exercendo o magistério naquelas condições. Para os republicanos, a despeito de todos os entraves, era imperiosa e urgente a virada da página do atraso e das péssimas experiências do modelo educativo do Período Monárquico, como sugere no texto seguinte:

Não será, entretanto, ocioso esclarecer aqui que a instrução municipal, instituída ainda no tempo do governo monarchico, jamais recebêra regulamentação positiva e conveniente, sendo pensamento meu aparelhar-a de elementos que a tornassem melhor aproveitada do que havia sido. Não o fizêra ainda, em virtude de dificuldades só então removidas. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 225).

Os poucos recursos eram um impeditivo para a criação e manutenção de escolas na Sede, nos Distritos e nas Vilas, mesmo assim, Antonio Lemos, valendo-se do apoio da população e de seu enorme prestígio junto ao Conselho Municipal consegue aprovar sucessivos aumentos de receita para investir na educação, assim como importantes leis que objetivavam reestruturar de todos os serviços e especialmente do ensino no Município⁸³.

Nesse sentido, através da *Lei nº 292*, de 23 de março de 1901, a Administração Municipal realiza uma reforma em todos os serviços municipais e no artigo I, letra B da referida Lei, o Governo é finalmente autorizado pelo Conselho Municipal, a reformar a instrução primária municipal.

Sendo assim, em junho de 1903, o governo municipal, usando dessa autorização, publica a *Lei de nº 359*, onde “*Regulamenta a Instrução Publica Municipal*”. Assim, amparado por esta lei, a Administração inicia a mudança observando,

⁸³ No ano de 1898, as escolas municipais foram reorganizadas pelos quatro distritos da Sede e pelas Vilas e povoações do interior do Município, de acordo com as necessidades locais. Ainda seguindo o plano de reorganização e adequação da malha de ensino, o Município foi dividido em seções, sendo nomeado um responsável para cada uma delas, que teria como principal função, acompanhar e fiscalizar as escolas. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902).

especialmente, as conveniências públicas e a maior economia nas despesas. Naquela ocasião, no município de Belém existiam 79 escolas primárias, diurnas e noturnas, sendo que destas, 17 na sede e 62 nos distritos e vilas do interior.

Uma das primeiras medidas tomadas é a criação o Diretoria Geral do Ensino, sendo investido no cargo o senhor *Virgilio Cardoso de Oliveira*, que também respondia pela diretoria do *Instituto Civico-Juridico “Paes de Carvalho”*⁸⁴. Virgilio Cardoso de Oliveira obteve total apoio da Intendência Municipal para dar celeridade à reestruturação da instrução, sendo, no entanto, acompanhado cotidianamente por Antonio Lemos, que não deixava escapar nenhum detalhe sequer que tivesse relação com as repartições municipais.

Após quatro meses de viagem à Europa para realizar a impressão de seu livro, relacionado à instrução cívica, intitulado “*A Patria Brasileira*”. Virgilio Cardoso de Oliveira ao reassumir suas funções, observa que sua obra deverá ser destinada às escolas e entrega ao Intendente Municipal dois exemplares, sendo que um deles deverá ser enviado ao Conselho Municipal de Belém. Em mensagem ao executivo municipal, o então Diretor do Ensino Municipal faz a seguinte ponderação:

Infelizmente, ao regressar a este Estado, pela presteza da viagem não me foi possível trazer já os 500 exemplares que a respectiva lei municipal me obrigou a entregar a v. ex.^a, o que, certamente, terei a satisfação de fazer em breves dias, pois não poderá demorar a remessa da edição.

Reitero a v. ex.^a, com meus protestos de estima e subida consideração, sincero agradecimento, que peço, v. ex.^a, se dignará fazer extensivo aos dignos membros do Conselho Municipal. – Saúde e fraternidade. – *Virgilio Cardoso de Oliveira*. Director do Ensino Municipal. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 223).

Para o Gestor Municipal, a capacidade intelectual de Virgilio Cardoso de Oliveira e as novas medidas tomadas foram decisões acertadas, pois, além serem as mais adequadas, trouxeram em pouco tempo uma economia bastante considerável para os cofres públicos, sendo possível investir em outras áreas relacionadas ao ensino municipal.

A nova organização do ensino municipal, além de pôr esse serviço em condições de fructificar beneficemente, trouxe ainda a consideravel economia de 16:800\$

⁸⁴ Entidade criada durante a administração de Antonio Lemos, através da *Lei nº 201* de 15 de setembro de 1898, destinada a formação cívico-jurídica de cidadão das classes populares, que visava ao exercício de seus direitos e deveres na sociedade republicana. Mais tarde em 21 de setembro de 1899 é aprovada a *Lei nº 242*, que reorganiza o então instituto com sete cadeiras. Destas, quatro comporiam o curso preparatório – Português, Geografia e História do Brasil, especialmente da República, matemáticas elementares e Instrução Moral e Cívica; e três, o curso superior – Direito Constitucional, Direito Administrativo e Ciência da Administração e Noções de Práticas de Direito Cível e Comercial. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902).

anuaes para os cofres do Município: de facto, a tabella dos vencimentos do professorado, no orçamento do exercício de 1902, consignava a verba de 198:000\$, ao passo que a do Regulamento em questão somou apenas 181:200\$. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p.225).

Além da legislação específica criada e aprovada em nível municipal, o Programa de Ensino do Município também estava amparado pela Legislação Estadual, através de seus *Regulamentos Gerais do Ensino Primário*. Diante disso, destacamos a seguir algumas das Leis Estaduais que orientavam a educação em todo território paraense: *Decreto de nº 1.190*, de 17 de fevereiro de 1903 e *Decreto de nº 1.191*, de 19 de fevereiro deste mesmo ano; *Decreto nº 1.689*, de 28 de abril de 1910 e *Decreto de nº 1.695*, de 30 de maio de 1910; e o *Decreto nº 3.356*, de 07 de maio de 1918.

Todas essas leis foram criadas com a intenção de regulamentar e reorganizar o Ensino Primário, sobretudo, em questões ligadas à *fiscalização e inspeção, ensino primário geral*, especificamente em questões como: avaliação, conteúdos, classificação, disciplinas e promoção. Todas essas questões estão analisadas com mais propriedade no quarto capítulo deste estudo, quando serão analisadas as práticas pedagógicas.

Aos poucos, a rede de escolas municipais ia se readeguando aos novos tempos e nada escapava à fiscalização e inspeção da Diretoria Municipal de Ensino e do próprio Gestor Municipal. Tudo era cautelosamente averiguado para que as mudanças tivessem um efeito imediato sobre a população belenense, pois Lemos acreditava que o seu projeto de modernização dependia das políticas direcionadas à instrução e educação de crianças e adolescentes da cidade.

Assim, para impulsionar o processo de escolarização no Município, a Administração Municipal define várias diretrizes, acordos e normas, como são explicitados a seguir:

- Algumas escolas do Município passaram a adotar o ensino de *canto coral*;
- Deu-se a cada escola a denominação de uma data histórica nacional, estadual ou municipal, devendo o professor, na referida data, realizar uma sessão escolar comemorativa;
- Só poderiam ser nomeados como professores efetivos, as pessoas tituladas pela escola Normal, sendo-lhes garantida a vitaliciedade, ao fim de cinco anos de efetivo exercício;

- Cada escola passara a ter, a partir de então um livro de matrícula, uma pasta para as observações do inspetor escolar, um de registro de frequência, além de livros de registros de visitas do Intendente, Diretor de ensino, autoridades escolares do Estado ou outras quaisquer pessoas gradas;
- Ao Intendente Municipal seria conferida a suprema direção e fiscalização superior do ensino, competindo, porém, a direção efetiva a um funcionário especial, denominado Diretor do Ensino Municipal, auxiliado por outro – o inspetor escolar – a quem incumbe fiscalizar assiduamente todas as escolas mantidas pela Intendência.

Podemos considerar que essas reformas propostas por Antonio Lemos tiveram como principais objetivos, a *contenção e ajustes de gastos, a organização dos níveis de ensino, a racionalização dos espaços e*, especialmente a *fiscalização*, sendo que esta última, imputada aos professores, que enquanto servidores municipais traziam, segundo Lemos, o ranço da desordem e ineficiência praticadas no período monárquico, que tanto prejuízo causou ao Estado e às instituições públicas nos primeiros anos da Era Republicana.

A seguir, por considerarmos a importância do momento histórico e as decisões tomadas no âmbito da educação no município de Belém e seus desdobramentos nos anos seguintes, bem como a sua repercussão no Orphanato Municipal, destacamos alguns capítulos da *Lei de nº 359*, de 09 de junho de 1903, aprovada pelo Conselho Municipal e sancionada pelo Intendente que dá nova organização ao ensino na capital paraense.

REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PUBLICA MUNICIPAL CAPITULO I

Da Instrução Municipal

Art. 1.º – A instrução a cargo do Municipio de Belém compreende:

- a) – instrução primaria;
- b) – instrução cívico-juridica.

§ Unico – Logo que á Intendencia seja possivel construir um edificio apropriado, na séde do Municipio, será iniciada, em grupo escholar, a instrução artistico-profissional, regulamentada oportunamente.

Art. 2.º – A instrução primaria obedecerá ao programma de ensino adoptado pelo Governo do Estado, regendo-se em tudo pelas leis e regulamentos respectivos, no que lhe fôr applicável.

§ Unico – Nas escholas primarias diurnas da capital será proporcionado o ensino de canto coral aos alumnos de ambos os sexos, consoante regulamentação que será dada pelo director do ensino municipal, de accôrdo com o respectivo professor.

Art. 3.º – A instrução cívico-juridica será ministrada pelo actual Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho, obedecendo ao regulamento vigente.

CAPITULO II

Das escolas primarias

Art. 4.º – As escolas primarias serão isoladas e de duas categorias: – mistas, destinadas á frequencia de ambos os sexos, e especiaes para o sexo masculino.

§ Unico – As primeiras deverão ser sempre regidas por professoras e as segundas, indistinctamente, professoras ou professores, funcionando as mistas das 4 ás 6 horas da tarde e as do sexo masculino das 6 ás 8 da noite.

Art. 5.º – Ficam creadas no Municipio 58 escolas, que serão distribuidas convenientemente. Deante, porém, de representação documentada sobre a existencia 15 creanças em idade escolar e em localidade onde não existir escola mantida pelo Governo do Estado, poderá o Intendente, com aprovação do Conselho Municipal, crear escolas no interior, comtanto que o numero total não exceda de 70.

Art. 6.º – Cada escola receberá a denominação de uma data histórica nacional, estadual ou municipal do Pará, a proposito da qual, no dia respectivo ou no inicio dos trabalhos lectivos, quando a data da escola estiver comprehendida no periodo das férias geraes, o professor fará, com a assistencia do director do ensino ou do inspector, uma pequena sessão escolar commemorativa, preleccionando sobre os acontecimentos ligados á data questionada e os que com ella se relacionarem mais proximamente, devendo os demais professores fazer nas suas escolas, em aula, uma ligeira referencia ao assumpto.

CAPITULO III

Da direcção e fiscalização do ensino

Art. 7.º – Ao Intendente Municipal compete a direcção e fiscalização supremas sobre todos os serviços do ensino municipal, cabendo a direcção effectiva a um funcionario especial, com a denominação de – director do ensino municipal – que, por sua vez, será auxiliado por um inspector escolar.

§ 1.º – Ao director do ensino compete, além da direcção effectiva do Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho, a alta inspecção e direcção superior do ensino primario.

§ 2.º – Se as necessidades e a boa ordem do serviço, entretanto, o exigirem, a juízo do Intendente, poderão ser, em qualquer tempo, desannexados esses cargos, com a nomeação de um director do ensino primario especial. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal/Anexo 10, 1904, p. 225).

No capítulo I, artigo 2º da referida Lei, podemos notar a submissão do ensino municipal aos regulamentos e programas do ensino primário implantado pelo Governo do Estado, o que demonstra a preocupação com a *uniformização e a padronização das disciplinas e dos saberes* aplicados pelas duas esferas de governo.

Certamente, que esta determinação ia ao encontro também da necessidade de ampliar a oferta de vagas e diminuir a carência de escolas pelas Vilas e Distritos pertencentes ao Município, medida que já havia sido pactuada entre as duas esferas de governo, através da *Lei Estadual nº 870*, de 22 de outubro de 1903⁸⁵, que garantia, entre

⁸⁵ Em ofício dirigido ao Intendente, o Governo do Estado estabelece algumas bases para o acordo estabelecido da referida Lei. Entre esses acordos merecem destaque o 1º e o 3º tópicos: “1º – O Estado, no intuito de regularizar e mothodizar o ensino no interior do municipio da capital, obriga-se a manter tres grupos escolares, de conco escolas cada um, nas villas do Pinheiro, Mosqueiro e castanhal, edificando para esse fim os predios necessários; 3º – O Municipio manterá as escolas supprimidas em virtude d’este acordo, assim como afastará as suas actuaes escolas das villas e povoações em que o Estado estabeler as suas”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal, 1904, p. 246).

outras medidas, a instalação de grupos escolares e escolas isoladas para o atendimento da população não só na Capital, mas também nos diversos Distritos e Vilas.

Assim, as reformas do ensino na capital paraense seguiam em ritmo acelerado no início do século XX, com implantação de novas medidas para ajustar os projetos que eram executados. Nos relatórios anuais, enviados pelo Executivo Municipal ao Poder Legislativo, não faltavam elogios aos dirigentes dos departamentos, especialmente Virgílio Cardoso de Oliveira – Diretor do Ensino Municipal – e a Augusto Cesar de moura Palha – Inspetor Escolar, pelo trabalho de reestruturação e adequação das escolas e do ensino municipal.

No ano de 1904, de acordo com dados oficiais, funcionavam adequadamente 57 escolas no Município, distribuídas entre *mistas* e *noturnas*. Na Sede, eram 16 e nos Distritos e Vilas eram 41. Ainda, em relação à matrícula e à frequência média dos alunos nos quatro trimestres, a situação era a seguinte:

TABELA 08: Demonstrativo de matrícula e frequência média nas escolas municipais no ano de 1904

TRIMESTRES	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA MÉDIA
Primeiro	1.968	1.157
Segundo	2.132	1.327
Terceiro	2.002	1.184
Quarto	1.860	1.168
TOTAL	7.962	4.836

FONTE: Relatório Municipal enviado ao Conselho, 1905.

A maior parte das escolas diurnas atendia os alunos do sexo masculino que exerciam alguma atividade ou que trabalhavam durante o dia. Nessas escolas, por determinação legal, lecionavam apenas professores do sexo masculino, ficando as professoras impedidas de assumir essas turmas.

Em relação à titulação dos professores que lecionavam na rede escolar municipal, apenas 14 eram normalistas, ou seja, haviam sido formados na Escola Normal,

sendo esta uma das prerrogativas da nova Lei da Instrução para atuar no ensino primário do município.

QUADRO 12: Formação dos professores, turnos e categorias das escolas municipais

FORMAÇÃO DOCENTE	CAPITAL		INTERIOR		TOTAL
	Escolas mistas	Escolas noturnas	Escolas mistas	Escolas Noturnas	
Normalistas	06	03	05	-	14
Leigos	05	02	16	20	43

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Relatório da Intendência Municipal, 1904.

O índice de professores leigos, não efetivos, que lecionavam nas escolas do Município era, segundo os dados acima, maior nas escolas do interior, onde havia maiores carências de profissionais habilitados, ou seja, das 57 escolas mantidas pela Administração Municipal, 75% delas não contavam com um professor formado pela *Escola Normal*, considerando que em cada escola havia apenas um professor regente.

Vale lembrar, que de acordo com o artigo 11, Capítulo IV, da *Lei n° 359*, de 1903, que regulamenta a Instrução Pública Municipal, ficava determinado que: “É indispensável, para a nomeação de professor effectivo, o título de normalista, observados os demais requisitos exigidos pelo regulamento respectivo para os professores do Estado”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal/Anexo 10, 1904, p. 228).

Com essa determinação, o Governo Municipal pretendia diminuir o índice de professores inabilitados que atuavam nas escolas e que causavam prejuízo ao ensino das futuras gerações.

No quadro seguinte, podemos observar os vencimentos recebidos pelos professores e demais funcionários pertencentes ao ensino público municipal.

QUADRO 13: Vencimentos dos professores e demais funcionários do ensino público municipal

CATEGORIA/Quant.	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Director de ensino (1)	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
Inspector escolar (1)	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Professores primarios na séde do Municipio (16)	25:600\$000	12:800\$000	38:000\$000
Professores primarios no interior do Municipio (42)	56:000\$000	28:000\$000	84:000\$000
Amanuense ⁸⁶ (1)	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Porteiro (1)	-	1:080\$000	1:080\$000
Continuo (1)	-	900\$000	900\$000
Correio (1)	-	900\$000	900\$000

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Relatório Municipal/Anexo n.º 10, 1904.

Como se pode notar, a remuneração total percebida pelos professores primários do interior do Município era mais que o dobro da recebida pelos professores do capital. Provavelmente, esta diferença se dava em razão das escolas da zona rural, classificadas como *isoladas*, serem custeadas e alugadas pelos próprios docentes, de acordo com o antigo Regulamento Provisório de nº 183, de março de 1898, baixado pelo Executivo Municipal.

Ainda a partir desses dados, não se pode afirmar se os professores interinos, ou seja, aqueles que não possuem formação na Escola Normal, tinham sua remuneração equiparada aos dos normalistas, que eram funcionários efetivos da Municipalidade. Talvez, os valores dispostos na terceira coluna do quadro, denominado *gratificação*, representasse o percentual atribuído à titulação exigida para os efetivos. Todavia, vale destacar que de acordo com a tabela, a remuneração recebida pela categoria de professores era superior em relação às demais. Esse dado demonstra a importância que esse profissional tinha para o Estado naquele contexto⁸⁷.

⁸⁶ De origem latina, *amanuense* ou escrevente é todo aquele que copia textos ou documentos à mão.

⁸⁷ Veiga (2007), observa que desde 1827, os salários dos professores já eram bastante significativos e que este fato possibilitou que eles participassem da vida política brasileira e que de acordo a Constituição, os cidadãos eram divididos em três categorias: 01. Cidadão ativo: que possuíam renda mínima de 100\$000, podendo votar nos cidadãos eleitores; 02. Cidadão ativo eleitor: renda mínima de 200\$000, que podia votar nos deputados e senadores; 03. Cidadão ativo e elegível, com renda mínima de 400\$000 para deputados e de 800\$000 para o cargo de senador.

Ainda em consonância com a *Lei da Instrução Municipal*, as escolas primárias municipais foram distribuídas, de acordo com a divisão geográfica do município de Belém, levando-se em consideração as demandas apresentadas por cada localidade. Assim, o vasto território pertencente ao Município estava organizado da seguinte forma:

TABELA 09: Distribuição de escolas pelas localidades pertencentes ao município de Belém

LOCALIDADE/DISTRITO/VILA	Nº DE ESCOLAS
Séde do Município	16 escolas
Villa Pinheiro	01 escola
Villa Mosqueiro, Villa Benevides, Villa santa Izabel, Villa Castanhal e Villa Barcarena.	04 escolas cada
Villa Castanhal	03 escolas
Villa Bemfica, Povoação Americano, Villa Apehú, Districto Igarapé-assú, Districto Inhangapy, Districto de Caraparú, Districto Guajará-miry, Districto Conde e Districto Ilha das Onças.	02 escolas cada.
TOTAL DE ESCOLAS	58 escolas

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Relatório da Intendência Municipal, 1904.

Em meio às grandes demandas apresentadas pelos munícipes de outras localidades do Município, a Administração ainda criou 12 escolas provisórias de ensino primário nos seguintes distritos: *Ananindeua, Jandiah, Macapá, Guajará-assú, Itapicurú, Aurá, Oribóca, e Aycarahú*. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal/Anexo 10, 1904).

O projeto de reestruturação do ensino na cidade de Belém foi, sem dúvida nenhuma, uma das iniciativas mais relevantes do governo de Antonio Lemos, pois além de criar condições para a ampliação da malha, implantando escolas nas várias regiões do Município, com o apoio do Governo Estadual, estabeleceu novos processos e métodos didáticos, implantou projetos inovadores, além de valorizar os professores.

FIGURA 12: 6º Grupo Escolar da capital paraense



FONTE: Relatório da Intendência Municipal, 1909.

No Pará, segundo Gondra (2008), a malha escolar primária pública desde a Colônia já era bastante significativa, chegando a serem matriculados 9.141 alunos de ambos os sexos nas escolas públicas, configurando-se como uma das mais importantes províncias da Colônia, ficando atrás apenas de províncias como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará.

Uma determinação bastante festejada por Lemos na *Lei 359*, artigo 2º, § único, foi a inclusão do *ensino do canto coral* nas escolas diurnas para os alunos de ambos os sexos. Essa medida se tornaria, mais tarde, adequada ao regulamento do Estado, que já previa em seu programa esse conhecimento.

Um ano após a implantação da *Lei de nº 359*, de junho de 1903, o Governo publica a *Lei de nº 386*⁸⁸, de junho de 1904, reestruturando a instrução municipal, transformando o Ensino do Canto Coral em uma disciplina do programa, intitulada de “*Canticos Escholares*”, recebendo inclusive uma regulamentação específica, criada pelo Director do Ensino Municipal de Belém.

O regulamento composto por três capítulos denominados respectivamente: “*I – Do cantico escolar e seus fins; II – Do ensino e; III – Dos professores*”, representava mais um passo na construção de homens e mulheres civilizados e demonstrava a importância que o intendente municipal dispensava a esse tipo de aprendizagem na escola. No entanto, fica evidenciado em seus relatos que sua intenção seria utilizar os grupos de corais como instrumento de propaganda cívica, nacionalista e especialmente político.

No Capítulo I, artigo 1.º do regulamento, denominado “*Do cantico escolar e seus fins*” determina que:

O cantico escolar é uma disciplina obrigatoria aos meninos e meninas que frequentarem as escholas do Municipio, e tera sempre por fundamento a educação nacional, o incentivo ao trabalho, o desenvolvimento de bons sentimentos – como a beneficencia, a solidariedade, a disciplina, o amor á ordem, etc., tudo, enfim, que possa bem despertar no espirito das creanças sentimentos nobres e patrióticos. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Anexo n. 12, 1904, p. 261).

O sentimento patriótico certamente representava um dos pressupostos para a configuração de nação independente, ele era visto como elemento fundante na formação de sujeitos para a sociedade naquele contexto histórico. Assim, nacionalismo, civismo, disciplina, ordem eram os princípios que traduziam os desejos e os anseios das autoridades públicas que almejavam transformar a próspera capital paraense, especialmente os segmentos que viviam nos subúrbios.

O regulamento definia ainda que o *cantico escolar* seria ensinado obedecendo dois aspectos: *a) Canto coral*, propriamente dito e *b) Simples cânticos infantis*. Estes últimos não teriam um ensino técnico e compreenderiam *cânticos uniformes*, para todas as escolas, sendo executados nos seguintes casos: *para a recepção do Intendente e das mais altas autoridades do Estado; recepção do diretor do Ensino Municipal e; recepção do inspetor escolar*.

⁸⁸ A referida Lei está disponibilizada na íntegra nos anexos deste estudo, assim como os regulamentos dos Cânticos Escolares e as Instruções para o Ensino Facultativo de Música e sua aplicação.

Em relação aos *simples cânticos infantis*, o regulamento observa que teriam um caráter de *cânticos particulares a cada escola* e que seriam destinados: *ao início dos trabalhos letivos; ao encerramento das aulas e; à comemoração da data histórica de cada escola.*

FIGURA 13: Alunas de escolas municipais que fazem parte do Canto Coral



FONTE: Relatório da Intendência Municipal, 1909.

Seguindo com o seu projeto para *civilizar* os habitantes da cidade, o Governo Municipal institui ainda o “*Ensino Artístico*” e objetiva criar uma escola de pintura chamada *Instituto Pedro Américo*, em homenagem ao artista, considerado um expoente na época. A ideia seria futuramente transformar o instituto em uma escola de belas artes, onde seria incluído o ensino de música, dirigida pelo próprio homenageado⁸⁹.

⁸⁹ A pretensão do intendente era ter Pedro Américo como dirigente do instituto, porém, segundo Lemos, muitos empecilhos impediram sua instalação. Ademais, a morte do glorioso artista brasileiro nos primeiros dias do mês de outubro em Florença, tornou ainda mais difícil a concretização do projeto. Segundo o

A pretensão do Gestor Municipal era obter os bons resultados que países como a Suécia, a Noruega e a Dinamarca, tiveram com tais iniciativas e para incrementar ainda mais seus ambiciosos projetos educativos. Mesmo com a não efetivação do instituto, são publicadas algumas normatizações para o ensino facultativo de música em algumas escolas que atendiam alunos somente do sexo masculino na sede do Município. Tal medida visava, segundo os preceitos do gestor municipal, “[...] desenvolver o gosto artístico e incentivar ainda o exercício de uma profissão futura.” (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Instruções, 1905, Anexo 13, 1905, p. 262).

Essa iniciativa visava incentivar a criação de bandas musicais escolares, como podemos observar no texto do artigo 3.º, das “*Instruções*” do ensino de música.

Art. 3.º Como uma consequencia natural do ensino da musica e dos fins que o mesmo visa, fica instituido entre os alumnos das mesmas escolas um corpo musical, que se denominará – ***Banda Escholar Antonio Lemos***, – não só como uma homenagem a esse eminente cidadão, pelos relevantes serviços já prestados ao Estado, ao Município, em particular, e ao ensino municipal de Belém, especialmente, mas ainda uma vez em obediencia á base sobre que repouisa o plano geral d’este ensino – a educação civica. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Instruções, anexo 13, 1905, p. 262).

Na sequência da regulamentação das *Instruções*, referentes ao ensino de música, o capítulo II, denominado “*Do ensino e da Organização da banda*” trazia uma série orientações, tais como: *tipos de lições a ser ensinadas; definição da faixa etária para participar*; entre outras. Mais adiante, no capítulo III, intitulado “*Da banda*”, estava definido o repertório que deveria ser executado, sendo que haveria um repertório geral e outro oficial, sendo este último executado somente em ocasiões solenes em que houvesse a presença não só de autoridades públicas, mas, sobretudo da sociedade civil.

A Regulamentação, além de definir o quadro de professores especiais para assumir o ensino de música nas escolas, abriu uma concorrência pública para a realização de um concurso que elegeria os *hinos da Instrução, Vinte e Oito de Outubro, Vinte e Cinco de Fevereiro e Vinte Seis de Julho*, que ainda estavam sendo compostos. Assim, a

intendente: “Pedro Américo succumbiu quando já em preparos de viagem para a Amazonia, especialmente convidado por mim para dirigir o referido instituto. Seu nome, porém, íntima e directamente ligado á secção artística do Ensino Municipal, será sempre a égide da futura instituição”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, pp. 299-300).

finalidade destes e dos demais hinos que faziam parte do repertório oficial, está descrito a seguir.

- a) – **Hymno Nacional:** *Será executado ao comparecimento do Governador do Estado em qualquer acto a que assistir a banda, e nas manhãs de 15 de agosto e 7 de setembro, adesão do Pará á independencia do Brazil, e independencia Nacional, respectivamente, deante dos palacios do Governo e do Intendente.*
- b) – **Hymno da Republica:** *Nas manhãs de 15 e 16 de novembro, – proclamação da Republica e adesão do Pará á Republica, nas mesmas condições do paragrapho anterior.*
- c) – **Hymno da Instrucção:** *Ao comparecimento do secretario d’Estado da justiça, Interior e Instrucção Publica, do director do Ensino Municipal de Belém, ou de seus representantes, em qualquer acto a que se achar presente a banda; bem assim no encerramento das sessões cívicas comemorativas das datas das escholas municipaes.*
- d) – **Hymno Vinte e Oito de Outubro:** *deante do palacio da Intendencia Municipal e á porta da residencia do intendente, nas manhãs de 28 de outubro, data da organização dos municipios do Estado, e sempre ao comparecimento do intendente a qualquer acto a que se achar presente a banda.*
- e) – **Hymno Vinte e Cinco de Fevereiro:** *Dedicado á data da reorganização do Ensino Municipal sobre as bases actuaes, – no termo das prelecções dos respectivos professores por ocasião das sessões cívicas de que trata o § 3.º, e ao comparecimento do inspector das escholas do Municipio a qualquer acto a que estiver presente a banda.*
- f) – **Hymno Vinte e Seis de Julho:** *Especial á data da criação da Banda Escholar Antonio Lemos, na manhã do referido dia, na respectiva sede.*
- g) – **A marcha Antonio Lemos:** *Que será especialmente fornecida pela directoria do Ensino, destinada a regular o andamento da banda, – todas as vezes que a mesma effectuar as formaturas, precedendo sempre qualquer outra peça que tenha de executar.*

Pelo menos dois pontos merecem destaque nesta regulamentação de apresentação da banda musical. O primeiro destaque se refere à existência da “*Marcha Antonio Lemos*”, homenagem que reafirmava a personalidade extremamente personalista do Intendente e que alimentava o sentimento de revolta e indignação de seus opositores políticos.

O segundo, relacionado ao “*Hymno da Instrução*”, mais especificamente à utilização do termo *instrução* em referência à *educação*. A conceituação destes termos suscitava muitos debates entre os intelectuais, que eram inclusive publicados em revistas especializadas que circulavam na época.

Em uma das edições da revista mensal “*A Escola*”⁹⁰ fundada por Virgílio Cardoso de Oliveira, no volume II, do ano 1900 há um artigo intitulado “*Educação e Instrução*” escrito por Octavio Pires, onde este disserta acerca das diferenças epistemológicas entre os dois termos. Pires, com a pretensão de desfazer mal entendidos em relação aos dois termos e assegurar o emprego correto nas escolas e nos órgãos públicos, apoia-se em alguns lexicógrafos, considerados por ele referências no assunto.

EDUCAÇÃO diz Caldas Aulete: – “Acção e efeito de educar, de desenvolver as faculdades physicas, intellectuaes e moraes da creança e em geral do ser humano, etc.”

INSTRUCÇÃO, segundo o referido lexicographo: – “Acção de instruir, ensino; educação litteraria, etc.”

EDUCAÇÃO diz Constancio: – “Criação que se dá á mocidade, a animaes e a plantas; cuidado e systema com que se educa; instrucção, ensino de maneiras, costumes, etc.”.

INSTRUCÇÃO define ainda Constancio: – “Acto de instruir, ensino, documento, etc.” (A Escola/Revista Official de Ensino-II, 1900, p. 27).

A partir dessas definições, Octavio Pires segue com algumas argumentações:

Não precisamos citar mais lexicographos, para demonstrar a differença que theoreticamente existe entre educação e instrucção; no entanto, infelizmente, na pratica as vemos constatemente confundidas. E dessa falsa applicação de principios aliás verdadeiros vem não pequenos males á sociedade.

Não é raro dizerem chefes de familia: – desejo dar uma bôa educação a meu filho e por isso vou já mandal-o ao colegio. Exprimem-se assim, não sabemos se por ignorancia, ou por não quererem cumprir os seus deveres; o certo é que a

⁹⁰ “*A Escola*” era uma revista oficial de publicação mensal, fundada por Virgílio Cardoso de Oliveira – Diretor Geral da Instrução Pública. Nela eram publicadas matérias relacionadas à instrução pública e funcionava como um instrumento de disseminação das ideias pedagógicas. Em vários de seus números vinha escrito na capa a seguinte frase: “Si sois verdadeiro republicano cuidae e cuidae sempre da educação do povo: ignorancia e Republica são idéas que se repellem”.

joventude é quem soffre as funestas consequencias dessa desídia ou ignorancia.
(A Escola/Revista Official de Ensino-II, 1900, p. 27).

Se por um lado, reconhecendo o carácter e o papel da escola no processo de formação da criança a partir de seu método pautado na ideia de instrução, por outro, *Pires* não deixa de ressaltar que a educação do filho é uma faculdade delegada, ou melhor, extensiva à família e que já nasce, segundo o autor, no útero da mãe. Ele conclui que “A educação precede a instrução e é muito mais difficil adquirir”. (A Escola/Revista Official de Ensino-II, 1900, p. 27).

Debates como estes são muito recorrentes nos documentos que regem o ensino na época o que demonstram que não se trata apenas de uma questão lexicográfica. Em 1905, em uma festa comemorativa ao bem sucedido “*Instituto Cívico Jurídico Paes de Carvalho*”, instituição criada por Lemos, a aluna de uma escola municipal *Amelia Nunes* recita, diante de várias autoridades públicas, estrofes de um verso inscrito por Virgílio Cardoso de Oliveira, intitulado “*A intrucção*”, carregado não só sentimentos patrióticos, mas, acima de tudo, significados que a palavra representava.

A INSTRUCÇÃO

*Ha n'esta festa, senhores,
N'este recinto, irmanados,
Dois factos glorificados:
– A Republica e a Instrucção!
E se a Infancia das escholas
Já saudou a Patria amada,
Deve, também, dedicada,
Da eschola, saudar a acção.*

*Se o soldado valoroso,
Enfrenta, heroico, as batalhas,
E, despresando as metralhas,
Motra-se altivo, capaz
De honrar a Patria adorada;
Também lucha a mocidade,
Com fervor, com lealdade,*

Pela Patria, em plena paz!

*É contra a negra ignorancia
Que a mocidade se bate:
Aquelle corvo que abate,
Que corróe os corações,
Deprimindo as energias...
E nas pelejas travadas,
Tem lettras em vez de espadas!
Tem livros... não tem canhões!*

*A lucta só é de luzes:
Não ha nuvens de fumaça,
Nem sangue, pranto e desgraça,
Mas – flores, em profusão:
E, na ardencia das refrégas,
Ficam de lado os brinquedos,
Trocando os bellos folgedos
Pelos campos da Instrucção!*

*E n'estes – Familia e Eschola
Os mestres e paes amados,
Por conselhos dedicados,
Pela constante lição
Cheios de amor e civismo,
Innoculam no seu peito
Da Patria o bello conceito,
Educando o coração.
E vem, assim, ser factora
Do progresso, pela Paz:
N'esse triumpho efficaz
Do Direiro e da Razão,
Onde troca a intelligencia:*

*O sabre – pelo Trabalho;
A espingarda – pelo Malho,
E em vez de pólvora – Instrução.*

As argumentações referentes aos conceitos dos dois termos serviam também para reafirmar a importância e a necessidade de implantar escolas para as classes populares, que apesar de receberem alguma forma rudimentar de educação no ambiente familiar e em outros espaços, não condizia com o ensino ministrado nos espaços escolares, fundamentados pela ciência.

Podemos considerar que as reformas implantadas no campo da instrução pública municipal de Belém contribuíram sensivelmente para a afirmação do projeto de modernização da cidade. A importância dada pelo Intendente Municipal, especialmente na primeira década do século XX, pode ser evidenciada nos relatórios enviados ao Poder Legislativo local, principalmente no início dos anos 1900.

Nesse período, Lemos pouco teve que se preocupar com a oposição e com possíveis desaprovações de seus projetos, tendo em vista toda a bagagem política construída antes mesmo de chegar ao cargo administrativo. No entanto, assumindo um perfil centralizar, o Administrador Municipal, não se omitia quando tinha que agir contra a oposição, o que o transformou também em um dos políticos mais criticados e combatidos da história.

A esse respeito, Rocque (1996), destaca que;

[...] durante o período de dominação lealista, não houve meio termo, tanto da situação, quanto da oposição; que o radicalismo era recíproco; que os insultos, as violências, partiam de ambas as partes, com destaque maior para os seguidores de Lemos por serem governo e contarem, assim, com a força. (p. 77).

Assim, as grandes disputas políticas do Estado que se estabeleceram durante a Gestão Lealista, não impediram que o seu projeto fosse levado adiante, demarcando um dos mais prósperos períodos da história do município de Belém, porém ao analisar os relatórios dos intendentes que o sucederam, na prefeitura de Belém, percebe-se que apesar dos avanços obtidos, especialmente no âmbito da instrução, os novos gestores, a despeito dos acontecimentos passados, faziam questão de criticá-los.

Virgílio Martins Lopes de Mendonça, ex-conselheiro e um dos principais opositores de Antonio Lemos, é o seu sucessor na prefeitura de Belém, permanecendo por

pouco tempo na administração. Em relatório enviado ao Conselho Municipal no ano de 1912, a Administração reconhece que o ensino primário tem cumprido seu papel junto aos munícipes, apesar de ter havido uma diminuição de escolas em funcionamento.

Com um total de apenas trinta e duas escolas, o Governo se preocupou em localizá-las de acordo com as solicitações dos moradores. Esta prática, que já vinha acontecendo em concordância com o Governo Estadual, demonstra que havia uma grande facilidade para o fechamento e a criação de escolas à época pelos Distritos e Vilas do Município.

Outro ponto que merece destaque no relatório diz respeito à existência de duas escolas que funcionavam no Orphanato Municipal e mais duas no Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa. Este fato é determinante por revelar que desde a administração de Antonio Lemos, mesmo não se tendo uma data precisa, já existia o ensino primário aplicado no internato, conforme as leis, regulamentos e normas municipais. Talvez, aí esteja a explicação de Antonio Lemos não ter publicado nenhuma lei específica que definisse o ensino no educandário.

Em 1913, após a renúncia de Virgílio de Mendonça, *Dinysio Ausier Bentes*, volta a dar atenção ao ensino municipal, no que diz respeito às questões pedagógicas. O então Intendente imediatamente nomeia uma comissão para avaliar a situação do ensino municipal, pois, para ele, este ramo da administração era de interesse capital e merecia todo o empenho da comuna.

Para bem julgar das condições em que a infância é ministrado, pelo Município, o ensino official, deliberei nomear uma comissão de tres membros, de reconhecida idoneidade, os srs. Professor Raymundo Chaves, e drs. José Marcos Coelho de Souza e Francisco da Cunha Coutinho, que, da missão, cabalmente desempenhada, apresentaram o bem elaborado relatório junto, cuja leitura vos recommendo com interesse. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, 1913, p. 25).

Os resultados apresentados pela comissão de inspeção e avaliação demonstraram que a qualidade do ensino municipal ofertado aos estudantes deixava muito a desejar e não correspondia às expectativas da sociedade, carecendo de reformas urgentes tanto no aspecto material – construção e reforma e dos prédios, mobiliário, recursos didáticos –, quanto no que diz respeito aos métodos de ensino.

Ao final das visitas realizadas nas escolas da rede municipal a “*Comissão de Inspeção e Estudo do Ensino Municipal de Belém*” entrega ao Governo um detalhado

relatório, datado de 15 de maio de 1913, contendo importantes informações acerca da realidade encontrada.

Exm.º Sr. Dr. Intendente. – Com o intuito de melhor expender os factos observados e o resultado dos estudos a que procedeu, de conformidade com a tarefa que lhe foi commettida, á commissão pareceu de bõa logica classifical-os em vários capitulos, sem sacrificar sua correlação, nem a concateneação natural em exposição deste genero.

Nas diversas provincias em que dividiu o relato de seu labor, encontrareis pormenorizado o que viu, sente e pensa no tocant ao magno problema da instrucção publica municipal, porque tanto interesse e carinho acabaes de manifestar, depois de longo torpor em que a deixaram os vossos antecessores na administração da communa de Belém. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Anexo n.º 2/Comissão de Inspeção e Estudo do Ensino Municipal de Belém, 1913, p. 100).

O documento entregue ao Governo foi organizado de acordo com os seguintes tópicos: “*I. Visitas; II. Ensino municipal actual; III. Compendios, methodos e programmas; IV. Magisterio e algumas palavras sobre inspecção; V. Matricula; VI. Material escolar; VII. Condições geraes das escolas municipaes; e as conclusões*”.

Segundo a Comissão de Inspeção, todas as escolas foram visitadas, mesmo as de difícil acesso, e ainda as duas que funcionavam no Orphanato Municipal, que eram regidas pelas professoras *Anna Ferreira de Almeida Trindade* e *Helena Lamarão* e as duas que funcionavam no Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa, regidas pelas professoras *Esmeralda Silva* e *Marcia de Araujo Costa*.

As constantes transferências e/ou fechamento de escolas municipais se davam não só pela falta ou pelo número reduzido de alunos ou, mesmo, por já existir outra instalada pelo Governo do Estado. Questões relacionadas à precariedade das casas alugadas pelos próprios professores – prática comum desde o século XIX –, condições inadequadas de mobiliário, também eram fatores que impediam o seu funcionamento e que incomodavam o Executivo Municipal.

Das 51 escolas, que esta municipalidade mantem, a maioria funciona em simples salas de casas particulares e até mesmo em habitações colletivas, havendo em todas ellas completo desconforto, por isso que não preenchem os fins a que são destinadas.

Nem melhores são as condições do nosso mobiliario. É elle construido sem obedecer a regras, feito d’um unico tamanho, como se os alumnos tivessem todos a mesma altura.

Os bancos são demasiadamente afastados das carteiras e em alguns casos juntos de mais.

Ha escassez de mobiliario apropriado, emfim.

Resulta desta anormalidade de carteiras um grave prejuízo para as crianças, que são muitas vezes obrigadas a tomar posições irregulares e defeituosas. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 113).

Os inspetores relataram também a falta de um programa e de um método de ensino específicos para as escolas do município próprios. Eles consideravam que aquele já era o momento de se ter mais autonomia pedagógica em relação ao programa do Estado.

Para a Comissão, essa submissão dificultava a aprendizagem dos alunos pertencentes às escolas da municipalidade, pois foram encontrados casos em que os alunos mal sabiam pronunciar ou escrever palavras simples, sem contar a total “*falta de uniformização dos níveis de ensino*”. Em relação ao regulamento municipal, a Comissão também lançou suas críticas, destacando que “o ensino actual já vem sem solução de continuidade desde 1904, quando se formulou um Regulamento apparatuso, aparentemente auspicioso, para embair o povo de nossa terra”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 106).

Como não podia ser diferente, a questão da higiene escolar foi um tema destacado no referido relatório. Para a Comissão, apesar de haver algum controle das epidemias, as escolas deveriam ser construídas em locais com ar e luz em abundância e com uma severa vigilância do serviço de inspeção médica. No entanto, mesmo ciente destes preceitos, a administração anterior os negligenciava, permitindo o estado deplorável a que chegaram as escolas, segundo os relatos da comissão.

- As condições higiênicas dos prédios escolares, especialmente os que estão localizados nos subúrbios, são precárias;
- A inspeção sanitária dos alunos não é uma realidade na maioria das escolas;
- Ensino defeituoso com total falta de conforto e zelo pela falta de higiene escolar.

Assim, em virtude da situação diagnosticada no ensino público municipal de Belém, a “Comissão de Inspeção e Estudo”, composta por *Raymundo Chaves, José Marcos Coelho de Souza, Francisco da Cunha Coutinho*, sugere ao Intendente uma série de medidas que poderiam garantir ou amenizar o estado precário do ensino na municipalidade se tomadas a tempo.

A comissão é de parecer que sejam tomadas em consideração e levadas a efeito, as seguintes medidas, para o fim de uniformizar o ensino municipal.

- 1) Organização de regulamento e programma próprio.
- 2) Inspeccção assidua, intelligente e dedicada.
- 3) Aquisição de predios pela municipalidade, commettendo-a á directoria do ensino, com assistencia do medico e engenheiro.
- 4) Suprimento imediato ás escolas do que carecem para seu normal funcionamento.
- 5) Designação, simultanea com o regente, da cadeira, de pessoa idonea que deva attestar o respectivo exercicio, no interior.
- 6) Desdobramento das escolas que tiverem mais de 50 alumnos matriculados, assim com a creação d'um certo numero de adjunctos do professores destes ultimos.
- 7) Equiparação, á categorias de escolas da séde do Municipio, das seguintes escolas: “11 de Março”, “1 de Setembro”, 4 de Fevereiro”, “25 de Fevereiro”, “9 de Fevereiro”, e “24 de Julho”, que injustamente, são classificadas como escolas do interior, quando existem, no mesmo meio e os funcionarios respectivos estão sujeitos ás mesmas condições de vida, que os da Capital.
- 8) Creação de grupos escolares nos bairros de Canudos, Prado, e Pedreira, que possam reunir com vantagem os alumnos das escolas estabelecidas nesses logares, e bem assim d'um lyceu de artes e officios, aproveitando para esse fim o edificio onde funciona o serviço sanitário municipal, para maior incremento e desenvolvimento do operariado.
- 9) Augmento relativo nos vencimentos dos 154 funcionarios. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, pp. 114-115).

Apesar dessa iniciativa proposta pelo governo, pouco se avançou na melhoria dos prédios escolares e também em relação aos métodos e programas de ensino. Dionysio Bentes deixa a administração, que assumia interinamente, sem poder concretizar praticamente nenhum projeto de melhoria no campo educativo, no entanto, deixa um importante documento para ser utilizado pelo novo gestor, eleito para assumir o cargo.

A Comissão de Inspeção e Estudos organiza ainda vários quadros demonstrativos⁹¹ com números de matrícula, frequência, classificação das escolas, mobiliário, objetos pertencentes às escolas e aos professores, incluindo as escolas que funcionavam no Orphanato Municipal.

O agravamento da crise financeira no ano de 1914 obrigou o novo Governo Municipal a trabalhar com um reduzido orçamento e os gastos públicos para tentar garantir a governabilidade. “O nosso mau estado financeiro corria parêlha com o estado desolador de ruínas que materialmente attestava esta acapital”. Com este depoimento, Antonio Martins Pinheiro, em relatório enviado aos conselheiros, anunciava a difícil missão que lhe

⁹¹ Entre os materiais relacionados nas listagens constavam: Bancos carteiras, bancos, bancas e mesas, cadeiras, armários, carteira para professor, livros de matrícula, livros de exames, livros de ponto, livros de visitas, tinteiros, cadernetas, canetas, cabides, lousas, cavaletes, cartas geográficas, cartas geométricas. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1916).

fora imposta. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1916, p. 03).

Diante da situação apresentada pelo Governo, o investimento na área da educação, assim como em outros setores, ficou praticamente estagnado, não só durante a gestão de Antonio Martins (1914 – 1921), mas pelo menos até a primeira metade dos anos 1920. No entanto, algumas medidas pontuais foram tomadas para garantir a permanência das crianças na escola. Uma delas foi a permissão por parte do Governo para que alunos pobres pudessem frequentar a escola sem sapatos ou sandálias, pois segundo o Gestor Municipal essa medida elevaria a matrícula escolar.

Uma medida posta em pratica este anno, e que bons resultados produziu, foi, sem duvida, a de facultar ás creanças pobres frequentarem descalças as escolas muncipaes. A prova de que esta providencia, que teve por fim levar a instrução aos humildes fazendo-a penetrar em todas as camadas, conseguiu os fins objectivados, está claramente evidenciada na elevada matrícula escolar, até hoje nunca atingida. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Inspectoria do Ensino/anexo nº 4, 1916, p. 37).

Em relação ao Orphanato Municipal, o Governo publica uma Lei em 29 de janeiro de 1916, na qual não tivemos acesso, normatizando a idade de entrada e saída das órfãs na instituição. Esta medida garantiria, segundo o Governo, que um maior número de meninas desamparadas viesse a ser beneficiado dos serviços prestados pela instituição.

De acordo com essa decisão – que dizia inclusive que a educação oferecida no Orphanato pelo Município era facultativa – a permanência da órfã não poderia ultrapassar seis anos, a fim de que o benefício fosse estendido a mais meninas. Determinou-se também que as educandas matriculadas no ano de 1904 deveriam ser automaticamente desligadas, assim como as matriculadas nos anos de 1905, 1906, 1907, 1908 e dos anos posteriores, que já tivessem completado 16 anos. Estas deveriam ser entregues aos seus pais, tutores, protetores ou ao Juiz de órfãos, para que este lhe desse o destino mais apropriado.

O Executivo Municipal, a partir destas medidas, ao que tudo indica, objetivava atender aos inúmeros pedidos de matrículas que eram feitos cotidianamente, assim como garanti educação e instrução para outras órfãs na instituição. Para suprir a carência de vagas também no interior do Município, a Administração distribui auxílios pecuniários para várias escolas particulares, para que estas absorvessem a demanda que também crescia em várias localidades.

Na primeira metade dos anos 1920, já com as contas públicas razoavelmente saneadas, houve por parte dos sucessivos gestores a tentativa de ampliação na oferta de vagas no ensino público municipal, sobretudo, às populações mais carentes que viviam nos Distritos, Vilas e subúrbios. O objetivo era levar *educação popular* às localidades em que não existiam os *Grupos Escolares* administrados pelo Governo Estadual.

Antonio Crespo de Castro, durante sua administração, além de prosseguir com essa política expansionista do ensino primário, propõe também outras medidas de cunho pedagógico como a inserção no currículo do *Ensino de Gymnastica e Escotismo*, instituído pela *Lei Municipal de nº 1.366*, de 31 de dezembro de 1926 e a criação da cadeira de *Ensino de Desenho*, como demonstra a mensagem do Intendente dirigida ao Conselho.

Servindo a uma população de alumnos pertencentes as classes laboriosas e, por isso mesmo, futuros artifices e operarios, entendi crear, aguardando para isso aprovação vossa, o ensino de desenho em todas as escolas mantidas pelo Município na capital, atravez do qual já vão revelando as vocações para as artes liberaes. (BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada pelo intendente ao Conselho Municipal, 1927, p. 20).

Gozando de uma boa relação com o Governo Estadual, na figura de *Dionysio Ausier Bentes*, ex-intendente municipal, Antonio Crespo de Castro consegue apoio para implantar seus projetos especialmente no âmbito da educação popular em Belém. Assim, diante desse cenário mais favorável, do ponto de vista político, a Administração Municipal em acordo com a *Lei nº 1.372*, de 10 de janeiro de 1927, promove mudanças na estrutura administrativa educacional, desligando da “1ª Directoria a 2ª secção, que se referia à instrução publica, transformando-a n’uma Inspectoria do Ensino, com sufficiente amplitude para serviço publico de tão relevante importancia”. (BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada pelo intendente ao Conselho Municipal pelo intendente, 1928, p. 13).

Em fevereiro de 1928, foi instituído um ato criando o novo *Regulamento da Inspetoria de Ensino*, substituindo o anterior que datava de janeiro de 1914, em obediência à *Lei Estadual de nº 3.356*, de 07 de maio de 1918, que altera o Regulamento do Ensino Primário do Estado. Pelo novo regulamento, a municipalidade através de sua Inspetoria pôde tornar definitivas algumas deliberações acerca do *Ensino de Desenho e de Ginástica, Escoteirismo, prêmios a professores e alunos* e, especialmente em relação à *remodelação do Orfanato Municipal*, que seria futuramente transformado em *escola doméstica*.

(BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada pelo intendente ao Conselho Municipal pelo intendente, 1928).

Além dessas mudanças, o novo regulamento previa também, *a instituição da Inspeção médica e dentária escolar e educação higiênica do pessoal docente e discente; criação de uma escola para operárias e de outra do mesmo tipo para alfabetização de adultos* e a imediata *Fundação da Caixa escolar*⁹², que objetiva contribuir com auxílio pecuniário e assistência aos estudantes pobres do Município.

A necessidade e importância de compreender e analisar as leis e os projetos de ensino do município de Belém em consonância com a Legislação Estadual, considerando o momento de transição entre Império e República, com destaque para o período do Governo Lemista, mas também os que o sucederam, teve o propósito de estabelecer relações entre os princípios e as diretrizes construídas acerca da instrução e educação pensadas para o município de Belém no período.

Certamente, que esta imersão na Legislação e nos projetos educativos foi fundamental para a compreensão do lugar que o Orphanato Municipal ocupou nesse contexto. Sendo assim, mesmo que em muitas passagens das regulamentações municipais não fossem direcionadas especificamente para esta instituição, é possível afirmar que a partir de sua transferência no início do século para a Administração Pública Municipal, muitas das suas práticas educativas internas foram também normatizadas e regidas por essa legislação.

⁹² De acordo com a mensagem dirigida ao Conselho Municipal (1928), Antonio Crespo de Castro observa que das instituições adotadas pelo novo regulamento, a *Caixa Escolar* teve imediata organização, havendo sido eleita pelo professorado em assembleia a sua primeira diretoria, de que e presidente o próprio Inspetor de Ensino. Presentemente, empossada a sua diretoria e dispondo já de um total de mais de cem associados, a *Caixa Escolar* adquiri os necessários elementos para realizar os seus nobres e patrióticos intuitos.

4 SABERES E PRÁTICAS: O PROJETO EDUCATIVO PARA AS EDUCANDAS – ÓRFÃS DO ORPHANATO MUNICIPAL

Aos Collegios uma senhora, casada falando francez e hespanhol, chegada de Paris há pouco a esta capital, oferece-se para ensinar, em collegios e casas particulares, bordados em branco, seda, ouro, tapeçaria e etc. Para informações, por especial obsequio, à rua treze de maio. (Madame Berthe, modista). (A Província do Pará, 1897).

Anúncios como este, acima citado, eram muito comuns nos jornais da capital paraense na transição do século XIX para o século XX. O contexto econômico revelava-se promissor, especialmente para as famílias que detinham alto poder aquisitivo e que mantinham seus filhos na capital paraense, mas que não abriam mão de uma educação pautada nos costumes europeus. A chegada de senhoras, sobretudo da capital francesa, era vista com bons olhos pelas autoridades locais que acreditavam que essa seria uma das vias para se estabelecer um modelo educativo para o grande número de meninas que viviam em internatos na capital.

A preparação da mulher para enfrentar as vicissitudes que se apresentavam no país a partir da implantação da República era uma bandeira cada vez mais defendida pelos governantes e pela elite local. A discussão em torno da educação feminina ampliava-se à medida que a região se desenvolvia e atraía um número cada vez maior de famílias e com elas muitas crianças e adolescentes do sexo feminino que eram muitas das vezes colocadas nos internatos e casas de recolhimento espalhados pelo Estado e especialmente na capital paraense com vistas a serem cuidadas, educadas e instruídas.

4.1 Origens, permanências e saídas das órfãs

Seria difícil imaginar que uma instituição de cunho caritativo-assistencialista, que nascera em condições tão precárias e adversas no final do século XIX, pudesse vir a ser objeto de tanta preocupação e, ao mesmo tempo, projeção no cenário paraense ao longo de sua história e, especialmente nas três primeiras décadas do século XX.

Instituição que acolheu a centenas de meninas órfãs e desvalidas oriundas de várias regiões brasileiras, assim como de outros países, das mais diferentes faixas etárias e que tiveram que se adaptar a todas as condições impostas pelos gestores públicos, pela ordem religiosa Filhas de Sant'Anna e pela realidade social da época, além das variáveis referentes às condições materiais, estruturais e, sobretudo, ambientais, que também exigiram uma adaptação das internas, durante o período em que fizeram parte da instituição.

Em um documento denominado de “*Livro de Matrícula do Orphanato Antonio Lemos*”⁹³ estão registrados, entre outros aspectos, o movimento de entrada e saída desde o ano de 1893, além da idade, parentesco e ainda a naturalidade e a nacionalidade das meninas órfãs. Neste documento, é possível perceber também que nos últimos anos do século XIX, houve um acentuado crescimento do número de internas, apesar dos inúmeros desligamentos na instituição pelos mais variados motivos, como serão demonstrados em tabelas e quadros no decorrer deste capítulo.

Abaixo, estão registradas as primeiras internas da instituição, segundo o livro de matrícula.

TABELA 10: Órfãs que deram entrada no Orphanato Municipal no dia 15 de agosto de 1893

NOME DAS PRIMEIRAS INTERNAS	IDADE	NATURALIDADE
Henriqueta Baptista Lima	09	Paraense
Esther Braga	08	Paraense
Josefa da Conceição	08	Paraense
Euphrosina Lourença Souza	13	Paraense
Francisca M. de Jesus Louro	12	Cearense
Ursulina Louro	07	Cearense

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Matrícula do Orphanato Antonio Lemos, s/d.

⁹³ O documento impresso pela “typ. Enc. e Papelaria A. Loyola”, intitulado de forma manuscrita na capa a palavra **matrícula** e vêm impresso em todas as páginas os seguintes elementos: Um cabeçalho em letras garrafais com a designação “Orphanato Antonio Lemos”. Logo abaixo, aparecem colunas contendo os seguintes elementos: Data de entrada (dia, mês e ano), nomes, idade, naturalidade, filiação, órfã de, data de saída (dia, mês, ano) e por último, observações.

Com o ingresso destas seis órfãs, a instituição dá início em 15 de agosto de 1893 à sua missão de amparar, educar e instruir meninas na capital paraense após sua fundação no dia 13 de agosto do mesmo ano, sob a tutela da *Associação Protectora dos Orfãos*. Entre essas primeiras moradoras da instituição, metade era órfã de pai e mãe e a outra metade somente de pai. É possível observar também no documento que a data de saída de todas as paraenses aconteceu 14 anos depois, ou seja, no dia 18 de novembro de 1907 e que por sua vez as irmãs cearenses foram entregues à tia no dia 20 de junho de 1900.

Esses dados são interessantes para percebermos a partir do livro de matrícula, mesmo com todas as suas limitações, o tempo de permanência na instituição, os motivos que incidiram na saída das órfãs, entre outros aspectos. É importante destacar que nos primeiros atos que regulamentam a instituição, como a *Lei nº 370*, de 28 de dezembro de 1903, não havia nenhuma menção quanto à idade ou ao tempo de permanência das órfãs no internato.

No entanto, somente no ano de 1916, na intendência de Antonio Martins Pinheiro, é baixado um Ato em que é regularizado o tempo e a idade limite para a permanência das órfãs na instituição. No documento, ficava estabelecido que o tempo de permanência no internato não poderia ser por mais de seis anos e, aquelas que fossem matriculadas a partir de 1904 até 1908, deveriam ser desligadas paulatinamente, assim como as que haviam completado 16 anos de idade.

O fato é que antes dessa medida, o número de internas crescia à medida que passavam os anos, algumas permaneciam por um longo período e outras logo eram desligadas, porém as que ficavam por mais tempo, era a grande maioria.

Em se tratando da origem das órfãs entre os anos de 1893 a 1931, o quadro é bastante diversificado, o que denota que na instituição conviveram meninas das mais diferentes, naturalidades e nacionalidades e que apenas esta variável justificaria a imersão neste universo investigativo. No entanto, em virtude da limitação documental que aponte para as relações entre as diferentes histórias de vida, de idiomas e de cultura não se pode analisar esses aspectos, que a meu ver, enriqueceriam substancialmente o estudo, trazendo ao trazer a tona mais este aspecto do processo de formação de meninas que viveram sob o regime de internato na região.

Na tabela a seguir, fez-se um esforço, a partir do Livro de Matrícula, em definir a quantidade de meninas matriculadas na instituição entre os anos de 1893 e 1931. Porém,

vale ressaltar que estes números não são e nem têm a pretensão de serem absolutos, devido à fragilidade e à falta de algumas informações encontradas em algumas partes do documento como: definição da idade, origem, parentesco, cancelamento de matrícula. Estas variáveis em alguns registros do livro de matrículas não se mostram uniformes, impossibilitando uma melhor análise dos dados.

TABELA 11: Naturalidade, quantidade e faixa etária de internas entre os anos de 1893 e 1931

NATURALIDADE	QUANT.	FAIXA ETÁRIA
Paraense	1.690	Entre 02 e 27 anos
Cearense	92	Entre 01 e 19 anos
Amazonense	50	Entre 04 e 19 anos
Maranhense	23	Entre 06 e 22 anos
Acreana	22	Entre 07 a 16 anos
Pernambucana	21	Entre 07 e 16 anos
Riograndense do Norte	14	Entre 06 e 16 anos
Paraibana	08	Entre 07 e 17 anos
Fluminense	04	Entre 06 e 20 anos
Alagoana	03	Entre 12 e 16 anos
Baiana	01	11 anos
TOTAL	1.928	Entre 01 a 27 anos

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Matrícula do Orphanato Antonio Lemos, s/d.

Quanto à matrícula de estrangeiras, na tabela a seguir, é possível visualizar a nacionalidade das meninas que habitavam no Orphanato no mesmo período indicado na tabela anterior – 1893 a 1931. Nela, há um predomínio de portuguesas, seguidas de espanholas, isto se deve evidentemente à grande imigração de famílias destes dois países para o Brasil na transição do século XIX para o XX especialmente, como demonstrado no II capítulo deste estudo.

TABELA 12: Quantidade e faixa etária de estrangeiras matriculadas no Orphanato Municipal entre os anos de 1893 e 1931

NACIONALIDADE	QUANT.	FAIXA ETÁRIA
Portuguesa	19	Entre 03 e 20 anos
Espanhola	10	Entre 03 e 13 anos
Peruana	05	Entre 09 e 13 anos
Italiana	04	Entre 08 e 12 anos
Boliviana	01	11 anos
Francesa	01	07 anos
Barbadiana	01	08 anos
TOTAL	41	Entre 03 e 20 anos

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Livro de Matrícula do Orphanato Antonio Lemos, s/d.

A matrícula de meninas oriundas de outros países, assim como de outros estados, na instituição se deu com mais intensidade até os anos 1920. Isto está certamente relacionado com pelos menos três fatores: Políticas de incentivo dos governos para atrair famílias para a região com o objetivo de trabalhar na agricultura – especialmente na produção da borracha –, para viabilizar o processo de colonização das extensas áreas devolutas do Estado e para melhorar a cultura e a raça do povo da região.

Com essas famílias de imigrantes chegavam também muitas crianças e presume-se que quando não podiam mantê-las nos diversos abrigos espalhados pelas colônias agrícolas eram para internatos, asilos e abrigos que estas eram enviadas⁹⁴.

De acordo com os registros do livro de matrícula, chama a atenção o grande número de meninas que deram entrada na instituição nos anos de 1913 e 1917. Verificou-se que apenas no ano de 1913 foram matriculadas no Orphanato 150 meninas, sendo que destas, 107 no dia 20 de janeiro e no ano de 1917, foram 151 órfãs. Estes intensos movimentos chamaram muita atenção ao manusear o documento, tendo em vista que nos outros anos, o número de admissões ficava muito abaixo destes. Entretanto, diante de todos

⁹⁴ Entre as instituições a que supostamente as crianças eram enviadas estavam: O Instituto Gentil Bittencourt (Antigo Colégio do Amparo), o Instituto Orfanológico do Outeiro, o Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa, Santa Casa de Misericórdia do Pará, Orphanato Antonio Lemos e outras localizadas no interior do Estado.

os dados perscrutados não se chegou a nenhuma conclusão que pudesse justificar essa grande quantidade de matrícula nestes dois períodos.

Na coluna denominada “*Observações*”, disposta à direita, a partir da segunda página do livro de matrícula da instituição, estão descritas algumas informações sobre o destino e, em alguns casos, o motivo do desligamento das órfãs. É possível perceber, entre outros aspectos, que a entrega da menina ao pai, à mãe ou ao responsável não significava o seu desligamento definitivo, o que indica que por vezes, esta retornaria à instituição.

Logo a seguir, destacamos alguns dos enunciados que indicava o destino, a razão e/ou motivo da saída das internas da instituição entre os anos de 1893 1931.

**QUADRO 14: Registros de saída/desligamento das órfãs do Orphanato Municipal
entre os anos de 1893 e 1931**

<ul style="list-style-type: none"> • Entregue à mãe; • Desligada; • Entregue à avó; • Entregue à tia; • Entregue à sua irmã; • Entregue à madrinha; • Falecida; • Entregue ao seu tutor; • Casou-se; • Entregue ao padrinho; • Entregue ao pai; • Saiu para o Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Foi doente para Pernambuco; • Saiu por moléstia contagiosa; • Em férias; • Entregue à sua protetora; • Não regressou das férias; • Entregue ao cunhado; • Saiu para tratar de problema de saúde; • Removida para o instituto; • Faleceu no hospital Domingos Freire.
--	--

FONTE: Elaborado pelo autor a partir Livro de Matrícula do Orphanato Antonio lemos, s/d.

“*O não regresso das férias*” aparece como uma das principais razões dos desligamentos das meninas órfãs, registrado no livro de matrícula do Orphanato. Este

motivo se dá com mais intensidade durante o ano de 1917. Neste período, 58 meninas não retornaram das férias de janeiro e tiveram suas matrículas canceladas. Talvez, estas atitudes tomadas pelas órfãs podem se configurar como uma espécie de fuga e ter como possível justificativa a difícil convivência no interior da instituição em virtude de vários fatores conjugados, tais como: privação de liberdade, punições, castigos, excesso de tarefas, enfim, um total controle dos corpos.

Esses espaços, segundo Foucault (2012), em geral, foram muito bem aparelhados para formar corpos dóceis, manipuláveis, condutas tomadas desde o século XVIII, pelo sistema judiciário francês e aprimoradas a partir de então. A descoberta e a atenção do corpo como objeto e alvo de poder se especializa no decorrer dos anos, forjando em muitos espaços –na escola inclusive –, novas estratégias para impor uma submissão ao próprio corpo – “ao corpo que se manipula, se modela, se treina, se obedece, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam”. (FOUCAULT, 2012, p. 132).

Ainda de acordo com este mesmo autor:

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (p. 133).

Em relação às internas que permaneciam na instituição, após passar longos períodos, algumas eram entregues a responsáveis que poderia ser o pai, a mãe, a avó, a irmã, o padrinho, o cunhado, a madrinha, um tutor ou uma protetora. Nestes casos, acredita-se que os desligamentos poderiam ser pelos mesmos motivos das internas que não regressavam das férias, no entanto, a situação era devidamente registrada e legalizada, sendo ainda possível a órfã contar com a complacência de seus familiares.

Com exceção das primeiras matrículas no momento da instalação da instituição em agosto de 1893, as admissões aconteciam a partir do mês de janeiro de cada ano e podiam se estender por vários meses em virtude do intenso fluxo de meninas na instituição. É bem verdade que no decorrer dos anos, o número de internas crescia à medida que aumentavam os pedidos para internação em virtude do acelerado desenvolvimento da região, especialmente da capital paraense.

Era muito comum acontecerem matrículas e desligamentos de meninas na instituição a pedido de autoridades públicas e de figuras influentes da sociedade, como no

caso ocorrido no ano de 1908, quando, segundo relatório municipal do ano seguinte, entraram 08 meninas e foram desligadas 06.

As órfãs admittidas fôram: 5 no 2º trimestre, Amelia Antonio de Deus, Maria Izabel Braga, Dolôres Paterna, Maria Barbara e Joanna Domingues de Souza, e 3 no 3º, Raymunda Ramos de Oliveira, Rosalia Bezerra de Lima e Luiza de Oliveira Gomes, esta ultima apresentada pelo **1º prefeito de Policia da Capital**; as desligadas fôram 6 no 2º trimestre, Maria de Nazareth Garcia, Raymunda Machado, Amelia Izolina Ferreira da Silva, Alice Corrêa, Julia Maria da Conceição e Francisca Barboza, todas á requisição do **Juiz de Órfãos** entregues aos seus respectivos tutores. (BELÉM. O Município de./ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1909, p. 292 – grifo nosso).

Tanto as matrículas quanto os desligamentos eram devidamente publicados pelo Poder Público Municipal, pelo menos durante a Gestão Lemista. Todas as decisões constavam em documentos intitulados “*Actos e Decisões do Executivo Municipal*” juntamente com outras publicações oficiais. Algumas das decisões tomadas em relação ao desligamento e/ou matrícula do ano de 1910 traziam em seus textos as seguintes determinações:

A superiora do Orphanato “Antonio Lemos”, recolha a menor de nome Maria da Conceição Bezerra, filha de Manoel Alves Bezerra e Deolinda Maria da Conceição Bezerra, já falecidos, a qual menor será apresentada por seu irmão Manoel Alves Bezerra. (MUNICIPAL. Executivo./Actos e decisões, 1910, p. 23).

A rev^a. Superiora Orphanato “Antonio Lemos”, desligue desse instituto a menor de nome Ernestina Moreira, entregando-a ao Sr. Dr. Virgilio Martins Lopes de Mendonça, que, como seu protector, se obriga por sua educação e manutenção, no seio de sua familia; e receba a menor de nome Romana de Jesus e Silva, orphã de pae e mãe, apresentada pela Exm^a. Sr^a. Dona Maria de Lourdes Faria de Aguiar. (MUNICIPAL. Executivo./Actos e decisões, 1910, p. 72).

A reverendissima superiora do Orphanato Municipal desligue desse estabelecimento e entregue a dona Maria Paes Monteiro suas sobrinhas, Magdalena Paes Monteiro e Symphorosa Paes Monteiro, conforme requisitou o Dr. Juiz do Orphãos em officio de 12 de dezembro ultimo. (MUNICIPAL. Executivo/Actos e decisões, 1910, p. 85).

A mesma superiora desligue a menor Judith Chaves e entregue a seu pae José Eloy Gonçalves Chaves; a menor Etelvina Maria da Conceição; a menor Antonia Florencia de Macedo, a seu pae Raymundo José de Macedo. Outrossim, receba as menores Maria Nazareth de Lima, de sete annos de idade, filha de Cicero Soares de lima e Anna Cavalcante de Lima, já falecida; Antonia Fonseca, orphã de pae e mãe; Maria da Luz, tambem orphã de pae e mãe. (MUNICIPAL. Executivo/Actos e decisões, 1910, p. 85).

Os pedidos de desligamento ou de matrícula de órfãs encaminhados ao Governo Municipal, como podemos perceber nos exemplos acima, resultavam das mais diversas

motivações e origens, porém sua concretização dependia ao que tudo indica, de uma averiguação por parte das autoridades competentes.

Entre os documentos exigidos para a matrícula da órfã na instituição estava a *certidão de nascimento*, como a demonstrada na figura abaixo. No entanto, por mais que nenhum registro interno e específico que trate do processo de admissão das órfãs tenha sido encontrado, acreditamos que deveria haver uma rigorosa avaliação e triagem, para serem detectados aspectos relacionados à condição social, à origem e especialmente no diz respeito ao estado de saúde da órfã.

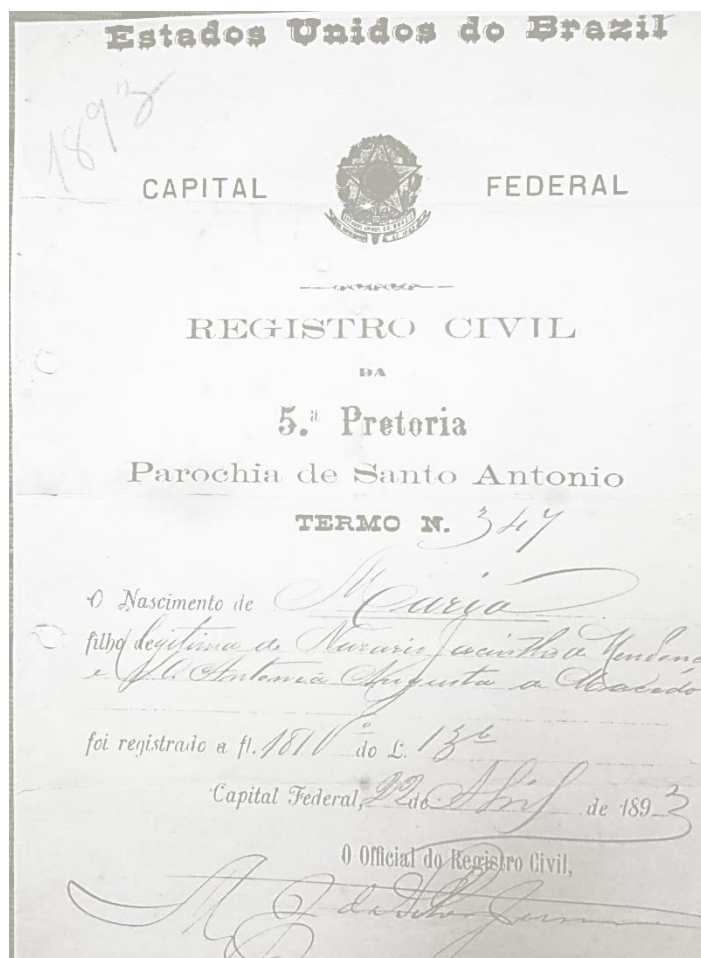
Em uma matéria intitulada “*Ensino às orphãs*”⁹⁵, publicada na revista oficial de ensino do Estado “*A Escola*”, no ano de 1900, Augusto Olympio, um de seus editores, discorre a respeito de diversos temas, inclusive aqueles ligados à instrução de meninas atendidas em internatos.

Na oportunidade, o autor destaca que para a órfã ser matriculada tanto no Instituto Gentil Bittencourt quanto no Orphelinato Paraense, deveriam ser obedecidas algumas determinações que estavam em consonância com os regulamentos do Estado e entre elas estavam:

- 1º – *Ser orphã de pae e mãe;*
- 2º – *Ser orphã de pae;*
- 3º – *Ser orphã de mãe;*
- 4º – *Não soffrer de molestia contagiosa ou repulsiva, nem ter defeitos physicos que impeçam de aproveitar a educação;*
- 5º – *Ter pelo menos sete annos completos e não mais de doze;*
- 6º – *ter sido vaccinada.*

⁹⁵ Augusto Olympio revela ainda que durante os dois primeiros anos, a instituição era mantida exclusivamente por donativos de particulares e que a partir do ano de 1895, passou a ser subsidiada pelo tesouro do Estado e pela Intendência Municipal. Segundo ele, o auxílio concedido somente pelo Estado no orçamento de 1900 a 1901 foi de 6.000\$000 réis. (A Escola/Revista Oficial de Ensino, 1900).

FIGURA 14: Certidão de nascimento de uma órfã do ano de 1893, oriunda da Capital Federal



FONTE: Arquivo da Escola Estadual Antonio Lemos.

Algumas normatizações também foram definidas mais tarde no “*Regulamento Geral do Ensino Primário do Estado*” através do *Decreto de nº 1.190*, do ano de 1903. No capítulo IX, intitulado “*Da Matrícula*” estava determinado que não deveria ser admitida nenhuma criança que tivesse sofrido moléstia contagiosa ou repugnante e a que não provar ter sido vacinada ou afetada por varíola. Estas exigências foram mantidas nas demais reformas e faziam parte de uma grande ação de combate a doenças nas escolas, e especialmente do amplo projeto de saneamento implantado no Estado e no Município no período.

Segundo Nunes (2000), na primeira década do século XX, na capital do país, dado o estado de precariedade das escolas primárias que funcionavam em casas alugadas e

em alguns casos na casa dos próprios professores, os alunos eram matriculados pelo exame dos dentes, quando não podiam apresentar a *certidão de nascimento*. A autora destaca ainda que diante da falta de critérios na matrícula e das péssimas condições das escolas,

Faltava ar. Faltava luz. Faltava água. As doenças se propagavam: a bexiga (varíola), a gripe, a tuberculose, a meningite cérebro – espinhal. Todas conviviam com as verminoses que sugavam a desnutrida população infantil. As epidemias e os altos índices de mortalidade infantil também atingiram, de modo implacável, outras capitais brasileiras. (NUNES, 2000, 377).

Era muito relativo o tempo de permanência das órfãs na instituição, especialmente nos primeiros anos da instituição e o critério para o desligamento, como já demonstramos anteriormente, era o resultado de vários fatores. A órfã, em alguns casos, era desligada no mesmo ano de sua admissão. Por outro lado, existiam aquelas que passavam longos anos habitando na instituição e passando a ocupar cargos como o de professora ou simplesmente trabalhando nos serviços domésticos e até mesmo auxiliando as freiras em outros setores, tais como: enfermagem, portaria, inspetoria, entre outros.

Para se ter uma noção disso, o quadro a seguir demonstra o tempo de permanência das órfãs matriculadas no ano de 1917, momento em que foram registradas **151 matrículas** na instituição, o maior contingente segundo o Livro de Matrícula, entre os anos de 1893 e 1930.

QUADRO 15: Tempo de permanência e quantidade de órfãs matriculadas na instituição no ano de 1917

ANO DE MATRÍCULA	ANO DE DESLIGAMENTO	QUANTIDADE DE DESLIGAMENTOS	TEMPO DE PERMANÊNCIA
1917	1917	07	Menos de 01 ano
	1918	21	01 ano
	1919	19	02 anos
	1920	16	03 anos
	1921	33	04 anos
	1922	11	05 anos
	1923	08	06 anos
	1927	01	10 anos
TOTAL	1917 a 1927	116	De 01 a 10 anos

FONTE: Elaborada pelo autor a partir do Livro de Matrícula do Orphanato Antonio Lemos, s/d.

Do total de órfãs matriculadas no ano de 1917, não estão registrados no Livro de Matrícula os desligamentos de 35 meninas, nestes casos, ao que tudo indica, permaneceram na instituição como internas por algum tempo⁹⁶.

Curiosamente, apesar de haver um forte propósito em instituições dessa natureza para que a órfã tivesse uma formação baseada nos preceitos da “*boa mãe e dona do lar*”, para mais tarde ser encaminhada ao matrimônio, apenas em 03 (três) casos de saída do internato entre os anos de 1893 e 1930, verificou-se na coluna denominada “*Observações*” do livro de matrícula que o destino das meninas fora o casamento.

O primeiro deles se refere à *Mariana Vieira*, matriculada no Orphanato com apenas 10 anos de idade em maio de 1896, sendo desligada após viver 30 anos em condição asilar, no ano de 1926 para assumir compromisso matrimonial.

Em relação aos outros dois registros, algumas coincidências são evidenciadas. Tratam-se das internas *Helvina da Conceição* e *Leonizia do Nascimento*, ambas com 17 anos de idade, paraenses, órfãs de pai e mãe, matriculadas no dia 05 de janeiro de 1917 e casam-se em dezembro deste mesmo ano. Não se tem notícias do recebimento de algum dote por parte destas órfãs.

A esse respeito, no relatório enviado ao Conselho Municipal de Belém relativo aos acontecimentos do ano de 1924, constava que em ofício dirigido ao senhor José Henrique Cordeiro de Castro, ex-presidente da Associação Protectora dos Orfãos, no ano de 1904, o Intendente Municipal solicita que seja entregue a *Emília das Neves Stuart*, ex-interna do Orphanato, os valores a que tem direito como dote, segundo normas da instituição⁹⁷. Dizia o ofício:

Conforme vereis de requerimento que, incluso, vos remetto, e cuja devolução solicito, Emilia das Neves Stuart requereu a esta Intendencia a entrega da quantia que lhe pertence, constituída por donativos que lhe fôram feitos quando educanda do Orfelinato Paraense e constante, como allega, de uma caderneta da Caixa Econômica.

⁹⁶ Entre os casos de maior tempo de permanência na instituição entre os anos de 1893 e 1930, segundo registros do Livro de Matrícula, estão: Mariana Vieira – 30 anos; Maria Livramento Santos – 20 anos; Tereza de Jesus e Maria de Jesus – 16 anos.

⁹⁷ Não há em nenhum documento analisado há referências às normas para o recebimento de dotes por parte das órfãs, no entanto, *Augusto Olympio*, em uma matéria publicada na revista “*A Escola*”, referindo aos internatos, faz a seguinte declaração: “Do producto liquido do trabalho feito pro uma educanda deduzir-se-á a 3ª parte para a constituição do seu peculio e será posta na Caixa Economica em caderneta com o seu nome, sendo as duas partes restantes destinadas ao augmento do patrimonio do collegio”. (1900, p. 377). Estas declarações nos levam a crer que pelo menos uma parte do dote recebido pelas órfãs, no momento de seu casamento, seria do dinheiro fruto de seu próprio trabalho.

Não vos deve ser estranho que, ao passar o Orfelinato, em 17 de janeiro de 1901, da Associação Protectora dos Órfãos para a administração municipal, o representante d'esta deixou de receber as cadernetas, documentos de propriedades, titulos de crédito, acções, dinheiros, tudo emfim quanto constitue o patrimonio d'essa generosa e humanitaria associação que, sob a vossa presidencia, tantos serviços prestou á causa das creanças desvalidas.

Torna-se, porém, uma necessidade inadiavel realizar, quanto antes, a entrega d'esses valores á Intendencia Municipal, afim de que esta, de posse d'elles, não somente regularize a escripturação d'esse estabelecimento, como ainda attenda á solicitação que ora lhe é feita, habilitando-se a satisfazer as que, de futuro, necessariamente lhe serão enviadas.

Do final do requerimento que vos transmito, evidencia-se que o ex-thesoireiro da Associação Protectora dos Orfãos, tendo ainda em seu poder o activo do Orfelinato, aguarda somente, de quem de direito, auctorização para o entregar á municipalidade.

E como, ao ser transferido á gestão municipal, o Orfelinato Paraense, occupaveis com immenso zêlo o cargo de presidente da directoria da Associação Protectora dos Orfãos, peço-vos a decretação das necessarias providencias, afim de ser o alludido activo entregue a esta Intendencia, comprehendendo elle, além do que já foi mencionado, os saldos em dinheiro porventura existentes.

Acceitae as demonstrações da minha perfeita estima e alto apreço. – Saúde e fraternidade. (BELÉM. O Município de/. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, 1905, p.p. 274-275).

Ainda na coluna “*Observações*”, do Livro de Matrícula do Orphanato, está registrado que a interna acima citada, matriculada no ano de 1896, fora desligada no ano de 1902 sendo, na ocasião, entregue à avó. Mediante estas constatações, é bem provável que os destinos das órfãs, após serem deligadas do Orphanato, sejam em muitos casos diferentes daqueles que estavam registrados ou que não estivessem devidamente anotados no documento. É o caso da ex-interna *Emilia das Neves Stuart*, que 02 anos após seu desligamento da instituição, recorre junto à administração municipal ao direito de receber seu dote.

De acordo com Veiga (2007), mesmo antes do período republicano a ideia de que a mulher vivia reclusa e se preparando tão somente para exercer as funções de senhora do lar não era uníssona. Com o advento da República, apesar dessa noção ainda prevalecer, a educação das mulheres variava de acordo com sua condição ético-social e dependia do local onde essa educação ocorria.

Para Perrot (2005), apesar de vivermos em uma sociedade globalmente dominada pelo poder masculino, as mulheres mesmo em domínios domésticos, sendo preparadas para o casamento não se mantiveram passivas ou sujeitas às ordens impostas. Ainda, a esse respeito, a autora assevera que:

As mulheres do século XIX – e provavelmente em todos os tempos – não foram somente vítimas ou sujeitos passivos. Utilizando os espaços e as tarefas que lhes

eram deixados ou confiados, elas elaboraram, às vezes, contrapoderes que podiam subverter os papéis aparentes. (p. 273).

Nos registros do Livro de Matrícula anteriores ao ano de 1917, não constam informações a respeito de casamentos das órfãs, o que causa certa estranheza, tendo em vista que o papel da mulher no final do século XIX e no início do XX tinha como princípio, ser preparada para esta missão, ainda mais em uma instituição acolhedora de muitas mulheres que ao olhar da emergente sociedade republicana, o casamento seria a principal alternativa.

Porém no primeiro relatório enviado ao Conselho Municipal de Belém por Antonio Lemos, há indícios de que apenas cinco internas tenham saído da instituição para casarem-se e, de acordo com o documento, “tornaram-se todas verdadeiras mães de família, abonando, por este modo, o reconhecido conceito do estabelecimento”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 243).

Em artigo denominado “*As Orfãs*”, publicado no ano de 1948, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Rodolfo Garcia* remonta a história de algumas órfãs que vieram para o Brasil, no início do Período Colonial, a pedido da Rainha *D. Catarina*, que vinham em busca de casamento e com algum dote. Esta situação, segundo o autor, já era uma demonstração da história social do País que condicionava a mulher a tal situação.

Aquelas jovens aportaram à Bahia à busca de maridos: quasi tôdas, ou mesmo tôdas, alcançaram o que desejavam, porque vinham dotadas, ou com promessas de dotes a quem as tomasse por esposas. Foram dêsse modo troncos de numerosas famílias brasileiras, que se prolongam pelos tempos adiante, por gerações sucessivas. (GARCIA/Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1948, p. 137).

Sendo as asiladas preparadas ou não para o matrimônio, José Veríssimo, ao falar de instituições de caridade que amparam meninas órfãs no estado do Pará, denuncia que em geral a situação de maus tratos a que são submetidas ao invés de ser uma ação de caridade se torna um crime. O autor ainda observa que, em se tratando de instituições dessa natureza, não se pode garantir que há algum processo instrutivo ou mesmo educativo às desvalidas, ele conclui que “não seria exagerado dizer que em rigor limita-se a hospedá-las”. (PARÁ. Governo do Estado/A Instrução Pública./Relatório apresentado por José Veríssimo ao governador, 1890, p. 169).

Ainda a respeito das péssimas condições das órfãs que viviam em internatos como o Colégio do Amparo, Veríssimo argumenta que:

[...] é conscientemente debilitar-as, encerrar-as, anemical-as e longe de educarmos e prepararmos para as durezas da vida domestica que naturalmente espera as raparigas pobres, desvalidas, sem familia algumas, para os trabalhos do lar do operario, do artesão, do jornaleiro, do modesto funcionario, mulheres sans, vigorosas e robustas, entregamol-as á sociedade enfezadas, estioladas, hystericas, inuteis. (PARÁ. Governo do Estado/A Instrução Pública./Relatório apresentado por José Veríssimo ao governador, 1890, p. 172).

Havia muitas ressalvas por parte de intelectuais e pedagogos da época em relação aos asilos de órfãs. Na concepção de intelectuais como José Veríssimo, instituições como o Colégio do Amparo e suas congêneres representavam o atraso especialmente por depender totalmente da ação do poder público e consequentemente de sua política assistencialista.

Julgo indispensável á vida util e ao progresso d'este estabelecimento, afastal-o das competencias do nosso vicioso e estreito partidarismo como ir desde já preparando-o para libertar-se completamente da acção governamental, quando podendo por si mesmo manter—se dispense os favores do Estado. (PARÁ. Governo do Estado/A Instrução Pública./Relatório apresentado por José Veríssimo ao governador, 1890, pp. 174-175).

Em meio a essas e outras discussões que cercavam as instituições caritativas no final do século, notava-se que cada vez mais crescia a procura por vagas, o que obrigava os governos a ampliar a oferta para evitar o aumento da pobreza, a mendicância e principalmente a prostituição feminina.

Segundo Abreu (2007), na virada do século XIX para o XX, de acordo com uma pesquisa de Cristina Donza, muitas meninas pobres que viviam nas periferias da cidade de Belém eram “vítimas” de defloração. Elas transitavam pela cidade vendendo frutas, levando recados, roupas, saindo para comprar pão, indo a festas populares e encontros religiosos, o que lhes possibilitava marcar encontros amorosos. A pouca vigilância das mães, que por sua vez viviam sozinhas e amasiadas ou precisando trabalhar, não era empecilho para as filhas irem aos encontros amorosos.

Em se tratando do Orphanato Municipal, esta política não foi diferente, pelo contrário, houve um aumento considerável de matrículas que podem ser confirmadas nas anotações do Livro de Matrícula da instituição.

Ainda a respeito do documento acima citado, pode-se dizer que seus dados anotados especialmente no que se refere às saídas das meninas não são conclusivos, no entanto, são reveladores no momento em que deixam entrever algumas das razões que motivaram o não retorno à instituição.

Outro aspecto importante e que mereceu ser apreciado no documento diz respeito aos homens e mulheres que se tornavam protetores e protetoras das meninas desamparadas. Em geral, são famílias de posses e que representam a alta sociedade da época e que gozavam de prestígio social e político além de desfrutar de grande influência no cenário paraense. Na tabela a seguir, estão listados os nomes de algumas dessas figuras ilustres.

TABELA 13: Nomes de alguns dos protetores/tutores das órfãs

PROTETOR (A)	NOME DA ÓRFÃ	IDADE	ENTRADA
Dr. Virgílio de Mendonça	Esmeralda Lopes Araújo	12 anos	20/05/1913
Dr. Dionysio Ausier Bentes	Maria Francisca Guilherme	13 anos	17/06/1913
Dr. Acatauassú Nunes	Eurídice de Figueiredo	13 anos	05/01/1917
Dr. Ó de Almeida⁹⁸	Hosanah Fabricia Tavares	09 anos	16/07/1918
D. Dolores Mac-Dowell	Maria Euthalia	05 anos	20/01/1923

FONTE: Elaborada pelo autor a partir do Livro de Matrícula do Orfanato Antonio Lemos, s/d.

Não é difícil identificar na tabela acima alguns dos protetores das órfãs, nomes como Virgílio de Mendonça, Dionysio Bentes e Dolores Mac-Dowel, personagens importantes da cena política, administrativa e social da cidade e que ao longo do século, contribuíram de uma forma ou de outra para a manutenção do educandário.

Virgílio de Mendonça, como já foi assinalado anteriormente, ocupou o cargo de Diretor da Instrução Pública durante grande parte da Administração Lemista, Dionysio Bentes administrou a cidade de Belém no ano de 1913 e mais tarde governou o Estado de 1925 a 1929, tendo um papel determinante na retomada das obras do orfanato na Vila de Santa Izabel. A senhora Dolores Mac-Dowell que, segundo dados do Livro de Matrícula,

⁹⁸ *Ó de Almeida* era filho de um grande comerciante e imigrante português, formado em medicina, dirigiu o Museu Paraense Emílio Goeldi. Ingressando na política, chegou a ser eleito Senador Estadual. (CRUZ, 1992).

registrou como “protegidas”, mais de dez meninas órfãs e desvalidas do Orphanato Municipal, foi uma das fundadoras da Fundação Mac-Dowell, entidade que surgiu no ano de 1926 e que teve como missão angariar fundos para a continuação das obras do Orphanato na Vila de Santa Izabel e prestar assistência às órfãs desamparadas, assumindo por muitos anos o cargo de diretora da instituição.

O intenso movimento de entrada e saída, ou melhor, dizendo, de matrículas e desligamentos de meninas do Orphanato, foi condicionado por vários fatores que, de certa forma, obrigaram algumas delas a viver sob uma espécie de clausura e, para as que conseguiam sair, lutar por outras possibilidades e tendo que se adaptar à realidade externa da instituição.

4.2 Práticas educativas e saberes aplicados às educandas órfãs

Poucos estudos no Brasil têm lançado um olhar mais acurado para as questões referentes às práticas educativas no interior das instituições de cunho caritativo-assistencialista, de acolhimento a meninas órfãs no período proposto por esta pesquisa – 1893 a 1930. Talvez, esse fato se dê pela carência ou ausência de fontes documentais que tratam dessa questão, em virtude do não direcionamento de políticas educativas específicas para instituições dessa natureza, ou pela não publicação destes regulamentos educativos, especialmente a partir do momento inicial do Período Republicano, em que os governos estavam mais preocupados com a implantação da escola pública.

Ao tentar caminhar nessa temática tendo como referencial as fontes documentais escritas, verificamos que apesar da grande preocupação com esse tipo de instituição por parte do poder público, há de certo modo escassez de registro e de informações que deem conta das questões específicas destas instituições no tocante a tais práticas.

Nesse sentido, acreditamos que a manutenção destas instituições teve inicialmente como maior objetivo prestar assistência às órfãs desvalidas ao invés de lhes garantir uma instrução baseada nos modernos métodos pedagógicos, preconizados pelos intelectuais desde o século XIX. Na ausência de uma documentação que trate com mais profundidade e de forma específica do processo educativo de órfãs que viveram em regime de internato no Brasil, procuramos entender nas entrelinhas dos documentos analisados os

possíveis caminhos trilhados para esse segmento da população, especialmente os prescritos para as educandas matriculadas no Orphanato Municipal, na cidade de Belém do Pará.

A partir do surgimento do então Orphelinato Paraense no ano de 1893, resultante da iniciativa de uma parte da elite paraense, preocupada com o súbito crescimento da população e consequentemente de pessoas indesejadas e desamparadas que não contavam com nenhuma forma de subsistência, foi-se delineando aquele que seria um dos mais importantes projetos de cunho caritativo, pelo menos durante as primeiras décadas do século seguinte.

Assim, conjugado com a necessidade crescente de intervenção por parte do poder público frente às grandes demandas nos âmbitos da saúde e saneamento, o Orphanato Municipal assume lugar de destaque para a efetivação do projeto civilizatório tão desejado à época, pois nada mais virtuoso aos olhos da alta sociedade do que a manutenção de uma instituição com fins tão altruísticos que acolhe centenas de meninas órfãs, que poderiam causar grandes transtornos ao ambiente urbano da promissora capital paraense, se não fossem assistidas convenientemente.

Desta forma, o investimento no atendimento das órfãs desamparadas seria uma das alternativas encontrada pelo Executivo Municipal para minimizar os problemas sociais. No entanto, em virtude do oneroso modelo de assistência e instrução exigidas por este tipo de instituição, haveria necessidade do poder público, em algum momento, dispor de uma poderosa estrutura física, material e pedagógica para garantir não só um saudável ambiente para moradia das asiladas, como também uma consistente formação doméstica e alguma instrução literária e em primeiras letras.

A preocupação precípua das entidades associativas e das autoridades públicas em relação a instituições dessa natureza estava voltada para o cuidado e o amparo, porém isto seria insuficiente diante dos avanços impostos pelo progresso e também em virtude das grandes demandas surgidas no interior da instituição, que cada vez mais exigia investimentos que viessem garantir a qualificação das internas.

No que se refere à instrução das órfãs, ao final do primeiro ano de instalação da instituição, a 15 de dezembro de 1893, diante de uma comissão formada por distintas senhoras da alta sociedade que faziam parte da *Associação Protectora dos Orfãos*, tendo na presidência a *Senhora Amalia Rosalina de Faria*, foram realizados exames para verificar “o grau de aplicação nos trabalhos manuais” e também avaliar condutas como “docilidade” e “obediência” em vinte educandas.

Este procedimento revela que no primeiro ano de instalação da instituição e mesmo antes de ser transferido para a municipalidade em 1901, as órfãs já eram submetidas à avaliação. Certamente, que nesses primeiros anos (1893 – 1900), todas as orientações pedagógicas eram estabelecidas pela própria associação, mesmo que os poucos documentos do período não deem muitas pistas a esse respeito.

Tudo nos leva a crer que no relatório⁹⁹ entregue pelo Senhor José Henrique Cordeiro de Castro – Presidente da *Associação Protectora dos Orfãos* – ao intendente municipal Antonio Lemos em 1900, poderiam estar descritos com maiores detalhes os procedimentos didático-pedagógicos praticados na instituição pelas comissões de avaliação formadas por senhoras da sociedade entre os anos de 1893 e 1900, assim como pelas próprias irmãs de caridade que dirigiam internamente o educandário.

O primeiro relatório enviado ao Conselho Municipal de Belém referente aos cinco primeiros anos da Administração Lemista (1897 – 1902), baseado, ao que tudo indica no relatório da *Associação Protectora dos Orfãos*, deveria fornecer muitas informações no que tange aos procedimentos instrucionais, relativas ao período anterior a 1897, como: *Procedimentos avaliativos, método pedagógico, horários das aulas, composição de classes, níveis de aprendizagens, classificação, entre outros*.

O documento informa também questões relacionadas com as premiações e as punições aplicadas às internas. Há registro denunciando, por exemplo, que às órfãs que demonstravam bom aproveitamento nos trabalhos e nos estudos recebiam algum tipo de premiação e eram cada vez mais “incentivadas” a realizar as tarefas cotidianas da casa¹⁰⁰.

Há uma passagem do relatório descrevendo que todo o trabalho era dividido levando em consideração a capacidade física de cada interna, sendo constantemente suavizado pelo “método empregado por suas superiores”¹⁰¹. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 243).

⁹⁹ O documento entregue por *Cordeiro de Castro* – presidente da associação – à Intendência Municipal, com data de 17 de abril de 1900, é mencionado pelo próprio intendente no seu primeiro relatório enviado ao Conselho Municipal no ano de 1902. Segundo Lemos, nele constavam informações dos sete primeiros anos da instituição, sendo inclusive mencionado em outra oportunidade nesta pesquisa.

¹⁰⁰ Em data de 14 de fevereiro de 18 de 1895, o commercio paraense fez presente ao Orphelinato de um titulo de 8 apolices de 1:000S cada uma, para que os juros fôssem distribuidos ás alumnas, que annualmente mais se distinguissem no estabelecimento, sob a denominação de *prêmio Lauro Sodré*. Os primeiros juros d’essa importancia, de 400\$, relativos ao 1º e 2º semestres de 1895, fôram divididos em premios de 100\$ pelas meninas Antonia Damasceno, Eulalia Guimarães, Maria Emilia Stuart e Hilda Guimarães. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1902, p. 242 – grifo nosso).

¹⁰¹ No último tópico deste capítulo é possível identificar essas orientações através de uma tabela, onde estão enumerados os trabalhos produzidos nas aulas de prendas domésticas de acordo com a capacidade das educandas.

Evidentemente, que dispositivos utilizados para criar um clima de competição, punição e vigilância eram elementos que concorriam para a consolidação do projeto formativo que estava em curso. Isto sugere que as relações de poder não estavam somente ao nível da direção, elas também faziam parte do cotidiano vivido pelas órfãs e como explicita o texto acima, as irmãs Filhas de Sant'Anna eram quem determinavam algumas normas e regras no interior da instituição.

No relatório de 1902 também é mencionado que, além do ensino de “*prendas domésticas*”, era ministrado o estudo de “*primeiras letras*” como parte do processo de formação, porém a maior parte do tempo e do investimento na educação das desvalidas era direcionada para o desenvolvimento das “*habilidades manuais*”, ou seja, para o trabalho prático. Requisitos necessários para a formação da mulher naquele momento, ainda que, no pensamento da Administração Municipal, já houvesse a intenção de proporcionar-lhes uma formação técnico-profissional voltada para trabalhos agrícolas.

Em dezembro de 1903, como já destacamos anteriormente, a Intendência Municipal publica a *Lei nº 370*, que além de alterar o nome da instituição para *Orphanato Municipal de Belém*, também passa a “[...] reorganizar o estabelecimento, imprimindo-lhe novos moldes, no que concerne á educação e instrucção das órfãs”. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 255).

O ambiente republicano do início do século XX, certamente, ao proporcionar uma série de mudanças no cenário brasileiro e paraense, também promoveu novas formas de pensamento e de representação à condição feminina. Antonio Lemos, homem inteligente e observador dessas mudanças, já há algum tempo vinha em seus discursos demonstrando que caberia à sociedade iniciar um novo processo de transformação coerente com o espírito republicano iniciado no país e que a ciência deveria ser uma das formas de se alcançar a tão sonhada sociedade civilizada.

O espirito moderno, sem desprezar o cultivo dos grandes idéaes, que em todas as épocas têm sido o consolo supremo da especie humana, acha-se agora, mais do que nunca, propenso para a pratica de labores uteis, no convívio commum. Em nosso paiz, principalmente, a missão da mulher tem sido falseada, por lamentaveis defeitos de educação, peculiares á raça latina. A mulher, no emtanto, não póde ficar circumscria ao gracioso papel de ornamento do lar. É necessario que ella seja, não só a mãe de familia tradicionalmente bôa e amoravel, qual é a mulher brasileira, – mas também a companheira efficaz, de intelligencia culta, que com o esposo compartilhe das luctas quotidianas, tornando menos fadigoso o trabalho d’aquelle. Estes conceitos ganham fóros axiomaticos, applicados ao Orphanato, cujo fim é acolher, instruir e educar meninas pobres e desvalidas, cuja aspiração mais nobre deve ser a existência honrosa, mas laboriosa, das classes modestas.

Estareis, commigo, convencidos que a elevação da mulher pobre póde ser feita, mui nobremente, aliás, sem lhe inculirmos no espirito perniciosos instinctos e habitos incompatíveis com sua condição e só acceitaveis em esferas onde a riqueza adeja com as suas louçanias mais brilhantes. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, pp. 255-256).

Como podemos perceber, essa parcela da população feminina educada, instruída e em muitos casos criada em condição asilar, foi objeto dos mais diversos propósitos governamentais. No entanto, de acordo com o pensamento da época, à mulher pobre restava uma educação simples e modesta, sem perder de vista sua condição e o seu papel de submissão diante da sociedade.

Desta forma, a educação da órfã, enquanto processo didático-pedagógico foi ganhando importância à medida que se via naquele espaço de acolhimento, a possibilidade de elevar a mulher a uma participação um pouco mais efetiva no desenvolvimento e na consolidação do projeto reformador e modernizador da cidade. Assim, nas prescrições dos Regulamentos de Ensino do Estado, sinalizava-se também para este segmento social, sendo mais urgente essa necessidade.

Apesar das peculiaridades e das especificidades comuns ao Orphanato, todo o processo educativo e instrucional das internas estava pautado nas regulamentações definidas tanto pelos governos estaduais quanto pelos municipais, através de seus setores competentes, ligados à instrução.

A *Lei Municipal de nº 370*, de dezembro de 1903¹⁰², pode ser considerada, do ponto de vista oficial, o primeiro instrumento regulamentador da instituição desde sua fundação no ano de 1893. Composta por sete artigos e um parágrafo, a referida Lei que autoriza o Intendente a reorganizar o Orphanato Municipal, faz referência de forma mais específica às questões educativas em seu terceiro parágrafo onde especifica que:

Art. 3º – Além da *Instrução litteraria* indispensavel e *rudimentos de agronomia*, as órfãs serão educadas em *prendas domesticas* até *bordado a branco* e nos **diversos trabalhos agrarios** a que são destinadas, sem prejuizo da *educação physica* que devem ter.

§ unico – Também será ministrado ás orphãs o **ensino de musica**, quanto necessario para o canto coral. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Anexo nº II, 1904, p. 258 – grifo nosso).

Interessante observar que mesmo o Orphanato estando localizado em uma área urbana da cidade, as orientações legais indicavam, já naquele momento, que os

¹⁰² A referida Lei está disponibilizada na íntegra no capítulo I deste estudo.

conhecimentos transmitidos às órfãs teriam que versar sobre *agronomia e trabalhos agrários*. Essa intenção demonstra o interesse da Administração Municipal em transferir o mais rápido possível a instituição para a zona rural, o que vai ocorrer somente no ano de 1928.

Essa especificidade no trato com o conhecimento não obteve o resultado desejado antes desse período em virtude de não haver condições físicas e materiais para vivenciar esses conteúdos na prática, frustrando assim, a proposta de transformar de imediato o Orphanato em um instituto técnico-profissional.

Por sua vez, ao que tudo indica, a *instrução artístico-literária* das internas era regida também pelas orientações definidas e implantadas pela Diretoria de Instrução Pública Municipal, através da *Lei nº 359*, de junho de 1903¹⁰³, em consonância com a Legislação Estadual especificamente no que diz respeito *aos programas de ensino, às matérias, aos níveis de escolaridade, à forma de avaliação*, entre outros.

Em relação aos *níveis de escolaridade e à faixa etária*, podemos observar inicialmente que nos dados enviados pela *Sóror Tita Armelline*, diretora do Orphanato, à Intendência Municipal, constam que até setembro de 1903, havia 88 educandas, matriculadas regularmente e que estas estavam organizadas em várias classes, como está demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 14: Educandas matriculadas nas quatro classes por faixa etária no ano 1903

NÍVEL	Nº DE EDUCANDAS	FAIXA ETÁRIA
1ª classe	12	03 a 11 anos
2ª classe	34	04 a 18 anos
3ª classe	18	09 a 18 anos
4ª classe	24	07 a 18 anos
TOTAL	88	03 a 18 anos

FONTE: Elaborada pelo autor a partir do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1904.

¹⁰³ O Governo Municipal de Belém aprovou e sancionou um conjunto de Leis de Ensino no início do século XX, entre elas estão: *Lei nº 359 de 09 de junho de 1903*, que Regulamenta a Instrução Pública Municipal; *Lei nº 371*, de 28 de dezembro de 1903, que Reorganiza o Ensino Municipal e que traz como anexos, o *Regulamento dos Cânticos Escolares* e *Instruções* para o ensino facultativo da música e sua aplicação. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal, 1805). Este conjunto de Leis está disponibilizado integralmente nos anexos deste estudo.

É possível observar, a partir destes dados que era bastante comum fazer a presença de educandas com idades diferentes em uma mesma classe, não sendo, essas diferenças, empecilho para a formação das turmas. A passagem para a classe seguinte dependia do desempenho particular de cada aluna, não havendo necessidade de uma padronização, onde a faixa-etária fosse a principal referência.

Ao ser aceita e matriculada na instituição, a interna era submetida a uma avaliação prévia, aplicada por uma *comissão examinadora* para se verificar o nível de conhecimento pedagógico para posteriormente ser incluída em uma das quatro classes que compunham o curso elementar do ensino primário. É importante destacar, que não há indícios que indiquem a existência do curso complementar nos primeiros anos da instituição e nem uma data precisa de sua instalação.

Outra questão que merece ser destacada nos documentos analisados, é que em muitos casos – comprovados no Livro de Matrícula do Orphanato – não se respeitava uma data/período e nem idade específicos para o ingresso na instituição, mesmo havendo algumas orientações a esse respeito¹⁰⁴. Esses fatores certamente contribuíam para a disparidade de faixa-etária nas classes que compunham o ensino primário da instituição.

Este fato demonstra que a necessidade de acolher a qualquer tempo a órfã era o critério principal e em decorrência disso sua inclusão nas classes, na maioria das vezes, se fazia necessário.

Segundo Gondra (2007), na França a entrada de crianças nos internatos seguia uma orientação dos médicos higienistas, acontecendo em alguns casos no período do aleitamento. As mães não hesitavam em confiar seus filhos a outras mulheres ou as mercenárias a tarefa de cuidar dos seus filhos. Para este autor, “isso implica reconhecer a existência de internatos variados, havendo aqueles que recebiam crianças muito pequenas (p. 229)” e outros, como no caso do Orphanato Municipal, que aceitavam crianças de idades variadas e que por consequência disso, tinham também classes variadas.

Ainda na Reforma da Instrução Pública Municipal de 1903, que regulamentava a instrução no Município, assim como o ensino no Orphanato Municipal, estava determinado que a instrução primária oferecida pela Municipalidade obedecesse, como já anunciamos anteriormente, ao *programa de ensino adotado pelo Estado*, assim como por suas leis e regulamentos respectivos, naquilo que lhe fora aplicável. Essa subordinação do

¹⁰⁴ Essas orientações, já suscitadas anteriormente, são mencionadas por Augusto Olympio na Revista “*A Escola*”. Elas determinam que para ser aceita a matrícula seria necessário que a órfã tivesse no mínimo sete anos de idade e não mais que doze.

ensino municipal em relação aos regulamentos do Estado, no que diz respeito às diretrizes educativas, nos condicionam a nos apropriarmos também dos pressupostos educativos dessa esfera de governo.

Nesse sentido, nas questões ligadas aos compêndios e programas de ensino, as escolas municipais seguiam as mesmas orientações aplicadas às escolas estaduais, muito embora nos relatos da *Comissão de Inspeção e de Estudo*, instaurada no ano de 1913, é sugerido que a Municipalidade passe a organizar seus próprios compêndios e métodos, tendo em vista a precariedade e o atraso pedagógico que a regulamentação estadual apresentava.

A partir do relatório dessa comissão foi possível também detectar que no interior do Orphanato Municipal funcionavam regularmente duas escolas regidas pelas professoras normalistas *Anna Ferreira de Almeida Trindade* e *Helena Lamarão* e que também da mesma forma existiam duas escolas no Asilo de Mendicidade sob a regência das professoras *Esmeralda Silva* e *Marcia de Araujo Costa*¹⁰⁵.

Se por um lado, a criação e manutenção de escolas no interior do Asilo de Mendicidade comprova a existência de meninas habitando na instituição desde sua fundação até a transferência do Orphanato para a vila de Santa Izabel no ano de 1928, por outro, essa estratégia resolvia os vários problemas de ordem estrutural, de superlotação, condições sanitárias – em virtude das várias crises epidemiológicas – e de disciplinamento – com punições às órfãs que infringiam alguma norma.

Em relação à existência de meninas convivendo juntamente com meninos, mendigos, velhos e até mesmo delinquentes no Asilo de Mendicidade, constatamos que nem sempre estas eram remanejadas temporariamente para lá pelos motivos expostos acima¹⁰⁶. Em muitos casos, a órfã era matriculada diretamente na própria instituição, como se pode perceber na decisão publicada pelo Executivo Municipal.

¹⁰⁵ No relatório enviado pela *Comissão de Inspeção e Estudo* em 1913 ao Executivo Municipal, estas informações foram comprovadas nas visitas realizadas. No relatório consta também uma listagem com mobiliários e outros objetos pertencentes às escolas do Orphanato, tais como: bancos e carteiras, cadeiras, armários, tinteiros, cadernetas, lousas, cartas geográficas e geométricas, etc. Há informações de outros objetos pertencentes aos professores e professoras, no entanto, de acordo com a listagem, não existiam objetos pertencentes às professoras do Orphanato Municipal. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913).

¹⁰⁶ Em pesquisa intitulada “*Memórias (in) visíveis: Narrativas de velhos sobre suas infâncias em Belém do Pará (1900-1950)*” realizada por mim durante o Curso de Mestrado da Universidade Federal do Pará, defendida no ano de 2008, tendo como objeto as narrativas orais de velhos, buscou-se entender a infância no Município de Belém. No transcorrer do estudo, uma das informantes relatou que desde os seus dois anos de idade passou a morar no Asilo de Mendicidade e que teve que conviver com esses grupos de sujeitos. (DUARTE, 2008).

A reverendissima superiora do Asylo de Mendicidade fica auctorizada a matricular os menores Waldemar Barboza, de um anno de idade, Luiza de Oliveira, de onze annos, removidos do hospital da Santa Casa, Maria Virginia da Silva, Jesuina Maria da Silva e Thomazia da Conceição, remetidas pela policia, conforme os officios numeros 31 e 32 de 10 e 29 de dezembro ultimo. (MUNICIPAL, Executivo./Actos e Decisões, 1910, p. 85).

Esta manobra do Executivo Municipal é a confirmação do depoimento de *Dona Rosa*¹⁰⁷, e já vinha sendo utilizada por muitos anos e suscita algumas questões que não podem ser negligenciadas, mesmo não se constituindo como campo de investigação desta pesquisa, tais como: condição física da instituição para receber estas categorias de sujeitos, equipe técnica para atuar e resolver os conflitos, encaminhamento do processo educativo especialmente dos meninos e das meninas, possíveis relações pessoais entre esses sujeitos, entre outras.

O fato de contar com a mesma ordem religiosa na direção interna das duas instituições era uma vantagem para o Executivo Municipal e certamente facilitava o trabalho, uma vez que o que estava em jogo era a manutenção da ordem, da disciplina e da assepsia social que há muito vinha sendo implantada na cidade.

Diante do aspecto legalista aprimorado com o advento da república, o Governo Municipal não abria mão do poder fiscalizador e disciplinador das repartições públicas e em relação às instituições educativas esses aspectos são bem destacados na Lei da Instrução Municipal. No capítulo 7º, que trata “*Da direcção e fiscalização do ensino*”, os artigos que tratam das funções de Diretor do Ensino Municipal e de Inspetor Escolar eram bem detalhadas e em se tratando do Orphanato, estes agiam em parceria com as religiosas Filhas de Sant’Anna, uma vez que a direção interna ficava a cargo da superiora. Porém, neste mesmo capítulo da Lei, é assegurado ao Intendente Municipal a “*direção e fiscalização suprema do ensino municipal*”, incluindo, portanto, toda a rede de escolas e especialmente o Orphanato Municipal. Dizia o artigo:

Art. 7º – Ao Intendente Municipal compete a direção e fiscalização suprema sobre todos os serviços do ensino municipal, cabendo a direção effetiva a um funcionario especial, com a denominação de – director do ensino municipal – que, por sua vez, será auxiliado por um inspetor escolar. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente/Anexo nº 10, 1904, p. 225).

¹⁰⁷ *Dona Rosa*, nascida no ano de 1928, foi moradora do Asilo de Mendicidade desde seus dois anos de idade. Esta informação foi obtida durante entrevista concedida a mim, no ano de 2008.

De fato, esse direito, o então Gestor Municipal, assim como os que os sucederam, exerceu com maestria, agindo com “mão-de-ferro” quando aconteciam fatos que não condiziam com a reputação que as instituições educativas deveriam demonstrar à sociedade¹⁰⁸.

As visitas feitas por alguns dos gestores municipais às escolas e especialmente ao Orphanato eram constantes e faziam parte da estratégia de vigilância e poderiam acontecer em qualquer momento. Muitas dessas visitas aconteciam também nos momentos em que se realizavam as avaliações finais das órfãs. Todo o esmero e zelo dispensados pelos gestores municipais ao educandário, especialmente durante a era Lemos, advinham da certeza de que ali se materializava uma importante obra de caridade e educação mantida pela Municipalidade que representava um dos mais ambiciosos projetos civilizatórios já pensados para a região.

Em uma passagem descrita em seus relatórios trimestrais, Lemos faz a seguinte declaração:

Frequentes vezes ali appareço, inesperadamente, e jamais me foi dado o desgosto de encontrar o menor motivo de contrariedade; tudo revela a bôa ordem e a disciplina, sem prejuizo da mais affectuosa cordialidade. Hoje em dia póde essa disciplinada casa de educação emparelhar-se com as melhores do paiz, encarada pelos resultados praticos d’ella obtidos, dos quaes são testemunhos irrefutaveis os formosissimos trabalhos ahi produzidos. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1905, p. 269).

Certamente que a missão da instituição estava ancorada no ideário de educar, instruir e preparar para o trabalho as meninas internas que ali viviam. Nesse sentido, não

¹⁰⁸ Os relatos contidos em um officio enviado ao Diretor do Ensino Municipal, Antonio Lemos dá provas do seu poder e da sua autoridade junto aos serviços municipais. Dizia o texto: “Em officio de 23 do corrente, expôz o sr. dr. Diretor do Ensino Municipal o resultado das syndicancias a que mandou proceder sobre um facto ocorrido na eschola *Vinte Quatro de Fevereiro*, regida pela professora dona Flaminia Duarte Tavares, do qual ficou evidente que o alumno José Barroso, dando de sua educação domestica a mais deploravel amostra, não só travára lucta com alguns de seus collegas, no recinto da eschola, como desobedecêra e até injuriára, com palavras improprias de creanças affeitas aos bons exemplos, á referida professora, que teve necessidade de reagir physicamente, para manter sua insdispensavel força moral. Sciente do ocorrido, recommendo ao sr. dr. director do Ensino Municipal que prohiba a matrícula do citado menor em todas as escholas sob sua direção, devendo, ao mesmo tempo, recommendar aos respectivos professores que, comquanto o facto em questão tenha certa attenuante ao procedimento da professora da eschola *Vinte Quatro de Fevereiro*, em casos identicos, que esta Intendencia espera não se dêão, devem os alumnos delinquentes ser expulsos immediatamente das escholas e cancelladas as respectivas matriculas, sem outro qualquer procedimento. Outrossim, cumpre advertir aos professores que, dado o caso de qualquer ocorrencia em suas escholas, devem, sem perda de tempo, dar d’ella conhecimento, minuciosamente, á directoria do Ensino, que procederá de accôrdo com as suas attribuições regulamentares, ou pedirá á Intendencia as providencias que escaparem ás mesmas attribuições”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 287).

bastava seguir apenas as normatizações aplicadas às outras escolas municipais, o desafio seria racionalizar o tempo para alcançar uma melhor eficiência durante as aulas e o tempo produtivo das órfãs.

De acordo com a *Lei Estadual de nº 1.190*, do ano de 1903, as escolas primárias poderiam ser de duas categorias: *Mistas* – destinadas à frequência de ambos os sexos e as *Especiais* – para o sexo masculino. Tanto uma quanto a outra, segundo o regulamento, teriam duas horas diárias de aula. Ao que tudo indica esse tempo de aula determinado em lei, também se aplicava às aulas no Orphanato, no entanto grande parte do tempo se destinava aos inúmeros afazeres domésticos e a outras atribuições exercidas pelas internas na instituição.

Grande parte do tempo das órfãs era, de certo, para a realização dos *trabalhos manuais* em que eram confeccionados artigos para exposição e venda em quermesses e eventos beneficentes. Apesar de ser assegurado em lei que a interna deveria ter uma *formação literária indispensável e rudimentos de agronomia*, para fazer frente às novas formas de produção, a representação da mulher e o modelo de sua formação e, especialmente, daquelas que viviam em condição asilar, ainda estavam ancorados na aprendizagem das práticas manuais e prendas domésticas¹⁰⁹, ainda que já se previsse para o futuro da instituição, de acordo com o pensamento reformador da época, uma formação pautada nos *conhecimentos técnico-agrícolas*, experimentados, inclusive, com grande sucesso, em países europeus como a Bélgica.

E foi pensando nessa experiência que o Executivo Municipal tenta convencer o Conselho Municipal a apoiá-lo em seu propósito de transformar futuramente o educandário em um centro de formação técnico-profissional.

Não passarei a outra materia sem consignar aqui, trasladadas da imprensa diaria, algumas informações, e oportunos argumentos, em prol do espirito á luz do qual fez o Conselho Municipal de Belém a ultima reforma do Orfanato. Desejo assignalar uma das obras mais importantes do director geral da agricultura da Belgica, sr. Proost, relativa á creação das escholas belgas e, em particular, do ensino agricola feminino praticado n'aquelle paiz. A participação esclarecida da mulher nos trabalhos dos campos é uma verdadeira riqueza para o paiz, porque não está fóra de duvida que a deserção dos campos e seu depauperamento progressivo são motivados pela insufficiencia e ignorancia das mulheres. O governo belga organizou um curso de economia domestica em quinze lições,

¹⁰⁹ De acordo com Nagle (1976), se por um lado a educação profissional feminina no início do século XX, em São Paulo, tinha como pressupostos garantir conhecimentos e proporcionar a prática de artes e ofícios e a capacidade técnica nas pequenas indústrias, por outro, tinha também como propósitos contribuir para a independência da mulher e atraí-la para os trabalhos manuais e ocupações domésticas, assim como, prepará-la para a função de dona de casa.

para uso das mulheres; auctorizou os comicios agricolas a admitir as mulheres em suas deliberações; estabeleceu escolas volantes de lacticinios que funcçionam em todas as aldeias, de modo nómade e temporario, de tres em tres mezes, para poder facultar essas vantagens ás moças que não podem seguir as escolas domesticas. Também a industria dos lacticinios tomou um grande desenvolvimento e hoje mais de 400 estabelecimentos d'essa industria tratam do leite, proveniente das creações de 50.890 cultivadores, quando o numero d'aquelles não passava de 60, em 1895. A produção de manteiga foi por tal fórma rapida, que está prestes a exceder ás necessidades nacionais, sendo certo que dentro em breve esteja o paiz exportando esse producto.

Nove escolas domesticas para moças, subvencionadas muito sériamente pelo Estado, funcçionam com pleno exito.

Exposições colletivas, exames, inspecções, estimulam o zelo dos participantes e asseguram o recrutamento dos individuos, homens e mulheres, aptos aos trabalhos de campo. A' vista dos magnificos resultados obtidos, este ensino agricola da Belgica deve ser apontado como modêlo para outros paizes¹¹⁰. (BELÉM. O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, pp. 310-311).

O desejo de construir o novo prédio na zona rural da capital tinha como meta a implantação imediata de um ensino profissionalizante nos moldes descritos acima, mas essa possibilidade estava longe de acontecer, tendo em vista os grandes desafios políticos e financeiros enfrentados por Antonio Lemos na metade de sua gestão e, principalmente pelos seus sucessores que governaram a cidade tendo que enfrentar vários problemas que foram agravados pela crise da borracha.

Mesmo assim, Antonio Lemos, utilizando-se das experiências dos países europeus, não se furtou em divulgar seu ambicioso projeto, tentando convencer não só o Conselho Municipal de Belém, mas toda a sociedade da necessidade de continuar a obra mesmo após sua saída da administração municipal.

São, portanto, os povos mais operosos do mundo, representados pelos seus pro-homens, que se collocam á testa do ensino profissional agricola das mulheres, talmente como o preconizei eu, desde annos, perante o esclarecido Conselho Municipal de Belém.

¹¹⁰ Para ser mais incisivo e convincente, Antonio Lemos cita uma nota do jornal *Corriere dela Serra*, de Milão, onde são feitas boas referencias à primeira escola, nos moldes do projeto belga, na cidade italiana: Dizia o texto: “O conselho director da escola pratica agricola feminil funcçionou hotem em casa do presidente sr. Camperio, para discutir e definir as questões principaes que á mesma escola se referem. De toda a parte da Italia chegam pedidos de admissões, assim como adhesões de familias de agricultores, o que demonstra como o ambiente se acha já preparado e maduro para esta nova fórma de cultura feminil. A' vista d'isto, e tendo presente os bons resultados da escola que tem agora sua sede em Niguarda, o conselho deliberou: convocar uma sessão de homens politicos, de pessoas eminentes no campo dos estudos, das administrações e da beneficencia, com o fim de discutir um programma concreto e completo para o desenvolvimento da escola pratica agricola feminil; para a fundação de um internato annexo; e para a criação de cursos práticos destinados a quem quizer dedicar-se ás industrias agrarias. Thaes escolas, numerosas e florescentes no estrangeiro, faltam absolutamente na Italia: a Eschola de Niguarda, fundada por iniciativa particular, é a primeira no genero e muito honra a cidade de Milão, merecendo ser protegida por quantos têm o amor no coração pelo bem publico”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, pp. 311-312).

Peço a Deus que me outorgue o tempo de vida bastante para ainda poder ver em plena execução a minha idéa, sobre a qual peço as benções de todos os paes das creanças recolhidas ao Orfanato Municipal. (BELÉM, O Município de./ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 312).

Enquanto esse projeto ficava somente no plano das ideias, a educação e instrução no Orphanato seguiam de acordo com os regulamentos aprovados tanto pelo Estado quanto pelo Município, naquilo que lhe era possível, a partir do ano de 1903 e posteriormente mediante as sucessivas reformas educativas.

Nesse sentido, ainda de acordo com *Lei Municipal nº 371*, que regulamentava o ensino primário na capital, um embate surgia e tinha relação com o aspecto normativo da instrução primaria e dizia respeito ao tempo destinado às aulas nas escolas. O parágrafo único da Lei estabelecia que as aulas nas escolas isoladas do Município fossem ministradas obedecendo a dois horários: Nas *mistas*, de quatro às seis horas da tarde e nas *especiais*, destinadas ao sexo masculino, das seis às oito da noite.

Quanto ao horário das aulas no Orphanato, a princípio não se tem uma determinação específica, porém, é bem provável que a duração das sessões obedecia ao estabelecido no Regulamento Geral. No entanto, os horários não seguiam os mesmos determinados para as demais escolas, devido à natureza da instituição.

Em 1904, um ano após a vigência da lei que regulamentava a instrução pública municipal, é sancionada uma nova, que estabelecia outras normas para o setor. A *Lei nº 371*, de 28 de dezembro de 1904 que dá “*Reorganização do Ensino Municipal*”. No capítulo II, parágrafo 2º, denominado “*Das escholas primarias*”, orientava que as *Escolas Mistas* funcionariam das três e meia às seis e meia da tarde e as *Especiais*, das seis às nove horas da noite para as localizadas na capital; das sete e meia às dez e meia da manhã para as que funcionavam no interior.

Essa alteração, segundo o Diretor da Instrução Municipal, fez-se necessária em virtude das sucessivas queixas por parte de alguns professores que consideravam insuficiente o tempo destinado para as sessões de aula. Por outro lado, aos professores relapsos algumas punições eram impostas, por não utilizarem eficazmente esse tempo destinado para as aulas causando, segundo o relatório da Diretoria de Ensino enviado ao Executivo Municipal, prejuízos ao erário público, além concorrer negativamente para o bom aproveitamento dos educandos.

Diante disso, o Gestor Municipal, fazia o seguinte comentário: “Se, na verdade, o praso de duas horas é insuficiente, como todos reconhecem, para explicar-se um

programa de ensino tão complexo como é o nosso, que sucederia se esse mesmo praso não fosse preenchido exactamente?” (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 240).

Na concepção dos republicanos, a instrução pública deveria ser uma prioridade, principalmente e exigiavam a ampliação de sua oferta às classes populares, tendo em vista que durante a Monarquia, estas foram esquecidas pelas autoridades públicas da época. Assim, a necessidade de garantir mão de obra minimamente qualificada e dar uma solução para os problemas que a cada dia surgiam nos centros urbanos, justificava o investimento.

Nesse sentido, imbuído de um sentimento reformador, o mais importante gestor da fase inicial da República da cidade de Belém declara:

Melhorar, methodizar e desenvolver a instrução publica municipal, tanto na cidade de Belém, como em todos os districtos do interior, tem sido uma das minhas mais constantes preocupações administrativas. É muito, porém não tudo, tratar dos melhoramentos materiais da capital: crime seria deixar no triste abandono em que encontrei, em fins de 1897, os serviços atinentes á instrucção publica do município. Eis porque tenho vindo a prestar preferentes cuidados a este ramo, ora innovando, ora reformando, mas sempre com a intenção de melhorar e a certeza de bem agir. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, 1905, p.p. 258-259).

No ano de 1913, dois anos após a destituição de Antonio Lemos do poder, Dionysio Ausier Bentes instituiu uma equipe denominada *Commissão de Inspeção e Estudo*, formada por *Raymundo Chaves*, *José Marcos Coelho de Souza* e *Francisco da Cunha Coutinho* para avaliar a situação da Instrução Pública Municipal. O relatório final da avaliação foi entregue ao Gestor que por sua vez faz a seguinte declaração:

Desse documento, a dedução é que o ensino municipal, infelizmente, deixa muito a desejar.
Obsoleto e não uniforme é o methodo em geral adoptado, si methodo, é licito considerar a defeituosa pratica de ensino actual.
As condições higienicas dos predios, onde funcçionam as escolas, maxime os suburbanos, são em geral precarias.
A inspecção sanitaria dos alumnos, não é uma realidade na maioria das escolas.
Emfim, ao par de um ensino defeituoso, ha falta de conforto e de zêlo pela hygiene escolar. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 25).

No relatório, são apontados os mais diversos problemas em vários campos da Instrução Municipal e um deles que merece destaque, explicitado no tópico denominado *Compendios Methodos e Programmas*, há uma áspera denúncia à forma arbitrária de como era feita a escolha e adoção de compêndios para a infância. Segundo o texto, a seleção das

obras didáticas não estaria ocorrendo de acordo com a capacidade intelectual dos estudantes.

Com effeito, é inacreditavel que sob varias modalidades se desdobre uma mesma arte ou sciencia, por serem diversos os auctores que se collocam em pontos de vista diferentes, sendo facultativa a apropriação d'este ou d'aquela livro, para ensinar uma disciplina áquelles que pelas suas condições psychologicas, exigem uniformidade no estylo e no encadeamento da matéria, de molde sempre a facilitar a transmissão e a percepção. (BELÉM, O Município de./ Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p.107).

Em virtude dessa falta de critério na seleção dos livros didáticos, ainda são enumeradas outras questões que, no ponto de vista da comissão, desqualificam a aprendizagem das crianças e adolescentes do Município, incluindo as educandas do Orphanato Antonio Lemos e as que frequentavam as turmas das escolas mistas do Asilo de Mendicidade.

A seguir, são destacadas outras razões levantadas pela Comissão que causavam transtornos ao ensino no município de Belém.

Razões de ordem proteccionista, ou antes de ordem deprimente do cerebro infantil e da juventude, têm sido a directriz para a adopção de compendios em nosso meio, onde as livrarias estão abarrotadas de compilações objectivando a mercancia directamente, e indirectamente a confusão e prejuizo a instrução. Os auctores, em sua maioria, ao comporem-n'as, tiveram a preocupação de exhibição de erudição, já com o estylo gongorico e anti-pedagogico, já com definições, regras e demonstrações longas e fastidiosas, que o professor escrupuloso necessariamente tem de relegar e substituir por expressão singela, familiar tanto quanto possível, e reduzindo o vocabulario de maneira a poder conseguir que o estudante assimile e fixe o objeto em mira. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 107).

Continuando com as observações da comissão,

Dar uma definição philosophica a uma criança d'uma cousa que se póde expor em dicção adaptavel ao cerebro desprovido de toda bagagem litteraria, é até um crime e o professor primario que o pratica não é professor, é repetidor de texto. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 107).

Diante destas questões: dar auxílio ao professorado através de palestras acerca do método concreto e intuitivo; designar à criança que já sabe ler tarefas mais complexas; ensinar aritmética a partir de operações concretas em que os números estejam sempre ligados a coisas que pela intuição se perceba a necessidade da existência; utilizar livros

indicados somente por autoridades competentes, entre outros aspectos, foram algumas sugestões para a elevação da eficiência do ensino nas escolas municipais.

A comissão coloca também em questão, no programa de ensino ministrado nas escolas municipais, que tem como referência o mesmo programa adotado pelo Estado, aspectos relacionados aos conteúdos ensinados desde o início do século XX e revisados na reforma estadual de 1910.

As noções de grammatica escolar, as lições de cousas, o desenho, os trabalhos manuais de agulha (para o sexo feminino), zoologia e botanica, geographia, a história do Brazil, physica, (o essencial) instrucção moral e physica, são ensinados com certo methodo e ordem; o mesmo não se pode dizer no que concerne ao vernaculo e á Arithmetica. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 108).

Para transmitir as normas sobre as operações dos numeros, nota-se a ausencia do concreto, em grande parte da materia, visto que somente nos primeiros ensinamentos, o obriga. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1913, p. 109).

A Comissão de Inspeção destaca ainda as diversas incongruências na organização e na sequência dos conteúdos ministrados nos cursos elementar e complementar do ensino primário. Em decorrência de todas essas questões levantadas, o ensino público municipal, segundo a comissão, deveria estabelecer suas próprias diretrizes pedagógicas, para não depender totalmente das normatizações estaduais.

4.2.1 O ensino de primeiras letras e a formação literária

A formação pedagógica das internas que viveram no Orphanato Municipal de Belém desde sua fundação em 1893 e, especialmente, a partir da primeira reforma da instrução do Estado em 1903, esteve pautada em grande medida, como já anunciamos, pelas transformações ocorridas nos projetos educativos tanto do Município quanto do Estado.

Neste período, se levarmos em consideração as três importantes reformas da Instrução Pública Primária do Estado, assim como as levadas a cabo pelos governos municipais, podemos concluir que, em um cenário de grandes transformações ocorridas nos diversos setores da sociedade, no que diz respeito à instrução e, particularmente, aos *programas de ensino* ministrados nas escolas municipais e no próprio Orphanato, observa-se que em alguns aspectos as mudanças foram evidentes, porém em outros como a

composição de disciplinas, conteúdos dos programas de ensino e processos avaliativos se mantiveram praticamente inalterados.

Na *Lei Estadual de nº 1.190*, de 17 de fevereiro de 1903, que reorganiza o Regulamento Geral do Ensino Primário do Estado, em seu artigo 2º, § 5º, estava determinado que fossem definidos os programas de ensino primário no estado do Pará. Diante disso, no dia 19 de fevereiro deste mesmo ano, os programas de ensino são aprovados, através do *Decreto Lei de nº 1.191* e em se tratando do *curso elementar*, durante os seus três primeiros anos, o ensino objetivava que os alunos pudessem “*ler corretamente e escrever com acerto*” e ainda de acordo com o programa, o *ensino da escrita* deveria começar primeiramente com a aprendizagem da leitura.

Segundo Vidal e Gvirtz (1998), este procedimento pedagógico se pautava no método sucessivo aplicado pelos professores em grande parte das escolas isoladas e que, “apesar de, desde 1840, ser indicado o método simultâneo, o ensino era seriado: as disciplinas sucediam-se umas às outras. Assim, primeiro a criança aprendia a ler o ABC e as sílabas, para só então conhecer a escrita”. (p. 16).

Ainda em relação à formação primária, o último ano do *Curso Elementar*, o regulamento rezava que:

No 4º anno do curso elementar e no curso complementar, sendo a leitura o meio de dar aos alumnos as noções necessarias de lições de cousas e de instrução moral e civica, o professor fará sempre, depois da lição, uma explicação clara e concisa, interrogando os alumnos sobre os principaes assumptos, tratados afim e certificar-se, se o que foi lido, ficou bem comprehendido, e exigindo-se, sendo possivel, exercicio escripto.

O ensino de portuguez no curso elementar terá por fim conseguir que o alumno saiba applicar em exercicios faceis de redação, em trechos didacticos ou em analyse phonologica e taxionomica, os conhecimentos adquiridos pelo estudo de um compendio tão simples quanto possivel. (PARÁ, Estado do./Regulamento Geral do Ensino Primario, 1903, pp. 53-54).

Entre os conteúdos básicos que constituíam o programa de ensino primário do curso elementar de 1903, a *leitura* e a *escrita* assumiam papel de destaque, não somente na referida Lei, mas em todas as outras reformas que atravessaram as três primeiras décadas do século XX no Pará. Para Vidal (2000), as mudanças ocorridas na sociedade promoveram alterações nas formas de transmitir conhecimentos nas escolas e estavam relacionadas com questões sociais, espaciais, materiais e temporais. Esta autora observa ainda que:

A escrita havia assumido o mesmo estatuto que a leitura na definição de alfabetizado do século XIX. Ler e escrever eram compreendidos como capacidades fundamentais ao indivíduo no seu reconhecimento como letrado. Apesar de ser indicado o ensino simultâneo desde 1840, muitas escolas ainda mantinham o ensino sucessivo, ensinando primeiro o aluno a ler para depois chegar a escrever. (VIDAL, 2000, p. 499).

Os conteúdos da área de *aritmética*, que ao lado da leitura e escrita, eram considerados os mais importantes do programa, segundo orientações da lei, ao ser ensinado o professor deveria ser o mais restrito possível para evitar excessos de extensão ou dificuldades nas matérias. O mais importante, seria atentar para o lado prático das operações “[...] de modo que o ensino se torne útil pelos exercícios e escolhas de problemas consoantes á vida comum”. (PARÁ, Estado do./Regulamento Geral do Ensino Primário, 1903, p. 54).

Ainda, de acordo com o que estava estabelecido em lei:

O decorar no estudo de arithmetica deve ser com escrupulo regulado pelo professor, que, antes de tudo e de preferencia, incutirá no espirito do alumno a compreensão das lições por meio de exemplos e explicações no quadro preto, ao alcance das tenras intelligencias. De accôrdo com estes preceitos, o professor evitará a fadiga e confusão do alumno, aproveitando o que de mais utilidade julgar das materias do programma por meio de compendios resumidos e claros em suas definições. (PARÁ, Estado do./Regulamento Geral do Ensino Primário 1903, p. 54).

No *curso complementar* do Ensino Primário, dividido em dois anos, havia uma ampliação das disciplinas e das matérias, sendo que o ensino de *leitura*, de *escrita* e de *aritmética* tinha, assim como no nível elementar, um lugar de destaque. Ao lado destes componentes curriculares, o ensino de *português*, *geometria*, *geografia* e *história* completavam as disciplinas do programa tanto do primeiro, quanto do segundo ano do *curso complementar*.

No quarto ano do *curso elementar*, já é possível identificar a inclusão de disciplinas específicas, como as destacadas anteriormente, isto nos leva a crer que este ano era tido como transitório para o nível seguinte.

Nos próximos quadros é possível visualizar os conteúdos e as disciplinas do Programa de Ensino Primário do Estado.

QUADRO 16: Disciplinas e conteúdos ensinados no *Curso Elementar* do Ensino Primário, segundo a Lei 1.190 de 1903

CURSO ELEMENTAR	DISCIPLINAS/CONTEÚDOS
Primeiro ano	<i>LEITURA e ESCRITA</i> : Primeiros exercícios de leitura e escrita. <i>ARITMÉTICA</i> : Estudo dos algarismos. Contagem dos números e sua representação gráfica. Leitura e escrita dos números. Primeiros exercícios de adição.
Segundo ano	<i>LEITURA e ESCRITA</i> : Continuação dos exercícios de leitura e escrita. <i>ARITMÉTICA</i> : Repetição do ano anterior. Exercícios de subtração. Sinais usados nas operações fundamentais. Exercícios de numeração escrita. Leitura dos números em geral.
Terceiro ano	<i>LEITURA</i> : Leitura corrente com pausa e acentuação. Exercícios de leitura manuscrita, servido para isso o ditado depois de correto e passado a limpo. <i>ESCRITA</i> : Continuação dos exercícios de escrita. Primeiros exercícios de ditado. <i>PORTUGUÊS</i> : Primeiras noções de gramática compreendendo: definições e divisões gerais da gramática, fonologia, rudimentos de análise fonológica. <i>ARITMÉTICA</i> : Recordação da matéria estudada. Exercícios de multiplicação e divisão. Definições das operações fundamentais. Divisibilidade dos números e principais caracteres. Máximo comum e mínimo múltiplo comum divisor. Noções elementares sobre números primos. Preliminares de frações ordinárias.
Quarto ano	<i>LEITURA</i> : Leitura explicativa de instrução moral e cívica. Lições de coisas. <i>ESCRITA</i> : Trechos didáticos. Exercícios caligráficos, aperfeiçoados de cursivo e bastardo. <i>PORTUGUÊS</i> : Divisões e definições gerais da gramática. Fonologia e taxionomia. Análise fonológica e taxionômica e elementos de morfologia e sintaxe. <i>ARITMÉTICA</i> : Recapitulação do ensino anterior. Frações decimais, distinção entre estas e frações ordinárias. <i>GEOMETRIA</i> : Definições, corpo, superfície, linha e ponto. Linhas em geral. Posição das linhas. Exercícios práticos de desenho em cadernos com reprodução no quadro preto. Geografia: 1º. Definição e divisão geográfica. Ideia da terra e sua forma. Definições de seus acidentes físicos em geral. Indicação dos oceanos. Ideia geral das partes em que se divide a terra, especialmente da América. O Brasil e o Pará, suas posições geográficas. 2º. Forma da terra, seu movimento. Prova prática da redondeza da terra e dos seus movimentos. Pontos cardeais e colaterais. <i>HISTÓRIA</i> : Definição. Descoberta da América. Notícia de Cristovam Colombo. Descoberta do Brasil. Notícia de Pedro Álvares Cabral. Indígenas, seus usos e costumes. Sistema de colonização. Os três primeiros governadores gerais. Divisão do Brasil em dois governos e estabelecimento de um só. Descobrimento e fundação do Pará. O Pará sujeito ao Maranhão, seu desligamento. Adesão do Pará à carta Portuguesa, Felipe Patroni.

FONTE: Regulamento Geral do Ensino Primário do Estado do Pará, 1903.

QUADRO 17: Disciplinas e conteúdos ensinados no *Curso Complementar* do Ensino Primário, segundo a Lei 1.190 de 1903

CURSO COMPLEMENTAR	DISCIPLINAS/CONTEÚDOS
Primeiro ano	<p><i>LEITURA</i>: Leitura explicativa da Constituição Federal. Leitura explicativa de instrução moral.</p> <p><i>ESCRITA</i>: Exercícios de alto bastardo, bastardinho, meio-bastardinho, cursivo maior e menor. Trechos didáticos.</p> <p><i>PORTUGUÊS</i>: Estudo completo da fonologia, da taxionomia e da morfologia. Composição.</p> <p><i>ARITMÉTICA</i>: Repetição do estudo superior. Frações decimais periódicas. Noções gerais sobre números complexos. Razão e equidiferença. Propriedade das equidiferenças. Composição de aritmética.</p> <p><i>GEOMETRIA</i>: Recapitulação da matéria estudada. Ângulos. Perpendiculares, oblíquas e paralelas. Desenho à mão livre em cadernos.</p> <p><i>GEOGRAFIA</i>: 1°. Indicação dos principais países da Europa, Ásia, África, Oceania e América. América do Sul, enumeração de todos os seus países e capitais. O Brasil, sua geografia física, com especialização de seus limites com outras nações. 2°. Noções sobre o sistema solar e sua formação. Planetas. 3°. Círculo da esfera terrestre, longitude e latitude.</p> <p><i>HISTÓRIA</i>: Recapitulação do estudo anterior. Ideia geral do domínio espanhol e invasão holandesa. Os jesuítas no Brasil desde Nóbrega até Vieira. Conjuração mineira. Tiradentes. Exploração do Amazonas. Pedro Teixeira.</p>
Segundo ano	<p><i>LEITURA</i>: Leitura explicativa da Constituição Estadual, comparando-a com os preceitos da Constituição Federal. Leitura do regimento interno das escolas e das instruções para os exames de certificado primário.</p> <p><i>ESCRITA</i>: Repetição aperfeiçoada do primeiro ano. Trechos ditados.</p> <p><i>PORTUGUÊS</i>: Repetição da matéria do primeiro ano. Estudo completo de sintaxe. Análise fonológica, taxionômica e morfológica. Estudo completo da análise sintática. Exercícios de redação.</p> <p><i>ARITMÉTICA</i>: Revisão do ensino precedente. Sistema métrico decimal desenvolvido. Potenciação ou elevação à potência. Radiciação ou extração de raiz. Proporção, propriedade fundamental e determinação de seus termos reconhecidos. Regra de três, seus respectivos termos, divisões e subdivisões. Regra de companhia simples. Regra de juros simples e forma para achar seus elementos. Noções de câmbio.</p> <p><i>GEOMETRIA</i>: Recapitulação de todo o estudo feito. Círculo e circunferência. Medida dos ângulos. Problemas gráficos. Polígonos em geral. Triângulos. Problemas gráficos. Quadriláteros. Áreas em geral. Noções gerais e elementares sobre os sólidos. Desenho a mão livre com reprodução no quadro preto.</p> <p><i>GEOGRAFIA</i>: 1°. Repetição da matéria estudada. O Brasil: noções física e política tanto quanto possível resumidas de cada um de seus Estados. O Pará: sua geografia física e política desenvolvida. 2°. Estrelas cadentes, cometas e aerólitos. O sol: seus movimentos e suas fases. Eclipses.</p> <p><i>HISTÓRIA</i>: Recapitulação da matéria precedente. A família real portuguesa no Brasil. Volta de Dom João. Dom Pedro como lugar-tenente de Dom João e como inspirador. Adesão do Pará à independência. Cônego Batista Campos. Notícias da <i>Cabanada</i>, Eduardo Angelim e os irmãos Vinagres. Notícias de Dom Romualdo de Seixas e de Dom Romualdo Coelho. Entrada da legalidade no Pará, governo do general Andrea. Notícia dos Andradas, José Clemente Pereira, Padre Feijó e Evaristo da Veiga, como principais vultos da história pátria. Reinado de Dom Pedro II, sua menor idade e maioridade. Guerra do Paraguai, sua origem, batalhas mais importantes e gerais que nelas tomaram parte. Extinção da escravidão no Brasil, estadistas que a promoveram. Abolicionismo no Pará. Propaganda republicana no Pará, o clube republicano. Queda da monarquia. Proclamação da República, adesão do Pará.</p>

FONTE: Regulamento Geral do Ensino Primário do Estado do Pará, 1903.

Ainda de acordo com o programa, a Lei estabelecia em seu artigo 33, do capítulo I, denominado “*Do Ensino Público*” que “além das materias ensinadas será dada convenientemente educação physica, compreendendo noções de hygiene pratica, exercícios, jogos e brinquedos ao ar livre”. (PARÁ, Governo do./Regulamento Geral do Ensino Primário, 1903, p.10.).

Estas prescrições de saberes certamente sofreram algumas alterações em relação às escolas da rede municipal e principalmente em relação ao Orphanato Municipal. Porém, algumas evidências nos levam a crer que grande parte destes conteúdos era ensinada para as educandas das classes que existiam no internato.

Se por um lado, em nenhum documento do período analisado tenham-se encontrados vestígios de programas contendo os conteúdos e/ou disciplinas ministradas especificamente no Orphanato Municipal, por outro, nas Leis e Decretos que regulamentavam a instrução pública municipal ficou evidenciado que a educação nas escolas do município era regida pelos programas de ensino aprovados em âmbito estadual e que em decorrência deste dispositivo, estavam inclusas aí as turmas que funcionam no interior da instituição.

É importante destacar que em instituições similares ao Orphanato Municipal de Belém como os Institutos Gentil Bittencourt e Lauro Sodré, que abrigavam respectivamente meninas e meninos órfãos e desvalidos e que eram de competência do Governo do Estado, seguiam os mesmos regulamentos aprovados pela Diretoria de Ensino Primário.

O instituto Gentil Bittencourt, outrora denominado Colégio do Amparo, guardava muitas relações com o Orphanato Municipal, especialmente por ter em sua direção interna as irmãs da Ordem Filhas de Sant’Anna. Nesse sentido, ainda no capítulo II, da *Lei nº 1.190*, do ano de 1903, intitulado “*Dos Grupos Escolares*”, o artigo 54 determinava que:

O ensino primário ministrado nos institutos Lauro Sodré e Gentil Bittencourt será restrictamente conforme os *programmas do ensino primário* e obedecerá ao regimen dos grupos escolares, tendo cada um d’esses estabelecimentos uma escola complementar e três elementares, percebendo os respectivos professores os vencimentos referidos na lei do orçamento. (PARÁ, Governo do./Regulamento Geral do Ensino Primário, 1903, p. 14).

Certamente, que esta determinação tinha grande ressonância, como já havíamos indicado em outras ocasiões, na política educativa do Município de Belém, pela

subordinação a que este está submetido e por outros fatores como, por exemplo, a participação efetiva do Intendente Municipal na composição dos *Conselhos Escolares*¹¹¹, instância normativa, deliberativa e de fiscalização do ensino público em cada município do Estado.

Um aspecto que ganha destaque no período diz respeito aos métodos de ensino, uma vez que a inclusão de disciplinas nos programas de ensino não seria a garantia de uma boa educação.

Em matéria intitulada “*A Escola Primaria*”, publicada na revista oficial “*A Escola*”¹¹², Vilhena Alves observa que o ensino deveria ser metódico, pois segundo ele “o methodo é condição essencial para conseguir resultados satisfactorios na transmissão de conhecimentos até mesmo a adultos, quanto mais a creanças”. (PARÁ, Belém do./A Escola/ Revista Oficial de Ensino, 1900, p. 117).

Para Vilhena Alves, o excesso de matérias e a falta de organização dos conteúdos e de uma seleção pedagógica adequada poderiam impedir a compreensão e o bom aproveitamento por parte dos alunos. Dizia ele:

O accúmulo de materias para serem aprendidas em uma só aula por quem não possui ainda a força de comprehensão precisa para poder assimilar, de uma só vez, principios e regras relativas a variadas disciplinas, – é um grande tropeço para a educação intelectual da infancia.

Na escola primaria, o melhor meio de obter grandes resultados é limitar o mais possivel o numero de materias de ensino, para que estas possam ser distribuidas pelos diferentes dias de aula sem sobrecarregar a intelligencia do menino com trabalho superior ás suas forças.

Já o disse o sabio jesuíta padre Antonio Vieira: “se o lavrador semeára primeiro trigo, e sobre o trigo semeára centeio, e sobre o centeio semeára milho grosso, e miúdo, e sobre o milho semeára cevada, que havia de nascer? Nasceria matta brava, uma confusão verde... como semêa tanta variedade, não póde colher cousa certa. Quem semêa misturas, mal póde colhêr trigo.” (PARÁ, Belém do./A Escola/Revista Oficial de Ensino, 1900, p. 117).

Assim é o ensino. Se na cabeça de um menino sequizer introduzir tão variados conhecimentos, e em tão grande numero, que ha de nascer? Uma confusão de todos elles, um atropelo, um baralhamento, um cháos. Quando muito ficará com umas idéas mal distinctas, inteiramente superficiaes, ou, por outros termos, com uma apparencia de instrucção, o que é muito peór que a propria ignorancia, pois constitue o pedantismo. O ignorante sem duvida merece compaixão; mas o pedante só merece desprezo. (PARÁ, Belém do./A Escola/Revista Oficial de Ensino, 1900, pp. 117-118).

¹¹¹ De acordo com a *Lei de nº 1.190*, de fevereiro de 1903, em cada um dos municípios do Estado deveria existir um Conselho Escolar e que terá a função de inspecionar e fiscalizar o ensino no município. Os Conselhos Escolares serão compostos pelo Intendente Municipal, que assumirá a função de presidente, por um delegado do Governador e por um delegado do Secretario de Estado da Instrução Pública.

¹¹² O texto mencionado está contido na edição de número VIII, da referida revista lançada no dia 30 de novembro de 1900.

De certo modo, as reformas dos programas do ensino primário que vigoraram pelo menos nas três primeiras décadas do século XX, foram sendo aprimoradas especialmente no tocante às disciplinas, aos conteúdos escolares e ao método de ensino. Na segunda Reforma da Instrução Primária Estadual, implantada através da *Lei de nº 1.695*, de 30 de maio de 1910, foram incluídos conhecimentos da área de *Zoologia, Botânica, Instrução Moral e Cívica, Desenho, Ginástica Escolar e Trabalhos Manuais e Trabalhos de Agulha* – somente para meninas.

Nesse momento, tornando-se uma determinação legal, o *Método Intuitivo* ou *Lições de Coisas* nas escolas públicas do Estado, procedimento pedagógico, que a partir dos estudos de *Rui Barbosa*, passou a ser bastante difundido por todo o País, por ser o mais apropriado e racional para o aprendizado das crianças e adolescentes, uma vez que se baseava nos sentidos, na observação e na reflexão, que tinha como finalidade:

Cultivar na criança as faculdades perceptivas, assimilar-lhe ao espírito a arte de observar, adestrá-la ao encontrar, diante de cada objeto, a palavra apropriada, em achar diante de cada palavra, na inteligência, a concepção da realidade correspondente. (NASCIMENTO, 1997, p. 11).

Ainda, de acordo com Nascimento, as reflexões lançadas por *Rui Barbosa* em seus pareceres acerca da Instrução Primária e, especificamente, do *método intuitivo* estavam fundamentadas em pensadores como *Bacon, Comenius e Pestalozzi*. A autora observa ainda que *Rui Barbosa*, ao se utilizar das palavras de *Comenius*, faz a seguinte declaração:

É pela intuição real e não por descrições verbais que o ensino deve começar. Dessa intuição dimana o conhecimento. Não são as sobras das coisas mesmas, que atuam na inteligência, nas faculdades imaginativas, e, portanto, devem estar submetidas sempre à atenção da mocidade. Palavras, sem o conhecimento das coisas, são palavras vãs. (1997, p. 11).

Segundo Machado (2005), para *Rui Barbosa*, tanto o *método intuitivo*, quanto as *lições de coisas*, seriam “a cura para três séculos de um ensino abstrato e morto, baseado na repetição”. (p. 99).

Na reforma da instrução de 1910, um dos elementos que merece também destaque diz respeito à implantação dos conteúdos da *gymnastica escolar e dos trabalhos manuaes e de agulha*. (PARÁ, Governo do./Nova Organização do Ensino Primário, 1910).

Em se tratando do conteúdo *trabalhos manuais e de agulha*, nos parece que já há algum tempo, esta seria uma das práticas mais comuns no interior de instituições que abrigavam meninas desvalidas desde o século XIX, tendo em vista as grandes exposições, onde eram vendidas as peças confeccionadas pelas internas¹¹³.

Os saberes concernentes aos *trabalhos manuais e de agulha* eram distribuídos pelos quatro anos do Curso Elementar e também pelos dois anos do Complementar, obedecendo também aos princípios do *método intuitivo* que, dentre os aspectos pedagógicos já mencionados, poderia ser aplicado em todos os níveis do ensino, mesmo que algumas discordâncias, do ponto de vista pedagógico, fossem anotadas¹¹⁴.

QUADRO 18: Conteúdos da disciplina “trabalhos manuais e de agulha” ensinados somente para meninas do Ensino Primário

TRABALHOS MANUAIS E DE AGULHA			
CURSO ELEMENTAR		CURSO COMPLEMENTAR	
Primeiro ano	Dobrados: fazer com o auxílio do papel objetos usuais. Marca e Crochê.	Primeiro ano	Primeiros pontos de tricô: sapatinhos simples. Costura: camisas, calças, camisolas, saias, corpinhos, etc.
Segundo ano	Dobrados de fitas ou tiras de papel. Recorte. Crochê: pontos de alinhavos, pospontos no claro, pontos fechados e abertos e pontos de remate.		
Terceiro ano	Primeiros pontos de costura. Preparação e modo de franzir. Franzidos duplos. Casear e pregar botões, colchetes, etc.	Segundo ano	Tricô: sapatinhos, capotes, toucas, etc. Bordados fáceis e trabalhos de singela fantasia.
Quarto ano	Costura branca: toalhas, fronhas, lenços e aventais. Remendos diversos. Pontos russos e de ornamentos. Pontos de marca, letras e nomes.		

FONTE: Regulamento geral do Ensino Primário do Estado/Nova organização, 1910.

¹¹³ Estas práticas estão analisadas mais adiante neste mesmo capítulo.

¹¹⁴ Schelbauer (2005) observa que a compreensão em torno do método intuitivo ou das lições de coisas geraram, entre alguns teóricos de outros países, discordâncias quanto a sua aplicabilidade. “As lições de Coisas – primeira forma de intuição ou intuição sensível – poderiam ser aplicadas através de dois sistemas: como exercício à parte, tendo sua hora no programa e seu quadro sistemático ou, ao contrário, inserido em todo o programa de ensino” (p. 135). A autora observa ainda que no Brasil, essa discussão foi evidenciada a partir dos debates entre Leôncio de Carvalho e Rui Barbosa.

Observamos que os conteúdos aplicados eram direcionados para uma aprendizagem prática, que primava pela eficiência em negação ao método tradicional, que estava ancorada em uma aprendizagem contemplativa e verbalista e com pouco significado prático para o aluno. Para se atingir essa eficiência desejada, seria necessário disponibilizar nas escolas um vasto mobiliário e objetos pedagógicos adequados, para que as alunas fossem capazes de experimentar, na prática, as disciplinas do programa.

Neste aspecto, o Orphanato se enquadrava bem nos propósitos da Municipalidade, pois mesmo enfrentando muitos problemas relativos ao espaço físico, sempre pode contar com uma variedade de móveis e equipamentos pedagógicos, vistos como essenciais para a formação geral das internas. Nestes espaços educativos, era comum haver uma diversidade de equipamentos utilizados na aprendizagem das educandas.

Em relação à cultura material escolar, Souza (2007), observa que o surgimento de um moderno e diversificado mobiliário escolar e de novos materiais de ensino, se proliferaram para dar visibilidade e sustentação aos novos processos pedagógicos que seriam disseminados nas instituições educativas projetadas no final do século XIX no Brasil.

O ambiente asilar para meninas internas nesse sentido foi desde sua origem um espaço privilegiado de recursos pedagógicos e acompanhou as transformações nessa área, uma vez que contava com uma variedade de artefatos que fizeram parte do convívio e do processo de aprendizagem das internas.

QUADRO 19: Móveis e materiais pertencentes ao Orphanato Municipal

SALA E AULA ¹¹⁵	CAPELA
02 retratos do Senador Lemos, 01 dito do Exmo. Sr. Dr. Lauro Sodré, 35 bancos, 44 cadeiras simples, 02 pianos, 02 poltronas, 01 sofá, 02 consolos, 02 aparadores, 02 estantes envidraçadas para livros, 02 ditas pequenas sem vidros, 17 guarda-roupas, 11 mesas, 02 toucadores, 10 lavatórios de ferro, 90 camas de tela, 05 cômodas, 01 filtro inglês, 10 <i>bidês</i> , 33 bancos-carteira, 02 quadros de contabilidade, 02 machinas para meia, 05 ditas de costura, 01 dita de passar roupa, 03 ferros de engomar, 03 aparadores comuns, 01 geladeira, 01 fogão, 02 relógios de parede, 256 compêndios de aula.	01 via sacra, 03 genuflexórios, 01 confessionário, 01 <i>harmonium</i> , 02 imagens de nossa senhora, 01 dita do coração de Jesus, 01 dita de Sant'Anna, 07 estampas de santos molduradas.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Relatório da intendência Municipal de Belém, 1904.

¹¹⁵ Essa denominação está de acordo com as referências do Relatório Municipal e diante disso, não podemos afirmar se se trata de erro gráfico. Acreditamos que esses equipamentos estão dispostos nas salas de aula e em outros ambientes da instituição.

Apesar de alguns móveis e equipamentos estarem listados na primeira coluna da tabela denominada “*Sala e Aula*”, estes, à primeira vista, não poderiam ser considerados, como pedagógicos, no entanto, eram objetos fundamentais para a formação geral das internas, especialmente, se levarmos em consideração os preceitos religiosos que sustentavam instituições congêneres espalhadas por todo o Brasil nesse período.

A formação das meninas que viviam em situação asilar no Orphanato Municipal mesmo estando sob a égide da legislação do ensino primário do Município e do Estado não se distanciava da sua principal missão que era a de formar donas de casa prestandas e com alto conhecimento sobre as práticas domésticas.

Os equipamentos pedagógicos utilizados para a aprendizagem na instituição eram o diferencial em relação às demais escolas municipais, tendo em vista que o processo de aprendizagem, preconizado pelos trabalhos manuais e domésticos, era condição essencial para não só formar, mas também dar condições de que as órfãs viessem a desenvolver uma profissão futura.

Nesse sentido, Souza (2007), ao relacionar esses aspectos aos contextos vivenciados pelas escolas ao longo dos tempos, observa que:

Embora tomados como quase sempre como um pressuposto natural, os artefatos materiais vinculam concepções pedagógicas, saberes, práticas e dimensões simbólicas do universo educacional constituindo um aspecto significativo da cultura escolar. (p. 169).

Após alguns anos de vigência da Lei Estadual de 1910, assim como da Lei de 1918, *de nº 3.356*, o ensino primário do Estado passa por mais uma reestruturação. No que tange às disciplinas do programa de ensino, a Lei estabelece no artigo 3º, capítulo I, seção única, designada “*Do ensino Primário de letras*”, as seguintes prescrições:

O ensino primario comprehende: leitura, escripta e calligraphia; lingua nacional; arithmetica, auxiliada pelo estudo elementar das equações algebricas; noções de geographia e historia, especialmente do Brasil e do Pará; licções de coisas, comprehendendo noções comcretas de zoologia, botanica e physica; instrucção moral e civica e elementos de hygiene individual (licções occasionaes); noções praticas de geometria; desenho; exercicios militares e de callisthenia sueca, apropriados á idade e ao sexo dos alumnos; prendas domésticas (para meninas); canto (a uma, a duas e a muitas vozes); hymnos patrioticos e escolares. (PARÁ, Estado do./Decreto que altera o Regulamento do Ensino Primário do Estado, 1918, p. 03).

A lei reafirma novamente o *método intuitivo* como o mais apropriado para ser praticado pelos professores de ambos os cursos que compõem o ensino primário, pois proporciona, segundo o texto da Lei, “[...] o ensino em harmonia com o desenvolvimento gradual da intelligencia do alumno” (PARÁ, Estado do./Regulamento do Ensino Primário do Estado Reorganizado, 1918, p. 04). Nesta Lei, se mantem praticamente inalterados outros aspectos do programa educacional como: *categorias de escolas; formas e modelos de exames de estudos; instâncias deliberativas de inspeção e de fiscalização; e, procedimentos avaliativos.*

É interessante destacar que apesar da dedicação e do destaque conferidos ao Orphanato Municipal durante a Administração Lemista, não foram encontrados nos documentos analisados do período, detalhamentos das práticas educativas, no que se referem a alguns aspectos mais específicos, tais como: *composição das matérias, organização dos horários e do tempo das aulas*, entre outros.

Presume-se que estas lacunas, talvez, possam ter acontecido em virtude de condicionantes institucionais internos e por se tratar de uma instituição de cunho assistencialista e ao mesmo tempo educativa, que tinha em sua direção interna, religiosas que agiam com muita rigorosidade, disciplina e, sobretudo discrição, não sendo, portanto, tão cobradas pelo Executivo Municipal nas questões pedagógicas, como acontecia nas demais escolas da rede de ensino.

Alguns detalhamentos acerca destes aspectos serão percebidos apenas no ano de 1928, em mensagem enviada ao Conselho Municipal de Belém, por Antonio Crespo de Castro, então intendente municipal. Na oportunidade, o Gestor relata que no ano anterior, as aulas do *Ensino Primário de Letras* teriam funcionado com regularidade e que houve a necessidade de implantar no Orphanato Municipal mais um *Curso Complementar* para suprir a demanda.

O Gestor ainda observou que na instituição:

Houve tambem as aulas nocturnas do costume, onde as religiosas explicam moral, religião e canto coral. O ensino de desenho e de piano é ministrado ás alumnas mais applicadas. As aulas de prendas, que têm logar á tarde, produziram o resultado que se evidenciou com a exposição de 1927. (BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1928, p. 32).

Este depoimento demonstra que a organização das disciplinas, assim com os horários das aulas, funcionava mesmo de acordo com a dinâmica da instituição. Porém,

não se previa que o direito de frequentar algumas aulas não era garantido a todas, mesmo que em alguns documentos houvesse registros de alguns tipos de favorecimento¹¹⁶. No entanto, o depoimento anterior sugere que este seria mais um dispositivo utilizado para incentivar a competição entre as órfãs servindo também como uma forma de seleção e, acima de tudo, de punição.

O documento destaca também que durante aquele ano houve vários passeios e visitas a locais públicos, como parte das programações recreativas e pedagógicas da instituição. Estas atividades, que certamente aconteciam com frequência, pouco foram divulgadas nos documentos analisados em períodos anteriores.

Durante o anno foram proporcionados ás alumnas varios passeios, visitas e excursões recreativas e instructivas, sendo visitados o Museu Goeldi, o Instituto Gentil Bittencourt, o Bosque Rodrigues Alves, O Asylo de Mendicidade por ocasião de suas bodas de prata, o Collegio Santo Antonio, igrejas, parques, jardins e logradouros da cidade. N'essas visitas, além da vigilancia das religiosas, as educandas eram por vezes acompanhadas do Secretario da Municipalidade, a quem incumbi de velar pelo Orphanato e ao qual se tem dedicado com solitude e carinho. (BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1928, p. 33).

As escolas que funcionavam no Orphanato Municipal eram evidentemente destinadas para as meninas asiladas, porém as que funcionavam no Asilo de Mendicidade atendiam a ambos os sexos, servindo para o atendimento das meninas que já faziam parte da instituição ou para as que eram remanejadas do Orphanato, por desobediência ou por ordem dos agentes sanitários em detrimento de doenças ou epidemias. Nestas circunstâncias não se tem relatos de como se processavam as atividades pedagógicas das órfãs.

Interessante destacar que somente dois anos após a transferência das internas para o novo prédio na vila de Santa Izabel, no ano de 1928, é que houve o remanejamento das últimas educandas que habitavam e estudavam no Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa. Este fato pode ser constatado através de uma passagem do relatório administrativo enviado por *Antonio Faciola* ao Conselho Municipal de Belém.

¹¹⁶ Recorrendo novamente a uma matéria publicada na Revista “*A Escola*” de 1900, escrita por *Augusto Olympio*, onde faz a seguinte observação: “As educandas que se distinguirem receberão premios annuaes de applicação e comportamento. Assim tambem a educanda que distinguir-se em todos os annos de estudos e fôr aprovada no exame final de estudos primarios, tem direito de cursar a Escola Normal, continuando como alumna do estabelecimento”. (p. 377).

Funcionava neste estabelecimento uma escola para as meninas ali recolhidas, regida pela professora d. Carmen Simões; esta escola, porém, foi extinta no anno corrente, visto terem sido transferidas para o Orphanato Antonio Lemos as alumnas que a frequentavam. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1930, p. 114).

O *ensino especial de desenho* foi uma das disciplinas que compôs o programa de ensino nas escolas da capital e no Orphanato Municipal, no final dos anos 1920. Os trabalhos dos alunos mais aplicados eram organizados em uma exposição escolar anual promovida pelo Governo do Estado e que, segundo registros oficiais, aos alunos que se destacassem eram distribuídos vários prêmios em dinheiro e menções honrosas gravadas em medalhas e diplomas.

Em 1930, ainda em processo de adaptação, as 237 internas matriculadas no Orphanato, segundo dados do relatório de 1930, tiveram por algumas vezes que interromper suas aulas das disciplinas do programa em consequência dos surtos epidêmicos de gripe, ou mesmo por falta de professoras regentes de algumas cadeiras.

Como forma de prevenção, foram prescritas pelo médico responsável da instituição, disciplinas e atividades como: *gymnastica sueca, brinquedos ao ar livre, jardinagem, marchas pelo pomar*. Estas atividades, segundo as autoridades, tinham como principal objetivo desenvolver o físico das educandas, protegendo-as das doenças.

4.2.2 Higiene escolar: ensinar para prevenir

O controle e a vigilância da saúde e da higiene no interior das escolas sempre estiveram entre as maiores preocupações das autoridades na fase inicial da República. A maioria dos relatórios e das mensagens governamentais entre os anos de 1893 e 1930 dão destaque e são bastante enfáticos acerca dessa questão.

Em uma matéria publicada na revista “*A Escola*”¹¹⁷, do ano de 1900, intitulada “*Hygiene Escolar*”, Lyra Castro destaca alguns fatores que contribuía para a disseminação das doenças e sugere ações para a seu combate. Para ele, não seria somente as condições climáticas do país a principal causa das moléstias que vitimam grande parte da população, elas estavam relacionadas com a falta de educação da população, que não

¹¹⁷ No volume II, ano I, de outubro de 1900 a março de 1901, a revista contava com os seguintes redatores: João Pereira de Castro Pinto, João Marques de Carvalho, Germiniano de Lyra Cartro, Arthur Nobre Viana e Francisco Ferreira Vilhena Alves.

atentava para os cuidados básicos de higiene e que cabia aos poderes públicos tratar o assunto com mais imparcialidade¹¹⁸.

É preciso examinar com mais critério e imparcialidade a complexidade das causas que minam a existência de nossos irmãos, desde a mais tenra infância, não atribuindo à influência climática os males oriundos da falta de observância dos mais comensais preceitos higiénicos, em muitas das nossas habitações particulares e na quasi generalidade das nossas casas de ensino, quer primário quer secundário. (PARÁ, Belém do. A Escola – Revista Oficial de Ensino, 1900, p. 23).

O autor faz referência também ao descaso que é dado à prática da Educação Física que, segundo ele, seria a principal causa do enfraquecimento do corpo e do espírito, no entanto, sua principal queixa pairava sobre as condições higiénicas e estruturais das escolas, uma vez que não eram observados com mais atenção os preceitos da *ciência higiénica*.

A escola é o centro de reunião de centenas de crianças que ali vão em busca da instrução e onde passam a maior parte dos dias.
É, por conseguinte, de fácil intuição, que o primeiro cuidado do higienista deve versar sobre a construção do prédio destinado à escola.
Se lançarmos nossas vistas para o estado actual das coisas, não direi n'este Estado, mas no país inteiro, seremos forçados a confessar que muito nos resta a fazer n'este sentido, a par do pouco que possuímos.
O que são as nossas escolas, no interior como na capital, não ha quem ignore.
O mais rudimentar preceito higienico não preside à escolha das casas onde ellas devem ser installadas.
Quando não lhes falta luz conveniente, são humidas, e mal arejadas e em geral dispõem de espaço demasiado defficiente para as classes.
Das faltas acima apontadas, resultam sérios inconvenientes para a saúde dos pequenos seres que frequentam taes estabelecimentos.
Conforme o defeito ou defeitos inherentes à construção do prédio, podem os meninos adquirir anemias, myopia, enxaquecas, etc. (PARÁ, Belém do. A Escola/Revista Oficial de Ensino, 1900, pp. 23-24).

Para *Lyra Castro*, mediante o avanço e o desenvolvimento material e intelectual que a sociedade alcançou naquele momento – início do século XX –, nada justificaria esse estado de coisas. Uma ação urgente dos dirigentes públicos seria necessária, tendo em vista que o assunto já alcançou níveis elevados de estudo no velho e no novo mundo, sendo praticado em todos os países cultos. Assim, em observância aos preceitos da Medicina

¹¹⁸ *Lyra Castro* destaca que, segundo opinião de muitos higienistas, a disposição geográfica do prédio escolar deve estar subordinada ao clima da região e às condições higiénicas da localidade, sendo preferível evitar que a fachada seja para o oeste, porque são em geral insalubres habitações construídas dessa forma.

Higiênica, a questão deveria ser equacionada com a construção de prédios escolares¹¹⁹, e com a adoção de medidas legais que possam garantir o bom funcionamento das escolas.

- As construções devem ser em terrenos altos e secos da cidade, amplamente iluminados e ventilados com salas espaçosas para as classes;
- Os prédios devem ser localizados no centro dos terrenos e afastados das fábricas, de habitações ruidosas e de lugares pantanosos;
- Prédios com portas e corredores amplos para facilitar a passagem dos alunos e escadas bem largas, bem lançadas com degraus próximos para facilitar a subida e descida;
- Elaboração de prescrições legais para as escolas e colégios particulares se adequarem à prática dos princípios aconselhados pela higiene.

A Medicina Higiênica à época gozava de um enorme prestígio e se colocava, segundo Gondra (2000), enquanto conhecimento e enquanto prática, como base para a construção de uma nova ordem e assim,

Apresentando-se como vanguarda da civilização, a medicina definia seu papel pedagógico pela necessidade de difusão de um saber e de uma verdade que fundamentavam a ação coordenada de todos, já que no corpo médico residiria “a verdade” a ser ensinada tanto “ao governo quanto à população, que são ignorantes”, justificava para a adoção de medidas médico – higiênicas, tanto na esfera pública quanto no universo privado. (2000, p. 526).

Apesar da constante preocupação com o estado sanitário das escolas, assim como da saúde das crianças que nelas estudavam, somente a partir da *Reformulação do Ensino Primário do Estado*, no ano de 1918, serão definidas algumas normas para regulamentar o tema.

De acordo com o *Decreto-Lei de nº 3.356*, em seu capítulo XII, intitulado “*da Higiene escolar*”, o Governo organiza o *Serviço de Inspeção Médica Escolar e de Assistência Dentária*, a cargo de um diretor e de dois auxiliares. Esse serviço, segundo o Governo, deveria atuar em todos os estabelecimentos de ensino primário seja de natureza pública ou particular.

¹¹⁹ A decisão de instalar escolas encontra-se visceralmente ligada às condições físicas do lugar em que deveria funcionar, isto é, as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas. (GONDRA, 2000, p. 528).

A lei determinava ainda que pelo menos cinco medidas de inspeção deveriam ser efetivas e/ou acompanhadas pelo Diretor de Inspeção conjuntamente com seus auxiliares. Seriam elas:

- *Medidas higiênicas que se tornarem necessárias;*
- *Correção das atitudes viciosas das crianças, por ocasião dos serviços escolares;*
- *Vacinação e revacinação nas escolas;*
- *Inspeção pessoal de todos os alunos, uma vez por trimestre;*
- *Melhor disposição do mobiliário no tocante ao arejamento e à direção da luz sobre o quadro negro, o mapa, a mesa do professor e as carteiras dos alunos, observando, neste sentido, o que aconselha a pedagogia.*

Por sua vez, as escolas deveriam estabelecer em seus regimentos internos alguns preceitos de higiene geral, individual e pedagógica dos alunos e aos que fossem acometidos de moléstia contagiosa ou repugnante, deveriam ser afastados da escola e somente após estarem restabelecidos seriam aceitos novamente.

Para cumprir essa norma, seriam feitas visitas às escolas uma a duas vezes por mês, tendo o médico a obrigação de informar em relatório ao diretor do ensino todas as impressões obtidas em suas visitas.

No Orphanato Municipal, enquanto a promessa de construção do novo prédio na vila de Santa Izabel não saía do papel, as educandas tiveram que conviver rotineiramente com doenças em virtude do constante estado de insalubridade a que eram submetidas, mesmo contando com o cuidado sistemático dos departamentos sanitários das sucessivas administrações municipais.

Por demandar especial atenção, durante a Administração Lemista o estado sanitário do Orphanato foi acompanhado pelo próprio diretor do Departamento Sanitário Municipal, *Senador Pereira Guimarães*, que nas palavras de Antonio Lemos “[...] o serviço é feito com paternal solicitude e extrema pontualidade”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1904, p. 259).

No ano de 1905, em virtude de uma epidemia de sarampo, as órfãs foram removidas para o Asilo de Mendicidade, permanecendo nessa instituição durante o período de desinfecção do Orphanato Municipal.

Em meados do anno, infelizmente, não foi bom o estado sanitário do estabelecimento: desenvolvêra-se ahi forte epidemia de sarampo, que, sem embargo dos rigores prophylaticos observados, accometteu a maior parte das alumnas. Comtudo, não tivemos o desgosto de constatar um só caso fatal. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 306).

No ano seguinte, outra epidemia obrigou novamente a Administração Municipal a evacuar o prédio e remanejar as órfãs, sendo executadas diversas obras de manutenção e adequação do mesmo. Desta vez, uma doença chamada de “*entero-colite*” atingiu as internas *Justina da Rocha Dias, Maria de Deus Paiva, Odilia da Costa Braga, Catharina Costa, Rita Gomes do Nascimento, Merandolina Rodrigues e Alzira dos Santos*. Essas internas foram removidas para tratamento em hospitais da cidade e, segundo registros oficiais, nenhuma delas veio a óbito.

Apesar do bom estado higiênico do Orphanato, observado pelas autoridades sanitárias, o fato é que a cada ano que passava eram noticiados casos de doenças e mortes na instituição. As enfermidades consideradas não graves e corriqueiras eram justificadas por serem típicas de algumas estações, como no caso da gripe.

Em um dos relatórios do Diretor do Serviço Sanitário Municipal, foi observado que durante o ano de 1908, apesar das diversas moléstias que foram acometidas, as órfãs e as religiosas do Orphanato Municipal, nenhum caso de óbito fora registrado durante o ano.

Dizia o relatório:

Esta casa pia conservou-se nas melhores condições de hygiene, concorrendo para isso o inexcédível zêlo e impeccavel asseio mantido pelas dignas religiosas que a dirigem.

Das molestias observadas relato os seguintes casos, – gripe de fórmula broncho-pulmonar, 6; febre intermitente palustre, benigna, 3; embaraço gastrico febril, 2; polynevrite, 1; conjunctivite catharral, 7; febre ourliosa, 1; erysipelatose, 2; pyo-streptocose, 1; traumatismo, 1.

Todas estas molestias evoluíram benignamente com excepção do caso de pyo-streptocose que apresentou certa gravidade, sendo necessario intervir cirurgicamente pelo desbridamento e drenagem dos focos purulentos terminando pela cura completa.

O tratamento das doentes foi todo feito na enfermaria do estabelecimento, excepto o do caso de traumatismo que se effectuou no Hospital da santa Casa de Misericórdia. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1909, p. 292).

Estabelecer um padrão de higiene, a partir da racionalização do espaço de convivência das órfãs que viviam no Orphanato, foi algo bastante perseguido pelos intendentes municipais. Muitas medidas para equacionar o problema da superlotação foram tomadas em tempos de grandes dificuldades financeiras como o vivenciado durante as

décadas de 1910 e 1920. Medidas como o desligamento das órfãs mais antigas e regras mais rígidas de admissão, foram algumas das providências tomadas para manter não só a eficiência dos serviços, mas, sobretudo, pela necessidade de se ter um espaço salubre e higiênico para o convívio das religiosas e das internas.

Mesmo às vésperas de ser transferido para o vasto edifício projetado na vila de Santa Izabel, seguia o atual Orphanato Municipal recebendo algumas reformas e adaptações que eram vistas como paliativas, porém necessárias para poder oferecer o mínimo de higiene, conforto e segurança às órfãs, como se pode perceber na mensagem do então intendente municipal *Antonio Crespo de Castro*, dirigida aos conselheiros da Câmara Municipal de Belém:

Construiu-se, por isto, uma fossa sanitaria com a capacidade da lotação do edificio, ao mesmo tempo que se preparou a dependencia da lavanderia, que estava completamente desabrigada do sol e da chuva: revestiu-se com um soalho a sala cimentada de trabalhos manuaes, foi refeita a parte estragada da cobertura do edificio, executando-se tambem outros pequenos serviços de importancia capital para a conservação do predio. (BELÉM, O Município de/Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1927, p. 33).

O discurso em torno da necessidade de se garantir às internas um ambiente arejado, com abundância de luz e áreas verdes estava prestes a se tornar realidade, assim com a ideia de transformar o Orphanato em uma escola doméstica com a possibilidade de se aplicar exercícios de ginástica regularmente. Com a implantação do novo regulamento do ensino primário e o programa de ensino, aprovados em 1918, onde estavam previstas a inclusão das matérias “*instrução moral e cívica e elementos de hygiene individual (licções occasionaes)*”, acreditava-se em uma possibilidade a mais no combate às doenças.

Segundo Veiga (1007), desde o Império, a escola foi alvo de críticas de médicos higienistas devido à sua falta de asseio, ao mobiliário inadequado e à utilização de métodos que expunham os alunos à fadiga. Todos esses aspectos motivaram a construção de novas edificações escolares e a disseminação de métodos didáticos que incentivaram a atividade dos alunos e a introdução de disciplinas como: higiene, ginástica e educação física nas escolas normais, primárias e secundárias por todo o Brasil.

Ainda, apoiado no novo regulamento, *Antonio Crespo de Castro*, institui a inspeção médica e dentária escolar além da educação higiênica do pessoal docente e discente e observa também que se torna imperiosa e urgente estabelecer no Orphanato algumas diretrizes para o ensino e a prática de ginástica, ação destacada como medida

preventiva no artigo 265, do capítulo XII, da *Lei 3.356*, de 1918, intitulado “*Da Hygiene Escolar*”:

Art. 265 – os exercícios de gymnastica são obrigatórios, duas vezes por semana, para todos os alumnos, salvo contra-indicação do inspector sanitario ou á requisição da familia, sob attestado medico. (PARÁ, Estado do/Decreto que altera o Regulamento do Ensino Primário do Estado, 1918, p. 51).

Para *Antonio Crespo*, essas medidas poderiam surtir efeitos positivos à medida que os agentes da ação pedagógica assumissem a responsabilidade de debater no interior das escolas o problema da higiene e da saúde dos alunos.

Em finais dos anos 1920, em virtude do aumento de mortes causadas pelo agravamento das epidemias, Antonio Faciola, então gestor municipal, resolve criar o *Serviço de Higiene Escolar Municipal* – desta vez com status de Inspetoria –, sendo nomeado para a direção o dr. *Pinheiro Sosinho* que nas palavras do Intendente, se tratava de um “[...] medico de reconhecida idoneidade, hygienista acatado, cuja acção já se está fazendo sentir no meio escolar”. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado pelo Conselho Municipal pelo intendente, 1930, p. 103).

Diante disso, acreditava-se que os problemas oriundos de questões higiênicas seriam sanados através de ações com esta, que instituía no interior das escolas agentes e setores ligados à medicina curativa e preventiva, para instruir alunos e professores para combater as doenças epidêmicas, que ainda causavam tantas mortes entre crianças e adolescentes das escolas da municipalidade¹²⁰.

Funcionando no novo prédio na vila de Santa Izabel, o número de internas no ano de 1930 chega a 237, aumento que se deu em virtude da matrícula de pensionistas, a partir de 1927. Segundo a Administração Municipal, este número seria incompatível com as condições do prédio, uma vez que parte das obras ainda se encontra inacabada. Ainda assim, o estado sanitário da instituição era satisfatório, havendo apenas uma epidemia de gripe que atingiu a quase totalidade das educandas.

As providências tomadas em relação ao estado sanitário das escolas e do Orphanato Municipal de alguma forma foram eficazes, muito embora o número de mortes

¹²⁰ Em relatório enviado ao então Inspetor de Ensino, o Inspetor de Higiene Escolar expõe que tendo visitado todos os prédios em que funcionam as escolas a seu cargo, do ponto de vista higiênico, as escolas estão, em sua grande maioria, instaladas em salas e prédios comuns, destinados à residência de famílias, ou seja, apenas com alguma adaptação para o fim escolar. Apesar de haver em alguns deles alguma adequação em relação ao arejamento, iluminação e outros, ainda muito há se para responder aos preceitos da higiene. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, 1930).

de alunos no período ainda fosse motivo de preocupação por parte das autoridades públicas, que por sua vez não deixavam de mencionar em seus relatórios as diversas ações de combate tomadas.

4.2.3 Formas e práticas avaliativas da aprendizagem das educandas órfãs

Os procedimentos avaliativos realizados, em geral, ao final de cada ano letivo para a passagem de ano do *Curso Elementar* e ao final de quatro anos para a matrícula no *Curso Complementar*, definiam o aproveitamento pedagógico de todos os alunos do Estado, inclusive das educandas internas que estudavam em orfanatos. Todo o ritual de verificação da aprendizagem se dava de acordo com os mesmos critérios empregados na legislação geral.

É possível perceber nos documentos que essas avaliações eram realizadas em alguns momentos por comissões externas à instituição e que ao inspetor escolar cabia, na maioria das vezes, a função de presidir todo o processo avaliativo.

De acordo com os mapas contendo os resultados dos exames enviados pela diretora do Orphanato Municipal à Inspetoria Escolar, as educandas asiladas após serem submetidas à comissão avaliativa, eram classificadas de acordo com as seguintes categorias: *aprovadas com distinção*, *aprovadas plenamente*, *aprovadas simplesmente* ou *reprovadas*. Após essa classificação, todas avançavam para o ano ou classe seguinte, até completar todo o ensino primário.

Os critérios para a definição do tipo de aprovação de cada educanda obedeciam a uma escala de pontuação, prevista nos regulamentos do ensino. Segundo as normas, após a educanda ser submetida ao exame, uma nota era atribuída e a partir de então, se determinava o nível de aproveitamento escolar. Para ser *aprovada com distinção* a nota atribuída era 10 (dez), quando a órfã obtinha entre 07 (sete) e 09 (nove) era *aprovada plenamente* e entre 05 (cinco) e 06 (seis), era *aprovada simplesmente*. Abaixo disso a comissão determinava a *reprovação* da educanda, permanecendo na mesma classe.

Em um dos mapas demonstrativos do resultado dos exames realizados no Orphanato e enviado pela superiora da instituição sóror A. Tita Armellini, em 29 de setembro de 1903, foram declarados os seguintes resultados:

TABELA 15: Resultado dos exames das educandas do Orphanato Municipal no ano 1903

GRAUS	1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	4ª Classe	TOTAL
Aprovadas com distinção	01	05	05	02	13
Aprovadas simplesmente	01	07	01	09	18
Aprovadas plenamente	03	09	06	04	22
Reprovadas	14	04	09	06	33
TOTAL	19	25	21	21	86

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Relatório da Intendência Municipal, 1904.

Pelo indicado acima, nota-se que de uma maneira geral, a *aprovação com distinção*, ou seja, *com mérito*, não era algo fácil de ser alcançado e que, por outro lado, o índice de *reprovação* era considerável, levando em conta as 86 educandas da turma. Estes resultados eram em consequência do meticuloso processo de avaliação a que cada educanda era submetida, onde se privilegiava mais os erros do que os acertos.

Vale ressaltar que esses momentos de verificação do nível de conhecimento das alunas não competiam à professora regente da turma, e sim às *Comissões Examinadoras Externas*, que funcionavam como instâncias autônomas e agiam com o rigor previsto nos Regulamentos Oficiais de Ensino¹²¹.

Durante os anos em que Antonio Lemos esteve à frente da Prefeitura de Belém sua presença nos exames de final ano do Orphanato acontecia sistematicamente e este sempre dispensava muitos elogios às freiras pelo excelente trabalho realizado na instituição. Em uma de suas visitas de final de ano e de acompanhamento dos exames ele dá o seguinte depoimento:

As aulas funcionaram com toda a regularidade, celebrando-se os exames a 6 de novembro, em minha presença, com resultados satisfatórios. A 17 de dezembro fôram distribuídos às alumnas prêmios de 1º e 2º graus, consistindo em medalhas de prata doirada, com a estrellla municipal.

Haviam comparecido aos exames 119 alumnas, não sendo submetida á prova, por sua tenra idade, a menor Sylvia Santos, da 1ª classe, portuguesa, com 3 annos apenas. Foi a seguinte a classificação: – na 4ª classe, 31 alumnas; na 3ª

¹²¹ As determinações legais acerca da função da *Comissão Examinadora* e da forma de verificação da aprendizagem estão disponíveis mais adiante, ainda neste capítulo.

classe, 26; na 2ª classe 20 e na 1ª classe, 42. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1906, p. 302).

Na mesma mensagem, o Executivo Municipal informa que de acordo com os dados enviados pela direção interna da instituição, uma educanda órfã não prestou exame. Esta informação revela que em casos, como o da interna com pouca idade, fica evidenciado que em outros momentos, esse fato também tenha ocorrido, o que nos leva a crer que por essa razão, várias meninas nem mesmo frequentavam as aulas de primeiras letras.

Entre os outros possíveis motivos podemos destacar: doenças – este talvez fosse o mais comum; matrícula e/ou inserção tardia/s nas classes; dificuldade de aprendizagem por motivos de idioma – no caso das estrangeiras; punição; remanejamento para outra instituição – especialmente para o Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa; entre outros.

Em se tratando do ensino primário na capital e em todo o Estado, não faltavam elogios tanto da administração estadual quanto da municipal. O cenário político favorável, especialmente na primeira década do século XX, ressoava positivamente nos projetos de ensino das duas esferas governamentais. Lemos fazia questão de dar publicidade aos avanços alcançados durante sua gestão, inclusive quando se tratava do esforço coletivo entre os dois gestores públicos. Por seu lado, Augusto Montenegro, então governador do Estado, também fazia avaliações positivas da política educativa pactuada entre os dois gestores.

Em uma mensagem dirigida ao Congresso Legislativo no dia 07 de setembro de 1906, publicada no relatório municipal, o governador do Estado do Pará, faz um balanço da instrução pública e elogia o papel do Executivo Municipal.

Ensino primario. – Lentamente começam a produzir fructos as medidas que tomei relativamente ao ensino primario.

Os grupos escolares têm dado excellentes resultados e n'elles os que se interessam na campanha contra o analphabetismo continuam a depositar as esperanças de regeneração do nosso systema de instrucção primaria. Desde vossa ultima reunião fôram fundados mais 3 grupos, sendo um na capital e 2 no interior (Faro e Gurupá), dos quaes um está funcionando ha poucos dias. A media da matricula nos 7 grupos da capital é de 497 alumnos: a da matricula nos 20 grupos do interior é de 247 alumnos. Estes algarismos são muito animadores. Acha-se também fundado mais um grupo no Mojú, onde foi preparada uma excellente casa e continúo nas precisas gestões para estabelecer esta instituição em Ponta de Pedras, Vizeu, S. Caetano, Anajás e outros municipios.

Convém ainda notar que a matricula nos grupos está quasi attingindo 2/3 da matricula geral em todas as escolas.

Para se ter uma idéa exacta dos esforços do Governo no tocante á disseminação da instrucção primaria no Estado, aos 14.869 matriculados nas escolas publicas é preciso accrescentar 720 meninos internados nos Institutos Lauro Sodré, Gentil

Bittencourt, Orphanologico e do Prata, o que nos dá um total de 15.589 meninos que recebem por parte do Governo estadual os benefícios da instrução primaria. A proposito especialmente da Capital, para vos dar uma idéa do estado actual do ensino primário, mandei organizar uma estatística dos meninos existentes quer em escholâs publicas, quer em escholâs particulares, que me permite fornecervos os seguintes esclarecimentos: Escholâs do Governo Estadual: 4.063 matriculados; Escholâs municipaes (inclusive o *Orphanato Antonio Lemos*): 742 matriculados; Institutos Lauro Sodré e Gentil Bittencourt: 500 matriculados; Escholâs particulares: 3.564 matriculados. Total: 8.869 matriculados.

Não gosto de fazer comparações, porém não me posso furtar ao prazer de mostrar que os Estados mais adeantados da União não nos levam vantagem a respeito da disseminação do ensino primario. Em S. Paulo, segundo as ultimas informações, para uma população de 2.567.000, existem 55.801 alumnos nos 70 grupos e escholâs isoladas, sendo 24.292 nos grupos e 31.503 nas escholâs isoladas. Assim, pois, S. Paulo tem em suas escholâs officiaes pouco mais de 2% de sua população. O Pará, com uma população avaliada em 700.000 almas, disseminada em extensissimo territorio, possui nas escholâs estaduaes 14.869 alumnos, ou mais de 2% de sua população. Levando mais além a comparação, ainda constatarei que S. Paulo possui 70 grupos escholares com 24.292 alumnos, ou 374 alumnos por grupo; O Pará possui 27 grupos com 8.458 alumnos, ou 313 por grupo. A comparação, portanto, não nos é desvantajosa. Cada alumno em S. Paulo custa ao Estado 94\$000; no Pará cada um de seus alunos custa 105\$000. (BELÉM, O Município de./Relatório enviado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1907, p.p. 213-214, grifo nosso).

Augusto Montenegro, como governador do Estado e Antonio Lemos, como intendente municipal, foram determinantes para a reconfiguração e fortalecimento dos projetos educativos da região no primeiro decênio do século XX. A disseminação da instrução primária foi, de certo, uma prioridade para esses dois gestores, mesmo com todas as dificuldades de ampliação da oferta para as classes populares, suas ações ressoaram positivamente e tiveram o reconhecimento por parte da sociedade.

Certamente que muitos dos procedimentos avaliativos no interior do Orphanato Municipal eram deliberados pelas Freiras “*Filhas de Sant’Anna*” que assumiam os mais diferentes papeis na instituição, especialmente o de professoras regentes. No entanto, de acordo com os Regulamentos da Instrução Municipal, ao inspetor escolar cabia a responsabilidade de formar as comissões avaliativas externas, tendo na figura do Intendente Municipal o poder supremo de dar a última palavra. Porém, acredita-se que em vista das peculiaridades do internato, muitas questões de sua rotina educativa eram definidas pelas religiosas, como os horários destinados aos exames e, inclusive, o das aulas de cada classe.

Os exames dos estudos elementares de final de ano, segundo a legislação, seriam apenas parciais para a passagem de ano dentro do curso elementar. Neste caso, a Comissão Avaliadora seria formada por três membros indicados pelo conselho escolar e seriam aplicadas somente *provas orais* de acordo com as matérias do programa de ensino.

O exame de final de curso, ou seja, de certificação de estudos elementares e para o ingresso ao curso complementar, seriam realizados a pedido do professor elementar e neste caso seriam aplicadas duas provas, uma *escrita* – contendo um ditado de 10 linhas, com trecho sorteado dentre três de um livro adotado nas escolas, servindo também como prova de ortografia e escrita –, e outra *oral* – com arguição vaga pelos examinadores sobre as matérias do ensino elementar. (PARÁ, Estado do./Regulamento Geral do Ensino Primário, 1903).

A partir de 1918, com as alterações no regulamento do ensino primário, os exames de certificação de estudos elementares passariam a ser compostos de uma *prova escrita* e outra *prática*. A prova escrita versaria sobre um ditado de 12 (doze) a 15 (quinze) páginas, sendo verificados aspectos *ortográficos* e *caligráficos*. Na prova prática, onde os alunos seriam arguidos sobre as matérias do programa, o objetivo da Comissão seria verificar o desenvolvimento da observação e não da memória. (PARÁ, Estado do/Decreto que altera o Regulamento do Ensino Primário do Estado, 1918).

Nos grupos escolares em que estudavam as classes complementares, as regras seriam as mesmas estabelecidas nas escolas isoladas, sendo que no último ano seria aplicada uma *prova de escrita* e outra *prática de português*.

Além dos exames aplicados durante os cursos elementar e complementar, os alunos eram submetidos a um rigoroso exame final para finalmente serem diplomados nos estudos primários. De acordo com as reformas do ensino, ocorridas especialmente durante as três primeiras décadas do século XX, podemos destacar de forma evolutiva, privilegiando a última reforma analisada, *Lei de nº 3.356*, os seguintes pontos:

- Os exames para diplomação do ensino primário terão ampla publicidade e na capital serão requeridos ao Diretor do Ensino e no interior aos conselhos escolares;
- Os exames serão realizados perante comissão formada por seis membros, nomeados, na capital, pelo Diretor do Ensino, dentre os professores do ensino primário estadual ou municipal, sendo estas comissões presididas pelos diretores de grupos;
- Não poderão fazer parte da comissão examinadora os professores da turma a examinar que tiverem alunos ou parentes até o 3º grau por direito civil, sob pena de nulidade do exame de tais candidatos:

- Os alunos a serem examinados serão convocados nominalmente pela imprensa e por editais para compor as turmas;
- Os exames serão compostos por uma *prova escrita* e outra *oral*. A primeira versaria sobre conteúdos de português e aritmética e a segunda sobre todas as matérias que constituem o programa do curso¹²².
- As notas das provas nos exames são: 0 (zero), péssima; 1, 2 e 3, má; 4, 5 e 6, sofrível; 7, 8 e 9, boa; 10, ótima¹²³;
- Os graus de aprovação conferidos nos exames de instrução primária serão definidos da seguinte forma: 10, aprovação com distinção; 7, 8 e 9, aprovação plena; 4, 5 e 6, aprovação simples;
- A determinação do grau de aprovação será o resultado da soma das médias das provas escrita e oral divididas por dois.

A *diplomação dos estudos primários*, segundo o que estabeleciam os regulamentos analisados, era também concedida para as escolas que funcionavam no interior dos orfanatos e dos institutos gerenciados tanto pelo Estado, quanto pelos municípios.

No caso do Orphanato Municipal de Belém, todos os procedimentos eram devidamente adequados à natureza e à realidade da instituição. Por se tratar de turmas do sexo feminino, as comissões examinadoras eram compostas, como no caso das escolas para o sexo feminino, somente por professoras e presididas pela diretora geral da instituição.

¹²² Na reforma de 1918, em seu artigo 162, vinha determinado que a prova escrita de português versaria sobre um ditado de 15 a 20 linhas impressas de um livro sorteado dentre os admitidos nas escolas públicas para a leitura corrente, no curso completar. A comissão elegeria dois trechos do livro, designando um deles para a realização do exame. Lido uma vez o trecho em voz alta, pausada e expressivamente, será ditado e depois relido, para que em seguida os examinadores façam a pontuação devida, indicando a mesa, somente os pontos finais. Em seguida, os examinadores procederão à análise taxionômica das dez primeiras palavras não repetidas, assim como a análise sintática da oração principal, considerando apenas os seus termos essenciais. O § único da Lei orientava que os trechos destinados a este exercício deveriam ser de trechos claros, de modo a evitar interpretações duplas, que possam embarçar o encaminhando.

Segundo o artigo 163 da Lei, a prova escrita de aritmética deveria constar de quatro questões práticas sobre um dos pontos do programa respectivo, designado pela sorte, devendo os examinandos resolver duas questões propostas com o auxílio das equações algébricas.

¹²³ O julgamento da prova escrita, de Português e Aritmética, obedeceria à seguinte norma: quando o aluno ou aluna não cometer nenhum erro, será atribuído nota ótima; de um a quatro erros, nota boa; cinco a seis erros, nota sofrível; de sete a dez erros, nota má; e de dez erros em diante, nota péssima. No artigo seguinte da Lei, ficava estabelecido que os erros de ortografia da prova escrita de português seriam contados por palavras e os de pontuação dois por um e que os erros da prova escrita de aritmética seriam contados dois por questão proposta.

Nos exames realizados ao final do ano era muito comum a participação do Diretor da Instrução Pública ou do Inspetor de Ensino como membro da comissão e, de acordo com algumas passagens dos relatórios administrativos, a presença de intendentess municipais como *Antonio Lemos* e *Antonio Crespo de castro* nas sessões avaliativas da instituição também eram notadas.

Em um dos livros encontrados contendo atas de exames, foi possível observar um dos exames que ocorreu no Orphanato Municipal. O documento é composto por vários termos de exames, realizados a partir do ano de 1931, tendo o seguinte enunciado como título: “*Resultados Finais do Curso Primário – 1931 a 1959*”. Como está demonstrado na imagem a seguir:

FIGURA 15: Texto de abertura do livro de atas com termos de exames do Orphanato Antonio Lemos

Termo de abertura.

Deu comissão ao dactylographo, sr
Raysmundo Nunes de Vilhena, des-
ta Directoria, para rubricar e en-
cear este livro, que servirá pa-
ra o lançamento de termos de
exames dos alumnos do Orpha-
nato Antonio Lemos.
Directoria Geral do Ensino Publico
do Estado do Pará, 12 de Outubro
de 1931

O Director geral,
Raimundo Nunes de Vilhena

FONTE: Livro de atas com termos finais de exames do Orphanato Antonio Lemos.

Diante da importância dessa fonte documental em que estão registradas as atas dos exames das órfãs, resolvemos disponibilizar na íntegra uma das sessões do termo de exame de uma das turmas do Orphanato Antonio Lemos, realizada em outubro de 1931.

Termo de exames das alumnas do 1º ano do curso primário regido pelas professoras Petronilla da Silva Monteiro e Graziella Ramos de Miranda.

Aos quinze dias do mez de outubro do ano de mil novecentos e trinta e um, ás oito horas da manhã, na sala de aula onde funciona o primeiro ano do curso primário do Orphanato Antonio Lemos, regido pelas professoras Petronilla da Silva Monteiro e Graziella Ramos de Miranda, presentes a Superiora do Estabelecimento e a comissão examinadora composta das professoras, Alzira Augusta de Amorim, Angela da Silva Gama e Esther Vieira de Alencar, foram iniciados os exames da referida escola sob a presidencia da professora da cadeira, que, designou para servir de secretaria do acto a mim, professora Esther Vieira de Alencar.

Feita a chamada verificou-se a presença de setenta e duas alumnas das setenta e cinco matriculadas durante o anno, as quaes, sendo arguidas nas diversas disciplinas do curso, obtiveram o seguinte resultado: 1º anno, 1ª classe, com accesso para a segunda classe do mesmo anno, approvadas com distincção, grau 10: Corina Gomes, Delzira Barbosa e Maria Perolina: Plenamente, grau 9: Sizinha de Senna, Cleonice dos Santos, Mathilde Pinto, Antonia Xavier e Nair Modesto; grau 8, Ercilia Marques. 1º anno, 2ª classe, com accesso para a 3ª do mesmo anno, approvadas com distincção, grau 10: Noemia Souto, Benedicta Amorim, Helena Seabra, Marphisa dos Santos e Raymunda Faro; plenamente, grau 9: Joanna Santos, Enedina Conceição, Cordulina Dultra, Maria Galvão e Joanna Teixeira; plenamente, grau 8: Maria de Nazareth Carvalho, Lucilla Campos, Maria de Belem da Cruz, Celina Borges, Francisca Xavier das Chagas, Alzira Cavalcante, Thereza de Castro, Alba Argentina, Carlinda Pires da Silva, Maria Orminda e Celia Leite; grau 7: Juracy Barella, Maria Luiza da Silva e Maria de Jesus dos Santos. 1º anno, 3ª classe, com accesso para o segundo anno, approvadas com distincção, grau 10: Iracema Pereira e Maria da Graça Gouvêa; plenamente, grau 9: Helena Braga, Maria de Nazareth Silva, Waldomira Bacellar, Noemia Silva, Izabel Cleophas, Maria Helena da Silva, Ruth Montino, Icléa Santos, Raymunda Souto, Cassilda da Conceição, Inaldina Gomes e Oswaldina Vasconcellos; grau 8: Lenir Monteiro, Angela Pinheiro, Anna Rita de Amorim, Amelia Damasceno, Alzira Souza, Maria Magdalena do Espirito Santo, Maria Christina da Cruz, Aurea Luiza de Jesus, Nazaria Pastana e Regina Sant'Anna; grau 7: Sarah Rezende de Lima, Maria Lionea de Souza, Umberlina Teixeira, Olga de Nazareth, Maria de Lourdes do Rosario, Maria Oliveira e Zelinda Xavier.

O acto terminou ao meio dia, sendo encerrado pela presidente. E para constar, foi lavrado o presente termo, que vae assignado pela Superiora do Estabelecimento, pela comissão examinadora e as professoras da cadeira.

E eu, Esther Vieira de Alencar, servindo de secretaria este escrevi e assigno com os demais membros da comissão examinadora.

Irmã A. Gelsomina Reminolfi

Grazilella Ramos de Miranda

Petronilla da Silva Monteiro

Esther Vieira de Alencar

Alzira Augusta de Amorim

Angela da Silva Gama

Vale destacar, que das 72 educandas matriculadas na turma que prestaram exame, 63 foram aprovadas. No entanto, não estão registrados no referido termo, das nove educandas reprovadas pela comissão. Este mesmo procedimento acontece com as outras turmas avaliadas e registradas no Livro de Atas. Isto nos leva a crer que se trata de uma determinação legal o fato de não serem incluídos os registros das alunas reprovadas.

No entanto, ressalta-se a importância do ritual que cercava o processo avaliativo naquele contexto, que incidia de forma suprema sobre as educandas. De certo modo, essa era mais uma das formas de reafirmação do poder instituído pelo Estado naquele ambiente de formação.

Nesse sentido, a missão imposta inicialmente ao Orphanato em preparar mães de famílias, com fortes inclinações religiosas e habilitadas nas prendas e no trabalho doméstico foi no decorrer dos anos sendo reconfigurada. Isto pode ser observado a partir desta ata de exame, onde são seguidos todos os procedimentos pedagógicos previstos nos regulamentos de ensino e com o mesmo rigor e exigência daqueles aplicados às demais escolas públicas administradas tanto do Estado quanto pelo Município.

De certo que o disciplinamento, enquanto parte do processo de educação e avaliação, imposto às órfãs era um ritual exigido cotidianamente na instituição, seja pelas autoridades externas ou internas. Esta orientação representava a base da formação e era tida como “*lição número um*” a ser seguida e àquelas que transgrediam as normas recebiam as mais diferentes formas e mecanismos de punição.

Em várias passagens dos relatórios administrativos, há situações em que as órfãs eram remanejadas para o Asilo de Mendicidade por cometer algum ato de insubordinação ou desobediência. Esta era uma das estratégias a que o Poder Municipal mais recorria, ou seja, submeter a órfã ao convívio de velhos e mendigos asilados e de meninos na mesma situação, sendo inclusive, obrigadas a realizar os mais diferentes serviços na instituição. Certamente, que a criação e manutenção de escolas mistas no Asilo de Mendicidade tinham como objetivo, dar continuidade ao ensino de *primeiras letras* e

aos *trabalhos manuais e de agulha* que se constituíam como parte importante da formação das órfãs.

Na busca por documentos nos arquivos do Orphanato, atualmente Colégio Estadual Antonio Lemos, na vila de Santa Izabel, não foi encontrado nenhum instrumento pedagógico que indicasse, a forma como as órfãs eram avaliadas no “*aspecto comportamental*”. Porém, somente em um manuscrito avulso, sem indicação do ano, encontrado entre as páginas do *Livro de matrícula* da instituição, referente ao *Curso Complementar*, há indícios de tal procedimento. Nele constam os seguintes dados:

TABELA 16: Anotação avaliativa referente ao aproveitamento e ao comportamento das educandas do curso complementar

COMPLEMENTAR MEZ DE ABRIL	APPROVEITAMENTO	COMPORTAMENTO
Iracema Silva de Almeida	10	10
Esther Ignez dos Santos	6	8
Esmeralda Pinto	10	10
Wanda Tavares Reis	10	10
Annunciada Paiva	7	9
Isolina A. Borges	7	8
Marcelle Cardoso Barata	8	10
Myriam Leitão de Alencar	9	10
Lygia Leitão de Alencar	8	9
Julia Rufino	6	9
Raymunda Brandão Lopes	8	8
Raymunda Rodrigues	8	8
Marianna Queiroz Ramos	7	8
Maria Euthalia Ribeiro da Silva	7	10
Florença Ribeiro da Costa	9	8
Olga Leal Gondim	7	8
Maria de Nazareth Moura	8	8
Helena Moura	6	8
Marianna E. do Couto	8	9
Regina Menezes	6	9

FONTE: Manuscrito avulso encontrado entre as páginas do livro de resultados finais do Orphanato Antonio Lemos.

Apesar de não estar previsto nos regulamentos do ensino primário analisado nenhum dispositivo legal que aponte para a avaliação do aspecto comportamental das educandas, a instituição, ao que tudo indica, construía alguns desses instrumentos avaliativos com critérios pedagógicos definidos a partir daqueles aprovados na Legislação Oficial, relativos às *escalas de pontuação*. Porém, acredita-se que a avaliação do comportamento das internas também se materializava a partir das observações cotidianas de suas condutas, não só no momento das aulas, mas durante a execução das diversas atividades do dia-a-dia.

Na segunda coluna da tabela acima, que aponta as notas obtidas a partir do “*aproveitamento*”, deixa em dúvida os critérios seguidos para esse aferimento, supõe-se que esses números representem o somatório das notas obtidas nas disciplinas do programa de ensino.

Certamente que as transformações ocorridas nos projetos educativos no período estudado foram baseadas em novos modelos ou enfoques pedagógicos, sendo, portanto, o resultado das mudanças e ajustes nos campos políticos e sociais vivenciados durante a Primeira República. Porém, mesmo com essas mudanças, a condição da mulher ainda era de inferioridade, sendo respaldada, segundo Soihet (2006), inclusive, pela medicina social, que assinalava como características biológicas femininas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, além da subordinação da sexualidade à vocação maternal. Ainda, de acordo com esta autora,

As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento. (p. 363).

4.2.4 Trabalhos manuais e prendas domésticas: Saberes essenciais à preparação da órfã

A formação de meninas órfãs que viveram em situação asilar foi essencialmente direcionada para a aprendizagem prática e o cultivo dos afazeres domésticos. Assim, na organização do programa de ensino do Orphanato Municipal, grande parte do tempo se destinava à confecção dos mais variados trabalhos manuais e de agulha. Era a aprendizagem prática, útil, como previam os reformadores.

Enquanto o desejo em transformar o educandário em um instituto técnico-profissional, voltado para a formação agrícola das internas não se concretizava,

principalmente em virtude da não conclusão da obra na vila de Santa Izabel, que garantiria dentre outros aspectos, amplo espaço para tal prática, todo o empenho das religiosas era canalizado para a produção de peças que serviam não somente como parte da aprendizagem e disciplinamento, mas como forma de manutenção da própria instituição.

A disciplina “*Trabalhos Manuais e de Agulha*” prevista nos Programas de Ensino Primário do Estado, pelo menos até a Reforma do ano de 1918, estava ancorada nos preceitos da *pedagogia moderna*, pensado tal qual o estabelecido para os outros componentes do programa. A estratégia utilizada partia do princípio de ensinar indo sempre do particular para o geral ou do mais simples para o mais complexo.

Antonio Lemos, em suas inesperadas visitas ao Orphanato, não deixava de elogiar a qualidade dos trabalhos produzidos diariamente pelas internas. Sua satisfação era mais evidenciada quando aconteciam as festas beneficentes, momentos em que se faziam presentes as damas e cavalheiros, tornando esses eventos grandes acontecimentos da sociedade paraense.

São, com effeito, incontaveis os primores de prendas que têm sahido do Orfanato Municipal, attestando galhardamente o cuidado e o bom gosto que presidem ás iniciativas d’essa modelar casa de educação feminina.

Por ocasião da recente *Kermesse* no Bosque, em favor da Capella do Sagrado Coração de Jesus, a cabana Cecy expos uma grande e custosa colleção de bordados de gostos e feitios vários, constituíram uma das notas *chics* d’essa movimentada feira de caridade. Almofadões, pannos de mesa, applicações de aquarella e oleo, obras de sêda e setim, bordados a branco, a matiz, a sêda frouxa, em baixo e alto relêvo – e infindaveis outras obras, tudo tem sahido do Orfanato, sempre dando ensejo a encomios, não só pela meticulosa delicadeza do acabamento, como pela distincção e propriedade das combinações dos coloridos e desenhos. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1905, p. 269).

Em fevereiro de 1906, é realizada uma feira para exposição de várias peças confeccionadas durante as *aulas de agulha e prendas domésticas* das órfãs. A partir deste ano, o evento ganha importância e passa a ser realizado anualmente na instituição, sendo considerado um importante momento não de culminância pedagógica, mas financeiro e político, uma vez que contribuía para o reconhecimento e a projeção da figura do então Intendente Municipal no cenário paraense.

Não é demais destacar o poder de gerenciamento dispensado por Lemos em todos os setores da administração municipal e, no caso do Orphanato – instituição tida como estratégica para suas pretensões políticas –, sua atenção era redobrada, o que causava elogios por parte de seus correligionários e inquietação em seus adversários.

Mesmo o que poderia ser um simples evento, como uma exposição de trabalhos manuais, se transformara em grande acontecimento de cunho político e social, tendo em vista o forte apelo social demandado por essa forma de ação caritativa, como podemos observar nas descrições a seguir:

A abertura da modesta feira, em que fôram expostos trabalhos delicadíssimos, reveladores do cuidadoso esmero com que é ministrada a educação das creanças confiadas á guarda do Município – resultou uma festa das mais encantadoras de quantas tenho presenciado.

Após a missa, a que assistiu o sr. dr. Augusto Montenegro, governador do Estado, com sua virtuosa esposa, além de grande numero de cavalheiros e senhoras da nossa sociedade, declarei aberta a exposição, que foi logo visitada por centenaes de pessoas.

Foi a exposição installada n'uma grande sala á direita do edificio, achando-se os objectos methodicamente arrumados ou em cavalletes, ou em banquetas, ou sobre improvisadas prateleiras, com os preços marcados em cada uma.

Quasi todas as pessoas presentes adquiriram trabalhos, de sorte que, ao ser elle encerrado, no dia 4, pouco restava a vender.

Só esta circumstancia, para a qual chamo especialmente a vossa attenção, basta afim de deixar bem patente a perfeição dos trabalhos das meninas do Orfanato. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1907, p. 220).

As peças confeccionadas pelas educandas durante a aulas de prendas eram meticulosamente acompanhadas pelas professoras regentes e pelas religiosas que assumiam também esta função e, apesar de haver constantes mudanças e trocas dessas religiosas na instituição, havia uma continuidade das aulas e dos trabalhos produzidos pelas educandas¹²⁴.

As constantes mudanças era uma determinação dos estatutos e das normas das ordens religiosas, que exigiam as mudanças nos quadros. As freiras eram deslocadas para outras paróquias para assumir novos cargos e poder vivenciar novas experiências junto às populações que atendiam, no entanto, este procedimento não desqualificava o trabalho e a atuação da Ordem junto às instituições a que atendiam.

Segundo dados do Relatório Municipal referente ao ano de 1905, trabalhavam no educandário as irmãs *Innocencia Zini*, *Camilla Montenegro*, *Dos Anjos Lopes*, *Gelsomina Reminolf*, *Leandra Garafini*, *Amasylis Falconi*, *Ottavilla Tornatore*, *Giovannina Ferraresi*, *Conceição Busatta*, *Nympha Sarci*, *Vicentina Santos* e a professora

¹²⁴ Como na maioria das ordens religiosas, havia um grande fluxo de religiosas.

Maria Reminolff. As irmãs *Amasylis* e *Vicencina* recém-chegadas para substituir as irmãs *Generosa* e *Theodorina*, também faziam parte do grupo¹²⁵.

Essas religiosas exerciam as mais diferentes funções junto à instituição, porém, todas elas atuavam naquelas ligadas à *instrução literária*, às *aprendizagens domésticas* e, sobretudo, no ensino dos *trabalhos manuais*, sendo comum a contratação de senhoras de fino trato para lecionar *Primeiras Letras* e *Prendas* na instituição, como foi o caso da normalista *Augusta Rodrigues*, que segundo consta no relatório municipal, fora formada pela *Escola Normal de Paris*.

De acordo com os relatórios dos diversos governos municipais e estaduais analisados ficava evidenciado o respeito e a gratidão que estes tinham em relação às religiosas. Ao serem feitas referências às Filhas de Sant'Anna, todos eram unânimes em elogiar e destacar o excelente trabalho desenvolvido, mesmo nos momentos mais difíceis da instituição.

Assim, com o competente acompanhamento técnico-pedagógico das freiras, o aprendizado e a produção de prendas para as exposições anuais crescia e atingia os objetivos esperados, merecendo o trabalho ser sistematicamente elogiado e sua importância enaltecida pelas sucessivas administrações municipais.

Em referência a mais uma exposição, Lemos destaca:

A inauguração do magnifico certamen collimou também um fim relevante e louvabilissimo: – testemunhar, de modo positivo e irrefragavel, o adeantamento das educandas nos differentes mestéres da educação domestica, notadamente nos trabalhos de costura e na eximia perfeição dos serviços de prendas, em que fôram patenteados exemplares impeccaveis. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1908, p. 167).

É importante destacar que a administração municipal solicitava da direção do Orphanato a relação das peças confeccionadas pelas educandas durante o ano para que fosse publicada em seus relatórios anuais. Assim, com o intuito de revelar o nível de organização e de eficiência do trabalho das freiras, bem como as bases que fundamentavam

¹²⁵ A respeito da presença e do trabalho desenvolvido pelas irmãs de caridade no Brasil, o padre e teólogo *Edênio Valle* ressalta que a presença e atuação de milhares de religiosos vindos de além-mar, na segunda metade do século XIX em diante, deram um prestígio sem precedentes aos bispos e à Igreja Católica. As irmãs de Caridade foram um dos fatores de maior peso na evolução da vida religiosa brasileira no final do segundo Império. Elas passaram a ocupar postos dirigentes no campo da saúde, da educação, e da assistência social tornando a presença da Igreja mais visível na sociedade e diante dos governos. (Revista Jubileu/Papiro da memória, 2009).

toda a formação das órfãs no interior do internato, relacionamos abaixo algumas dessas peças produzidas para uma das exposições que aconteciam anualmente.

Entre as 400 peças confeccionadas pelas educandas para a exposição constavam:

Matinéés bordadas de linho e de cambraia; blusas bordadas, gravatas para senhor, golas bordadas e de renda renascença para vestidos, bolsas de seda bordadas, camisas bordadas de linho, morim e de nanzouk, idem para noite; corpinhos bordados, brancos e de cores; anáguas brancas, calças, meias para senhoras, homens e crianças; tolhas de mesa, com guardanapos; abafadores se chá, de lã, bordados a seda; estola bordada a ouro e seda; casulas bordadas a ouro e seda; diversos trabalhos de papelão e de palha; fatos para meninos; cobertas para teclado e piano; diversos bouquets e cestas de flores artificiais; entre outros.

De acordo com os registros obtidos nos relatórios municipais referentes às exposições anuais dos trabalhos confeccionados pelas órfãs, uma das mais importantes aconteceu no ano de 1908. Na oportunidade, diante de um grande público, fora celebrada por *João Pedro de Figueiredo*, padre e capelão da instituição, o santo sacrifício da missa, acompanhado a órgão por uma religiosa e a canto por quinze educandas, sendo entoadas as peças musicais *Kyries, Sanctus, Agnus-Dei, Inviolata e Scendi Sgnor dal Cielo*.

A essa cerimonia assistiram, além de innumeras senhoras, varios cavalheiros, senhoritas e a corporação de alumnas do instituto trajando alegres vestidos de fustão branco com faixa de setim azul.

Ao fim da missa fóram convidados os presentes a assistirem a inauguração dos trabalhos, o que se verificou no amplo salão ao flanco esquerdo do edifício. (BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente, 1909, p. 293).

A festa seguiu ainda com várias homenagens, onde o destaque foi a leitura de um texto em agradecimento ao grande benfeitor da instituição, o ilustre intendente municipal de Belém, Antonio Lemos. Dizia o texto:

“Exm. Sr. Senador, minhas Senhoras e meus Senhores, – Sem orgulho, mas com imemnsso gaudio, venho em nome das minhas collegas cumprimentar ao nosso illustre bemfeitor e a todos aquelles que nos concederam a honra de abrilhantar e engrandecer a inauguração da humilde exposição de trabalhos desta humanitaria

casa onde, Deus bemdito, se nos dá uma formação util, sã ao espirito, ao coração e aos sentimentos”.

Pedindo venia a tão distintos personagens para protestar-lhes todo o reconhecimento das educandas deste collegio, mais uma vez, pelo jubilo da nossa gratidão immensa, digne-se o magnanimo protetor do Orfanato, o Exm. Sr. Senador, receber a espontanea e profunda manifestação do respeitoso e vivo sentimento e filial reconhecimento que a S. Exc. devotamos.”(BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, 1909, p. 293).

Após serem proferidas essas palavras pela interna *Antonia Miranda*, foi cantado, por todas as demais educandas, o *Hymno ao Trabalho* com o acompanhamento de piano. Ao final da execução do hino, foi liberada a visita do público à exposição, onde estavam à venda os diversos *trabalhos de agulha, matiz, retróz, pincel, e de flores*.

Desta vez, as peças foram organizadas de acordo com produção das educandas, levando em consideração “*o seu tamanho*”, ou seja, a capacidade física e intelectual de cada aluna. Estas orientações revelam a forma como os trabalhos eram desenvolvidos no interior da instituição e indicam alguns parâmetros relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudos, uma vez que os *trabalhos manuais* se configuravam como disciplina curricular não só para as educandas do Orphanato, mas também para alunas do sexo feminino das demais escolas do Município e do Estado.

QUADRO 20: Algumas peças produzidas pelas órfãs de acordo com sua capacidade nas aulas manuais e de prendas

TRABALHOS DAS ALUMNAS MAIORES	TRABALHOS DAS ALUMNAS MENORES
Colchas, lençóis, fronhas, toalhas, ditos, guardanapos, porta-talheres, bolsas, camisões, tapetes, camisas, vestidos bordados à mão com utilização de linho, seda, renda, fios de ouro. Além de outras peças de crochê, pintura, flores artificiais e uma variedade de trabalhos de costura.	Alfineteiras, limpa- pernas, porta-cartões, tapetes para tinteiros, cestinhas de crochê, porta-relógios, bolsinhas de pelúcia, caixinhas de papel de arroz, porta-copos de crochê, almofadinhas para toalete.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1909.

Até aquele ano, todo o recurso adquirido com as vendas dos produtos das exposições era destinado à compra de novos materiais para a aprendizagem das órfãs nos trabalhos manuais. Em geral, as exposições aconteciam por algumas semanas até que as

peças fossem arrebatadas por importantes famílias da sociedade paraense, porém na noite de abertura do evento grande parte era imediatamente comprada.

A seguir estão dispostos alguns exemplos de compradores e de valores das prendas confeccionadas pelas educandas.

QUADRO 21: Nomes de alguns compradores das peças produzidas pelas órfãs

COMPRADOR	OBJETOS ADQUIRIDOS	VALOR
Senador Antonio Lemos	01 colcha de linho, bordada a mão.	300\$
	01 lençol da mesma fazenda com duas fronhas.	200\$
	02 pares de cortinas de <i>étamine</i> e filó.	200\$
	Um centro de mesa.	44\$
Dona Regina Bentes	01 touca.	3\$
	02 pares de sapatinhos de fustão.	4\$500
	01 camisa bordada.	3\$
	07 sapatinhos de lã.	11\$300
Madame Ferreira Teixeira	05 pares de sapatos.	11\$
	01 guardanapo de criança.	4\$
Dona Pepita Lacerda	12 sapatinhos.	16\$
	01 camisa.	30\$
Major Alípio Tocantins	01 vestido rendado.	30\$
	01 toalha bordada à mão para rosto e 02 abafadores	50\$
Dr. Joaquim Lalôr	01 almofada grande.	60\$
Superiora do Hospital de Caridade Soror Thabor Saldini	01 toalha de linho bordada.	30\$
Superiora do Hospital Domingos Freire	01 porta-jornal	35\$
Superiora do Hospital São Sebastião	Um porta-toalha.	20\$

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do Relatório da Intendência Municipal de Belém, 1909.

Outras figuras importantes da sociedade e da vida política paraense que sempre acompanharam o desenvolvimento da instituição, chamadas por Lemos em alguns de seus relatórios por *filantropos*, adquiriram peças na exposição, especialmente as mulheres, que aproveitavam a ocasião para desfilarem acompanhadas de seus maridos e filhos e poder gozar do prestígio social que tinham perante a sociedade.

A arrecadação final das vendas do ano de 1908, segundo relatório municipal, atingiu a cifra de 4:000\$000, recurso que também seria utilizado nas despesas e na manutenção do Orphanato, especialmente após o final da Administração Lemista, momento em que há um agravamento da crise financeira municipal, obrigando os sucessivos governos a restringir os poucos recursos para a instituição. Neste período, de acordo com registros da *Revista Papiro da Memória*, “as religiosas e as órfãs passam a aceitar encomendas de trabalhos manuais”. (2009, p. 97).

As condições financeiras da instituição só começam a melhorar a partir do ano de 1927, durante a administração de *Antonio Crespo de Castro*, que por sugestão do governo do Estado, resolve incentivar a criação da *Fundação Mac-Dowell*, que nasce com o intuito de não só gerenciar o educandário, mas principalmente com a missão de levantar fundos para sua manutenção, tendo em vista que o seu financiamento dependia de um volumoso orçamento público municipal e que as administrações pós Lemos (1912) não tinham, segundo os relatórios analisados, tanto interesse em garantir.

Diante da situação econômica da instituição o Orphanato começa a aceitar a partir dos anos 1920, alunas pensionistas como forma de garantir outra fonte de recurso. O dinheiro das mensalidades que era arrecadado se destinava a “[...] auxiliar as despesas miúdas e extraordinárias do estabelecimento.” (BELÉM, O Município de./Mensagem enviada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1928, p. 31).

No ano de 1928, o Gestor Municipal ao observar a importância da realização da exposição dos trabalhos manuais, estimula a aprendizagem das órfãs para poder contar com essa importante receita. Em uma de suas mensagens enviada ao Conselho, o intendente destaca que o poder público municipal não poderia abdicar de um evento desse porte. A exposição do ano de 1928 rendeu para os cofres da instituição a cifra de 11:674\$000¹²⁶.

¹²⁶ A título de comparação, uma vez que nenhum documento encontrado deste período faz referência ao orçamento gasto com a instituição, recorremos a um documento do ano de 1936, enviado ao Poder Legislativo do Estado, onde consta que os gastos deste ano atingiram a cifra total de 173:400\$000, incluindo

Desse total acumulado com as vendas dos trabalhos manuais, doações e receitas municipais, grande parte foi aplicada, segundo a Administração Municipal, na compra dos seguintes materiais:

- Fazenda para roupa branca, restante do uniforme para passeio e todo material necessário aos trabalhos executados para a *Exposição de Prendas* e diversos trabalhos feitos para o estabelecimento: 4:840\$000.
- Aquisição de matéria prima para os trabalhos de fino labor, na Itália, compra de material para diversas prendas, como linho, fios de ouro, de lã e de seda, cetim, veludo, machinas para trabalhos, linhas, tintas, etc., que se encontram em depósitos: 4:670\$000. (BELÉM, O Município de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal pelo intendente, 1928).

Assim, entre 1912 e 1927 a necessidade de intensificar a produção de peças e objetos para venda era, sem dúvida nenhuma, uma das únicas alternativas para a sobrevivência da instituição. A *aprendizagem doméstica* e de *trabalhos manuais* aplicados às órfãs do Orphanato Municipal significaram mais que uma simples prática pedagógica determinada pelos programas de ensino. Elas foram, na verdade, uma das formas de sobrevivência imposta às educandas e que se alinhavam às representações da mulher no contexto social da época.

o pagamento de pessoal no valor de 53:400\$000. (PARÁ, Governo do./Mensagem enviada à Assembleia Legislativa pelo Governador, 1936).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo que teve como fio condutor os *processos pedagógicos aplicados a meninas que viveram em condição asilar no Orphanato Municipal de Belém*, e sua relação com o contexto sócio-político e histórico da região, a sensação é de que muitas questões deixaram de ser ditas ou evidenciadas, em virtude da profundidade do tema. No entanto, mais do que possíveis conclusões que possam ter sido tiradas, para nós, o que valeu mesmo a pena, foram as grandes lições de vida que tivemos durante a caminhada, ao focarmos nossa atenção na história de centenas de meninas órfãs.

O fato de termos trabalho basicamente com fontes documentos oficiais para trazer à tona histórias da formação de meninas nesta condição, exigiu um grande esforço de nossa parte, especialmente pela natureza das fontes que, em geral, não revelam e, em muitos casos, omitem esses fatos. Porém, foi no entrecruzar dos registros que traçamos uma narrativa dessas existências que, em grande medida, segundo Lobo (2008), “nunca tiveram importância nos acontecimentos históricos, nunca nenhuma transformação perpetuou-se por sua colaboração direta. Apenas algumas vidas em meio a uma multidão de outras, igualmente infelizes, sem nenhum valor”. (p. 17).

O estudo revelou que, diante do cenário vivido entre os anos de 1893 e 1931, as organizações associativas e nem mesmo o poder público não se furtaram em amparar as órfãs desvalidas, garantindo-lhes um mínimo de cuidado e instrução, mesmo que o maior propósito, pelo menos nos anos iniciais da República, foi dar um destino adequado a esse contingente populacional, para garantir a tranquilidade dos moradores e a ordem pública.

Com o passar dos anos, o Orphanato Municipal começa a ganhar importância e destaque, deixando de ser apenas uma “simpática casa de caridade” – como fora chamada inicialmente – para se tornar parte do grandioso projeto de reordenamento da cidade, juntamente com outras instituições públicas, servindo também como instrumento de promoção política.

Ficou evidente que o processo de reordenamento espacial da cidade transformou a instituição em mais um alvo da ação médico-higienista, que na tentativa de impedir a proliferação de doenças típicas da região e, de outras epidemias, trazidas por imigrantes e por nacionais de outras regiões do Brasil à capital paraense, forjaram uma espécie de *rede de atendimento*, ao manter meninas no Asilo de Mendicidade Dom

Macedo Costa, obrigando-as a conviver com velhos, mendigos e até mesmo com prostitutas e meliantes.

Além da redistribuição e adequação desses sujeitos, a ação remodeladora e saneadora do espaço urbano, fundamentada na medicina higiênica, também interferiu na localização dos prédios que abrigavam esses segmentos. Assim, quanto mais afastados e isolados da área central da cidade melhor, pois, apesar de se propagar que o ambiente rural e arborizado seria mais saudável para o convívio das órfãs, o que estava realmente em jogo era a preservação da saúde e da tranquilidade da emergente elite que habitava o centro urbano da capital.

Essa ação funcionava não só como uma forma de demonstrar que a limpeza e higienização da cidade estavam restritas apenas à preservação das ruas, vias ou praças, ela incidia, principalmente, no remanejamento dessas pessoas tidas como indesejáveis, que perambulavam ou pediam esmolas nas ruas.

Os projetos para atrair moradores para a região certamente impôs grandes desafios, não só no campo econômico, mas, sobretudo, no campo social. A cidade foi o destino de muitos destes moradores que, em muitos casos, por não se adaptarem às condições das colônias agrícolas, eram obrigados a viver nos subúrbios da capital, em péssimas condições de saúde e higiene, levando o Governo Municipal a editar um novo e rigoroso *código de posturas* que previa normas e severas punições àqueles que o infringissem.

Acreditamos que os programas para atrair famílias à região impactaram não somente no aumento da população da cidade, mas também influeciaram na dinâmica interna do Orphanato Municipal, ao elevar o número de educandas matriculadas. Isto pôde ser constatado através dos registros de matrícula. Essa realidade seria inicialmente uma das questões a serem debatidas neste estudo, ou seja, a forma como viviam meninas oriundas de tantas regiões e países diferentes, especialmente no que diz respeito às questões educativas. Infelizmente, os documentos encontrados não nos deram condições e nem indícios dessa realidade vivida no interior da instituição.

Diante dos constantes pedidos de matrícula, o Governo Municipal se vê obrigado a utilizar o Asilo de Mendicidade para acomodar o excedente de órfãs. Esta que seria apenas uma alternativa momentânea, tomada em situações especiais, transformou-se em um procedimento comum e corriqueiro, levando a Diretora de Instrução Municipal a

criar e manter permanentemente escolas para essas meninas que eram remanejadas e muitas delas – como foi o caso de Dona Rosa – viveram por longos períodos na instituição.

Certamente que a situação de convivência entre órfãs, velhos e mendigos, convivendo no mesmo espaço, deveria ser marcada por grandes conflitos pessoais e também de ordem estrutural, no entanto, acreditamos que essa realidade, deveria ser muito bem direcionada pelas religiosas da ordem “Filhas de Sant’Anna” que, por acaso, dirigiam as duas instituições.

Nesse ponto, vale destacar que, em todos os relatórios municipais analisados, só encontramos discursos elogiosos ao trabalho e à dedicação das religiosas perante as instituições, especialmente em relação ao aspecto disciplinar das educandas órfãs. No entanto, anotações encontradas em documentos como o livro de matrícula sugerem que o convívio na instituição talvez não fosse tão harmônico quanto parecia, considerando a grande quantidade de fulgas que aconteceram no período.

Não se pode negar a importância do Governo Antonio Lemos para a história da cidade e, sobretudo, para o Orphanato Municipal. Durante sua administração, a cidade se projetou no cenário nacional, a partir das grandes reformas por que passou em todos os setores públicos. Em vista disso, qualquer estudo que venha a ser feito acerca do Orphanato Municipal, necessariamente deverá incidir sobre o período de sua administração e não somente nele, mas em todo o decurso da constituição histórica da instituição.

Com o fim do Governo Lemos, o educandário teve que conviver com o descaso das autoridades, que faziam questão de denunciar em seus relatórios, os desmandos do ex-intendente, especialmente em relação aos gastos públicos e à projeção de obras como a do Orphanato Municipal, consideradas exageradas e que faziam parte dos desejos particulares e megalomânicos do então intendente.

Para seus adversários, diante do anúncio de uma crise financeira no Estado, em virtude da queda das exportações da borracha, era inadmissível admitir que o Executivo Municipal agisse com tanta liberdade, contraindo dívidas e levando o Município à ruína.

Consideramos que a situação caótica deixada por Lemos após sua saída, teve reflexo direto no Orphanato Municipal, por representar uma de suas mais importantes obras. No entanto, imbuídos pelo espírito republicano e em face da importância social e pedagógica da instituição, os gestores públicos que o sucederam cientes disso, não poderiam mais retroceder ao estágio anterior e reconheciam a importância e a necessidade dos serviços prestados às meninas desvalidas pelo educandário.

Assim, aquela que seria inicialmente uma humilde casa, onde se acolhia um punhado de órfãs, passava a ser vista como um espaço importante de formação da Comuna Municipal.

Os discursos acerca da escolarização no período foram bastante profícuos e a necessidade de se instaurar novos métodos e práticas educativas levaram os diversos governos a implantar, através de leis, novos regulamentos de ensino. Esses regulamentos foram o resultado de debates entre os cidadãos letrados para construir um projeto educativo em que estivessem firmadas as bases de novos métodos, práticas educativas, formas de avaliação, conteúdos e disciplinas de ensino nas escolas.

É bem provável que essa área – educação – tenha sido uma das que mais avançaram, especialmente nos anos iniciais da República, pelo fato de ter havido uma harmonia entre os projetos das duas esferas de governo – Estadual e Municipal, especificamente do Município de Belém.

As evidências apontaram que mesmo partindo da ideia de uma formação rudimentar em primeiras letras para as órfãs, não houve por parte do Executivo Municipal de Belém a preocupação em detalhar esses procedimentos nos regulamentos. Essa situação foi constatada, mediante cruzamento das fontes, onde se previa que todos os encaminhamentos pedagógicos das escolas municipais, assim como do internato, eram regidos pelas três Leis Estaduais vigentes no período demarcado neste estudo. Assim questões referentes aos *programas e conteúdos, métodos de ensino, processos avaliativos*, entre outros, eram aplicados segundo orientação das leis estaduais.

Diante disso, tornou-se premente a necessidade de compreender e analisar as leis e os projetos de ensino do município de Belém em consonância com a legislação estadual, considerando o momento de transição entre Império e República, com destaque para o período do Governo Lemista, mas também os que o sucederam.

Sabíamos das dificuldades que teríamos em encontrar fontes após o ano de 1911, em virtude de se iniciar uma fase de recrudescimento, em virtude das condições econômicas e políticas do período, que afetou também a publicação dos relatórios administrativos que eram publicados com tanta riqueza de detalhes.

Mesmo assim, foi fundamental para a compreensão do lugar que o Orphanato Municipal ocupou nesse contexto, a análise da legislação educativa, pois, a partir dela, é possível afirmar que muitas das práticas educativas, aplicadas às educandas órfãs, foram normatizadas e regidas por essa legislação.

Certamente, que antes de qualquer análise feita em torno da educação das órfãs, é importante destacar que as condições em que se encontravam não eram das melhores, considerando a grande quantidade de desligamentos que ocorriam cotidianamente. O não “*regresso das férias*”, registrado muitas vezes no Livro de Matrícula da Instituição, pode ser entendido como uma forma de suavizar o real motivo da saída, ou seja, muitas delas, certamente por não se adaptarem ao ambiente, demarcado por forte *privação de liberdade, punições, castigos, excesso de tarefas*, fugiam exatamente nesse momento.

Concluimos que as aulas dos *cursos elementar e complementar* não eram oferecidas a todas as internas, muitas delas por terem pouca idade, eram excluídas desse processo. No entanto, parecia ser muito comum, a descontinuidade nos estudos, principalmente em virtude de doenças e dos constantes remanejamentos para o Asilo de Mendicidade Dom Macedo Costa.

Ao detectarmos a existência de duas escolas que funcionavam com turmas do nível elementar e complementar também nessa instituição, ou seja, no Asilo de Mendicidade, nos fez acreditar que a relação existente entre as duas instituições não se limitava apenas a simples ação de remanejamento temporário de órfãs. Pelo contrário, muitas delas nem sequer passavam pelo Orphanato Municipal, sendo matriculadas diretamente no Asilo e vivendo nesta instituição durante toda a sua vida. Essa realidade não se constituía como foco inicial desta pesquisa, no entanto, não poderíamos negligenciá-la e nem deixar de atentar para os seus desdobramentos.

Ao que tudo indica, a composição das turmas era bastante flexível, levando-se em consideração o constante fluxo de admissão e mesmo as diferenças de idade. No entanto, essas variáveis pareciam não interferir no rigor metodológico do ensino, especialmente durante a realização dos minuciosos inquéritos avaliativos aplicados pelas Bancas Examinadoras que eram respaldadas pela Legislação de Ensino.

Em relação ao tempo e aos horários das aulas no Orphanato, acreditamos que não eram seguidos os mesmos padrões das outras escolas municipais. A racionalização e adequação desses horários giravam em torno do “processo produtivo” e da capacidade física e intelectual das educandas, priorizando as aulas de prendas domésticas e trabalhos manuais, que nos momentos de dificuldades financeiras garantiam inclusive suas sobrevivências.

De uma maneira geral, alguns aspectos dos programas de ensino prescritos nos regulamentos oficiais tiveram poucas mudanças no período, entre eles podemos destacar: *a*

composição de disciplinas, os conteúdos e os procedimentos avaliativos. Infelizmente, não encontramos nenhuma fonte documental que indicasse ou revelasse de forma mais específica os conteúdos ministrados no Orphanato Municipal. Talvez, essas prescrições tenham sido deliberadas pela própria Ordem Religiosa e que, por questões internas, não foram divulgadas em outros documentos. Entretanto, acreditamos que esses possíveis documentos não comprometeram a nossa compreensão acerca do tema discutido.

A *leitura e a escrita* foram, sem dúvida, os conteúdos básicos mais importantes dos Programas de Ensino Primário nas diversas reformas do período. Esses conteúdos deveriam ser ensinados de acordo com a legislação de ensino, a partir dos preceitos das *lições de coisas* e/ou do *método intuitivo*, pois, para o discurso político e educacional da época, que estava assentado nos ideários republicanos, para sua eficácia se tornava urgente, dentre outros procedimentos, o aparelhamento das escolas para que os alunos vivenciassem na própria sala de aula, experiências mais concretas acerca dos conteúdos ensinados.

Consideramos que neste aspecto, ou seja, no que diz respeito ao mobiliário e aos objetos escolares, o Orphanato Municipal se destacava por trazer em sua essência, a necessidade de uma formação assentada na experiência prática, focada nas *aprendizagens manuais e domésticas*. Essas seriam as principais matrizes de formação no interior da instituição que indicavam o lugar e o papel que a educanda órfã deveria assumir na sociedade, que se pautava em *preparar mães de famílias*, com fortes inclinações religiosas e habilitadas nas prendas e no trabalho doméstico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- ARAÚJO, Carlos. **História de Santa Izabel do Pará**. Castanhal: Gazeta do Interior, 1981.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BEZERRA NETO, José Maia. Os males de nossa origem: O passado colonial através de José Veríssimo. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar. (Orgs.). **Terra matura: Historiografia e história social da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- BORDALO, Alípio A. Barbosa. **A misericórdia Paraense: Ontem e hoje**. Belém: Sagrada Família, 2000.
- BRUNEAU, T. C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. Colégios do século XVI: Matriz pedagógico – espacial de nossas escolas. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CANTÃO, F. **O que é teologia da libertação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CASTRO, Ribamar. (Org.) **Atos dos Governadores: 1930 – 1937**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2011.

_____. **Atos dos Governadores: 1891 a 1930**. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém: Significado histórico de suas denominações**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

DUARTE, Antonio Valdir Monteiro. **Memórias (in) visíveis: narrativas de velhos sobre suas infâncias em Belém do Pará (1900-1950)**. 2008. 135 f. Dissertação (Curso de Mestrado). ICED/Universidade Federal do Pará, Belém.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: O caso dos portugueses. In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambu, 2010.

FERNANDES, Phillippe; SEIXAS, Netília. Comunicação & História: A imprensa de Belém no alvorecer do século XX. In: **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**, Guarapuara, 2011.

FONTES, Edilza. O paraíso chama-se Pará: O álbum “Pará em 1900” e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). **Terra matura: Historiografia e história social da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed. 2002.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão** – Trad. Raquel Ramalhete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GARCIA, Rodolfo. As Orfãs. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, n. 192, p. 137-143, jul./set., 1948.

GATTI JR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: Conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR, Décio e

INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da educação em perspectiva: Ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O Município e a Educação em Minas Gerais: a implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Orgs.) **O Município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Cronologias da vida e formas de escola. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LACERDA, Franciane Gama. Infância e imigração no Estado do Pará (final do século XIX, início do século XX). In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). **Terra Matura: Historiografia e história social da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O Decreto de Leônicio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: A criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena C.(Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANOEL, Ivan A. Os Colégios das “Freiras Franciscanas”: Um exemplo das relações entre Igreja católica e Estado no Brasil (1859-1919). In: CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. (Orgs.) **Estado, Igreja e educação: O mundo ibero-americano**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda de expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, 1976.

NASCIMENTO, Terezinha A. Q. Ribeiro do. **Pedagogia liberal modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação republicana**. Campinas: Autores Associado – FE/UNICAMP, 1997.

NUNES, Clarice. (Des)encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PAIVA, Diego Souza de. O índio na crônica de Jean de Léry (Século XVI). **Revista de Humanidades/UFRN/Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**. Natal, v. 9, n. 24, set/out., 2008.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém do Pará (Estudo de geografia urbana)**. Rio de Janeiro: Oficinas da Companhia Gráfica LUX, 1968.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC. 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (Orgs.). A arte de governar crianças: **A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. ver. – São Paulo: Cortez, 2009.

ROCQUE, Carlos. **Antonio Lemos e sua época. História política do Pará**. 2. ed. rev. e amp. Belém. CEJUP, 1996.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle – époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002 a.

_____. **Memórias do velho intendente (1869-1973)**. Belém: Paka-tatu, 2002b.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Helena C.(Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1993.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUSA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: UDUNESP, 1998.

_____. História da cultura material escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTTA, Marcus Levy. (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Marco Zero. 1994.

VENÂNCIA FILHO, Francisco. **Euclides da Cunha a seus amigos**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/uploads/obras/115/img/115-2.jpg>>. Acesso em jan. 2011.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Escola Nova: A invenção de tempos, espaços e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. (Orgs.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. (Coleção Lições de Minas, vol. VII), Governo de Minas Gerais, 2000.

VIANNA, Arthur. **A Santa Casa da Misericórdia Paraense: Notícias históricas 1650 – 1902**. 2. ed. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves Vidal; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina (1880-1940). **Revista Brasileira de Educação**. Caxambu, v. 08, p. 13-30, maio/jun./jul./ago., 1998.

YAZBECK, Lola. A criação de escolas e o preparo do professor (1892-1906). In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. (Orgs.) **O Município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira república**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

Revistas, Manuscritos e Álbuns

A Escola – Revista Oficial de Ensino. Belém, Imprensa Oficial, Anno I, numero VIII. nov. 1900.

A Escola – Revista Oficial de Ensino. Belem, Anno I, volume II, out. de 1900 a mar. de 1901.

Caridade. Belém, Edição especial, Corporação Artística das Officinas Tavares Cardoso e C^a. nº Único, jun. 1893.

Revista Bodas de Ouro das Filhas de Sant’Anna no Brasil. Notícias históricas – 1884 – 1834. Rio de Janeiro, Typographia Pio X, 1933.

Revista Jubileu/Papiro da Memória – 1884 a 2009 – 125 anos de presença das Filhas de Sant’Ana no Brasil. Sobral, Editora Sobral Gráfica, 2009.

Livro de Matrícula do Orphanato Municipal Antonio Lemos. Belém, 1893.

Livro de Atas com Resultados Finais do Curso primário do Orphanato Antonio Lemos. Santa Izabel, 1931 a 1959.

PARÁ, Album de Belém do. Paris: Imprimé par Phillippe Renouard, 1902.

PARÁ, Album do. José Paes de Carvalho. Belém, 1899.

PARÁ, Album do Estado do. Mandado organizar por Augusto Montenegro. Oito annos do Governo (1901 a 1909). Paris: Imprimerie CHAPONET (Jeaan Cussac), 1908.

PARÁ, Album do. Organizado sob os auspícios do governo do Estado e com o apoio da Associação Commercial do pará, sendo interventor federal o Sr. Dr. José Carneiro da Gama Malcher. Belém: Typographia “Novidades”, 1937.

Relatórios e Mensagens Governamentais

BELÉM, Conselho Municipal de./Lei nº 283, de 27 de Dezembro de 1900. Autoriza o Intendente a receber da Associação Protectora dos Orphãos o instituto de caridade

denominado “Orphelinato Paraense”./Leis e Resoluções Municipaes codificadas na administração Municipal do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typographia de Tavares Cardoso e Cia., 1901.

BELÉM, Conselho Municipal de./Lei nº 276, de 03 de Julho de 1900. Institui o Código de Polícia Municipal./Leis e Resoluções Municipaes codificadas na administração Municipal do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typographia de Tavares Cardoso e Cia., 1901.

BELÉM, O Município de./ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, referente aos anos de 1897-1902, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

BELÉM, O Município de./ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1904, referente ao ano de 1903, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1904.

BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1905, referente ao ano de 1904, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1905.

BELÉM, O Município de./ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, referente ao ano de 1905, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1906.

BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, referente ao ano de 1906, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. 5º volume. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1907.

BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, referente ao ano de 1907, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. 6º volume. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1908.

BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, referente ao ano de 1908, pelo Intendente Municipal Senador Antonio José de Lemos. 7º volume. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1909.

BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, na 1ª sessão da 11ª reunião ordinária da 8ª legislatura, em 04 de julho de 1912, pelo Intendente Municipal Exmo. Sr. Dr. Virgílio Martins Lopes de Mendonça. Belém: Archivo Municipal, 1912.

BELÉM, O Município de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na 1ª sessão da 11ª reunião ordinária da nova legislatura, em 02 de junho de 1913, pelo Intendente Municipal Exmo. Sr. Dr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: Archivo Municipal, 1913.

BELÉM, Intendência Municipal de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, em sua 2ª reunião ordinária da 10ª legislatura, em maio de 1916, pelo Intendente Municipal Dr. Antonio Martins Pinheiro. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1916.

BELÉM, Intendência Municipal de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, em sua 2ª reunião ordinária da 10ª legislatura, em dezembro de 1916, pelo Intendente Municipal Dr. Antonio Martins Pinheiro. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1916.

BELÉM, Intendência Municipal de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal de Belém, em 20 de maio de 1926, pelo Intendente Municipal Dr. Manoel W. Rodrigues dos Santos. Belém: Typographia Correio do Pará, 1926.

BELÉM, Intendência Municipal de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal, em sessão de 20 de maio de 1927, sobre o movimento da Municipalidade de Abril de 1926 a Abril de 1927, pelo Intendente Municipal Engenheiro Antonio Crespo de Castro. Belém: Typographia. Correio do Pará, 1927.

BELÉM, Intendência Municipal de./Mensagem apresentada ao Conselho Municipal, em sessão de 21 de maio de 1928, sobre o movimento da Municipalidade, de abril de 1927 a abril de 1928, pelo Intendente Municipal Engenheiro Antonio Crespo de Castro. Belém: Officinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928.

BELÉM, Intendência Municipal de./Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém, em sessão de 20 de maio de 1930, pelo Intendente Municipal Senador Antonio de Almeida Facióla. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1930.

MUNICIPAL, Executivo./Atos e Decisões do Executivo, 1910.

PARÁ, Estado do./A Instrução Publica no Estado do Pará em 1890./Relatório apresentado ao Exmo. Governador do estado Dr. Justo Leite Chermont, pelo Director Geral da Instrução Pública José Veríssimo. Belém: Typographia de Tavares Cardoso e Comp., 1891.

PARÁ, Estado do. Decreto de nº 1.190, de 17 de fevereiro de 1903. Regulamento Geral do Ensino Primário Reorganizado. Belém: Typographia do Diario Official, 1903.

PARÁ, Estado do. Decreto de nº 1.191, de 19 de fevereiro de 1903. Approva os Programmas do Ensino Primario e de Estudos Primarios. Belém: Typographia do Diario Official, 1903.

PARÁ, Estado do. Decreto de nº 1.689, de 28 de abril de 1910. Dá nova organização ao Ensino Primario do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1910.

PARÁ, Estado do. Decreto de nº 1.695, de 30 de maio de 1910. Approva os Programmas do Ensino Primario do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1910.

PARÁ, Estado do. Decreto de nº 3.356, de 07 de maio de 1918. Altera o Regulamento do Ensino Primario do Estado. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1918.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará, pelo governador Dr. Lauro Sodré, ao expirar o seu mandato, no dia 1º de fevereiro de 1897. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2423/000002.gif>>. Acesso em abri. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará, em 07 de abril de 1898, pelo Governador do Estado Dr. José Paes de Carvalho. Belém: Typographia do Diario Official. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2427/000002.gif>>. Acesso em abr. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará, apresentando a proposta de orçamento da receita e despesa para o exercicio de 1898-1899, em 15 de abril 1898, pelo Governador do Estado Dr. José Paes de Carvalho. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2428/000002.gif>>. Acesso em abr. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará, em 01 de fevereiro de 1900, pelo Governador do Estado Dr. José Paes de Carvalho. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2432/000002.gif>>. Acesso em abr. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Relatorio apresentado ao Governador do Estado Exmº Sr. Dr. Augusto Montenegro, em 1º de fevereiro de 1901, pelo Dr. José Paes de Carvalho, ao deixar a administração. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2434/000039.gif>>. Acesso em abr. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1902, pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2436/000002.gif>>. Acesso em mai. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1904, pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2438/000002.gif>>. Acesso em mai. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1905, pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2439/000002.gif>>. Acesso em mai. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1906, pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2440/000002.gif>>. Acesso em mai. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1908, pelo Governador do Estado Dr. Augusto Montenegro. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2442/000002.gif>>. Acesso em jun. 2011.

PARÁ, Governo do Estado do./Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará, em 07 de setembro de 1910, pelo Governador do Estado Dr. João Antonio Luiz Coelho. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2444/000002.gif>>. Acesso em jun. 2011.

PARÁ, Governo do estado do./Mensagem apresentada a Assembléa Legislativa do Pará em sessão solenne da 2ª reunião em 16 de julho de 1936, pelo Governador do Estado Dr. José Carneiro da Gama Malcher. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1936.

PARÁ, Governo do Estado do. Problemas Fundamentais/Idéas de Governo/Administração/Prestação de Contas. Relatório enviado ao Senhor Presidente da República, pelo Interventor Federal Coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Belém/Pará: 1944.

ANEXOS

ANEXO A

LEI Nº 386 QUE REORGANIZA O ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

A Lei de nº 386, de junho de 1904, entrou em vigor um ano após a implantação da Lei de nº 359, pelo Governo Municipal de Belém e objetivava reestruturar a Instrução Primária no Município. Em seu artigo Iº, definia que a instrução a cargo do Município seria composta pelos ensinos *Primário*, *Cívico-jurídico* e *Artístico*. A referida Lei estava organizada da seguinte forma: Capítulo I. Do ensino Municipal; Capítulo II. Das escolas primárias; Capítulo III. Da direcção e fiscalização do ensino; Capítulo IV. Do professorado primário; Capítulo v. Da repartição e do pessoal administrativo inferior; Capítulo VI. Das penas; Capítulo VII. Disposições geraes.

XXXV

Annexo n. II

Ensino Municipal**REORGANIZAÇÃO DO ENSINO MUNICIPAL**

Pagina 259

O Intendente de Belém, usando da auctorização que lhe confere a Lei Municipal n. 371, de 28 de dezembro ultimo, para dar completa execução ao accôrdo effectuado com o Governo do Estado, quanto á diffusão do ensino primario, e também rever o Regulamento do Ensino Municipal, adoptando medidas que a prática tenha aconselhado convenientes á disseminação do ensino estabelecido pelo mesmo; e,

Considerando que o Regulamento de 25 de fevereiro de 1903 instituiu, no § unico do art. 1.º, como parte integrante do ensino municipal, o ensino artistico, dependente, para sua effectividade, da construcção de um edificio apropriado, ao tempo que o permittisse o erario municipal, e,

Considerando que, uma vez reconhecida oficialmente a necessidade do referido ensino, não deverá continuar o seu inicio adstricto a uma condição de natureza indeterminada, e que poderá perdurar por muitos annos, em prejuizo, portanto, da collectividade; e ainda,

Considerando que o desenvolvimento, sob certo ponto de vista, da idéa contida na citada disposição do Regulamento de 25 de fevereiro, não se oppõe aos termos geraes em que está concebida a auctorização contida na Lei n. 371, que não limita a acção do Intendente, na revisão do Regulamento, ao ensino primario,

Resolve que seja observado, até solução definitiva do Conselho Municipal, o seguinte

XXXVI

REGULAMENTO

DO

Ensino Publico Municipal

CAPITULO I

Do ensino municipal

Art. 1.º — O ensino a cargo do Municipio será :

- a) — Primario;
- b) — Civico-juridico;
- c) — Artistico.

Art. 2.º — O ensino primario reger-se-á em tudo pelas leis e regulamentos do Estado, comprehendendo ainda, nas escholas diurnas da capital o ensino de canto coral aos alumnos de ambos os sexos, consoante regulamentação que será dada pelo director do Ensino Municipal.

Art. 3.º — O ensino civico-juridico será ministrado no Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho, obedecendo ao regulamento vigente.

Art. 4.º — O ensino artistico será dado em uma eschola de pintura, ora creada, que se denominará — Instituto Pedro Americo — e constituirá o inicio de uma futura eschola de Bellas-Artes, que deverá ser inaugurada logo que ao Municipio seja possivel manter as disciplinas necessarias e construir um edificio apropriado.

§ 1.º — O curso n'esse instituto comprehenderá :

- a) — Noções de physica, chimica e historia natural, applicadas;
- b) — Esthetica;
- c) — Desenho;
- d) — Pintura.

§ 2.º — A divisão do curso, condições de matricula, distribuição de disciplinas e o mais de que depender o regular funcionamento da instituição, inclusivè a fixação dos vencimentos do pessoal necessario, constituirão objecto de uma regulamentação especial, que deverá ser presente ao Conselho Municipal, para a respectiva installação.

§ 3.º — Annexa ao Instituto Pedro Americo, será iniciada uma pequena secção de quadros e obras d'arte, destinada a constituir mais tarde a Galeria Paraense.

XXXVII

CAPITULO II

Das escolas primarias

Art. 5.º — As escolas primarias serão isoladas e de em duas categorias :
— mistas, destinadas á frequencia de ambos os sexos, — e especiaes, para o sexo masculino.

§ 1.º — As primeiras serão sempre regidas por professoras, e as segundas, indistinctamente, por professores ou professoras; sendo que a matricula nas especiaes regidas por professoras e a matricula para o sexo masculino, nas mistas deverão obedecer ao limite maximo de idade marcado pelos regulamentos do Estado. Nas demais poderá deixar de ser observado este limite, não havendo inconveniente, a juizo do director do Ensino.

§ 2.º — As escolas mistas funcionarão das 3 1/2 ás 6 1/2 horas da tarde, e as especiaes das 6 ás 9 horas da noite, na capital; e das 7 1/2 ás 10 1/2 horas da manhã, no interior.

Art. 6.º — O Municipio manterá o numero de escolas que entender conveniente, distribuindo-as de accôrdo com as necessidades da diffusão do ensino, tendo sempre em vista afastar tanto quanto possivel suas escolas das mantidas pelo Estado.

Art. 7.º — Cada escola receberá a denominação de uma data historica nacional, estadual ou municipal, a proposito da qual, no dia respectivo, ou no inicio dos trabalhos lectivos, quando a data das escolas estiver comprehendida no periodo das férias geraes, o professor fará, com prévia participação ao director do Ensino, uma pequena sessão escolar commemorativa, preleccionando sobre os acontecimentos ligados á respectiva data, devendo os demais professores, em aula, fazer uma ligeira referencia ao assumpto, chamando a attenção dos alumnos para a referida commemoração.

CAPITULO III

Da direcção e fiscalização do ensino

Art. 8.º — Ao Intendente Municipal compete a direcção e fiscalização supremas sobre todos os serviços do ensino municipal, cabendo a direcção effectiva a um funcionario especial, com a denominação de — director do Ensino Municipal — que, por sua vez, será auxiliado pelo director do Insti-

XXXVIII

tuto Civico-Juridico Paes de Carvalho, pelo director do Instituto Pedro Americo e por um inspector escolar.

§ 1º. — Enquanto as necessidades e a boa ordem do serviço não aconselharem, a juizo do Intendente, o funcionamento de cargos especiaes, a direcção efectiva do Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho ficará a cargo do director do Ensino Municipal.

§ 2º. — Desannexados os cargos, ao Intendente é inteiramente livre a escolha do director do Ensino, devendo ser applicada a disposição do art. 34. § 1º do Regulamento do Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho, se a nomeação recahir sobre algum professor de estabelecimento de Ensino Municipal nas condições do art. 28 do referido Reg. e do § 1º. do art. 13 do presente.

Art. 9º. — Ao director do Ensino incumbe :

a) — Distribuir e transferir de um para outro ponto, com prévia approvação do Intendente, as escolas municipaes, dando-lhes as respectivas denominações, de accordo com o art. 7º;

b) — Nomear, com approvação do Intendente, inspectores extraordinarios, para determinado serviço, marcando a respectiva gratificação;

c) — Propôr ao Intendente a nomeação e exoneração de qualquer funcionario do Ensino Municipal;

d) — Expedir ordens e instrucções pedagogicas, para o desenvolvimento do ensino;

e) — Attestar o exercicio dos professores na sede do Municipio e visar os attestados dos do interior;

f) — Nomear professores substitutos no impedimento dos effectivos, até 60 dias, podendo, igualmente, dispensal-os;

g) — Informar ao Intendente, em relatorio annual, sobre os serviços a seu cargo;

h) — Abonar até tres faltas aos funcionarios sob a sua jurisdicção;

i) — Encaminhar ao Intendente, com a sua informação, os pedidos de criação de escolas;

j) — Encaminhar ao Intendente as pretensões dos diversos funcionarios do Ensino Municipal;

k) — Requisitar de qualquer funcionario ou repartição municipal todos os esclarecimentos de que necessitar para fundamentar suas informações;

l) — Attestar o exercicio do inspector escolar;

m) — Organizar os diversos serviços de exame nas escolas;

n) — Remetter, trimestralmente, á Secretaria d'Estado do Interior, Justiça e Instrucção Publica os mappas da matricula de frequencia das escolas primarias municipaes.

Art. 10º. — Ao inspector escolar incumbe :

a) — Cumprir as determinações que receber do director do Ensino, communicando-lhe, por escripto, as respectivas occorrencias;

XXXIX

- b) — Fiscalizar, de accôrdo com as ordens recebidas, o serviço de exames escolares;
 - c) — Apresentar annualmente, ao director, um relatorio sobre os serviços a seu cargo;
 - d) — Rubricar os livros de escripturação das escolas;
 - e) — Comparecer diariamente á repartição, ás horas do expediente.
- Art. 11.^o. — Além dos funcionarios especificados, haverá em cada sêde de districto do interior um inspector districtal, cargo honorifico, a quem incumbe :
- a) — Fiscalizar a assiduidade dos professores, notando-lhes as faltas;
 - b) — Communicar ao director do Ensino qualquer occorrenda nas escolas;
 - c) — Attestar o exercicio dos professores.

CAPITULO IV

Do professorado primario

Art. 12.^o — E' indispensavel, para a nomeação de professor effectivo, o titulo de normalista, observados os demais requisitos exigidos, pelo regulamento respectivo, para os professores do Estado, ou o diploma do Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho.

Art. 13.^o — Os professores servirão enquanto fôrem zelosos e cumpridores de seus deveres.

§ 1.^o — Poderá o professor effectivo alcançar — vitaliciedade — na respectiva escola depois de cinco annos de serviço effectivo, sem nota alguma que lhe desabone a competencia, a assiduidade e a moralidade, e com acquiescencia do Conselho Municipal.

§ 2.^o — N'este caso, gosará das garantias attribuidas aos professores vitalicios do Estado.

Art. 14.^o — Aos professores, além dos encargos e deveres que competirem aos do Estado, no que lhes fôr applicavel, incumbe mais :

a) — Remetter trimestralmente ao director do Ensino o mappa de matricula e frequencia escolar, sob pena de não ser passado o respectivo attestado de exercicio aos da sêde do Municipio, ou de não serem visados os dos do interior;

b) — Remetter, no dia seguinte ao do exame na escola, o respectivo termo, em cópia authentica, visada pelo inspector que presidir ao acto, sob pena de lhe não ser, egualmente, fornecido o attestado do mez.

XL

Art. 15.º — A cargo de cada professor ficará :

- a) — Um livro destinado ao lançamento da matricula escolar;
- b) — Um livro reservado ás observações do inspector escolar;
- c) — Um livro de ponto diario, para o registro da frequencia escolar;
- d) — Um livro destinado ao registro das visitas do Intendente, director do Ensino, auctoridades escolares do Estado, ou de pessoas gradas que visitarem a escola, quando quizerem registrar suas impressões.

CAPITULO V

Da repartição e do pessoal administrativo inferior

Art. 16.º — Enquanto permanecerem annexos os cargos de director do Ensino e director do Instituto Civico-Juridico, funcionará o expediente do ensino primario na sede do Instituto, servindo alli, egualmente, o porteiro, o bedel e o servente, respectivamente, os cargos de porteiro, continuo e correio, com gratificações especiaes marcadas na tabella annexa.

§ Unico. — O expediente correrá das 8 ás 11 horas da manhã, podendo o director prorogar-o sempre que julgar conveniente.

Art. 17.º — Fica creado o logar de amanuense, a quem incumbe :

- a) — A escripturação do livro de estatistica escolar;
- b) — Os serviços do expediente da directoria;
- c) — A escripturação do livro de assentamento dos professores;
- d) — O serviço de attestados de exercicio;
- e) — Encerrar o livro do ponto.

Art. 18.º — Ao porteiro incumbe o serviço propriamente de expediente de porta e a guarda da repartição.

Art. 19.º — Ao continuo incumbe auxiliar o amanuense e o porteiro no serviço interno, substituindo este em seus impedimentos.

CAPITULO VI

Das penas

Art. 20.º — O inspector escolar ficará sujeito ás seguintes penas :

- a) — Admoestação particular, pelo director do Ensino;
- b) — Suspensão, até quinze dias, pelo director do Ensino;
- c) — Demissão pelo Intendente.

XLI

Art. 21.º — Aos professores será applicaveis as seguintes penas, resalvada a disposição do art. 13, § unico, quanto á demissão :

- a) — Admoestação reservada pelo inspector, por falta leve;
- b) — Admoestação pelo inspector, no livro de visitas, na reincidencia de falta leve ou por falta grave;
- c) — Censura pelo director de Ensino, com registro no livro de assentamento dos professores, na reincidencia de falta grave;
- d) Suspensão ou demissão, pelo Intendente, a juizo d'este, em vista de representação do director do Ensino.

§ Unico. — O professor poderá, em todo caso, representar ao director do Ensino contra o inspector escolar, quando se julgar attingido por um acto injusto d'este, ou ao Intendente, com relação aos do director do Ensino.

Art. 22.º — Aos inspectores escolares serão applicaveis as mesmas penas reconhecidas no respectivo regulamento do Estado.

Art. 23.º — Aos funcionarios administrativos o director do Ensino applicará livremente as penas que julgar opportunas, até á de suspensão por quinze dias.

CAPITULO VII

Disposições geraes

Art. 24.º — O Municipio garante aos alumnos reconhecidamente pobres livros escolares, nas forças da verba respectiva.

Art. 25.º — Ao director do Ensino e ao inspector escolar a Intendencia proporcionará passagem livre nos serviços de viação terrestre e fluvial, dentro dos limites do Municipio.

Art. 26.º — No começo de cada trimestre, o director do Ensino Municipal remetterá á Intendencia, devidamente relacionados, afim de serem recolhidos ao Archivo da Municipalidade, todos os documentos e papeis encerrados e, á proporção que fôrem exgottados, os diversos livros do expediente a seu cargo.

Art. 27.º — Emquanto o cargo de director do Ensino Municipal estiver annexado ao de director do Instituto Civico-Juridico Paes de Carvalho, perceberá o respectivo funcionario apenas dois terços dos vencimentos marcados na tabella, sem prejuizo do que lhe compete pelo referido Instituto.

Art. 28.º — Para effeito de licença, a simples gratificação arbitrada na tabella annexa vigorará como vencimento.

XLII

TABELLA

dos vencimentos dos funcionarios e professores do Ensino Primario Municipal

	Ordenado	Gratificação	TOTAL
Director do Ensino.	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
Inspector escolar.	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Professor na sede do Municipio. . . .	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Professor primario no interior do Municipio	1:333\$334	666\$000	2:000\$000
Aluguel de casa na sede do Municipio .			600\$000
Aluguel de casa no interior do Municipio			360\$000
1 Amanuense	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
1 Porteiro		1:080\$000	1:080\$000
1 Continuo		900\$000	900\$000

Gabinete do Intendente Municipal de Belém, 23 de maio de 1904.

ANTONIO JOSÉ DE LEMOS, Intendente.

ANEXO B

REGULAMENTO DOS CANTICOS ESCHOLARES

O *Regulamento dos Canticos Escholares* se constituiu como um anexo da Lei de nº 386, publicada no ano de 1904, onde normatizava o ensino de tais conteúdos como disciplina obrigatória e definia também as *Instrucções para o Ensino Facultativo da Musica e sua Applicação*. O Regulamento estava organizado da seguinte forma: Capítulo I. Do cantico escholar e seus fins; Capítulo II. Do ensino; Capítulo III. Dos professores; Além das Disposições gerais. As Instrucções para o ensino facultativo musica e sua applicação estava organizado em cinco capítulos: I. Da musica e seus fins; II. Do ensino e da organização da Banda; III. Da banda; IV. Dos professores em geral; V. Disposições geraes.

XLIII

Annexo n. 12

Ensino Municipal

Pagina 261

O director do Ensino Municipal de Belém, usando da faculdade que lhe conferem os arts. 1.º e 9.º, lettra *d*, do respectivo Regulamento, recommenda que seja observado nas escholas primarias do Municipio o seguinte

REGULAMENTO
dos canticos escholares**CAPITULO I****Do cantico escholar e seus fins**

Art. 1.º — O cantico escholar é uma disciplina obrigatoria aos meninos e meninas que frequentarem as escholas do Municipio, e terá sempre por fundamento a educação nacional, o incentivo ao trabalho, o desenvolvimento de bons sentimentos — como a beneficencia, a solidariedade, a disciplina, o amor á ordem, etc., tudo, enfim, que possa bem despertar no espirito das creanças sentimentos nobres e patrioticos.

Art. 2.º — O cantico escholar comprehenderá :

a) — Canto coral, propriamente dito;

b) — Simples canticos infantis.

§ 1.º — O canto coral terá por base o ensino da musica, não devendo aprofundar theorias, mas limitar se exclusivamente ao indispensavel para os fins que visa, tendo quanto possivel um caracter pratico, e será destinado, além dos fins geraes acima referidos, á educação da voz, especialmente.

§ 2.º — O simples cantico infantil não obedecerá a ensino technico e comprehenderá :

a) — Canticos uniformes, para todas as escholas, destinados :

XLIV

N. 1 — A' recepção do Intendente e das mais altas auctoridades do Estado;

N. 2. — A' recepção do director do Ensino Municipal;

N. 3. — A' recepção do inspector escolar.

b) — Canticos particulares a cada escola, destinados :

N. 1 — Ao inicio dos trabalhos lectivos;

N. 2 — Ao encerramento das aulas;

N. 3 — A' commemoração da data historica de cada escola.

CAPITULO II

Do ensino

Art. 3.º — O ensino do canto coral, exclusivo das escolas mistas na séde do Municipio, será ministrado por um professor especial, duas vezes por semana em cada escola, devendo a lição durar pelo menos uma hora.

Art. 4.º — Para esse effeito, as professoras combinarão com o professor especial sobre a melhor opportunidade para o referido ensino.

Art. 5.º — As lições serão collectivas em cada escola isoladamente, e dentro do mez dar-se-ão tres ensaios de massas coraes, pela seguinte forma :

a) — No ultimo dia feriado de cada quinzena, um ensaio parcial, a que concorrerá metade das escolas comprehendidas no ensino especial ;

b) — No primeiro dia feriado no mez, um ensaio geral, a que concorrerão os dois grupos reunidos, formando uma só massa coral.

Art. 6.º — Para os ensaios, quer parciaes, quer geraes, será designado ao professor especial um edificio apropriado, onde deverão comparecer as escolas, pontualmente

§ Unico. — A juizo do director do Ensino, ouvindo o professor especial, ou por iniciativa d'este, ouvindo o director do Ensino, os ensaios poderão ser reiterados, sempre em dias feriados.

Art. 7.º — Os canticos uniformes para todas as escolas e os particulares a cada uma serão exclusivamente confiados á direcção dos respectivos professores, comprehendendo obrigatoriamente os escolares até 14 annos de idade, e ficando facultativo aos demais, a juizo do professor.

XLV

CAPITULO III

Dos professores

Art. 8.º — Ao professor especial incumbe :

- a) — Comparecer pontualmente ás horas das lições ;
- b) — Dar conhecimento ao director do Ensino de quaesquer occurrencias que perturbem o exercicio regular de suas funcções ;
- c) — Comparecer duas vezes por mez á directoria do Ensino, durante as horas do expediente.

Art. 9.º — Aos demais professores incumbe :

- a) — Fiscalizar o exercicio das funcções do professor especial, communicando no fim de cada mez ao director do Ensino as faltas d'aquelle e quaesquer occurrencias a respeito ;
- b) — Estar sempre presente durante todo o tempo da lição, prestando ao professor especial o auxilio reclamado, para o bom exercicio de suas funcções ;
- c) — Providenciar de modo a que seus alumnos compareçam aos ensaios e demonstrações coraes, acompanhando-os aos logares determinados e assumindo a responsabilidade pela disciplina de sua escola ;
- d) — Compôr ou adoptar a letra de um pequeno hymno, ou de uma ligeira canção, para o inicio e o encerramento das aulas ;
- e) — Compôr ou adoptar a letra de um pequeno hymno, para a commemoração da data de sua escola.

§ 1.º — A letra do cantico escolar, composta ou adoptada, não poderá ser applicada á escola sem o visto do director do Ensino, que providenciará no sentido de ser posta em musica pelo professor especial, se assim o solicitar o professor da respectiva escola, para sua direcção.

§ 2.º — Ao proprio professor, com habilitações especiaes, é facultado escrever também a musica, ou mandar escrevel-a, devendo, porém, em qualquer dos casos, submettel-a á apreciação do professor especial, por intermedio do director do Ensino.

§ 3.º — Quanto aos canticos uniformes de que trata a letra *a* do § 2.º, art. 2.º, o professor de cada escola limitar-se-á a recebel-os visados pelo director do Ensino.

Disposições geraes

Art. 10.º — Para os fins das letras *d* e *e* do art. 9.º, fica marcado ao professorado o praso de 30 dias.

Art. 11.º — Para cumprimento do § 3.º do art. 9.º fica aberta na directoria do Ensino, a datar da publicação d'este Regulamento, durante 15 dias,

XLVI

a concorrência para a adopção dos respectivos canticos, limitada ao professorado primario do Municipio, e competindo ao auctor ou auctores dos adoptados uma menção honrosa, levada a seus assentamentos no respectivo livro.

§ 1.º — São condições para a adopção :

- a) — Ser uma poesia pequena;
- b) — Ser composta em versos de oito syllabas, no maximo;
- c) — Ser organizada em quadrinhas, rimando o primeiro com o terceiro verso e o segundo com o quarto;
- d) — Não ter absolutamente caracter pessoal, devendo ser exclusivamente encarada a auctoridade em sua função publica pela satisfação que proporciona á eschola com sua visita e pelo incentivo que lhe leva sua presença.

§ 2.º — O jury de escolha será composto do director do Ensino, do inspector escholar e de um professor de ensino primario do Estado, especialmente convidado.

Directoria do Ensino Municipal de Belém, 11 de junho de 1904. — *Virgilio Cardoso de Oliveira.*

Annexo n. 13

Ensino Municipal

Pagina 261

O director do Ensino Municipal de Belém, considerando que é parte integrante do ensino municipal o ensino artistico, iniciado effectivamente pelo regulamento vigente com a criação do instituto *Pedro Americo*, que é uma eschola de pintura, como preparo para « uma futura Eschola de Bellas Artes »;

Considerando que a musica faz parte do ensino artistico, e é, demais, um poderoso elemento de educação do espirito pelo sentimento e pela imaginação; e

Considerando que o regulamento vigente, tendo instituido nas escholas mistas da séde do Municipio o canto coral (art. 2.º), admittiu, implicita, mas consequentemente, o ensino da musica, bebendo para isso na lição dos mestres que, como Ferraz, por exemplo, em face dos grandes e eloquentes

XLVII

resultados colhidos em diferentes paizes, a Suecia, a Noruega, a Dinamarca, entre outros, reflexiona : « Quem tiver a dita de os ouvir é que poderá melhormente comprehender a grandissima importancia da musica no aperfeiçoamento da educação de um povo e na correcção de seu character » ; e mais

Considerando que se não oppõe á lettra nem ao espirito do regulamento qualquer desdobramento nas instituições creadas, ou no actual plano de ensino, tendo em vista o desenvolvimento do ensino artistico, dentro do que existe sem o character de uma instituição especial; e ainda, consequentemente,

Considerando que, em taes condições, a faculdade, que é conferida ao director do Ensino (art. 9.º, lettra *d*), de « expedir instrucções pedagogicas para o desenvolvimento do ensino », comporta perfeitamente qualquer acto tendente áquelle fim ; e

Considerando que o ensino da musica só é dado actualmente nas escolas mistas d'esta cidade, por isso que sómente para essas fôra instituido o canto coral, excluidas as escolas especiaes para o sexo masculino, pela circumstancia apenas de ser facultativa n'estas a matricula em qualquer idade; e mesmo, por isso,

Considerando que não ha no regulamento disposição alguma que prohiba extender, sob certo ponto de vista, o ensino exclusivo da musica ás mencionadas escolas especiaes; e

Considerando que a inclusão da musica no corpo de disciplinas d'essas escolas, além de nivelal-as com as mistas para esse effeito especial, sem prejuizo da exclusão feita pelo regulamento quanto ao ensino do canto coral, só será vantajosa para os alumnos, como estimulo e aperfeiçoamento psychico; e mais

Considerando que esse ensinamento efferece ensejo, como naturaes desdobramentos, a duas novas instituições escolares de character pratico, abrangendo proveitosos elementos de educação physica, moral e civica, além de conferir, ao mesmo tempo, a posse do conhecimento, mais ou menos desenvolvido, de uma arte que poderá servir de profissão futura, na vida pratica; e, demais,

Considerando que, extendendo-se o Ensino Municipal ás referidas escolas, se estabelece mais um meio de fiscalização escolar, considerada sob uma de suas faces, por intermedio do professor especial de musica, como se está observando em relação ás escolas mistas; mas,

Considerando, ao mesmo tempo e finalmente, que, embora palpitantes as vantagens assignaladas, não está na alçada do director do Ensino fazer da musica uma disciplina obrigatoria nas escolas especiaes, uma vez que o regulamento não a exige;

Resolve, usando da faculdade que lhe confere a lettra *d* do art. 9.º do Regulamento do Ensino Municipal, mandar observar nas escolas especiaes para o sexo masculino, d'esta cidade, as seguintes

XLVIII

INSTRUCCÕES

para o ensino facultativo da musica e sua applicação

CAPITULO I

Da musica e seus fins

Art. 1.º — A musica é uma disciplina facultativa aos alumnos que frequentarem as escolas municipaes destinadas ao sexo masculino, na sede do Municipio, tendo esse ensino por fundamento desenvolver o gosto artistico e incentivar ainda o exercicio de uma profissão futura.

Art. 2.º — O ensino comprehenderá theoria e pratica mais extensas do que nas escolas mistas para o canto coral, abrangendo a esphera necessaria, de accôrdo com o gosto e o desenvolvimento intellectual dos alumnos para o cultivo da arte musical.

Art. 3.º — Como uma consequencia natural do ensino da musica e dos fins que o mesmo visa, fica instituido entre os alumnos das mesmas escolas um corpo musical, que se denominará — *Banda Escholar Antonio Lemos*, — não só como uma homenagem a esse eminente cidadão, pelos relevantes serviços já prestados ao Estado, ao Municipio, em particular, e ao ensino municipal de Belém, especialmente, mas ainda uma vez em obediencia á base sobre que repouisa o plano geral d'este ensino — a educação cívica.

CAPITULO II

Do ensino e da organização da Banda

Art. 4.º — O ensino da musica ficará a cargo do professor especial de canto coral, duas vezes por semana em cada escola, devendo durar a lição uma hora, pelo menos.

Art. 5.º — Para esse effeito, os professores combinarão com aquelle sobre a melhor oportunidade para o referido ensino, evitando o mais possível prejuizo sensível no estudo das disciplinas da noite.

Art. 6.º — As lições serão collectivas em cada escola isoladamente, providenciando os professores para que se mantenham em silencio e com

XLIX

disciplina os alumnos que se não quizerem utilizar das vantagens que lhes são offerecidas.

Art. 7.º — Tendo em vista os elevados fins de educação artistica, physica, moral e civica que a organização da — *Banda Escholar Antonio Lemos* — visa, d'entre os alumnos comprehendidos no referido curso, o professor de musica, que será o director d'aquella, destacará — quarenta — entre 12 e 15 annos de idade, guiando-se pelas vocações mais pronunciadas, e procurando adaptar bem a natureza dos instrumentos musicaes á constituição physica d'aquelles, de modo a evitar-lhes, de futuro, qualquer alteração na saúde geral, por motivo de esforço produzido no uso do instrumento distribuido, e proporcionar-lhes-á, ao mesmo tempo que aos demais, os primeiros conhecimentos, um ensino mais desenvolvido e adequado ao fim.

§ 1.º — Para esse effeito, comunicará aos respectivos professores o nome dos escolhidos, afim de que aquelles, ouvindo pessoalmente os representantes legais d'estes, e proporcionando-lhes a leitura das presentes instruções, obtenham uma auctorização escripta.

§ 2.º — Esta deverá ser enviada ao director do Ensino, com uma relação do pessoal, designados os instrumentos distribuidos, afim de ser requerido á repartição do Serviço Sanitario Municipal, por intermedio do Intendente, o devido exame de verificação de perfeita saúde e fortaleza para o fim, providencia esta que se repetirá em geral, semestralmente, e sempre que fôr opportuna pelas substituições no pessoal da banda.

Art. 8.º — Logo que, a juizo do professor especial, os conhecimentos adquiridos pelos alumnos fôrem sufficientes para os estudos praticos, comunicará ao director do Ensino, para o inicio dos ensaios collectivos.

Art. 9.º — Para isso, será designado um local apropriado, onde reunirão, sempre pela manhã e em dias feriados, os alumnos que, uma vez constituida a banda, ficarão obrigados aos ensaios de conservação, ou de estudo de novas peças, a juizo do director da mesma.

Art. 10.º — Proseguindo em suas funções naturaes de professor de musica, este, deixando-se conduzir sempre pela vocação dos alumnos, irá, pouco a pouco, preparando substitutos para os que, por qualquer circumstancia, deixarem a eschola, ou fôram attingindo a idade maxima — quinze annos, — de modo a manter a banda sempre completa, proporcionando, ao mesmo tempo, ensejo a todos os alumnos de revezarem-se successivamente, aproveitando as vantagens da pratica do ensino, observada sempre a respeito a disposição de § 1.º do art. 7.º.

§ 1.º — Tendo em vista a indispensabilidade de alguns instrumentos na organização de uma banda, deverá ainda preparar, de preferencia, alumnos destinados a substituir os que tiverem a seu cargo taes instrumentos, em suas faltas occasionaes.

§ 2.º — Sómente por concessão especial do director do Ensino, ouvido

L

o director da banda, se poderá manter n'esta o alumno que completar a idade maxima; mesmo assim, por mais um anno apenas, e se o procedimento do mesmo houver sido exemplar.

CAPÍTULO III

Da banda

Art. 13.º — A *Banda Escholar Antonio Lemos*, além do repertorio geral, possuirá um — official, — composto das peças abaixo enumeradas, que, a não ser por consentimento expresso do director do Ensino, só serão executadas nos casos mencionados nos paragraphos d'este artigo :

- a) — *Hymno Nacional* ;
- b) — *Hymno da Republica* ;
- c) — *Hymno da Instrucção* ;
- d) — *Hymno Vinte Oito de Outubro* ;
- e) — *Hymno Vinte Cinco de Fevereiro* ;
- f) — *Hymno Vinte Seis de Julho* ;
- g) — *Marcha Antonio Lemos*.

§ 1.º — O *Hymno Nacional* será executado ao comparecimento do Governador do Estado em qualquer acto a que assistir a banda, e nas manhãs de 15 de agosto e 7 de setembro, adhesão do Pará á independencia do Brazil, e independencia Nacional, respectivamente, deante dos palacios do Governo e da Intendencia e, em seguida, á porta da residencia do Governador e do Intendente.

§ 2.º — O *Hymno da Republica*, nas manhãs de 15 e 16 de novembro, — proclamação da Republica e adhesão do Pará á Republica, nas mesmas condições do paragrapho anterior.

§ 3.º — O *Hymno da Instrucção* — ao comparecimento do secretario d'Estado da Justiça, Interior e Instrucção Publica, do director do Ensino Municipal de Belém, ou de seus representantes, em qualquer acto a que se achar presente a banda; bem assim no encerramento das sessões civicas commemorativas das datas das escholas municipaes.

§ 4.º — O *Hymno Vinte Oito de Outubro*, — deante do palacio da Intendencia Municipal e á porta da residencia do Intendente, nas manhãs de 28 de outubro, data da organização autonómica dos municipios do Estado, e sempre ao comparecimento do Intendente a qualquer acto a que se achar presente a banda.

§ 5.º — O *Hymno Vinte Cinco de Fevereiro*, dedicado á data da

LI

reorganização do Ensino Municipal sobre as bases actuaes, — no termo das prelecções dos respectivos professores por occasião das sessões civicas de que trata o § 3.º, e ao comparecimento do inspector das escholas do Municipio a qualquer acto a que estiver presente a banda.

§ 6.º — O *Hymno Vinte Seis de Julho*, especial á data da creação da *Banda Escholar Antonio Lemos*, na manhã do referido dia, na respectiva séde.

§ 7.º — A marcha *Antonio Lemos*, que será especialmente fornecida pela directoria do Ensino, destinada a regular o andamento da banda, — todas as vezes que a mesma effectuar as formaturas, precedendo sempre qualquer outra peça que tenha de executar.

Art. 12.º — Compete á *Banda Escholar Antonio Lemos*, além dos deveres enumerados nos artigos anteriores :

a) — Fazer-se ouvir, pela manhã, na séde da directoria do Ensino, com programma organizado, nas datas nacionaes ou estaduaes, officialmente feriadas, com excepção das de que tratam os §§ 1 e 2 do art. 11.º, após uma ligeira excursão pela cidade, salvo prévia dispensa do director do Ensino, por motivo de força maior, ou para encaminhal-a a qualquer outra manifestação festiva.

b) — Fazer-se ouvir todas as vezes que, por determinação do director do Ensino, ou ordem superior, as escholas municipaes, em formatura, tiverem de effectuar algum passeio, precedendo-as sempre.

Art. 13.º — Fóra os casos detalhados nos arts. 11 e 12, a banda só se fará ouvir em publico por determinação especial do Intendente — em qualquer oportunidade, ou por ordem do director do Ensino, — em actos que possam revestir o caracter de um ensinamento moral ou civico.

§ 1.º — Sempre, porém, que a banda dever exhibir-se a pedido, não se apresentará em publico sem que o solicitante tenha, préviamente, encaminhado á CAIXA, de que trata o art. 22, uma remuneração pecuniaria, modica, mas tanto quanto posivel relativa ao serviço que a mesma fór chamada a prestar e ao fim a que aquella se destina, salvo determinação expressa do Intendente, para a completa gratuidade.

§ 2.º — Uma vez dada a devida permissão, não poderá exceder das 6 horas da tarde a permanencia da mesma no lugar para onde houver sido reclamada, garantindo-se-lhe, ao mesmo tempo, em qualquer caso, commodo transporte, se a distancia a percorrer puder causar cansaço aos respectivos alumnos.

§ 3.º — Fica expressamente prohibido ao director da banda e aos membros d'esta perceberem qualquer remuneração pecuniaria por serviços prestados nos casos do § 1.º, sob pena de exclusão immediata da mesma — quanto aos alumnos, — e proposta ao Intendente para a exoneração d'aquelle, que, entretanto, terá direito, pelo serviço extraordinario, a uma pequena

LII

gratificação, a juízo do director do Ensino, deduzida a importancia a que se refere aquelle mesmo paragrapho.

Art. 14.º — Uma vez inscripto no corpo musical, devidamente auctorizado por seu representante legal, nos termos do § 1.º do art. 7.º e do art. 10.º, o alumno não se poderá furtar, sob pretexto algum — salvo dispensa do director do Ensino ou motivo de molestia comprovada perante este, — a comparecer em formatura nos dias aqui designados, ou sempre que ella fôr annunciada por ordem do Intendente ou do director do Ensino, sob pena de exclusão immediata da banda, com impedimento absoluto para nova inscripção.

§ Unico. — Se a ausencia do alumno fôr, porventura, determinada por exigencia de seu representante legal, será aquelle eliminado da banda, temporaria ou definitivamente, a juízo do director do Ensino.

Art. 15.º — Esta será acompanhada sempre por seu director, a quem os alumnos deverão todo o respeito e obediencia, da mesma fórma que ao professor em suas escholas.

Art. 16.º — A *Banda Escholar Antonio Lemos* terá sua séde na directoria do Ensino, onde ficarão recolhidos em deposito, e de propriedade do Municipio, o instrumental e as peças do fardamento especial que deverá usar, em formatura, e cujo figurino será em tempo opportuno escolhido, sendo a mesma directoria o ponto de reunião dos alumnos para todas as formaturas, findas as quaes regressarão directamente para alli, salvo caso de força maior.

Art. 17.º — D'entre os alumnos que se estiverem habilitando para fazer parte da banda, e á vontade do designado, será escolhido um porta-bandeira, que acompanhará sempre aquella em suas formaturas geraes.

CAPITULO IV

Dos professores em geral

Art. 18.º — Ao professor especial, além das attribuições já enumeradas, incumbe :

- a) — Comparecer pontualmente ás horas das lições, nas escholas;
- b) — Trazer ao conhecimento do director do Ensino quaesquer occorrenças que perturbarem o exercicio regular de suas funcções;
- c) — Comparecer pontualmente ao local indicado para os ensaios e formaturas;
- d) — Organizar com a precisa antecedencia o programma a que se refere

LIII

a letra *a* do art. 12 e constituir por si o repertorio da banda, com peças musicas adequadas — marchas, hymnos, etc., ou adaptar á mesma as que lhe parecerem convenientes, instrumentando-as devidamente.

§ Unico. — As transgressões de deveres do professor de musica, quer nas escholas, quer como director da banda, serão punidas a juizo do director do Ensino, ficando a destituição do cargo ao arbitrio do Intendente.

Art. 19.º — Aos demais professores, em suas escholas, incumbe :

a) — Fiscalizar o exercicio das funcções do professor especial, communicando no fim de cada mez ao director do Ensino as faltas d'este, e, sempre que fôr opportuno, quaesquer occorrencias a respeito do mesmo ou no ensino a seu cargo;

b) — Estar sempre presente, durante todo o tempo da lição, prestando ao professor especial o auxilio reclamado, para o bom exercicio de suas funcções;

c) — Providenciar de modo a que os alumnos respectivos compareçam sempre aos ensaios e ás formaturas;

d) — Responder perante o director do Ensino pela falta do recolhimento do instrumental e do fardamento dos alumnos ao deposito especial, de que trata o art. 16, cada um com relação aos de sua eschola.

CAPITULO V

Disposições geraes

Art. 20.º — Pela verba destinada ao expediente das escholas, serão fornecidos á *Banda Escholar Antonio Lemos* o instrumental preciso e mais accessorios para o estudo da musica, bem assim o fardamento de que trata o art. 16, ficando os alumnos responsaveis pela bôa conservação dos mesmos perante o director do Ensino, que lhes poderá applicar, pelos estragos não justificados, as penas de exclusão temporaria, ou definitiva, da mesma banda.

Art. 21.º — Sempre que parecer opportuno, ou necessario, o director do Ensino proporcionar-lhes á pela verba do expediente das escholas um transporte commodo para os fins prescriptos.

Art. 22.º — Para os fins do § 1.º do art. 13, e outros que serão opportunamente detalhados em regulamentação especial, é creada no seio do Ensino Municipal de Belém uma instituição, que se denominará — *Caixa de Beneficencia Escholar*, — destinada exclusivamente a prestar auxilios de qualquer natureza aos alumnos desvalidos das escholas municipaes, garantindo-se-lhes principalmente os meios de poderem frequentar com

LIV

decencia as mesmas escolas e elementos precisos para receberem com proveito os ensinamentos escolares.

Art. 23.º — Para os fins das letras *c, d, e, f* do art. 11, — composição dos hymnos da *Instrucção, Vinte Oito de Outubro, Vinte Cinco de Fevereiro e Vinte Seis de Julho*, — fica aberta concorrência publica, pelo praso de tres mezes, a contar da data d'esta publicação, devendo os concorrentes ter muito em vista a natureza da banda a que se destinam os mesmos hymnos.

§ 1.º — Para o julgamento e definitiva escolha dos mesmos, organizar-se-á um jury tecnico, composto do professor de musica das escolas municipaes, do director das bandas do Regimento Militar do Estado e do vice-director do Instituto Lauro Sodré, especialmente convidados para esse effeito.

§ 2.º — Os concorrentes deverão dirigir suas producções directamente ao director do Ensino Municipal, marcando-as apenas com um signal, sem declaração da auctoria, que, particularmente, será, entretanto, confiada áquelle, para o registro devido.

§ 3.º — Os hymnos escolhidos serão impressos, para um offerecimento de 25 exemplares aos auctores, que manterão sobre suas producções a respectiva propriedade, ficando, entretanto, reservada á *Banda Escholar Antonio Lemos* a propriedade da instrumentação.

Art. 24.º — Para o fim do artigo anterior, o director do Ensino dirigirá, pela imprensa, um appello á inspiração e ao patriotismo dos compositores musicaes n'este Estado, convidando-os a esse relevante serviço ao ensino municipal de Belém.

Directoria do Ensino Municipal de Belém, 26 de julho de 1904. —
Virgilio Cardoso de Oliveira.

ANEXO C

REVISTA CARIDADE

A revista *Caridade* foi lançada no ano de 1893, ano de instalação do Orphanato Municipal de Belém, denominado na ocasião por Orphelinato Paraense. A ideia partiu da *Corporação Artística das oficinas dos Srs. Tavares Cardoso e C^a*, importante typographia da época. A venda dos exemplares seria para ajudar na manutenção do Orphanato e contou com a colaboração de personalidades da política, como o governador Lauro Sodré, e do mundo acadêmico, para a confecção de textos relacionados à orfandade, à caridade, assim como em alusão à própria instituição caritativa.

PARÁ — BRAZIL, JUNHO DE 1893

CARIDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

PROMOVIDA PELA

Corporação Artistica das Officinas dos Srs. Cavares Cardos
com o valioso concurso de distinctos collaboradores

EM BENEFICIO DO

ORPHELINATO PARAENSE

Creação do Dr. Lauro Sodré

NÚMERO ÚNICO

PARÁ — BRAZIL

JUNHO DE 1893

CARIDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

Promovida pela Corporação Artística das Officinas dos Srs. Tavares Cardoso & C.^a
com o valioso concurso de distintos collaboradores

CARIDADE

BELEM, JUNHO DE 1893.

COM o nobre intuito de concorrermos com o nosso fraco contingente, nós, humildes operarios das officinas dos Srs. Tavares Cardoso & C.^a, resolvemos dar á luz da publicidade esta pequena gazeta, cujo producto applicar-se-á em favor do *Orphelinato Paraense*.

Fracos de recursos intellectuaes, foi-nos necessario recorrer a varios cidadãos habilitados, e n'esse sentido dirigimos algumas cartas solicitando coadjuvação.

Dos quarenta conspícuos cavalheiros a quem tentamos a honra de dirigirmo-nos, somente um terço, talvez, se dignasse acolher-nos; os mais, supponho que julgarão-se aviltados collaborando com pobres artistas na propagação de uma idéa que nós pensamos grandiosa.

Esse justo pedido que em nada aproveita ás nossas humildes individualidades, pareceu-nos, n'um momento de illusão, que teria a approvação tanto do nobre como do plebeu.

Quanto nós enganamos!

Houve alguém que, á vista do nosso quasi esmiorecimento, nos aconselhasse a reiterar o mesmo pedido reforçando-o com uma assignatura notavel. Despresamos horrorizados semelhante alvitre, visto como do bom éxito (caso haja) só aproveitamos a gloria de termos conduzido umas insignificantes pedrinhas para junto do alicerce d'essa obra monumental.

A todos, enfim, o nosso agradecimento.

Manda a justiça que abramos uma excepção ao illustrado Governador d'este Estado, Dr. Lauro Sodré, a quem também tivemos a honra de dirigirmo-nos e que dignou-se enviar-nos a seguinte carta:

« Aos Srs. Artistas das Officinas dos Srs. Tavares Cardoso & C.^a —

« Meus Conciudadãos —

« Reclamastes o meu concurso.

« Acudo ao vosso appello unicamente e simplesmente para jhutar os meus applausos aos muitos, que hão de cobrir os vossos actos em beneficio do *Orphelinato Paraense*.

« Si escasas e miuquadas são em vossas bolsas as moedas, ricas deveis ter as almas de crença vivaz, repletas os corações de grandes sentimentos bons e generosos. São raios d'essa crença, são reflexos d'esses sentimentos, que vão corporificar-se na *Caridade*, a pedra, feita de gotas do vosso suor, a qual, honrados filhos do trabalho, desrolar para a consolidação dos alicerces do edificio grandioso, que a nossa geração está erguendo como um templo, onde acharão agasalho as creancinhas desditosas sem pai nem mãe.

« Saude e fraternidade.

LAURO SODRÉ.

Assim, pois, apresentando hoje ao publico o numero unico da *Caridade*, imploramos ás almas caridosas um obalo para os orphãos desvalidos.

Este numero unico da *Caridade*, que o leitor tem entre mãos, representa a coadjuvação sincera, espontanea e franca de uma Corporação Artística, no grandiosamente sympathico labutar da obra indelevel e duradoura da Caridade.

Representa elle, na sua modestia e na sua insignificancia, todo o apoio que queremos

dar a generosa idéa emanada dos altos poderes do Estado; amparada e sustentada por cidadãos conspícuos, que a criação do *Orphelinato Paraense* empenham toda a sua boa vontade, toda a sua mais leal e franca dedicação.

E essa boa vontade e essa franca e leal dedicação são os melhores prodígios da obra que se tem em mira emprender; as promessas de em breve tempo possuir a capital do Estado do extremo norte da Nação Brasileira, um estabelecimento de educação e de amparo aos enjeitados da sorte, áquelles pequeninos seres a quem falta o calor do seio mater, a deusa captivante e bemvinda de uns lábios de Mãe.

E essa casa de proteção aos infelizes orphãos é, na sua realisação, o preenchimento de um grande claro sentido de bem entre nós.

Depois da criação do *Lyceu Paraense*, *Constantino*, onde as Artes e Offícios são dadas a muitos artistas que nos seus aulas buscam a luz do aperfeiçoamento e da instrução, fazia-se sentir essa necessidade, que felizmente encontrou o calor e que felizmente brotou do coração do cidadão que brilhantemente dirige os destinos da Patria Paraense.

E essa idéa do illustre Governador do Estado não podia deixar de o hauer no peito de toda a população paraense, desde os mais elevados cidadãos até ao mais humilde operario, como encontrão.

Esse grande murmuro de admiração, de amparo, de apoio, que se levanta de todas as camadas sociais para divinizar e tornar em realidade o *Orphelinato Paraense*, deve, decerto, gravar de modo indelevel e profundo, no coração do Sr. Dr. Governador do Estado a prova robusta de sympathia e gratidão que lhe dedicam todos os seus concidadãos.

Agora, o que nos queremos e ambicionamos é que nos seja perdoada a ninharia da offerta.

Humildes artistas, queremos testemunhando também a nossa dedicação ás idéas

nobres e generosas, como esta da criação de uma sociedade protectora de Orphãos, e por tal offertamos á digna directoria provisoria do *Orphelinato*, este humilde numero unico da *Caridade*, para que o seu producto reverta em favor da util instituição.

E' humilde mas, é sincera e está na medida de nossas forças.

Mais do que isto não o podemos fazer.

Ad-impossibilia nemo tenetur.

II Creação Orphã

Ella nasce gentil qual bella borboleta
Pela estrada da vida abjeito as azas de ouro.
Ella nasce gentil como a gentil violeta
Sorrindo noga e bella no astro alivo e louro.

Mas do negro destino a cruz mudo de porta
Que lhe seja ventado o seu mal e o seu suor.
Sem paz, sem mais, no mundo, em mar borboleta,
Tudo o que para tu o entendo humo!

Mas he p'la no coo, em meio a noite, a lua,
Um astro scintillon de luz e para e para
Que traz a doce esperança a mundo todo em festa.

Esquece-se uma vez — A voz da Caridade
Que vem fôta em prol da misera orphandade
— Quem d'ho p'povo fôr, o gl'ra a Deus empresta.

MARIA ALVES

III Caridade

A virtude amadurece o character humano, como o vicio o deprime.

O homem sem virtudes é um proscripto indigno dos benefícios que a communidade social proporciona aos seus membros.

Dentro as virtudes, que mais enluzem o homem, a caridade é, sem dúvida, uma das mais sublimes, pela fecundidade dos seus beneficos resultados. Ella estreita os corações, confraternizando-os, levando ao rimo a fraqueza, fustroção a generosidade, suscitando a miséria.

As mythologias grega e romana incluíram a Virtude, filha da Verdade, no numero de suas divindades, representando-a por uma mulher vestida de branco, assentada sobre uma pedra quadrada.

Os poetas modernos, sem serem polytheistas, não

CARIDADE

deixam de professar o culto da Virtude, não por meio dos barbaros sacrificios das primitivas religiões, mas por acções inspiradas pelo sentimento do Bem.

A practica da virtude é um thermometro, por onde se pode medir o desenvolvimento moral das nações. O egoismo e a tyrannia predominaram nos tempos antigos; o altruismo e a liberdade, conquistas da civilização, caracterisam a epocha moderna.

ALVARES DA COSTA

Em prol da Orphanidade

*Ainda existem almas generosas
que se lembram dos pobres?
(Que para as creanças desoladas
estão em honra e salvação)*

(ROSENDO MONIZ)

Os caridosos e intelligentes membros da Corporação Artistica das officinas dos Srs. Tavares Cardoso & Cia gentilmente seleccionaram algumas linhas para a edição especial de um jornal que, sob o titulo — *Caridade* —, pretendiam publicar e effectivamente publicam hoje para venda avulsa, cujo producto revertera em beneficio do *Orphanato*.

Não ha infinito mais elevado, nem mais digno do lourenço.

Quem conserva, pois, transar-se a um tal apello?

Ninguém, certamente, e por isso, venho eu tambem trazer a minha esportula, relativamente grande como a que a pobre viuva depositou no gongolifero.

Quem não tem ao menos sentido os sublimes transportes da caridade, essa força miraculosa que se eleva-se que se alça um para socorrer os fracos?

CARIDADE — é Moysés ferindo o monte Horeb de onde, incontinente correu agua em abundancia para saciar a sede do povo de Israel que já começava a murmurar contra o Senhor.

CARIDADE — foi a ultima palavra do Christo sobre o Golgotha, palavra que, repercutindo de um a outro polo, pendeu-se nas regiões do infinito.

CARIDADE — é Legras, inundada em extasis de amor, fundando asylo para os desvalidos.

CARIDADE é a mulher virtuosa, transformada

em anjo, offerecendo flores e recolhendo esmolas que deposita no regaço da indigencia.

CARIDADE — é a alma magnanima do maximo poeta paraense, autor dos *Harpejos Poeticos*, dedilhando na sua alçada lyra esta sentimental estrophe, em nome da orphanidade desamparada:

«Vós, ó ricos, que da vida
«Tendes o fel já provado,
«Attendei o desgraçado,
«Dai-me a vida, dai-me o pão!
«Não deixeis a flor pendida
«De fresco orvalho em carenia
«Perder balsamica essencia
«Desfolhar-se pelo chão!»

CARIDADE — finalmente, sois vós, paladinos do dever, aristocratas do trabalho, que estendeis vãos supplices aos pretendos da fortuna ao infinito de amparar as victimas da indigencia.

Proseguí no vosso nobilissimo tentamen, impulsionados pela mais ariolada sensibilidade e pela consciencia do dever.

Que a inóse seja abundante, porque fecundissima sera tambem a gratidão dos infelizes!

R. BERTOLDO NUNES

Caridade

Em agitado mar, d'ondas revoltas,
Lucta possante num com os elementos,
Curva-se o rio maxto a lei dos ventos
E rasgam-se com furia as vagas soltas.

O timoneiro treme ante as murgens,
Que por todos os lados se desenhau,
Do gurgulho os homens se despenham
No espumoso leito das vorageas.

Em frente d'aquelle abysmo temeroso,
Que a marulhagem vê sob seus pés,
Samente existe um homem no nevoeiro,
Calmo, sereno, altivo e valoroso.

Na paz angelical da consciencia
Jamais perigo algum a ire tremen,
Só conhece uma lei — o seu dever,
Só respeita uma força — a Providencia.

E a scena de horrores mais se apura,
Levanta o mar o dorso giganteco,
Onde a batida nau com vento fresco
Corre n'um desvario de loucura.

Fugio dos corações a confiança,
O sentimento d'alma esta já morto,
Ninguém mais antevê seguro porto,
Para n'elle gozar doce esperança.

Mas, quando a morte, erguendo a fronte calva,
Faz de medo curvar-se o marulheiro,
Erguesse além nas brumas do porquêiro
A nuaga e fulgurante estrella d'alva.

Serena o mar as ondas tão revoltas,
Aquietam-se logo os elementos,
Canta enleixas de amor a voz dos ventos
Por entre as rendilhadas nuvens soltas.

E assim caprichoso o mar da vida,
Quem se julga feliz sempre se ilude,
N'elle naufraga as vozes a virtude,
Murcha em botão a rosa mais querida.

Mas... tambem neste mar da vida errante
Ha uma luz de eterna claridade,
Luz que serve de Norte ao navegante,
Luz que emana de Deus — a CARIDADE.

Junho — 1893.

EUCLYDES FARIA

Tudo pelo Orphelinato

Amparar e proteger todas as instituições, cujo fim seja aperfeiçoar, desenvolver e civilisar a sociedade, é dever de todo o cidadão que ainda não tiver deixado supplantar em seu espirito os maus sentimentos altruisticos, por aquelle que se chama — individualismo ou egoismo.

Louvavel, pois, é o procedimento dos intelligentes e honrados artistas, que tomaram a si a publicação d'este jornal, cujo producto será applicado em favor das candidas e innocentes creancinhas, que se torem abrigar dos horrores da miseria e ignorancia, a sombra do Orphelinato Paroense.

A criação d'este asylo importa na aquisição de mais um elemento com que combateremos a lapa-

rancia, a decadencia moral e a miseria com-todo o seu cortejo de vicio, e será tambem mais um factor de prosperidade e engrandecimento.

O fim do Orphelinato é humanitario, grandioso, civilizador e os seus beneficos resultados serão em proveito da collectividade. Ninguém tem o direito de negar o seu auxilio á tão proveitosa obra, rico ou pobre, grande ou pequeno, nobre ou plebeu, todos têm o inclinavel dever de ajudar com todo o impulso de que forem capazes, essa caridosa, util e necessaria instituição.

So com o concurso de todos é que se realisam as grandes reformas e se impulsionam e aperfeiçoam as sociedades; esta verdade nos encontramos na propria sociedade desde o seu estado embryonario, ate o seu completo e perfeito desenvolvimento.

É necessario, pois, que todos unidos em um só corpo, trabalhando para a realização de tão altruistica instituição, tenham como divisa — *Tudo pelo Orphelinato.*

OCTAVIO PIREA

A Caridade

*É tão sublime, tão santa
A missão da caridade,
Traz caridade a pão nos pobres,
Arriga a mendicância.*

LUO AUTHOR

Eu vejo alli, a noçurno do candilho,
O misero mendigo que, chorando,
Estende a mão mirrada, supplicando
O pão para comer, o pão no sequinho.

Ao lado se vêem tristes, miseráveis,
Uma eterna pobre sem abrigo,
Tambem supplica a protecção de abrigo,
Que lhe termine a sorte luctuosa.

Chorad... E, levantando os olhos tristes,
Vê junto a si alguém lábrando os braços,
A mão d'outro se estendendo de responsa.

— Basta de d'outro esse pão sempre o pranto,
Venho trazer-te o obulo do canto,
Venho amparar-te, Eu sou a Caridade.

1893.

THEOPHILUS RODRIGUES

CARIDADE

Uma idéa...

I

Ao alvorecer do dia 13 de Junho corrente, senti-me alegre como nunca. Alegre, eu, que sempre estou *carromando* qual sol em manhã de verão!

Achei fora do comum esta alegria.

Reflectindo, lembrei-me que sonhei ter a *felicidade* de tirar a sorte grande... sem ter comprado bilhete.

Não zanguei-me: attribui a um pesadelo horrível esta... *felicidade*.

II

Como nos mais dias, depois do costumeado café, vesti-me, dei uma beijoca na pequeninha, e às 7 horas puz-me a caminho da officina.

Ao chegar ao Templo do Trabalho, encontrei um dos meus mais distintos collegas.

— Cumprimentos.

— Uma idéa magnifica, sabes? disse-me entre sorrisos, respondendo a minha saudação com um movimento de cabeça.

— Que idéa? apressei-me a interrogar.

— Uma idéa enorme... colossal... *monstruosa*, que, julgou, seria acollida com prazer pelos collegas.

— Então explique-se! dissolhe com inquietação.

Quer saber?... Vou satisfazer a tua curiosidade: dar captas de nos a importância de um dia de trabalho em favor do *Orphelinato Para-nos*. Está satisfeito?

— Realmente! é uma idéa enomissima, digna de ser iniciada e das benções do Creator, respondi com entusiasmo.

Imediatamente tornamo-nos interpretes dos sentimentos um do outro, e inquirimos aos demais collegas sobre a proposta: foram todos unanimes em approvala, como se impellido por uma só mola.

III

Resolvido como estava, participei na nossa distincta directar que, leu-nos como o é, não negou-se em approvala e a pôr a nossa disposição os seus bons officios.

Mais tarde, porém, pensou-se que, em vez de dar-se um dia de trabalho, como estava combinado, se fizesse um jornal impresso e tambem uma poesia (esta em luxu), que se venderiam sem taxa preço, e o pro-
ducto da venda revestisse em favor do *Orphelinato Para-nos*.

Melhor accerto foi este segundo alvitre e via-se transparecer a alegria: um immenso jubilo no semblante de todos.

Imprimio-se immediatamente uma circular e dirigio-se aos membros que compõem a boa flor da litteratura amazonica, invitando-lhes para escreverem uma poesia ou artigo analogo a grandiosa idéa, e que se fizessem no prazo de cinco dias.

Uns o fizeram jubilosos, com a boa vontade peculiar aos corações generosos, feridos por um dos mais sagrados dhyves — EXSISAR OS IGNORANTES; outros, qual fungos, anelosos de apparecerem collaborando no jornal do Bem, a — *Caridade*, — negaram-se, talvez para não deslustrarem os seus nomes, escrevendo n'um jornal de operarios!

Enquanto que uns recusavam-se ao nosso appello, sentiamos-nos ainda mais fortes, lendo estes dois períodos de um dos distinctos cavalheiros que nos deram a honra de sua valiosa collaboração:

— Não ha futuro mais elevado, nem mais digno de honras.

Quem duvida, pois, recusar-se a um tal appello?

IV

Assim é que publicando hoje o nosso jornalinho a — *Caridade* —, pedimos as almas benfazejas, aos corações bem formados, um obelo para o *Orphelinato Para-nos*, a fim de se dar a educação de meninos desvalidos, congratulando-nos com a incansavel commissão se viues a nossa humilde idéa reverda do mais invejavel éxito.

Para — Junho — 93.

QUIRINO F. GARCIA.

Charité!

Quand pour aider le pauvre, on fait gérer la presse.

C'est tout bonnement un dévoué.

Auquel vite se joint tout chacun et s'empresse

A' mettre sur la table son aie.

Quelques mots pour toucher la fibre charitable.

Ne vaut rien ou bien peu...

On donne et puis content on se met à table.

Et boire le vin du bon Dieu.

LEON LILLET

As Duas

Uma é a noite negra e lúgubre;
cêo sem estrellas; mares sem bonança;
roto batel, — perdida a confiança, —
entregue á fúria de cruel tormenta.

Outra é luz que conforta e que avisa;
d'um lado traz a Fé, d'outro a Esperança...
Osculando Jesus uma criança,
eis que essa flor dos lábios lhe arrebenta.

Se aquella chora, esta lhe enxuga o pranto;
se pede, a mão lhe estende com bondade...
E' dos amores o amor mais santo.

E' sempre triste a pobre da Orphanale,
quando não vem sorrir-lhe com encanto
a sempre boa e affável Caridade.

LUIS DE JUVENAL TAVARES

Um obulo!

Crear uma casa de educação para orphãos desvalidos, para esse grupo de pequeninos desgraçados, para lhes abrir as benéficas luzes da instrução e aprender o caminho verdadeiro do Bem, significa desviar da estrada escura do vicio e da depravação, um punhado de futuros vagabundos e desconfiados; significa tornar des-tumultos e bandidos talvez, — homens honestos, cidadãos prestantes a si e a sociedade; quer dizer, embora illustre a pátria, illustrando seus filhos.

Por conseguinte, e nobre, e bella, e grandiosa a idea que teve esse moço distincto, esse illustrado paraense que actualmente dirige o nosso Estado, de crear um *Orphelinato* para abrigar a essas tantas creaturinhas dos desvios da vida, reunindo-as, em nome da Caridade e do Patriotismo, para lhes fazer conhecer os dogmas sublimes da moral, do dever, do civismo e do Bem.

Compre-nos agora, a nós, que desejamos o progresso, em geral da nossa abençoada terra, — emittirmos, de qualquer forma, para essa tão magnanimia qdo humanitaria idea, não nos tomando assim surdos, ao apello que se nos faz, em prol d'essas pequeninas frades da Humanidade, necessitadas de muito apoio e de muita protecção.

Louvando o procedimento da distincta Corporação Artística que hoje concorre com o seu contingente para o edificio do Bem, — congratulemo commigo mesmo, por me ter ella proporcionado ensejo de pedir tambem, do alto d'estas columnas, ás almas caritativas, aos corações generosos, um pequeno obulo para a realisação brilhante do *Orphelinato Paraense*!

J. FUSTACHIO DE AZEVEDO

Pelos Orphãos

A nobre idea da fundação de uma instituição como a do *Orphelinato Paraense* só podia nascer d'um cerebro elevado e de um coração philantropico como o do homem que ora rege os destinos do Para.

O Dr. Lauro Sodré, apesar das numerosas occupações que de continuo se lhe antolham na administração do nosso Estado, não esqueceu os que soffrem.

Com a proverbial bondade que o caracteriza intentou proteger dos abrolhos de uma vida tempestuosa aquelles que não têm corações como o de uma mãe ou de um pai para lhes fazer conhecer os perigos a que estão expostos durante o longo trajecto da vida. N'esse intuito apellou para os sentimentos humanitarios de diversos cavallheiros que pre-sentaram o seu concurso para a realisação de uma idea tão elevadissima.

Competem-nos agora, desde o pobre ao argentino, dando um obulo por diminuto que seja para os orphãosinhos não desistirem da idea que o fundador do *Orphelinato*, Dr. Lauro Sodré, de nos fez, pois foi unicamente contando com os sentimentos generosos do povo paraense que elle emprendeu esta obra tão digna da protecção de mesmo povo.

Um obulo para os orphãos!

J. SOARES OLIVEIRA

Orphelinato Paraense

A corporação artística do *Diário Oficial*, de quem sou humilissimo interprete, sente-se orgulhosa e cheia de júbilo por contribuir com o seu pequeno contingente em prol das creaturinhas desamparadas, e congratula-se com seus irmãos d'arte, sempre propensos á pratica do bem.

JACQUEM COELHO

CARIDADE

Pelos Pobres

(AOS PROMOTORES DO ORFELINATO)

Taque a esmola, e calheirei — a prece!
Oh! vai a esmola... e que do infante lindo
Por entre os dedos da pequena mão,
Elle transborda... e vai cahir nas tumbas!
De chito paup' no futuro chão,

CASTRO ALVES

Ampara os desvalidos,
 Mitiga-lhes a fome, a dor,
 É missão que n'esta vida
 Nos da nobreza e valor;
 Faz-o bem, A orfelinado
 Vos implora a consolo;
 Vos implora, amplexo pio
 Será sempre abençoado
 Quem ao pobre desvalido
 Estende de amplexo mão.

Ricos, nobres, potentados,
 Que a vida agraes gozais,
 Vede que nos orphãos que chegam
 É necessário amparar;
 Da esmola da oblação,
 Que elles já não podem
 Hão de vos dar socorro,
 E socorro é mesmo a vida,
 E socorro é triste pranto,
 E ao pobre se coepto.

Vede a nucreia, a deshonra,
 A negra abysmo da dor,
 Atraz a sorte as centenas
 Tantas almas, grande horror!
 Esta nucreia sem nome,
 Que a tantos, tantos consome,
 Vem agora despertar
 Em vosso peito a vontade
 De fazer a Caridade
 Ao pobreinho amparar.

Bravo! bravo! meus senhores!
 É justo o qu'ideis fazer,
 Deus abençoe, Deus proteja
 Quem ao pobre socorrer,
 Cesse a dor, ó pobreinhos!
 Aves — já tendes os niços,

Vida, luz, amparo e pão!
 Será sempre abençoado
 Quem ao pobre desvalido
 Estende de amigo a mão.

6 — 1893.

THEODORO RODRIGUES

Orfelinato Paraense

Quando a tudo se mostra indiferente a classe artística d'esta capital, desde o mais grave acontecimento politico até ao desprezo de seus proprios interesses, é honravel a attitudé que tomou a digna Corporação Artistica das officinas dos Srs. Tavares Cardoso & Cia, procurando contribuir com um auxilio correspondente ás suas forças. A grande idea que actualmente agita a população d'esta cidade, a criação de um asylo onde os desafortunados da vida, esses a quem talvez na sua primeira balbuciação seja dado proferir as duas palavras — *Pai e Mãe* — tenham uma educação esmerada que os habilita a bem dizer mais tarde os honres da patria que hoje trabalham para a inauguração do *Orfelinato Paraense*. Esse puncto de artigos, estou certo, não foi levado pelo estado de salutaridade de seus collegas, não, obediencia apenas aos impulsos philanthropicos de seus corações e os que surgem com uma idea nobre — a publicação da *Cidade* —, gazeta que por seu titulo perfeitamente demonstra o fim a que é destinada.

Acudindo ao honroso convite que tivemos d'esses illustres collegas, para fazermos-nos representar nas *Colunas da Caridade*, aqui estamos jubilosos, já pela honra que recebemos com tão importante distincção, já por termos também occasito de levar uma pedra, ainda que muito pequena, aos alicerces do grandioso edificio *Orfelinato Paraense*.

Avante, collegas! Mostraes que sabeis vencer o descanço que se apressou das nossas forças vitais, e provaes que o artista também é digno de tomar parte na grandiosa obra em mãos, e digno de metter as justas preces dos infelizes orphãos a recolher-se n'esse caridoso asylo.

Belém, 19 de Junho de 1893.

A CORPORACÃO ARTISTICA D'UMA PROVINCIA

A Caridade

Bendita a Caridade, esse amoroso laço
 que os homens todos une, em fraternal abraço!
 que ao afflicto consola, e do pobre no lar
 sabe com profusão benções do céu lançar!
 que onde se chora e geme, que onde a dor anecia,
 o seu fogo celeste mais vivaz atecia!
 Bendita a Caridade, o affecto ardente, o amor,
 a lei suprema e santa, a lei do Redemptor!

Quantas famílias vemos em penúria extrema,
 para as quaes é a honra o unico diadema
 qu'inda lhes resta! — Certo, haviam perecer
 á miséria e sem conforto, se a tanto soffrer
 não lhes mandasse Deus consolação divina,
 e refrigerio certo, e c'mola repentina!
 Quantas viúvas e orphãos mendigando o pão!
 Quantas virgens penando em transees d'afflicção!

De frio a fôrçar, quanta innocente criança
 sem abrigo, sem norte, sem luz d'esperança!
 — A virtude porém bendita do Senhor
 lhes dá vestido e pão, benções, carinho, amor.

Oh! que infeliz seria a pobre humanidade
 se viesse a faltar-lhe a lei da Caridade!
 se viesse a faltar-lhe essa doce prisão
 que faz dos corações somente um coração!

Bendita a Caridade, o affecto ardente, o amor,
 a lei suprema e santa, a lei do Redemptor!

CARIDADE

O Amazonas

A sua amazenante

Se elle percorre indomito banhando
 Ilhas, montanhas, montes mil e serras;
 Se elle o oceano junge soluçando
 Com seus braços titânicos de ferros;
 Se no seu rasto limpida cohorte
 De riquezas conduz, na longa trilha,
 Se o Amazonas é grande, enorme, forte,
 E' por tu seres do Amazonas filha.

Se elle tem noites triumphaes de estrellas;
 Se elle tem noites triumphaes de amor;
 E' porque sob a scintillanca d'ellas
 Brilham teus olhos, os teus olhos, ilor!
 Se elle tem vaga doce e suspiros
 Pela praiá gemente a solgar,
 E' por que n'ella vive harmoniosa,
 A tua voz dulcíssima a cantar.

Se elle tem tardes luctuosas, divinas,
 Onde cantam melrosas pascuas;
 Se elle tem tardes d'essas pascuas,
 Dias de rosas, nupcias, nupcias;
 Se elle canta na noite que se agita
 Da passara o hino triumphante,
 E' por que elle é coram, honra,
 Na tua voz a mizéria vibrante.

Nos dias d'essa banda a vida
 Aprendeu a chorar ao sol pueril,
 O cubel! estalou a cantoria
 Intrazgada, terna e commovente.
 Nos teus sorrisos a rirava linda
 Aprendeu a sorrir aos namorados,
 Quando da tarde na sonancia infida
 Chegam as choras seus gentis amados.

D'esses teus olhos foi que a noite escura
 Tomou-se negra, fez-se rutilante;
 De tua bocca peregrina e pura
 Robou-se a cor-p'ra se fazer a rosa.
 Se o sol tem fogo, se os vulcões tem chaminas,
 E a aurora é rubra como rubra flôr,
 E' que teus olhos lhe emprestaram flâminas,
 E' que teus labios lhe emprestaram cor.

Se o Amazonas possui o poderio
 De vencer sempre sem não ser vencido.

Se elle é o primitivo, o mais valente rio,
 O mais rico, o mais bello, o mais temido;
 Se no seu rasto limpida cohorte
 De riquezas conduz, na longa trilha,
 Se o Amazonas é grande, enorme, forte,
 E' por tu seres do Amazonas filha.

LEOPOLDO SOUZA

O Orphelinato Paraense

A ideia que se agita na actualidade sobre a fundação de um Orphelinato paraense, reúne as sympathias de todas as classes da nossa sociedade.

Idea eminentemente social concebida pelo distincto Governador do Estado, De Louro Sadre, traz em si o esplendor e o esmalte de um facto de profundo alcance moral nos condições da existencia humana.

A fundação de um Orphelinato ha de abrir na historia paraense um lugar de honra ao illustre patriota, que tem sido incansavel em levantar a sua terra monumentos de utilidade real.

Quantas legiões não irá elle salvar a tantos infelizes orphãos, que, privados do amparo social e muitas vezes da protecção da lei, gemem na miséria, e convertem-se em tarde em elementos dissolventes da sociedade!

Não ha coisa mais bella e alentada do que a pratica da caridade, esse Anjo emalado que, esvoaçando em torno do leito da miséria, enxuga as lagrimas do infeliz orphão e offerece-lhe o balaño da consolação nos momentos de angustia.

Todos os palcos cullos do globo terrestre tem vindo pressurosos offerecer ao mundo o espectáculo da mais elevada expressão da caridade.

O publico paraense aflagando as idéas nobres que elevam a — BENEFICENCIA — a altura da mais augusta instituição social, não recusará associar-se a essa causa humanitária e apoiar os honráveis esforços dos homens amigos da humanidade.

A homenagem assim prestada a religião e a humanidade traduzirá a elevação dos mais delicados sentimentos de uma sociedade, que presta culto ao dever e sabe corresponder ao apello da mais santa e augusta causa.

A sociedade paraense tem conquistado triumphos, que têm inscripto seu nome nas fahças e páginas da historia.

Belém 21 de Junho de 1894.

ARTHUR DE SA PACHECO